

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CARLA FERREIRA

**A CLASSE TRABALHADORA NO PROCESSO
BOLIVARIANO DA VENEZUELA. CONTRADIÇÕES E
CONFLITOS DO CAPITALISMO DEPENDENTE
PETROLEIRO-RENTISTA (1989-2010)**

**PORTO ALEGRE
2012**

CIP - Catalogação na Publicação

Ferreira, Carla Cecilia Campos

A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petrolero-rentista (1989-2010) / Carla Cecilia Campos Ferreira. -- 2012.

270 f.

Orientador: Claudia Wasserman.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. História da Venezuela. 2. Processo Bolivariano.
3. Capitalismo dependente . 4. Classe trabalhadora.
5. História Econômica. I. Wasserman, Claudia , orient.
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Carla Ferreira

**A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela.
Contradições e conflitos do capitalismo dependente
petroleiro-rentista (1989-2010)**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação
em História do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, como requisito parcial para a obtenção de
título de Doutora em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Claudia Wasserman

**Porto Alegre
Julho de 2012**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História

ATA DE DEFESA Nº7 /2012 – DOUTORADO

Aos vinte e três de agosto de 2012, reuniu-se a Banca Examinadora para, em sessão pública, avaliar a Tese de Doutorado em História intitulada “A classe trabalhadora no processo bolivariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petroleiro-rentista (1989-2010)”, de **CARLA FERREIRA**, realizada sob a orientação da professora Dra. Claudia Wasserman. Após a arguição do aluno para a obtenção do título de **DOUTORA EM HISTÓRIA**, os examinadores reuniram-se e aprovaram a Tese, atribuindo-lhe os seguintes conceitos: Dra. Celi Regina Jardim Pinto...A.; Dr. Enrique Serra Padrós, conceito...A.; Dr. Carlos Schmidt, conceito...A.; e Dr. Hélder Gordim da Silveira, conceito...A. E por ser verdade, eu, Dra. Claudia Wasserman, Presidente dos trabalhos da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão.

A banca recomenda a publicação da tese.

Porto Alegre, 23 de agosto de 2012.

Claudia Wasserman

Prof. Dra. Claudia Wasserman
Coordenadora, Presidente da Comissão Examinadora
PPG-História/UFRGS

Celi Regina Jardim Pinto
Prof. Dra. Celi Regina Jardim Pinto
PPGH/UFRGS

Enrique Serra Padrós
Prof. Dr. Enrique Serra Padrós
PPGH/UFRGS

Carlos Schmidt
Prof. Dr. Carlos Schmidt
PPGH/UFRGS

Hélder Gordim da Silveira
Prof. Dr. Hélder Gordim da Silveira
PPGH/PUCRS

“OBSERVAÇÃO: De acordo com a Resolução 12/2007 do CEPE, Artigo 42, parágrafo único, os diplomas de pós-graduação stricto sensu deverão ser assinados pelo Reitor em até 90 dias após a defesa. Os textos definitivos das teses/dissertações deverão ser entregues dentro desse prazo, sob pena de desligamento do aluno até a regularização da situação”.

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Cecília Duarte Campos Ferreira,
pelo exemplo de afeto, dedicação e estímulo
permanente ao enfrentamento de novos
desafios.

AGRADECIMENTOS

O trajeto percorrido para culminar com um trabalho desta natureza dificilmente poderia ser percorrido solitariamente, ainda que as angústias que dele advém pertençam mesmo às idiossincrasias individuais de cada um. A companhia dos pares ao longo do caminho faz os percalços do caminho serem atenuados, embora não diminua a responsabilidade de corresponder à confiança em nós depositada. Por estas e outras razões, estes agradecimentos não devem ser tomados como mera formalidade.

De fato, este trabalho não teria sido possível sem a dedicação da Profa. Claudia Wasserman, quem além de acolher o projeto, garantiu-me o apoio institucional irrestrito quando foi necessário abrir mão da orientação estrangeira e compareceu com sua orientação em momento que eu mesma não sabia por onde seguir. À Profa. Claudia, meus mais sinceros agradecimentos. Devo agradecer também os Professores César Augusto Barcellos Guazzelli e Celi Pinto pelas sugestões oferecidas em minha banca de qualificação, particularmente por alertar-me sobre a necessidade de explorar a luta de classes nesta história. Este alerta influiu em quase todo o trabalho posterior. Também registro minha gratidão ao Prof. Eduardo Maldonado Filho por sua dedicação em suprir minhas dúvidas no curso de suas disciplinas de Economia Política I e II, dedicadas ao estudo de *O Capital*, junto ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento de nossa universidade. Os estudos desta obra realizados com o auxílio deste professor me forneceram ferramental fundamental para as análises que ofereço no trabalho.

Quem se deter na leitura do trabalho poderá verificar a importância de quatro entrevistas que me foram concedidas. Sem a disposição destes atores do *Proceso Bolivariano* em estabelecer um longo diálogo comigo, mediante entrevistas de profundidade, alguns dos resultados da pesquisa não teriam sido alcançados. Por isso, agradeço a Roland Denis, Emanuel Martínez, Orlando Chirino e José Bodas por sua fundamental colaboração. As eventuais diferenças de avaliação do *Proceso Bolivariano* que possamos experimentar em nada diminuem o respeito profundo que nutro pela trajetória de cada um destes

personagens da história venezuelana. Devo agradecer também ao sociólogo Moisés Durán, ao cientista social estadunidense Gregory Wilpert e ao economista venezuelano Enzo del Búfalo.

Tampouco teria sido possível realizar a pesquisa sem contar com uma rede de amigos venezuelanos. Preciso agradecer, em primeiro lugar, a Carmen de Lourdes Vargas (e sua família), quem me acolheu mais de um período prolongado em sua casa quando sofri as dificuldades de encontrar um local para morar na capital venezuelana. Também a Tatiana Arcos e sua família que, igualmente, durante um mês, me abrigaram em seu apartamento, no conjunto habitacional *Simón Rodríguez*. O mesmo tipo de auxílio recebi por algumas semanas no apartamento de Zulay Padilla, no mesmo *Bloque 6 de Simón Rodríguez*. Estas mulheres foram meus anjos da guarda durante a pesquisa de campo. Por meio delas, agradeço o acolhimento que recebi pela comunidade de *Simón Rodríguez*, que me permitiu participar ativamente das reuniões da Comuna Amalivaca, do Conselho Comunal da *Parroquia El Recreo* e ainda de um fim de semana de treinamento como membro da Milícia Bolivariana, indicada pela comunidade.

Três colegas historiadores e um economista me propiciaram ambiente de debate e apoio para desenvolver o trabalho. Agradeço à Profa. Virginia Fontes pelo estímulo e pelo espaço de discussão junto ao GT História e Luta de Classes da ANPUH. Da mesma forma, ao Prof. Reto Bertoni, da Universidad de la República (Uruguay), pela atenciosa reflexão sobre um artigo preliminar à tese que apresentei durante o IV Encuentro Uruguayo de Historia Económica, realizado em novembro de 2011. O colega Vicente Ribeiro foi um colaborador permanente da pesquisa, sugerindo bibliografia e lançando questões. André Scherer, economista da Fundação de Economia e Estatísticas do Rio Grande do Sul, generosamente me auxiliou na interpretação de algumas das séries estatísticas da CEPAL. As eventuais imprecisões que possam remanescer da interpretação dessas fontes, no entanto, devem ser creditadas apenas a mim. Meu cunhado, Maurício Seibel Luce, revisou gentilmente as passagens em idioma inglês.

Sou imensamente grata aqueles companheiros marxistas que com sua obra e exemplo lançaram luzes para eu poder enfrentar em perspectiva crítica o desafio da experiência venezuelana. Ruy Mauro Marini não viveu para ver o revigoreamento da Teoria Marxista da Dependência cujas bases foram por ele assentadas, neste início do Século XXI. Esta

tese é tributária de suas reflexões e a ele rendo agradecimentos póstumos. Outra fundadora da TMD foi fundamental para esse trabalho: Vânia Bambirra, não somente por sua contribuição para pensar a América Latina, mas por seu exemplo de revolucionária com gosto pelos temas agudos de seu próprio tempo. Agradeço também a Jaime Osorio por suas reflexões sobre o Estado e sobre o Padrão de Reprodução do Capital. Quero ainda registrar meus mais sinceros agradecimentos a István Mészáros, cuja obra, entusiasmo e disposição permanentes nos auxiliaram a atravessar o pântano do pensamento único vigente em certos ambientes intelectuais. E, finalmente, a Sérgio Lessa por haver me alertado e mostrado o caminho para romper com o chamado “praticismo revolucionário”, tão bem caracterizado por ele. A esses intelectuais militantes rendo tributo, a despeito de qualquer discrepância de opinião com os resultados desse trabalho que possam vir a manifestar.

Preciso agradecer a Mathias Luce, interlocutor permanente, companheiro de todas as horas e durante o trabalho de campo e revisor do texto final para escrutínio da banca. Mathias envolveu-se a tal ponto com o tema que se tornou também um especialista. Suas sugestões, críticas e atenção não cabem neste registro. Agradeço igualmente a Cecília Ferreira, mãe, amiga, incentivadora e suporte fundamental em tudo o referente ao afetivo e ao material. Muito obrigada pelo carinho de meu irmão, Felipe. Por meio dele, manifesto minha gratidão aos meus demais irmãos e familiares. Ainda, sou grata a meus sobrinhos, Vitor e Pedro, a quem dediquei a maior parte das horas em que não estava pensando na pesquisa, ainda que menos do que eles mereciam, por seu afeto e compreensão. Quero registrar também minha dívida com os amigos que mantiveram incentivo permanente ao trabalho, entre eles, Ricardo Dobrovolsky, Uilson Brito, Simone Bicca, Simone e Francisco Frichembruch, Dagmar Camargo e Diego Vitello.

Finalmente, entre as instituições brasileiras das quais este trabalho é tributário estão o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que acolheu e apoiou o projeto, e a CAPES, que possibilitou a pesquisa de campo doutoral em Caracas, na Venezuela, entre março e julho de 2010, por meio do Programa de Doutorado com Estágio no Exterior (PDEE).

RESUMO

Este trabalho analisa a trajetória da classe trabalhadora venezuelana como parte do *Proceso Bolivariano*, sendo este entendido como um conjunto de acontecimentos de caráter político e social inaugurado na Venezuela pela crise pré-revolucionária do *Sacudón* (27 de Fevereiro de 1989 – 27F) e que se desenvolve como resultado de diferentes correlações de forças sociais até os dias atuais, sob o governo dirigido pelo Presidente Hugo Chávez. A tese volta-se para o estudo de dois sujeitos fundamentais do Processo Bolivariano que se encontram muitas vezes preteridos nos estudos sobre a Venezuela atual, cuja ênfase orienta-se para a análise da liderança chavista e seu governo. São eles, a classe operária industrial e os trabalhadores precarizados moradores dos *barrios* — espaço de segregação social que ocupa parte significativa da paisagem urbana venezuelana. Para compreender e explicar a emergência desses sujeitos no cenário nacional são buscadas suas raízes econômico-sociais nos elementos próprios da estrutura do capitalismo dependente petroleiro-rentista. Partindo de uma história econômica da Venezuela desde os anos 1920, identificamos a constituição de um Exército Industrial de Reserva de proporções inauditas. Com base na experiência de mais de três gerações vivendo nos *barrios*, os trabalhadores precarizados ingressaram no cenário político nacional venezuelano como um movimento de massas particular, com demandas e modos de luta específicos. Inspiradas em práticas insurgentes que remanescem da experiência guerrilheira dos anos 1960, essas lutas ganham forma nas mobilizações *callejeras* das décadas de 1980 e 1990. A intensa atividade política desse setor, em aliança com setores reformistas das Forças Armadas Nacionais venezuelanas que se arremetem na busca pelo controle do aparato estatal em 4 de fevereiro de 1992, os militares bolivarianos, constitui-se um *movimiento bolivariano radical de masas*, de caráter policlassista. Depois de abandonar a estratégia insurrecional de acesso ao poder em prol da via institucional, a chegada de Hugo Chávez na Presidência inaugurará uma nova fase do *Proceso*. Ocupando posição nada desprezível no aparato estatal, a aliança policlassista consubstanciada no governo bolivariano enfrentará o acirramento da luta de classes no interior da qual se recolocará a centralidade do operariado industrial como sujeito central da mudança estrutural. Assim, se o 27F marcou a crise pré-revolucionária e o 4F uma situação revolucionária, o governo bolivariano vem revelando-se mais recentemente como um instrumento de contenção das demandas sociais. Ao mesmo tempo, a exacerbação da luta de classes abriu caminhos para o comparecimento da classe operária industrial na luta pelo poder com experiências significativas de controle da produção em importantes atividades econômicas do país, como são as indústrias do petróleo (PDVSA), alumínio (CVG-ALCASA) e siderúrgica (SIDOR). Baseado em fontes quantitativas e qualitativas, com uso de séries estatísticas históricas e coleta de testemunhos de História Oral, este trabalho procura oferecer uma interpretação rigorosa, ainda que provisória, da história recente venezuelana a partir da perspectiva da luta de classes.

Palavras-chave: Processo Bolivariano. Venezuela. Chavismo. Socialismo do Século XXI. Capitalismo Rentista. Capitalismo petroleiro. Dependência e revolução na América Latina. Governo Bolivariano. Teoria Marxista da Dependência. História econômica da dependência.

ABSTRACT

The present thesis analyses the trajectory of Venezuelan working class within the *Proceso Bolivariano*, which is understood as a compound of political and social events in this country inaugurated by the pre revolutionary crisis driven by the *Sacudón* (February the 27th, 1989 – 27F) and since then has evolved as a result of varying correlation of the social forces up to the present.

Stemming from an economic history of Venezuela since the 1920s, the thesis presents evidence on the upsurging of precarious urban workers as the main actors of the *Proceso Bolivariano*. The relevance assumed by this working class sector is discussed as resulting from the very constitution of the Venezuelan oil dependent capitalism and its *rentier* bias. The thesis remarks that this particular form of capitalism reproduced throughout the twentieth century an Industrial Reserve Army of incomparable dimensions. In this process, the precarious urban workers have been socially segregated in the *barrios* (shantty towns) and had their identity forged on day-to-day struggles experience for survival. In this sense, it is argued that this working class sector emerged at the national political escenario in Venezuela as a particular mass movement, carrying out its claims and specific ways of struggles. The political actions sustained by those social subjects, in an alliance with reformer military from the Venezuelan National Armed Forces – the Bolivarian Military – crafted what we named the *Bolivarian radical mass movement*, inaugurating a new historical bloc which accessed Venezuela's state apparatus departing from 1999.

Using insurgent methods derived both from the 1960s *guerrilla* experience and the popular extraction within the Venezuelan Army, this historical bloc unfolded a strategy to control State's apparatus evoking a political discourse advocating for a revolutionary transformation. Regarding the former elements, the thesis discusses how the pre revolutionary crisis of the 27F moved towards a revolutionary situation, when dominant classe's difficulties for unity opposed them in a stalemate with the military, on February the 4th, 1992 (4 F), and, finally, how this situation evolved to an institutional outcome with ex-Liutenenent Colonel Hugo Rafael Chávez Frías candidature and election for Presidency in 1999. In this sense, the Bolivarian Government is depicted as a new phase of the *Proceso*. The thesis contends this new phase has sharpen the class struggles and put the industrial working class into centrality, as it will reemerge as main protagonist for social structural change. In conclusion, if the 27F stressed a pre revolutionary crisis and the 4F remarked a revolutionary situation, the thesis contends that multiclassis Bolivarian government turned out to be an instrument for countering radical social demands of the industrial working class and the precarious workers, while at the same time sharpening the class struggles, unfolding a new path for the working class to fight for an alternative power.

Using quantitative and qualitative methods and different sorts of research sources, such as historical statistics and Oral History records, this thesis aims at offering a yet provisional contribution to the field of the Venezuelan recent history, considering the class struggles theoretical perspective.

Key-words: Bolivarian Process. Venezuela. Chavism. The Twentieth Century Socialism. The *rentier* capitalism. Oil capitalism. Economic dependency and revolution in Latin America. Bolivarian government. Marxist Theory of Dependency. Economic History of Dependency.

LISTA DE SIGLAS

4-F – 4 de fevereiro de 1992
27-F – 27 de fevereiro de 1989 (Sacudón ou Caracazo)
AD – Partido Acción Democrática
AP – Associated Press
ARMA – Alianza Revolucionaria de Militares Activos
COPEI – Comité de Política Electoral Independiente
CVG – Corporación Venezolana de Guayana
CTV – Central de Trabajadores de Venezuela
BDEBP – Base de Datos El Bravo Pueblo
DIM – División de Inteligencia Militar
DISIP – Dirección Nacional de los Servicios de Inteligencia y Prevención
ELN – Ejército de Liberación Nacional
FALN – Fuerzas Armadas de Liberación Nacional
FAN – Fuerza Armada Nacional
FMI – Fondo Monetário Internacional
GCR – Grupos de Comandos Revolucionarios
MAS – Movimiento al Socialismo
MBR-200 – Movimiento Bolivariano Revolucionario – 200
MIR – Movimiento Izquierda Revolucionaria
M-19 – Movimiento 19 de abril
MVR – Movimiento V República
NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte
ONU-HABITAT – Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCV – Partido Comunista de Venezuela
PDVSA – Petroleos de Venezuela S.A.
PPT – Partido Patria para Todos
PROVEA – Programa Venezolano en Educación – Acción de Derechos Humanos
PRV – Partido de la Revolución Venezolana
RCTV – Radio Caracas Televisión
SIDOR – Siderúrgica del Orinoco
UCV – Universidad Central de Venezuela
ULA – Universidad de Los Andes
URD – Unión Republicana Democrática
UTC – Unidades Tácticas de Combate

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O CAPITALISMO DEPENDENTE, PETROLEIRO E RENTISTA	40
1.1 A formação econômico e social venezuelana desde 1920.....	41
1.2 Desemprego estrutural, exército industrial de reserva e o <i>barrio</i>	71
2 O BARRIO E O MOVIMENTO BOLIVARIANO RADICAL DE MASSAS	93
2.1 Sacudón, crise pré-revolucionária: “sem organização, mas com consciência”.....	94
2.2 Militares bolivarianos contra a corrupção.....	114
2.3 A guerrilha e seus métodos radicais de luta	123
2.4 A geração militar de Chávez e o novo bolivarianismo.....	132
2.5 O aparato do Estado e a criação das comunas	134
3 A CLASSE OPERÁRIA E GOVERNO BOLIVARIANO	149
3.1 A situação da classe trabalhadora venezuelana	131
3.2 Luta política e autonomia sindical	159
3.3 Petroleiros lutam pelo controle da produção	168
3.4 A indústria do alumínio CVG-ALCASA e a <i>cogestión revolucionaria</i>	189
3.5 Siderúrgica del Orinoco (SIDOR), nacionalização com precarização.....	208
CONCLUSÃO	223
FONTES	229
BIBLIOGRAFIA	232
ANEXOS	
ANEXO A— Imagen 1: Imagem 3D da reconstrução facial de Simon Bolívar – Vista Frontal	
ANEXO B— Tabela 1: Variaciones de la composición de la importación durante el proceso de sustitución	
ANEXO C— Mapa Político de Venezuela (Somente disponível na versão impressa)	
ANEXO D— Tabela 2: La acumulación de Capital en Venezuela: información estadística relevante (1936-2001)	
ANEXO E— Gráfico 1: Evolución de la participación del producto manufacturero en el PIB (1950-2007)	
ANEXO F— Gráfico 2: Renda Petroleira e PIB, Venezuela (1936-1988)	
ANEXO G— Gráfico 3: Participación del empleo en manufactura sobre el empleo total	

ANEXO H—	Figura 1: Reprodução ampliada da dependência
ANEXO I—	Tabela 3: Venezuela - Estrutura da população ocupada urbana total por grupos ocupacionais (1981-2008)
ANEXO J—	Tabela 4: Decrecimiento del empleo manufacturero (1950-2010)
ANEXO K—	Mapa 2: Caracas, DF (somente disponível na versão impressa)
ANEXO L—	Tabela 5: Natureza do protesto (1958-1999)
ANEXO M—	Tabela 6: Motivos do protesto (1958-1999)
ANEXO N—	Quadro 1: divisões originárias do PCV
ANEXO O—	Quadro 2: divisões originárias da esquerda da AD
ANEXO P—	Quadro 3: Principais ações das FALN em 1963
ANEXO Q—	Quadro 4: Instrumentos da democracia direta na Venezuela
ANEXO R—	Quadro 5: Percepção da democracia na IV e V República
ANEXO S—	Quadro 6: Índice Laspeyres del volumen de la Producción de la Industria Manufacturera Privada (Base 1997=100)
ANEXO T —	Cópia digital em CD das Entrevistas realizadas com Roland Denis, Emanuel Martínez (Manolín), Jose Bodas e Orlando Chirino, em Caracas, Março-Junho de 2010. (Disponível na versão depositada na Biblioteca do IFCH-UFRGS)

PREFÁCIO

Quando desembarquei pela primeira vez no aeroporto de *Maiquetía*, em maio de 2002, não tinha em mente realizar uma pesquisa sobre o *Proceso Bolivariano da Venezuela*. No ano que se seguiu àquele, em diversas viagens a Caracas, testemunhei uma sucessão de mobilizações políticas multitudinárias que me causaram forte impacto. Não tanto pela quantidade abrumadora de pessoas reunidas em torno de alguma luta política ou por sua frequência quase mensal, o que já seria em si significativo depois da longa abstinência das multidões do cenário político latino-americano dos anos 1990, mas pelo perfil dos manifestantes. Eu já havia testemunhado atos de rua importantes ao longo de minha vida, mas nenhuma de tamanha dimensão nem composta de um segmento da população tão visivelmente empobrecida. Os setores chamados médios estavam praticamente ausentes e o caráter de festa popular era inequívoco.

Recordo-me que o espanto não era apenas meu. Na mesma ocasião, historiadores marxistas britânicos como Perry Anderson, Robin Blackburn, ou escritores como o paquistanês Tarik Ali, que havia inspirado John Lenon a escrever a letra de *Street Fighter Man*, também tratavam de ir ver de perto o Processo ou Revolução Bolivariana. Em uma daquelas mobilizações, com os observadores internacionais reunidos em um grande palco montado na Av. Bolívar, o teórico da comunicação Armand Mattelard, depois de percorrer longamente os labirintos da multidão até chegar onde estávamos, comentou que sim, que aqueles rostos mestiços, as mãos calejadas e o caráter de festa popular eram genuínos. Porém, estávamos todos um pouco desconfiados, incrédulos de que o “pensamento único” imperante por três longas décadas estivesse sofrendo uma fissura para além dos restritos círculos do pensamento crítico.

Ao longo dos dez anos que me separam daquele encontro estive buscando uma aproximação intelectual intensa porém gradativa com o *Proceso Bolivariano*. Procurei em minha dissertação de mestrado compreender o caráter da ideologia bolivariana. A resposta que encontrei não fez concessões ao potencial revolucionário do bolivarianismo. Historicamente, como ideologia romântico-revolucionária, esta havia apresentado seus limites muito precocemente bem como através de todos os seus usos e abusos no decorrer dos séculos XIX e XX. Não somente Bolívar, mas também Martí,

Sandino e Zapata haviam sido reivindicados por um conjunto de movimentos radicais na América Latina do século XX e povoavam o discurso político de nossos dias. A evocação nacional-revolucionária, no entanto, havia fracassado em grande medida e provavelmente, a julgar pela experiência histórica acumulada até aqui, não residiria exclusivamente no potencial de uma ideologia deste tipo a esperança de superação da dependência ou a viabilidade de um projeto alternativo ao regime do capital.

Ao iniciar minha pesquisa doutoral, em 2007, eu estava convencida de que a Venezuela vivia um processo singular na história. Ao longo da investigação, o processo venezuelano revelou-se heterogêneo, conformou-se em momentos ou fases distintos com suas problemáticas específicas, alcançou termos de comparação com a experiência latino-americana da segunda metade do século XX e com o restante do continente de seu tempo. A pesquisa orientou-se para a indagação a respeito do papel desempenhado pela classe trabalhadora no processo, fossem eles os trabalhadores precarizados na maior parte moradores das favelas venezuelanas que compareciam naquelas megamanifestações, ou o tradicional operariado industrial. Investigamos, neste sentido, as origens históricas dos moradores dos *barrios* e sua constituição como ator político central da realidade venezuelana de finais do século XX. Avançamos também sobre a questão do protagonismo operário em um processo que se reivindica oficialmente como uma revolução socialista desde janeiro de 2005. O enfoque principal que orientou as perguntas formuladas a estes sujeitos esteve preocupado com as eventuais contribuições deste Processo para a superação da dependência nos países da periferia do capitalismo, aceitando os parâmetros propostos de construção do Socialismo do Século XXI, objetivo explícito e impreciso anunciado pelo porta-voz do Processo Bolivariano da Venezuela, o Presidente Hugo Rafael Chávez Frías.

Assim, em um trabalho que se configura como um aporte provisório a uma história do tempo presente, ofereço uma história da classe trabalhadora como parte do *Proceso Bolivariano da Venezuela* que buscou não prescindir nem da teoria, nem dos fatos, na convicção de que valeu a pena interrogar a realidade venezuelana com os olhos de quem busca lançar luzes sobre as disjuntivas da revolução socialista em formações histórico-sociais dependentes.

INTRODUÇÃO

É parte dolorosa de nosso ofício saber que o futuro muito provavelmente reserve descobertas insuspeitadas pelos esforços dos historiadores do presente em obter conhecimento útil à interpretação da realidade de seu próprio tempo. Daí que o balanço histórico futuro relativo ao *Processo Bolivariano da Venezuela* possa revelar inexata a interpretação histórica que oferecemos hoje. Essa seria apenas uma vicissitude a mais na coleção de tantas outras de nosso *métier*. De qualquer forma, explorar a mínima possibilidade de que uma interpretação possa oferecer luzes à compreensão do presente para melhor transformá-lo nos parece um risco suficientemente válido de correr¹.

O *Processo Bolivariano da Venezuela* é um desses temas que interpõem grandes obstáculos ao conhecimento devido a seu caráter controverso. Mobilizando paixões inclusive dos mais lúcidos intérpretes e desafiando as teorias disponíveis para explicá-lo, o *Processo* carece até o momento de uma análise a partir da perspectiva da situação da classe trabalhadora venezuelana, em uma temporalidade de média duração (Braudel 1978; Osorio; 2001) que permita articular diferentes níveis de abstração em uma análise que transite das estruturas às conjunturas, da constituição econômica aos sujeitos em seu percurso no tempo. Nesse trabalho, buscamos recuperar essa dimensão do *proceso* tomando em conta o horizonte de possibilidades e o conjunto de limitações postas pelo atual desenvolvimento capitalista venezuelano, a fim de melhor compreender seu

¹ O tempo presente é justamente o campo privilegiado da intervenção ideológica, inclusive pelo ambiente ou clima ideológico compartilhado pelo próprio pesquisador, como nos lembra Sirinelli. O autor de *Idéologie, temps et histoire* nos oferece a pista para enfrentar o desafio do tempo presente: "não há nada mais que o *métier*. Ele só permite ao historiador, calado perante as regras de método e o rigor que deve limitar em todas as circunstâncias sua prática e por todos os períodos estudados, utilizando, no seio dessas mesmas práticas, as diversas temporalidades — diferentes ritmos de acordo com os objetos estudados —, submeter seu registro à geometria variável de seu próprio tempo" (SIRINELLI, 1992, p. 97, trad. C.F.). Enrique Serra Padrós, por sua vez, aponta que, em relação ao conhecimento histórico, há dois elementos constitutivos centrais na relação entre ciência histórica e o Tempo Presente. "Primeiro, a perspectiva de processo histórico, de uma história total, em que as diversas instâncias articulam-se, interconectam-se, formando uma rede de relações cuja lógica deve estar presente para o historiador. Segundo, um compromisso radical com a verdade – sobretudo em tempos de *negacionismo* –, com o real (a verdade e o real mais próximos possível do fato concretamente acontecido), assim como com a produção do conhecimento científico acumulado, pois o trabalho do historiador não pode abrir mão da dimensão científica (o método crítico com seus processos testados e seus instrumentos). [...] Trata-se, portanto, de uma história que problematiza, que reconhece as interconexões existentes e que utiliza os instrumentos teórico-metodológicos como ferramentas para compreender o passado iluminado desde as indagações do presente. Diante disso, é necessário lembrar sempre que, em primeiro lugar, a história do presente é, antes de tudo, história. Independente das suas especificidades, objetivos, métodos e fontes, os desafios da história do presente não são essencialmente diferentes dos da história do período anterior (PADRÓS, 2004, p. 202-3).

significado histórico. Ou seja, observando os elementos que o impulsionam para ensejar uma série de transformações de caráter econômico, social e político ao mesmo tempo em que pesam como verdadeiras estruturas inflexíveis à vontade dos homens e mulheres em sua práxis histórica. Em outras palavras, uma interpretação que busque apreciar esta experiência social à luz das condições sobre as quais está sendo feita esta história.

Assim, para precisar o que estamos referindo ao nomear *Proceso Bolivariano* da Venezuela, descreveremos em linhas gerais os acontecimentos que o conformaram como um conjunto de eventos articulados entre si que integraram a experiência política e social venezuelana dos últimos trinta anos. Entendido como uma reação social à crise do regime de reprodução do capitalismo dependente petrolero rentista em sua fase de reestruturação produtiva de corte neoliberal², o *proceso* marcou como novidade histórica a emergência de um setor precarizado da classe trabalhadora como sujeito fundamental da luta política. E, ainda, abriu em seu seio a possibilidade do comparecimento da classe operária industrial como sujeito político central da luta pelo poder. Para dizê-lo de outra forma, o *proceso* configurou-se historicamente como uma tentativa de resposta da classe trabalhadora — em aliança com setores da pequena burguesia não proprietária vinculada às forças armadas nacionais— a esta crise, entre meados dos anos 1980 e 2010 —, estando ainda em andamento.

Em termos descritivos, seguindo suas origens, desenvolvimento e desenlace como a história de uma particular luta pelo poder político³ podemos desde logo apontar que, em

² A crise do regime de reprodução do capitalismo dependente petrolero e rentista será descrita no Cap. 1.

³ Por *poder político* entendemos uma “*modalidad particular de relación de poder que se establece entre clases dominantes y clases dominadas*” a qual consiste na “*capacidad de las clases sociales de llevar adelante sus proyectos e intereses en tanto clases*. El lugar privilegiado de condensación de estas relaciones es el Estado, y las funciones de éste en tal sentido no son inmediatamente perceptibles. Determinar quiénes (clases, fracciones y sectores) detentan el poder político constituye un problema teórico que requiere el apoyo de instrumentos conceptuales para ser develado. Es el aspecto más oculto e invisible del Estado”. [...] “El poder político, en tanto rede de relaciones sociales, alcanza su condensación fundamental en el Estado, pero tiene la capacidad de producirse y reproducirse desde todos los ámbitos de la sociedad, sean económicos, políticos, culturales o ideológicos. En este sentido la sociedad puede ser percibida como una red de poderes que atraviesan todos los niveles sociales. Sin embargo, *es en el Estado en donde esa red encuentra su núcleo fundamental de articulación y de reproducción*. La red de relaciones de poder tiene especificidades según se trate del campo económico, político o ideológico. Sin embargo, todas – vía mediaciones diversas – terminan cristalizando en poder político en el Estado”. [...] “*La rede de relaciones de poder que se extiende por todo el cuerpo de las relaciones sociales presenta jerarquizaciones en cuanto a su condensación, siendo el Estado la fundamental*. Al no establecer esta precisión, Foucault termina perdiendo de vista los núcleos que sostienen el conjunto del tejido de dominación en la sociedad y hacia donde – en último término – terminarían convergiendo las resistencias gestadas en los diversos ámbitos sociales. De esta forma *acaba privilegiando una visión atomizada del poder frente al cual no es posible establecer ninguna estrategia determinada de oposición*” (OSORIO, 2009, p. 27-8, 33. Grifos de Osorio).

sua fase inaugural, com raízes importantes ao longo das décadas de 1960 e 1970, um primeiro evento fundador lançará os trabalhadores precarizados urbanos moradores das favelas como partícipes da cena política nacional. Em uma manifestação social de grande envergadura ocorrida entre os dias 27 de fevereiro e cinco de março de 1989 que foi batizada de *Sacudón* ou *Caracazo*, os moradores das favelas venezuelanas, secundados por outros setores da classe trabalhadora, desenvolveram uma série contínua e crescente de ações diretas de expropriação de bens de todos os tipos além de incêndios de veículos de transporte público, as quais somente foram detidas mediante forte repressão policial, com um saldo significativo de mortos. Estes eventos foram interpretados pela socióloga Margarita López Maya como “um protesto massivo e violento exercido por uma parte da sociedade que não contava com canais idôneos para se fazer escutar e ser entendida pelas instâncias de poder” (LOPEZ MAYA, 1999, p. 197. Trad. C.F.).

Em seguida, a rebelião social que havia sido sufocada foi secundada por uma insurreição militar, ocorrida em 4 de Fevereiro de 1992, contra o governo do presidente Carlos Andrés Pérez⁴. Esta insurreição incorporou ao *Proceso* — na verdade, o conformou— os chamados militares bolivarianos⁵. Este setor da pequena burguesia não proprietária⁶ que ocupa posição central no aparelho do Estado⁷ se faria representar no

⁴ Em 27 de novembro de 1992, uma segunda insurreição militar contra o governo de Carlos Andrés Pérez teve lugar. Liderada por oficiais da marinha e da força aérea, teve conexões com a primeira tentativa, também fracassada, do 4-F e contou, além disso, com a participação de setores civis.

⁵ A participação dos militares bolivarianos e a questão militar na Venezuela do tempo presente não serão analisadas nos limites desse trabalho. Porém, cabe registrar algumas particularidades de sua trajetória histórica. Em primeiro lugar, um elemento bastante consensual entre os autores assume haver um componente popular constituindo historicamente o exército venezuelano. Machillanda reconheceu esse fator, ao analisar: “la influencia y gravitación del Ejército en el mundo político social de Venezuela obedece una serie de variables de carácter multifactorial que deben ser consideradas tales como la extracción social y composición del cuerpo de oficiales, la fuerza de la costumbre, la identificación del militar con las clases populares y su concepción de ser 'el pueblo con uniforme” (MACHILLANDA, 1988, p. 48).

⁶ Sobre o conceito de pequena burguesia não proprietária, cf. Poulantzas (1969).

⁷ Entendemos Estado como “mucho más que dominio de clase. Pero esencialmente es dominio de clase. El Estado es mucho más que condensación de relaciones de poder, pero fundamentalmente es la condensación principal de las relaciones de poder. En fin, el Estado es mucho más que coerción. Pero es principalmente violencia concentrada” (OSORIO, 2009, p. 19). No caso do Estado capitalista ou burguês este se configura como uma relação social que cria força e modifica a correlação de força em favor dos que dominam, tornando possível a exploração. Trata-se, portanto, de uma instituição de vital importância para o capital. Uma particularidade do domínio exercido pelo Estado nação moderno é sua capacidade de ocultar seu caráter de classe. Osorio, analisando essa questão, aponta que isso se deve à ruptura entre economia e política operada pela forma de dominação burguesa e suas correntes de pensamento que fazem com que o Estado apareça, por um lado como resultado de um pacto entre indivíduos - com diferentes enfoques entre Thomas Hobbes, em seu *Leviatã*; John Locke no *Segundo tratado sobre o governo civil*; e Jean Jacques Rousseau, *Contrato Social* -, ou por outro lado, como reino da razão

interior do *Proceso* por uma organização política surgida no interior das Forças Armadas Nacionais, o Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-200), cuja direção foi encabeçada pelo Ten. Cel. Hugo Rafael Chávez Frías. Em nossa interpretação, trataremos a rebelião do 27F e a insurreição do 4F como dois momentos de um único acontecimento histórico: a fundação do *Proceso Bolivariano da Venezuela*.

A esta fase inaugural seguiu-se um segundo momento constitutivo do *Proceso*, o qual se desenvolveu mediante uma série de campanhas de mobilização que conformariam ao longo do tempo o *Movimiento Bolivariano Radical de Massas*. A primeira delas ocorreu em 1996 e articulou-se em torno da proposta de abstenção nas eleições venezuelanas convocadas para aquele ano. Foi no decorrer desta campanha que a liderança de Hugo Chávez se apresentou como uma alternativa anti-regime em nível nacional. Depois disso, uma alteração na estratégia de luta pelo poder fará com que os militares bolivarianos optem por seguir a via institucional de acesso ao *aparato do Estado*⁸. Assim, na campanha eleitoral de 1998, o Ten. Cel. Hugo Chávez se apresentaria ao cargo de Presidente da República, com base em um programa político que resultava da

- com Hegel nos *Elementos da Filosofia do Direito*; e, posteriormente, Max Weber, particularmente em *Economia e Sociedade*. Mas este ocultamento é favorecido também por interpretações críticas, porém reducionistas, em que o Estado é tratado como epifenômeno da economia, ou politicistas, na qual o político se autonomiza a ponto de perder todo o vínculo com o movimento de reprodução do capital e da exploração (OSORIO, *op. cit.*, p. 23-6). Mais sobre este tema cf. Bobbio (1996), Borón (2000) e a polêmica entre Ralph Milliband e Nicos Poulantzas publicada originalmente por *New Left Review* em Milliband, Poulantzas e Laclau, 1991.

⁸“El aparato de Estado es la *reificación* de las relaciones de dominio, de mando-obediencia y de construcción de comunidad. Si a nivel Estado las relaciones de dominio se despliegan en la totalidad social, a nivel de aparato de Estado dichas relaciones se presentan *condensadas y acotadas* a instituciones (fundamentalmente aquellas que conforman los clásicos tres poderes del Estado moderno: Ejecutivo, Legislativo y Judicial), personeros y en un cuerpo de leyes.

Esa condensación y acotamiento de las relaciones estatales permite que instituciones como el mercado, la familia, la iglesia, escuelas, medios de comunicación y fábricas, entre las más relevantes, se presenten como exteriores al aparato y también al Estado, a lo menos en las formas democrático-liberales. Esto permite, en su fetichización, que *la esfera de lo político se estreche aún más*, ya no sólo separada de lo económico, sino también reducida al ámbito del aparato en sentido estricto. Esta es una [de] las manifestaciones que propicia la *forma* aparato de Estado. Con ello se obscurece (como negación) que el poder (en tanto relación) atraviesa la totalidad de la vida societal. Más aún, el *aparato de Estado tiende a ser percibido como ‘el Estado’* y emerge como una institución por encima de la sociedad.

(...)

Estado y Aparato de Estado conforman una unidad diferenciada. Entre ellos existe un hiato teórico que refiere a distintos niveles de concreción y a que la *forma* Estado y la *forma* aparato da cuenta cada una de aspectos específicos de las relaciones de dominio del capital (...) Además de las formas diferenciadas y de concreción que alcanzan Estado y aparato, que permiten a las relaciones sociales del capital resolver problemas de poder y dominio específicos, existe entre ellos un hiato social. Este es resultado de un asunto nada despreciable: *la burguesía es la primera clase dominante que se separa de la administración y manejo del aparato estatal*, tendiendo a dejar esas tareas en manos de otras clases y sectores sociales” (OSORIO, 2010, p. 38-9).

conformação de uma aliança social de caráter policlassista. O *Polo Patriótico* reuniu sob a candidatura presidencial de Hugo Chávez estes setores, levando-os à vitória nas eleições de 1998 e a convocação, em 1999, do *Proceso Constituyente*. Tomado aqui como a última grande campanha desta fase de desenvolvimento do *Movimiento Bolivariano Radical de Massas*, a constituinte galvanizou a participação de importantes setores de trabalhadores, em particular os precarizados urbanos. Encerrada com a campanha do referendo constitucional que aprovou e colocou em vigência a *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela* (CRBV, 2001), esta se constituiu a nosso ver como a síntese mais completa do programa policlassista formulado pelo *Proceso*.

Finalmente, encontra-se o terceiro momento, após as eleições e a aprovação da Constituição, quando observamos uma segunda transformação no caráter do *Proceso*. A primeira ocorrera precisamente entre os anos de 1996 e 1998, quando de uma via insurrecional passou a optar pela via eleitoral ou institucional de luta pelo poder. Agora, sob o governo bolivariano, que havia inaugurado a chamada *V República*⁹, o *Proceso* sofreria as idiossincrasias daquela aliança policlassista que lhe deu origem sem conseguir superá-las. E, no bojo dos conflitos ensejados pela luta política, verificamos o retorno à cena nacional do operariado industrial como um protagonista central. Será esse comparecimento da classe operária como partícipe da luta política direta o elemento que provocará uma nova transformação no caráter do *Proceso*, alterando a correlação de forças internamente e abrindo novas possibilidades históricas que até então não estavam colocadas pelo *movimiento bolivariano radical de massas*.

Produzir uma explicação histórica para a emergência desses sujeitos sociais, bem como o seu significado no tempo é, portanto, um objetivo geral dessa tese. Para isso, analisamos os problemas econômicos, sociais e políticos atinentes à dependência venezuelana que comparecem como verdadeiros condicionantes históricos ao *proceso*

⁹ Na história política venezuelana, a Primeira República vai de 19 de abril de 1810, data da primeira Declaração de Independência de Venezuela até a derrota das forças independentistas lideradas por Francisco de Miranda pelas mãos do General espanhol Domingo de Monteverde, em julho de 1812. A Segunda República vai da Campanha Admirável liderada por Bolívar, iniciada em março de 1813, passando pela declaração de *Guerra a Muerte*, até a derrota de Bolívar pelas forças espanholas aliadas ao *llanero* José Tomás de Boves, em 1815. A Terceira República começa com a reação de Bolívar apoiado pelo Presidente haitiano, Alexander Pétion, além de Luis Brión e do império britânico, por meio de Robert Sutherland, a partir de 1816, até a conquista definitiva da independência peninsular de Espanha, em 1823 (SALCEDO BASTARDO, 1996). A Quarta República refere-se ao longo período desde a independência até o final do Regime de *Punto Fijo*, em 1998.

bolivariano. Nesse sentido, em primeiro lugar, nosso objetivo é compreender as características específicas do capitalismo dependente venezuelano em seu desenvolvimento ao longo do século XX, bem como conhecer as feições e a natureza de sua crise a partir dos anos 1980. Um segundo objetivo é analisar a estrutura de classes do país, em particular como se conformou uma parcela da classe trabalhadora precarizada que não participa do processo produtivo industrial, mas constitui-se como um amplo e heterogêneo setor que compartilha do espaço e da experiência da favela urbana em sua dinâmica histórica desde as primeiras décadas do século passado e que, a partir dos 1980, adquire proeminência como sujeito político no país.

É objetivo desse trabalho, ainda, demonstrar a constituição da aliança política e social que configura o que chamamos do *Movimiento Bolivariano Radical de Massas*. Para isso, analisaremos as evidências históricas da convergência de um projeto político compartilhado entre os trabalhadores precarizados habitantes das favelas urbanas, os *barrios*, e um setor da Força Armada Nacional venezuelana que adotou um projeto reformador do Estado. No bojo da convergência desses dois setores, criaram-se as condições para o comparecimento da classe operária industrial como força política central na definição dos rumos da sociedade venezuelana, na atualidade. Finalmente, pretendemos interrogar de forma geral, e a partir de alguns primeiros indícios coletados, a efetividade das políticas desenvolvidas pelo governo bolivariano da Venezuela (1999-2010) no que diz respeito à superação da dependência. Desde já, cabe registrar aqui que tomamos como pressuposto para qualquer transformação que se anuncie como estrutural na América Latina — como de fato afirma ser o *Proceso* ao se auto-denominar como revolucionário — o enfrentamento das relações de subordinação econômica, política e cultural ao imperialismo que caracterizam a dependência.

Como veremos, o *gobierno* bolivariano que resulta dessa aliança (como um momento no desenvolvimento do *Proceso*) enfrentará forte resistência da classe dominante interna e externamente ao país. Eventos políticos de envergadura marcariam esta resistência como o golpe de Estado de 11 a 13 de abril de 2002, a paralisação de parte importante das atividades produtivas nacionais entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003 e a tentativa de revogar o mandato presidencial, em 2004. E, em 2005, precisamente em seu discurso proferido no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, o Presidente Chávez

anunciaria a necessidade de avançar para o Socialismo do Século XXI, indicando que as contradições do *proceso* viviam uma nova fase e assumiriam novas formas.

Antes de avançar sobre a natureza da abordagem que nos dedicamos a realizar, cabe apenas registrar as razões pelas quais não adotamos aqui a designação de Revolução para este processo histórico. A experiência histórica acumulada informa que uma revolução em uma sociedade capitalista se inaugura com o exercício direto do poder por parte da classe trabalhadora, com a constituição de um poder dual¹⁰ que assume a forma

¹⁰ Sobre o poder dual, ver, de Marx, *A questão judaica* (MARX, 2010), onde enfatiza os limites do parlamentarismo; *A guerra civil na França* (MARX, 2011) e o *Prefácio* à edição alemã de 1872 do Manifesto Comunista (MARX e ENGELS, 1998), onde ele funde as questões relativas ao Estado presentes no Manifesto Comunista, de 1848, com a experiência da Comuna de Paris. Em Lênin, o poder dual é definido como o poder direto dos operários e soldados (que na Rússia eram basicamente camponeses) e uma conquista revolucionária: “Es un poder completamente diferente del de la república parlamentaria democrática-burguesa del tipo general que impera ahora en los países avanzados de europa [...]. Este poder es un poder *del mismo tipo* que la Comuna de Paris de 1871. Los rasgos fundamentales de este tipo de poder son: 1) la fuente del poder no esta en una ley, previamente discutida y aprobada por el Parlamento, sino en la iniciativa directa de las masas populares desde abajo y en cada lugar, en la “conquista” directa del poder, para emplear un término en boga; 2) sustitución de la policía y del ejército, como instituciones desvinculadas del pueblo y contrapuestas a él, por el armamento directo de todo el pueblo; con este poder guardan el orden público los *proprios* obreros y campesinos armados, el *própio* pueblo en armas; 3) los funcionarios y la burocracia son sustituidos también por el poder directo del pueblo o, al menos, sometidos a un control especial, se transforman en simples mandatarios no solo elegibles, sino *amovibles* en todo momento, en cuanto el pueblo lo exija; se transforma de casta privilegiada, con una elevada retribución, con una retribución burguesa, de sus “puestecitos”, en obreros de un “arma” especial, cuya remuneración *no excede* del salario corriente de un obrero cualificado” (LENIN, 1985, Vol. 31, p. 153-6). Cf, también, Rosa Luxemburgo: *Reforma ou Revolução* (1976) e *A Socialização da Sociedade* (de 1918) (disponível em <http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/socializacao.htm>). Gramsci (1972) também abordou o tema diretamente em *El movimiento turinés de los consejos de fábrica*. No texto, Gramsci afirma que “Para os comunistas, pôr o problema do controle significa pôr o maior problema do atual período histórico, significa pôr o problema do poder operário sobre os meios de produção e, por conseguinte, o problema da conquista do Estado”. Cf. ainda Mandel (1976) e o debate promovido no nº 33 dos *Cuadernos Pasado y Presente, Consejos Obreros y democracia socialista* (1972). Na introdução desse número dos *Cuadernos*, os organizadores apontam que, distintamente às organizações gremiais e sindicatos que se ocupam de temas econômicos ou de organizações autônomas da classe que emergem ao nível das massas propondo alternativas políticas, o controle operário dissolve na prática a separação entre economia e política (essência do modo de dominação burguês em geral e do regime democrático-liberal em particular), sendo irreduzível às práticas sindicais e parlamentares. Opinião menos otimista foi desenvolvida no mesmo número da revista por Franco Ferri, em seu artigo, *El problema del control obrero*. Ferri afirma que o controle operário é uma estratégia para a tomada do poder em uma situação revolucionária que ainda não coloca a socialização dos meios de produção. Não seria um programa de expropriação, mas de capitalismo de estado. O controle operário sobre a produção e distribuição, de forma orgânica e com planejamento de baixo para cima, teria a capacidade de converter-se de um instrumento de controle econômico em um instrumento de controle do Estado, como ditadura do proletariado. Porém, não teria a capacidade de promover a síntese entre democracia e igualdade substantiva. A unidade entre o político e o econômico permitiria desenvolver o Estado operário centralizado como instrumento de defesa para o avanço da revolução no momento que a precede e ao que a segue imediatamente. Isso significa dizer que seria um instrumento para tomar o controle sobre os bancos, sobre as fábricas (FERRI, 1972). De nossa parte, pensamos que na fase fordista do capitalismo ocidental com suas sociedades industrializadas, a fábrica constitui-se como lugar por excelência da solidariedade possível do proletariado. Atualmente, na fase de reestruturação produtiva neoliberal, esse espaço foi alterado em sua qualidade, pois restringido em suas possibilidades de solidariedade, ainda que acrescentado em termos de concentração de poder em um número até mesmo reduzido de trabalhadores.

de um Estado Operário ou de um Estado Operário e Camponês, o qual serve de base concreta e real para a desconstituição dos mecanismos de dominação da burguesia. Diferentemente, portanto, de uma *crise pré-revolucionária*, a qual se define por uma crise de dominação e irrupção de todos os setores da classe trabalhadora na cena política. Bem como da definição de *situação revolucionária*, momento em que ocorre o amadurecimento de tal crise ao ponto em que se dão as condições para que os trabalhadores possam arremeter contra o poder estatal burguês. Assim, *crise pré-revolucionária*, *situação revolucionária* e *revolução* (quando se instaura o poder direto dos trabalhadores) compõem momentos distintos de um processo político de transformação estrutural da sociedade. São, neste sentido, momentos precisos de um processo que não se configuram como tais na ausência de algum dos seus elementos constitutivos¹¹. Este é o caso venezuelano que, ainda que tenha vivido uma situação pré-revolucionária em 1989, um ensaio de situação revolucionária em 1992 e uma nova e mais profunda situação revolucionária na passagem dos anos 2002 para 2003, não consumou ainda uma efetiva revolução, uma vez que os trabalhadores não exercem o poder político direto.

Assim, o *Processo Bolivariano da Venezuela* não se desenvolveu como uma experiência de poder da classe operária, nem resultou de uma aliança dos trabalhadores da cidade e do campo, ainda que seja marcada por uma crise de regime na qual emergiram na cena política o conjunto da classe trabalhadora empregada, subempregada e desempregada. Constituiu-se, sim, como uma luta política particular. E, apesar de, em 2002-2003, diante da paralisação das atividades produtivas, ter criado condições para que a classe trabalhadora, liderada pelo operariado industrial, arremetesse diretamente contra o poder de Estado constituído, em sentido ampliado, não se consumou em poder dual. Agora, se, no contexto de uma reconfiguração tal do capitalismo na fase atual

Obviamente, do ponto de vista do trabalho, em nível mundial, a industrialização chinesa em sua fase atual coloca grande parcela dos trabalhadores em uma condição de trabalho *sui generis*, que funde aspectos da dominação tanto da fase pré-fordista, quanto fordista e pós-fordista ou toyotista, com impacto sobre a dimensão quantitativa do operariado em nível mundial. No caso venezuelano, caberia acrescentar que, no contexto da reestruturação produtiva e seu mercado de trabalho flexível, para além das fábricas e seu papel estratégico inequívoco — como ficou patente a partir da paralisação de dezembro-fevereiro de 2003—, também os *barrios*, local de moradia dos trabalhadores precarizados, convertem-se em espaços importantes de solidariedade e organização dos trabalhadores em torno não somente de questões relativas à vida comunitária, mas com possibilidades de fundir temas econômicos e políticos. Porém, este espaço de socialização não se situa em um *locus* de poder concentrado e base nuclear do sistema social como é a fábrica.

¹¹ A distinção entre as três fases revolucionárias formulada por Lênin, foi sistematizada em Marini (1976, p. 116) e Arcary (2000).

chegarmos a aceitar esta formulação sobre revolução como superada, esta conclusão não deverá emanar senão da própria prática social. Por enquanto, esta não nos parece uma escolha acertada em se tratando de descortinar a realidade venezuelana dos últimos anos.

De qualquer forma, é verdade que o *Processo Bolivariano* recolocou na pauta latino-americana e mundial o tema da revolução. Inicialmente como revolução em geral e, em seguida, a partir de 2005, como revolução socialista do século XXI, rejeitando os desvios do socialismo real do século XX, e, muito provavelmente, sem conseguir fazer todos os balanços das lutas pelo poder dos trabalhadores ocorridos no mesmo período. Para isso recorreu a expressões como “La Revolución Bonita” e “Revolución en la Revolución”. Tal feito causou um impacto ideológico em nosso continente em um contexto em que despertavam aqui e ali movimentos sociais que opunham resistência crescente às políticas neoliberais, particularmente a partir da vinculação realizada entre o conjunto de movimentos articulados em torno do Fórum Social Mundial e o *Processo Bolivariano*, entre os anos 2003, 2004 e 2005.

O impacto do *Proceso Bolivariano*, porém, deve ser explicado também por uma conjuntura continental específica. Em quase toda a América Latina, os anos em torno da virada do milênio foram de agitação social. Do México zapatista ao Chile dos estudantes e dos mapuche, do Brasil dos sem-terra ao Equador da CONAIE, da Nicarágua do retorno sandinista à Bolívia operária e indígena, diversos desses movimentos contestatórios conquistaram parcelas do aparato estatal. O Brasil de Lula da Silva, a Bolívia de Evo Morales, o Equador de Rafael Correa e a Venezuela de Hugo Chávez expressaram essa conjuntura. E Hugo Chávez talvez tenha se constituído no governante mais emblemático de todos ou, ao menos, o portador do discurso mais ousado ou provocativo ao regime e à ordem internacional.

Mas a radicalidade subjetiva das práticas sociais e discursivas e sua afirmação revolucionária não são suficientes na efetividade de uma revolução. Isso é ainda mais verdadeiro quando realizar uma revolução implica superar entraves de uma estrutura produtiva dependente como a que caracteriza as formações econômico-sociais da América Latina. Daí que o *Processo Bolivariano* recoloque para nós, historiadores latino-americanos do tempo presente, a necessidade de refletir sobre a disjuntiva

dependência e revolução. Em outras palavras, repõe um tema que preocupou a geração de teóricos marxistas que, na esteira da Revolução Cubana, renovaram o marxismo latino-americano ao elaborar uma das mais criativas e profícuas teorias para explicar a particularidade do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, a Teoria Marxista da Dependência (TMD)¹². No caso da Venezuela, os estudos da dependência colocam o paradoxo de uma situação de um país com abundância de divisas que desenvolveu ao extremo contradições difíceis de contornar a partir das bases atualmente existentes.

Ao longo dos últimos anos, o *Processo Bolivariano* vem sendo objeto de interesse sempre renovado. Entre os trabalhos já publicados existem esforços de naturezas distintas. Um primeiro grupo composto por registros memorialístico os quais se constituem como parte de um acervo para futuras investigações, ainda que restritos em termos interpretativos¹³. Um segundo conjunto de trabalhos são os livros dedicados a biografias históricas daquele que é considerado o protagonista central para boa parte dos intérpretes do processo bolivariano, o Ten. Coronel Hugo Rafael Chávez Frías¹⁴. Em seguida, editam-se também grandes reportagens que ensaiam explicações iniciais de aspectos do tema, embora limitados pela escassa crítica de fontes ou indisponibilidade

¹² Entre os autores que contribuíram para as formulações da TMD, destacamos, em primeiro lugar Marini (1973), Bambirra (1978) e Caputto e Pizarro (1971). Também Dos Santos (1991). Mais recentemente Sotelo Valencia (2003) e Osorio (2004; 2012a; 2012b, no prelo) constituem-se como referências importantes.

¹³ De um primeiro conjunto de fontes memorialísticas destacamos as seguintes: Blanco Muñoz (1998) gravou horas de entrevistas com Hugo Chávez entre 1995 e 1998, registrando a memória que o presidente venezuelano construiu sobre os acontecimentos desde o 4F até sua vitória na campanha eleitoral de 1998. Em Dieterich (2001), Chávez resume suas ideias políticas, em entrevista realizada ao início de seu primeiro mandato, em 1999. O livro traz um apêndice com o documento *La transición posible*, datado de 11 de abril de 1998, reunindo as linhas diretrizes do projeto bolivariano do governo Chávez. Em Bilbao (2001), pode-se ver a visão do presidente venezuelano sobre os três primeiros anos de mandato e, em Bilbao (2003), o relato com suas memórias e balanço político sobre o golpe de 11 de abril de 2002 e a sabotagem petrolífera de 2002-2003. Ambos os volumes são acompanhados de apêndice fotográfico de Chávez em acontecimentos políticos daqueles anos. Uma outra fonte memorialística é Harnecker (2002), cuja entrevista busca salientar os antecedentes do *proceso venezolano*, chamado de Revolução Bolivariana, até os idos do golpe e contragolpe de abril de 2002, passando por temas como a “transição pacífica”, os militares, o lento avanço em direção a uma economia alternativa. Em sua *Introdução*, Harnecker procura sustentar a ideia de que a Venezuela experimenta “un proceso *sui generis*, que rompe con los esquemas preconcebidos de los procesos revolucionarios” e sugere que, nos eventos de abril de 2002, “paradójicamente, habría habido una contrarrevolución sin una revolución” (*Ibidem*, p.7-8). Em *Los fabricantes de la rebelión*, Denis (2001) registra sua visão sobre o movimento popular das favelas de Caracas.

¹⁴ Os trabalhos que merecem destaque entre as biografias sobre Hugo Chávez são as escritas por Guerrero (2007) e Jones (2008). Uma abordagem bastante avessa ao líder do Processo Bolivariano foi escrita por Marcano y Tyszka (2004).

de dados¹⁵. Finalmente, os artigos elaborados por cientistas sociais e políticos, historiadores, economistas e também por filósofos os quais discutem, principalmente: o caráter do *Proceso*, com destaque para os estudos sobre o populismo, o nacionalismo e o Socialismo do Século XXI¹⁶; interpretações sobre as políticas governamentais do governo Chávez¹⁷; as formas de participação política e a democracia venezuelana¹⁸; a economia petroleira, o tipo de Estado que a caracteriza e sua crise¹⁹; entre outros.

É no contexto destes estudos e servindo-nos de suas contribuições que procuramos explorar uma abordagem distinta. Sem desprezar a dimensão política do tema, enfatizamos também seus aspectos econômicos e sociais. Isso implicou, em primeiro lugar, colocar em evidência as classes sociais que protagonizam estes processos a partir da perspectiva de uma história econômica da dependência. Desta forma, nosso trabalho busca oferecer uma contribuição para a história do *Proceso Bolivariano*, como parte de um empenho mais amplo de construção de uma *história econômica da dependência latino-americana*.

Muito se tem discutido sobre a natureza da prolongada crise mundial inaugurada em meados dos anos 1970 e que se estende até os dias atuais²⁰. Para as finalidades de nossa investigação, no entanto, vamos restringir-nos às feições que esta crise assume na América Latina e na Venezuela em particular, bem como sua evolução desde os anos 1970. Tampouco orientaremos nossa análise para um elenco sem fim de estatísticas

¹⁵ O jornalista inglês Richard Gott (2000) contribui de forma importante para este gênero, tendo como antecedente relevante o trabalho de Zago (1998) que fez um pormenorizado relato da experiência dos militares do MBR200 presos depois da insurreição de 1992.

¹⁶ São exemplos os trabalhos Dieterich (2005); Lebowitz, s/d e (2012); Parker (2000, 2001 e 2006), Biardieu (2007); Contreras (2007); Bilbao (2008), que em seu epílogo afirma: “En cambio la resultante primera y de mayor trascendencia de este formidable arrojito venezolano ya está afirmada: el *Renacimiento del socialismo*”.

¹⁷ Álvarez (2009); Crazut (2006); El Troudi (2010); Giordani (2009); Medófilo (2001); Willpert (2009)

¹⁸ López-Maya (2003); Woods (2006); Harnecker (2008); Mendes (2011).

¹⁹ Astorga (2003), Mommer (2002, 2003); Ellner e Hellinger (2003) Rodríguez (2006); López-Maya (2009); Ribeiro (2009).

²⁰ O debate sobre a crise do sistema capitalista das últimas décadas apresenta vasta bibliográfica e visões contrastantes a respeito do caráter dessa crise, bem como de suas implicações e desdobramentos. Para Mézáros (2002), trata-se de uma crise estrutural, de natureza distinta das crises cíclicas da economia capitalista e que põs em marcha a ativação dos limites absolutos do capital. Para Giovanni Arrighi (2008) e Immanuel Wallerstein (2004), embora com aspectos diferentes entre suas análises, a crise em curso expressa, duplamente, a crise da hegemonia estadunidense e a crise da economia-mundo capitalista de matriz ocidental, com um deslocamento do eixo do sistema mundial para a região asiática e o acirramento do contexto de caos sistêmico. Outros autores realçam a crise do paradigma fordista e a precarização das relações laborais em escala mundial, com a imposição de um “toyotismo sistêmico” (ALVES, 2000) ou de um novo modelo de acumulação flexível sob a égide da reestruturação produtiva e do desemprego estrutural (ANTUNES, 2006; SOTELO VALENCIA 2003).

sociais. Nosso interesse enfocará os aspectos mais estruturais da formação econômico-social²¹ venezuelana e da crise de reprodução petroleiro-rentista, sob a ótica da situação da classe trabalhadora.

Por enquanto, a título de introdução e contextualização do tema, apenas um dado nos interessa. Ele foi apontado pelo relatório da ONU-HABITAT *The Challenge of Slums*, em 2003: 78,2% dos habitantes urbanos dos países periféricos vivem em favelas, contra cerca de 6% dos habitantes das cidades dos países centrais. Vejamos o problema mais de perto, indagando, inicialmente, a respeito da origem desta disparidade entre países centrais e dependentes (UNITED NATIONS, 2003).

A explicação mais completa em nossa opinião foi dada por Marini (1973). Resumidamente, segundo este autor, devido à própria conformação histórica do desenvolvimento capitalista, o qual se concentrou primeiro em certas atividades e territórios para, em seguida, expandir-se para outros, vemos surgir a dialética centro-periferia²². Os países que experimentaram um desenvolvimento posterior aos centros capitalistas iniciais e, em particular, aqueles cujo desenvolvimento da indústria se dá após o ingresso do capitalismo mundial em sua fase monopólica, a partir da segunda metade do Século XIX, assumiram determinada posição subordinada na divisão internacional do trabalho, tendo seu desenvolvimento condicionado pelas necessidades dos centros dinâmicos²³. Segundo Marini (MARINI, 1973) - que transpôs as leis da concorrência (MARX, 1984, Livro III, Tomo 1, Seções II e III, p- 105-195) para o

²¹ Sobre o conceito de *formação econômico-social*, cf. Sereni (1973): “(...) esta categoría expresa la *unidad* (y, agreguemos nosotros, la *totalidad*) de las diferentes esferas: económica, social, política y cultural de la vida de una sociedad; y la expresa, por lo demás, *en la continuidad* y al mismo tiempo *en la discontinuidad de su desarrollo histórico*”. E, prossegue, “(...) El análisis de las relaciones sociales materiales permitió inmediatamente observar las repeticiones y la regularidad y sintetizar los sistemas de los diversos países en un solo concepto fundamental de *formación social*. Esta síntesis fue la única que permitió pasar de la descripción de los fenómenos sociales (y de su valoración desde el punto de vista del ideal) a su análisis rigurosamente científico que subraya, por ejemplo, que es lo que diferencia a un país capitalista del otro y estudia qué es lo común para todos ellos” (SERENI, 1973, p. 69 e 73).

²² O tema da dialética centro-periferia foi ensaiado de forma inédita por Frank (1966).

²³ A Inglaterra constituiu o centro dinâmico inicial no desenvolvimento da indústria. Porém, a partir da chamada segunda revolução industrial do XIX e devido a uma série de particularidades da história dos Estados Unidos da América, que incluem desde fatores que influenciaram na configuração econômica do norte, como o clima temperado, passando pelo comércio triangular, a expansão para o oeste e a guerra, até ideológicos, com o chamado Destino Manifesto e a religião protestante, operou-se a transferência do centro dinâmico da Inglaterra para os Estados Unidos, o qual passou a ser hegemônico ao longo do Século XX. Porém, os países latino-americanos que experimentaram sua vinculação ao mercado capitalista mundial posteriormente ao advento do imperialismo, diferentemente do ocorrido com os Estados Unidos da América e o Japão, não foi possível evitar sua configuração como formações sociais dependentes.

estudo das diferenciações entre formações econômico-sociais no interior do mercado mundial – a própria lei da concorrência teria se encarregado de estabelecer os fundamentos econômicos da dependência. Pois, a partir de suas determinantes é que se explicam as razões pelas quais os capitais mais produtivos, alocados majoritariamente nas indústrias e setores industriais capazes de atuar com uma maior produtividade do trabalho – empresas e atividades estas concentradas nos países centrais - conseguem apropriar-se de parcelas superiores de mais-valia do que são capazes de produzir, no momento em que as mercadorias são trocadas no mercado mundial. Assim, parcela do valor produzido nas economias dependentes escoia em direção aos cofres das economias de capitalismo central ou imperialistas, por meio de valores individuais diferenciados, dos diferentes níveis de produtividade e mediante a conformação dos Preços de Produção e da taxa média de lucro. A isso deve-se uma apropriação desigual da mais-valia produzida na esfera da produção quando estas mercadorias são trocadas no mercado. Esse mecanismo conformaria uma *transferência de valor* das economias dependentes para as economias imperialistas e revelaria o “segredo da troca desigual” que não pode ser determinado pelos teóricos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). E é este o processo que define a dependência como uma característica do capitalismo latino-americano não apenas como um fenômeno da esfera da circulação, mas como um verdadeiro condicionamento estrutural e estruturante da produção de mercadorias, como uma forma *sui generis* e contraparte contraditória do processo de desenvolvimento capitalista mundial que gera simultaneamente um capitalismo central e um capitalismo dependente²⁴.

Esses condicionamentos históricos e econômicos produzem uma série de especificidades estruturais das economias dependentes, entre as quais, destacam-se a *superexploração da força de trabalho* e a *cisão entre as esferas da produção e do consumo no ciclo do capital*, uma vez que, de partida, o desenvolvimento capitalista dessas formações econômico-sociais encontra-se orientado prioritariamente ao suprimento das necessidades e demandas dos pólos industriais mais dinâmicos do capitalismo mundial, em detrimento de muitas das principais necessidades de consumo interno da população trabalhadora (do país dependente), bem como encurralado pela lei

²⁴ Para aprofundar estudos sobre o capitalismo dependente, ver Frank (1966); Marini (1973); Bamberga (1978); Caputto e Pizarro (1971); Dos Santos (1991); Ouriques (1995); Sotelo Valencia (2003); Osorio (2004; 2012a; 2012b, no prelo); Martins (2009; 2011); Prado (2010); Carcanholo (2012, no prelo); Amaral e Carcanholo (2012); Luce (2012); Ferreira e Luce (2012).

concorrencial. Em seguida, essas cisão traduz-se na feição primário-exportadora das economias periféricas e culmina na distribuição regressiva da renda e suas mazelas sociais visíveis a qualquer observador. Vejamos resumidamente como esses aspectos originais se desenvolvem constituindo uma realidade própria para o capitalismo dependente como parte do mercado mundial.

A *superexploração* consiste na remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, a qual acarreta o esgotamento prematuro da força de trabalho, seja mediante a violação de seu fundo de consumo ou do seu fundo de vida (útil para o trabalho ou de sua expectativa de vida) em benefício do incremento do fundo de acumulação do capital²⁵. Com origem histórica na conformação do mercado mundial, a *superexploração da força de trabalho* se desenvolve como uma forma particular de acumulação de capital que pressupõe a existência de abundância de mão-de-obra. Ou seja, a superexploração da força de trabalho origina-se a partir da forma particular como as economias dependentes foram incorporadas ao mercado mundial capitalista, de forma subordinada, e sendo instadas a lançar mão de um barateamento compulsório da força de trabalho como mecanismo compensatório às transferências de valor feitas pelas economias dependentes aos países do capitalismo central, seja sob a forma de remessa de lucros ou juros, *royalties*, dívida externa ou outras modalidades de transferência. Sendo assim, a dependência configura-se como intrínseca à produção de mercadorias, avança para a esfera da circulação e adquire as formas de dependência financeira, comercial ou tecnológica (DOS SANTOS, 1991)

Portanto, o esforço por compensar as transferências de valor ocorre para viabilizar a acumulação de capital internamente aos países dependentes. E, para isso, o capitalismo dependente lança mão da *superexploração do trabalho*, fenômeno que tem particularidade e se diferencia dos processos “normais” de exploração da força de trabalho. Vejamos como Osório esclarece essa questão:

²⁵ As bases da categoria da superexploração do trabalho foram desenvolvidas por Marini (1973; 1979), a partir do estudo das leis que regem a acumulação capitalista, a concorrência e a tendência da queda da taxa de lucro, em Marx (1984, v. I e v. III). Em sua esteira, Osório (1975; 2009; 2013) sistematizou-a teoricamente seguindo estritamente os pressupostos de Marini. Martins (1999; 2009), Carcanholo (2009 2012, no prelo), Carcanholo e Amaral (2012) também são referências neste sentido. Luce (2012) vêm fazendo estudos teóricos e empíricos, tornando-a operacional para os estudos econômicos e históricos dos países latino-americanos.

“A forma mais grosseira e menos oculta de violar o valor da força de trabalho é aquela em que, no próprio processo de sua compra-venda, o capital paga um salário abaixo do valor. Este processo, que violenta o nível de abstração no qual Marx se situou, tem tamanha significação que foi necessário apresentá-lo com força e eloqüência:

'Nas seções sobre a produção de mais-valia, foi suposto constantemente que o salário era pelo menos igual ao valor da força de trabalho. A redução forçada do salário abaixo desse valor desempenha, contudo, no movimento prático, papel demasiadamente importante para que não [nos] detenhamos nela por um momento'.

E a primeira conclusão que chega é de grande contundência: 'Essa redução transforma, de fato, dentro de certos limites, o *fundo necessário de consumo do trabalhador* em um *fundo de acumulação de capital*' (MARX, FCE, Tomo I, p. 505).

[...]

SUPEREXPLORAÇÃO E FORMAS DE AUMENTAR A TAXA DE MAIS-VALIA

Em seu louvável interesse em destacar o significado da superexploração no capitalismo dependente, alguns autores apontam que, enquanto mecanismo de compensação diante da transferências de valores ao mundo central, a superexploração deveria ser distinguida das formas para aumentar a taxa de mais-valia, pois estas formas são gerais, inerentes a qualquer modalidade de capitalismo, e nesta identificação se perderia sua particularidade.

Aqui se apresentam diversos problemas e confusões. O primeiro problema é a indeterminação da superexploração. Pois, por mais que se diga que é um mecanismo de compensação, é preciso esclarecer em que consiste esse tal mecanismo. Aumenta a exploração? Não há forma de não propiciar esse aumento sem recorrer às formas de aumentar a taxa de mais-valia, por mais que se busque diferenciar tais formas da superexploração. O problema não tem saída, pois se descartou a ideia de violação do valor da força de trabalho. O problema de uma superexploração assim concebida, que apenas remete ao aumento da exploração, é que se perde a *especificidade da exploração no capitalismo dependente*. Onde estaria esta particularidade? Sujeita às formas de exploração, por mais que se diga que não são o mesmo, a superexploração seria simplesmente uma agudização daquelas formas. Definitivamente não teria particularidade nenhuma.

Ao assumir que a superexploração é uma *forma particular de exploração*, uma forma em que *se viola o valor da força de trabalho*, seja diário, seja total, a confusão começa se resolver. Nesta perspectiva, as formas para aumentar a taxa de mais-valia não teriam por que se confundirem, pois elas não implicam em si mesmas a violação do valor da força de trabalho. É possível estender a jornada de trabalho a magnitudes razoáveis, em períodos exclusivos, e o pagamento das horas extras poderiam compensar esse maior desgaste. O mesmo pode acontecer em relação à intensidade.

Apenas prolongamentos permanentes da jornada de trabalho fazem com que o fundo de vida seja reduzido. Ainda mais em caso de prolongamentos regulares e desmedidos, em que nenhum pagamento extra permite compensar o desgaste. Somente nestes casos esta forma de aumentar a taxa de mais-valia se torna uma forma de superexploração. Idêntico raciocínio pode ser estendido em relação ao aumento da intensidade do trabalho.

Somente a apropriação de parte do fundo de consumo, para transferi-lo ao fundo de acumulação, constitui de modo simultâneo uma forma de aumentar a taxa de mais-valia e, por sua vez, uma forma de superexploração. Pelo contrário, o aumento da produtividade em setores produtores de bens-salário (sem aumento simultâneo de intensidade) constitui uma forma de aumentar a taxa de mais-valia sem constituir uma forma de superexploração.

Agora podemos reafirmar que a superexploração é a violação do valor da força de trabalho e que ela se realiza sob diversas formas, algumas violando diretamente o valor diário da força de trabalho e outras, mediadas, violando seu valor total (OSORIO, no prelo, ps. 61-63)

Desta forma, segundo Marini²⁶, o mecanismo específico e regular mediante o qual o capital logra acumular excedentes internamente à economia dependente é precisamente a *superexploração da força de trabalho*. A compensação se dá dessa maneira devido à menor produtividade média do trabalho nos países periféricos. Lembremos aqui, com Marx (1984, Volume I, Livro I, Tomo 2, Caps. XIV e XV), que a disseminação da mais-valia relativa somente pode se dar com o barateamento dos bens salário, produzindo ao mesmo tempo a redução do valor da força de trabalho, sem a correspondente redução dos salários (os quais, na prática, elevam o seu poder de compra), e o aumento relativo da mais-valia, com base no aumento da produtividade do trabalho. Ou seja, é possível, nos países centrais, propiciar a ampliação da massa de mais-valia relativamente aos salários, ampliar a taxa de mais-valia, e, ao mesmo tempo, garantir um maior consumo dos trabalhadores (pois os bens de consumo necessários são permanentemente barateados), sem violar o valor da força de trabalho, necessário para sua reprodução em condições histórico-morais normais. Porém, é precisamente esse mecanismo que se vê restringido nas economias dependentes onde as formas de exploração se baseiam na violação do valor da força de trabalho (conf. tb. OSORIO, 2004).

A *superexploração da força de trabalho* é a noção articuladora e definidora do capitalismo dependente, sendo que a partir dela, e tomando em conta a história do desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos, é possível deduzir as demais características que estruturam essas economias. Analisando dedutivamente o ciclo do capital em seu processo, desde a primeira fase da circulação (D-M), passando pela produção (...P...), até a segunda fase da circulação (M-D'), Marini encontrou uma verdadeira cisão (mais do que uma separação) entre as esferas da produção e do consumo das economias dependentes.

Inicialmente, na primeira fase da circulação, nosso autor identificará uma participação importante do capital estrangeiro, que comparece nas economias dependentes portando monopólios tecnológicos, de mercados e capital dinheiro. Esse capital estrangeiro se internaliza no processo produtivo de diversas formas, entre elas, sob a forma de máquinas, equipamentos e assistência técnica (setor I). Essa participação do capital estrangeiro determinará que em economias de industrialização tardia como as latino-

²⁶ Sobre a vigência da superexploração da força de trabalho para os estudos do capitalismo dependente conf. MARTINS (no prelo) e LUCE (no prelo).

americanas se tenha observado uma monopolização precoce da indústria sob controle estrangeiro. Registre-se que, para Marini, o chamado “investimento estrangeiro” consiste, na verdade, em uma *restituição parcial* do que já foi e segue sendo drenado das economias dependentes, historicamente²⁷.

Em seguida, na fase produtiva, aparece a *superexploração da força de trabalho* como forma particular de acumulação de capital baseado na violação do valor da força de trabalho, como visto acima. Porém, esse mesmo mecanismo que possibilita a extração de mais-valia como fundamento da reprodução o capital, converte-se, em seguida, na segunda fase da circulação, em um entrave para a realização do capital. Agora, nesta fase em que as mercadorias produzidas necessitam ser vendidas e que os trabalhadores devem assumir a função de consumidores, as consequências deletérias da *superexploração*²⁸ sobre a capacidade de consumo dos trabalhadores, que se vê restringida, provocam entraves à realização do capital.

Essa situação leva a uma tendência contraditória que opõe uma estrutura da produção que provoca uma restrição nas capacidades de consumo dos trabalhadores *versus* uma importância relativamente superior da participação da indústria de bens de consumo na estrutura produtiva das economias dependentes se comparadas às economias de industrialização orgânica. Isso se deve ao fato de que, como vimos anteriormente, o setor I dessas economias (produtor máquinas e equipamentos, bens de capital enfim) é suprido em parte significativa pelo mercado mundial, daí ser este setor precocemente monopolizado e internamente atrofiado. É desta forma que se gera uma contradição entre produção e consumo, que não é outra coisa senão uma cisão entre as fases do ciclo do capital na economia dependente, responsável por agudizar contradições que são inerentes ao modo de produção capitalista. Essa contradição, por sua vez, somente será resolvida mediante a hipertrofia do setor IIB, produtor de bens de consumo suntuário. Lembremos que o setor IIB é aquele que produz bens que são adquiridos exclusivamente

²⁷ A *restituição parcial* a que se refere Marini diz respeito às transferências históricas de valores e riquezas efetuadas pelas economias dependentes às economias capitalistas centrais. Apenas para mencionar uma das formas de transferência existentes, vale a pena conferir os relatórios do Observatório Internacional da Dívida (OID), em www.cadtm.org, os quais demonstram com base em séries estatísticas históricas a superioridade persistente das transferências líquidas de valores efetuadas da América Latina e Caribe aos países credores de suas dívidas externas, aqui denominados de países capitalistas centrais.

²⁸ Relembremos aqui que a *superexploração da força de trabalho* pode ocorrer inclusive quando os salários pagos são considerados altos em termos nominais, porém, mesmo altos nominalmente, não são capazes de repor o desgaste físico-psíquico do trabalhador, o qual tem seu fundo de vida ou de consumo violados em benefício do fundo de acumulação do capital.

pela mais-valia não acumulada, ou seja, tratam-se de bens que independentemente de serem necessários ou não, compõe a cesta de consumo da burguesia. Marini explica assim a importância do Iib para a economia dependente:

"La especificidad de Iib, en cuanto a la producción de plusvalía extraordinaria y su conversión en ganancia extraordinaria se accentúa necesariamente allí donde rige la superexplotación de trabajo, configurando una situación en que privan salarios bajos y ganancias elevadas. En efecto, ello implica que, al tiempo que se presenta con poco dinamismo la esfera baja de la circulación y tiende a inflarse la esfera alta. En tales circunstancias, se entiende perfectamente que el subsector Iib tienda constantemente al crecimiento desproporcionado respecto a los demás, así como que se acentúe, en el plano del mercado, la subordinación del sector I en relación al subsector Iib, más que al subsector Iia" (MARINI, 1979, p. 29).

Portanto, como vemos, Marini oferece uma explicação muito completa a respeito da origem da distribuição regressiva da renda e da pobreza que caracterizam as economias dependentes, sem incorrer na naturalização da pobreza como fazem os estudos sobre a favela patrocinados por diversas agências internacionais vinculadas ao Banco Mundial, ao Fundo Monetário Internacional e mesmo às Nações Unidas-HABITAT.

Prossigamos com os fundamentos eleitos por nós para a interpretação da realidade venezuelana. Primeiramente, situamos a economia venezuelana como integrante de um sistema mundial diferenciado ocupando uma posição dependente no processo de desenvolvimento capitalista mundial. À esta conclusão teórica de Marini, efetuada no nível de abstração²⁹ das leis de funcionamento do modo de produção capitalista, podemos agregar a contribuição de Bambirra (1978) sobre as tipologias da dependência³⁰, a qual busca analisar as formações econômico-sociais concretas em escala continental a partir da mesma perspectiva da Teoria Marxista da Dependência

²⁹ Segundo Osorio (2012), no pensamento marxista existem diferentes níveis de abstração: modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial, padrão de reprodução do capital, formação econômico-social e conjuntura.

³⁰ A tipologia elaborada por Bambirra supera teoricamente aquela formulada Cardoso e Faletto sobre "colônias de exploração" e "colônias de povoamento" para explicar as raízes da dependência. Em primeiro lugar porque a análise essencialmente sociológica não consegue, em um nível de análise superior aos históricos concretos como o é este das proposições tipológicas, extrair toda a complexidade (e mobilidade) dos processos econômicos que se desenvolvem sob leis e contradições que engendram dinâmica específica. Em segundo lugar, Cardoso e Faletto não incorporam em sua análise das origens de cada tipo as transformações operadas no capitalismo da segunda metade do século XX e suas repercussões sobre a América Latina. Restingem-se ao legado colonial e sublimam os condicionantes impostos pela fase imperialista do desenvolvimento do capitalismo mundial. Com isso não conseguem explicar casos importantes como os do Chile, México e Guatemala. Em terceiro lugar, as tipologias, assim como a análise das condicionantes sobre os processos históricos, nas palavras da autora, deve pôr ênfase no estudo de História Econômica para superar o enfoque sociologizante ao mesmo tempo em que busca um status científico para a história (BAMBIRRA, 1978, p. 17-21).

(TMD)³¹. Organizando os países latino-americanos segundo o momento histórico em que ingressaram ou não na produção industrial, a autora ordena cada país segundo os tipos A ou B. Pertencem ao grupo A os países de industrialização prévia aos anos 1930, os quais conseguiram constituir burguesias nativas com alguma capacidade de retenção do valor aqui produzido e um mercado interno de bens de consumo, ainda que restrito. Integram o grupo B aqueles países em que a indústria (e não a industrialização) compareceu apenas parcialmente após os anos 1930, com frágeis burguesias nativas e escasso mercado interno ou que sequer experimentaram qualquer desenvolvimento da indústria³² (BAMBIRRA, 1978).

A tipologia elaborada por Bambirra tem o objetivo claro de identificar particularidades entre as diferentes configurações de classes presentes no continente e, a partir desta base, refletir sobre uma teoria da transição em países dependentes, considerando as características da burguesia, da classe trabalhadora e do Estado em cada caso. Com isso, a autora contribuiu para identificar aspectos da heterogeneidade nas formações econômico-sociais latino-americanas.

No que se refere ao *Proceso* venezuelano em análise, estamos diante de uma formação econômico-social dependente de tipo específico que, além de observar de forma acentuada e modificada todas as características apontadas por Marini, e enquadrar-se entre os países de tipo B, segundo a classificação de Bambirra, com comparecimento parcial da indústria posterior aos anos 1930, participa do mercado mundial como portadora de uma mercadoria especial: o petróleo. Esta particularidade empresta grande especificidade à dependência venezuelana, bem como se encontra na raiz de sua crise, problemática que trataremos de analisar no primeiro capítulo desse trabalho.

Assim, no **Capítulo 1**, *o Capitalismo dependente, petroleiro e rentista*, tomando em conta os aportes de Marini e Bambirra, realizaremos o estudo histórico-concreto da formação social venezuelana desde o início da extração, passando pela implantação da indústria petroleira até os dias de hoje, tratando de identificar suas características centrais. Nosso objetivo foi compreender a natureza da crise econômica, social e

³¹ Sobre a trajetória intelectual dos autores da TMD, cf. Osorio (1984); Ouriques (1995) e Ferreira e Luce (2012).

³² Mais especificamente, ainda que hajam indústrias instaladas no país, não podem ser considerados países industrializados.

política venezuelana que deu origem ao *Proceso Bolivariano*. Para isso, buscamos descrever, analisar e sistematizar uma breve história do que chamamos *capitalismo dependente petroleiro-rentista* venezuelano. Pontuamos, ainda, como esta matriz econômica produziu uma forma determinada de engajamento da classe trabalhadora para além do processo produtivo, como uma volumosa superpopulação relativa que, em sua trajetória histórica, provocou o agravamento das contradições já próprias da sociedade venezuelana. Em nosso entender, o *barrio* ou a favela de proporções inauditas que ocupa o cenário urbano venezuelano não é obra do atraso, mas precisamente resultado direto do desenvolvimento do capitalismo dependente venezuelano.

No **Capítulo 2**, *o barrio e o movimento bolivariano radical de massas*, analisaremos a conformação de um amplo movimento político de cunho policlassista no seio do qual emerge como ator fundamental o setor precarizado da classe trabalhadora, morador do espaço segregado do *barrio*. Para isso, buscamos reconstituir as práticas sociais e políticas dos *barrios* da Capital, Caracas, desde os anos 1980, a fim de lançar luzes não somente sobre os eventos do *Sacudón*, mas para compreender o conjunto de experiências políticas que levaram à emergência dos moradores das favelas como atores centrais da cena nacional. Procuramos, ainda, identificar alguns antecedentes indiretos dos métodos de luta radicalizados levados a cabo por este setor da classe trabalhadora das cidades. Fizemos isso recorrendo à bibliografia disponível, a registros memorialísticos, bem como a fontes produzidas diretamente para os objetivos da pesquisa, durante o trabalho de campo.

Finalmente, no **Capítulo 3**, *A classe operária e o governo bolivariano*, analisamos as transformações ocorridas na luta política ensejada pela classe trabalhadora com a assunção do governo bolivariano. A partir de uma crítica à bibliografia existente e de séries estatísticas sobre a situação da força de trabalho na Venezuela, reconstituímos três casos em que a luta puramente econômica e sindical do operariado industrial adquiriu feições políticas ao ponto de colocar, pela primeira vez na história do *proceso*, o tema do poder dos trabalhadores. A análise desses casos serviu de fiel para caracterizarmos provisoriamente o governo bolivariano, à luz da história venezuelana, em seus limites e potencialidades.

A exposição lógica apresentada ao longo desses capítulos, no entanto, resulta de um tortuoso processo de investigação. Para chegarmos a essa forma final, utilizamos um leque de fontes e métodos quantitativos e qualitativos os quais tratamos de cruzar a fim de melhor compreender nosso tema³³. Sob o risco constante de soterramento pela quantidade abrumadora das fontes oferecidas pelo tempo presente, foi necessário, sobretudo, manter-nos atentos para suas potencialidades e limites. Quando lançamos mão das séries estatísticas consideradas úteis, as escolhemos como indícios para avaliar a eficácia de políticas públicas ou indagar sobre eventuais alterações estruturais em aspectos relativos ao tema da dependência. Não estivemos alheios, nesse caso, a impostura de tomá-las isoladamente ou sem a devida crítica sobre sua composição. A ingenuidade de tomar as estatísticas como dados objetivos ou neutros, neste sentido, não foi compartilhada por nós³⁴. Em quase todos os casos, a confrontação entre indícios qualitativos e quantitativos foi utilizada como ferramenta de controle de uma e de outra técnica.

A pesquisa qualitativa teve por objetivo conferir amplitude e profundidade à análise, buscando elementos para a construção de uma explicação válida, ainda que provisória, às questões colocadas,. No que se refere ao estudo qualitativo, obviamente, não estávamos preocupados com uma generalização que seria imprópria, mas em validar a pesquisa com rigor entre nossas interpretações teóricas e os dados empíricos disponíveis.

Assim, além da bibliografia de referência e específica, analisamos um primeiro conjunto de fontes composto por documentos oficiais relativos ao processo. Entre eles, destacamos a *Constitución Bolivariana da Venezuela*, de 1999, o *Proyecto de Reforma Constitucional*, de 2004, bem como discursos do Presidente Chávez proferidos em datas diversas os quais foram ouvidos diretamente de transmissão ao vivo pelo *Canal 8-Venezolana de Televisión*, via internet no sitio www.vtv.gov.ve ou lidas no sitio

³³ Como afirmou Fernandes (1959, p. 13), tratam-se apenas de “manipulações analíticas através das quais o investigador procura assegurar para si condições vantajosas de observação dos fenômenos” (Fernandes, 1959, p. 13).

³⁴ O debate sobre a validação de métodos quantitativos e qualitativos ocupou sobretudo os sociólogos e foi intenso a partir da experiência do *Bureau of Applied Social Research*, dirigida por Paul Lazarfeld, nos EUA, junto à Universidade de Columbia. As críticas ao quantitativismo reuniram alguns de seus colaboradores, com Adorno (1996) e Wrigth Mills (1959).

www.gobiernoenlinea.gov.ve. Analisamos ainda entrevistas presidenciais concedidas pelo Presidente Hugo Chávez e publicadas em diversos periódicos.

Um outro conjunto de fontes é integrado por séries históricas estatísticas publicadas ou pelo Banco Central de Venezuela (BCV), pelo Instituto Nacional de Estadísticas (INE) ou pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), órgão vinculado às Nações Unidas, disponíveis em seu portal *on line* CEPALSTAT, acessado por meio do endereço www.eclac.cl/estadisticas. No CEPASTAT analisamos séries relativas a indicadores sociais como as de *Gasto Público Social por Habitante por Países (1990-2008)*, as relativas à *Fuerza de Trabajo por Categoría Profesional con Datos del Censo de 2001*, aos *Ocupados Urbanos en Sectores de Baja Productividad (sector informal) del Mercado de Trabajo (1989-2009)*, o *Índice Laspeyeres del Volumen de la Producción (1997-2008)*, a *Formación Bruta de Capital Fijo por Habitante en Dólares a Precios Constantes de 2000 (1950-2008)*, a *Relación del Ingreso Medio per Capita del Hogar: decil 10/deciles (1-4)*, *PIB por Habitante en Dólares a Precios Constantes de 2000 (1950-2008)*, a *Proporción de la Población Ocupada que Trabaja por Cuenta (1990-2002)*, o *Consumo Total por Habitante en Dólares a Precios Constantes de 2000-tasa de variación media anual (1951-2008)*, a *Tasa de Interés Activa Nominal (1990-2010)*, entre outros. A análise dessas fontes teve por objetivo estabelecer as bases para o estudo do impacto das políticas econômicas e sociais implementadas pelo governo nacional para a classe trabalhadora, sempre que possível, comparativamente aos períodos anteriores e, ou, em relação a outros países do continente. Da mesma forma, alguns dados obtidos permitiram-nos visualizar certos limites impostos pela estrutura produtiva dependente.

Para o estudo das experiências de controle operário, cogestão e cooperativismo utilizamos como fonte entrevistas de sindicalistas publicadas pela imprensa, 94 edições do jornal *Cogestión*, publicado entre fevereiro e novembro de 2005, editado pelo *Ministerio de Industrias Básicas y Minería*. Consultamos também publicações de diversas correntes do movimento sindical, entrevistas de imprensa, além de artigos assinados publicados nos portais internet, principalmente www.aporrea.org, www.laclase.org e www.rebellion.org.

Um outro grupo de fontes foi obtida ou produzida durante o trabalho de campo doutoral, na Cidade de Caracas, entre os meses de março e junho de 2010. O período não poderia ser mais significativo. Era o ano de abertura do ciclo bicentenário da independência venezuelana e o bolivarianismo seria levado ao seu ápice, com a exumação do próprio corpo de Simón Bolívar (Conf. ANEXO A). Em abril, pudemos testemunhar, também, o contraste das comemorações da vitória contra o golpe de Estado de 2002, data que foi transformada em efeméride nacional e que, em 2003, havíamos tido a oportunidade de observar diretamente (Conf. Prefácio). Os termos de comparação do perfil e caráter das comemorações em 2003 e 2010 foram inevitáveis e ilustrativos sobre as transformações operadas no interior do *Proceso* neste ínterim, particularmente no que se refere ao perfil do público mobilizado, a aspectos do discurso político e da forma como os organismos de propaganda do Estado tratavam a liderança presidencial. Em 2010, as mobilizações não assumiam a forma de grande festa popular. Mais esvaziadas e povoadas por corpos de funcionários públicos com suas camisas funcionais, os atos de abril de 2010 chamavam mais atenção pela distribuição massiva e gratuita de lanches e bebidas do que pelo entusiasmo popular.

Durante o campo, estivemos vivendo em diferente locais da Capital ou da Grande Caracas. As dificuldades para obter uma habitação nessa cidade fizeram-se sentir e materializaram o elevado déficit habitacional da capital venezuelana, e, conseqüentemente, os elevados custos de moradia. Durante quase todo o primeiro mês, habitamos um quarto “de empregados” alugado em uma casa do bairro de classe média alta denominado Colinas de Vista Alegre. Nos dois meses seguintes, vivemos em um conjunto habitacional popular bem próximo ao centro histórico da Capital, os chamados *Bloques de Simón Rodríguez*, e no último mês, em uma casa construída pelo governo e adquirida por uma amiga em *Catia La Mar*, região metropolitana de Caracas.

Durante o primeiro mês, concentramos nossos esforços na busca de bibliografia e entrevistas com especialistas. Orientamos nossa atenção para trabalhos relativos à formação social venezuelana ao longo do século XX, estudos sobre economia petroleira, história social e artigos analíticos sobre o governo Hugo Chávez. Os principais acervos consultados foram os vinculados à *Universidad Central de Venezuela*, em particular o disponível junto ao *Centro de Estudios en Desarrollo* (CENDES). Visitamos também o *Instituto de Estudios Superiores de Administración* (IESA), considerado o principal

pólo de formação profissional em nível de pós-graduação para empresários e gerentes da indústria petroleira. Visitamos, ainda, o *Centro Miranda*, um instituto que reúne diversos intelectuais favoráveis ao *proceso* e que oferecem apoio crítico ao governo bolivariano, aportando formulações autônomas e contribuições teóricas. Ali fomos recebidos por um de seus diretores e coletamos um aporte bibliográfico com algumas das discussões em andamento ou publicações efetuadas pelo Centro Miranda. Neste período também trabalhamos junto ao acervo do *Instituto Nacional de Estadísticas* (INE). Porém, verificamos que o INE não nos ofereceria estatísticas muito diferentes das disponíveis no Portal do *Banco Central de Venezuela* (BCV) ou na própria CEPAL.

Nos dois meses que se seguiram, fomos viver nos blocos de *Simón Rodríguez*, um conjunto de edifícios de sete andares construídos ao final dos anos 50 — lindeiro à favela “de papelão” *Pinto Salinas*, bem próximo ao centro de Caracas —, onde moram famílias de baixo poder aquisitivo, entre funcionários de escola, da prefeitura, malandros, trabalhadores do comércio, biscateiros, ambulantes, donas de casa, aposentados das mais diversas profissões. *Simón Rodríguez* era um *locus* do movimento popular em Caracas. Ali pudemos viver sob condições similares a de um venezuelano pobre. Os elevadores e instalações em condições precárias de manutenção, infiltrações, pouca iluminação, o pátio sem as devidas condições de higiene e limpeza onde proliferam animais de rua, os problemas de insegurança pessoal, transporte ruim, etc.

Foi em *Simón Rodríguez* que tivemos a oportunidade de visualizar diretamente o processo político do *barrio*. Pudemos observar as reuniões semanais do *Consejo Comunal del Bloque 3 de Simón Rodríguez*, que reunia cerca de 7 ou 8 representantes do conjunto habitacional responsáveis por dirigir o processo de constituição da Comuna. Testemunhamos a realização de uma *asamblea comunal* que reuniu os moradores de todo o Bloco 3, cerca de 40 pessoas, no corredor térreo do prédio, a qual versou sobre o processo de eleição do novo conselho comunal, de acordo com as diretrizes de uma nova lei. E, finalmente, no segundo mês de convivência, participamos, agora incorporados como moradores do local, de duas experiências que consideramos fundamentais para compreender as dificuldades do *proceso*: (a) um fim de semana de treinamento militar junto à Milícia Bolivariana e; (b) integramo-nos plenamente ao conjunto de reuniões e atividades de planejamento e execução da construção da *Comuna Amalyvaca*. Entre as atividades que participamos mais ativamente esteve

aquela que previa a transferência da gestão do Estado para o controle comunitário de um ponto turístico localizado no bairro, *El Mirador del Warairarepano*, antigamente chamado de mirante do Monte Ávila.

Ao longo desse percurso, como também no último mês de trabalho de campo, realizamos entrevistas produzidas pelo método da História Oral³⁵. As entrevistas estão todas reproduzidas em Arquivo Digital e procuraram responder aos critérios de pertinência, profundidade, confrontação e contextualização histórica. Nesse sentido, por pertinência compreendemos a justificativa pela escolha de determinados testemunhos, os quais vão elencados no trabalho e que serão apresentados individualmente em seguida. Antes disso, cabe mencionar que a pertinência está relacionada diretamente com o critério da profundidade e diz respeito a um processo preparatório que implicou, em primeiro lugar, uma observação atenta da realidade venezuelana por cerca de oito anos, antes inclusive do período dedicado a nossa dissertação de mestrado, bem como em contatos diretos em seis viagens intercaladas que, somadas, correspondem a quase um ano de convivência com a realidade venezuelana. Em todas estas ocasiões realizamos incursões sobre a vida das favelas e do movimento popular venezuelano, bem como com esferas altas e baixas do poder de Estado.

Em segundo lugar, a profundidade baseia-se no estabelecimento de uma relação de confiança com as fontes, a qual se baseou não somente na transparência com relação aos objetivos da pesquisa em geral e da entrevista em particular, como na demonstração de nossa parte de que estávamos empenhados em um efetivo esforço por compreender o

³⁵ A História Oral consiste em um método de produção de fontes de História Imediata ou História do Tempo Presente com base em relatos orais de protagonistas ou testemunhos vivos de experiências passadas. Um dos obstáculos de maior complexidade na produção desse tipo de fonte consiste nos processos de memória, seus enquadramentos, seleções, ocultamentos, distorções, em relação aos fatos do passado. De qualquer forma, os testemunhos são sempre interpretações, não os fatos em si. Daí a importância de os testemunhos serem confrontados com outras fontes e dados disponíveis. A bibliografia alerta, no entanto, para aspectos que não devem ser desprezados. Hallbwachs (1990) chamou a atenção para o fato de que toda a memória é social, pois produzida socialmente. Assim, mesmo a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e este ponto de vista muda de acordo com o lugar que o indivíduo ocupa e com as relações que mantém com o meio. Para Pollack (1992, p. 205), a memória constitui a identidade na medida em que é fator para que se estabeleça a coerência de uma pessoa ou de um grupo consigo mesmos. Por isso, a memória é objeto de tantas disputas, analisa. Portelli (1996), por sua vez, estudando a memória da resistência em uma cidade católica italiana, encontrou relações entre os valores cristãos organizando as memórias do período da II Guerra Mundial e com isso formulou o conceito de “enquadramentos de memória”. Também Proust (2001); Nora (1993), Thompson (1996) oferecem aportes para este tema. No Brasil, a coletânea organizada por Amado e Ferreira (1996) traz excelentes estudos sobre a relação entre história, memória e história oral. Para um aprofundamento sobre o tema da memória bolivariana na Venezuela dos séculos XIX e XX ver Ferreira (2006).

significado histórico do processo em curso. Nas entrevistas, a confiança torna possível a obtenção de um testemunho franco de uma história de vida, ainda que permeado por todos os aspectos ideológicos sem os quais qualquer discurso seria impensável, por interesses muitas vezes insuspeitados, distorções próprias dos processos de memória, com suas seleções e recorrentes reinterpretações do passado a luz das questões postas pelo presente. Enfim, longe de configurar-se como testemunhos que possam ser transpostos mecanicamente como parte de uma história. Porém, de qualquer forma, como relatos de vida realizados com a maior fidelidade possível ao que efetivamente tentaram expressar aquelas pessoas naquele preciso momento.

Neste sentido, foi fundamental a busca por conhecer as condições econômicas, políticas e sociais que tornaram possíveis os testemunhos. Esperamos, com isso, ao menos termos sido fiéis a nossas fontes. E, na medida do possível, lançamos mão de suas memórias para corroborar, contestar ou adicionar novos elementos para a compreensão do tempo presente. Em nosso entender, foi a partir da confrontação dos testemunhos de vida com seu contexto e a bibliografia que obtivemos alguns dos melhores resultados dessa pesquisa.

Retomando o aspecto da pertinência, cabe mencionar que os entrevistados foram selecionados mediante um processo que levou, em alguns casos, anos de observação e interação seja direta com alguns deles, seja com o espaço urbano da favela que eles compartilham, resultando, portanto, de prolongada análise sobre sua relevância para os objetivos de nossa investigação. Roland Denis e Orlando Chirino, por exemplo, constavam desde o plano inicial de campo entre os entrevistados alvo. Nós os conhecíamos há vários anos e a razão de terem sido escolhidos dizia respeito ao seu protagonismo social como referências políticas em todo o período prévio bem como ao longo dos anos do *proceso bolivariano*. Ou seja, suas histórias de vida consistiam em um ponto de vista particular sobre aquela memória social do *proceso*.

Outro critério utilizado em sua escolha foi a condição privilegiada como intelectuais orgânicos³⁶ de dois setores sociais fundamentais para nossa análise, o setor dos

³⁶ O conceito de intelectual orgânico pode ser resumido assim: “Cada grupo social, nascendo no terreno originado de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (GRAMSCI, 1985).

intelectuais que intervêm junto à classe trabalhadora precarizada, com Roland Denis, e o sindical vinculado ao operariado industrial, com Chirino. De fato, ambos figuram entre as mais prestigiadas lideranças independentes do movimento social venezuelano e sua apreciação sobre o *proceso* nos pareceu de extrema relevância, seja para os efeitos do registro histórico que nos dispusemos a realizar, seja para o conjunto da análise. São particularmente importantes devido ao seu caráter independente do governo bolivariano, considerando o peso relativo do Estado sobre o conjunto das organizações sociais existentes no país. Denis e Chirino, neste caso, são representativos não porque sejam porta-vozes bolivarianos, mas precisamente pelo contrário. Por figurarem entre aqueles dissidentes internamente ao *proceso* que, ao mesmo tempo em que o constituem ativamente como protagonistas são invisíveis e invisibilizados pelo peso da centralização do aparato do Estado e da liderança de Hugo Chávez (a despeito de sua inquestionável transcendência), a exemplo de uma maioria dos chamados lutadores sociais bolivarianos.

Um terceiro testemunho, de Emanuel Martínez, foi escolhido por seu papel na construção da Comuna Amalyvaca da qual tive a oportunidade de participar durante o campo. Ele pertence desde a infância àquele espaço urbano segregado que é o *barrio*. A história pessoal de Emanuel Martínez, de agora em diante *Manolín*, em particular, contribuiu para compreender como foi se constituindo no tempo a vinculação entre os ex-guerrilheiros e o movimento popular urbano, desde os anos 1970. Também lançou luzes novas sobre o caráter do *Sacudón*. A trajetória de Manolín revela, ainda, as formas de vinculação do movimento popular urbano com o aparelho de Estado, nos tempos do governo bolivariano.

Finalmente, o testemunho de um trabalhador petroleiro, José Bodas. Operador de uma refinaria da PDVSA em Puerto La Cruz e secretário geral da *Federación de los Petroleros*, além de membro da *Corrente Classista Unitaria Revolucionária y Autónoma* (C-CURA). Bodas nos apresentou sua visão sobre o papel dos trabalhadores petroleiros no *proceso* e fez um balanço das relações entre os trabalhadores petroleiros e o governo venezuelano dirigido pelo Presidente Hugo Chávez. Na análise desta relação, lançamos mão, além do testemunho de Bodas, de periódicos de outras correntes sindicais e políticas que fazem vida no sindicalismo venezuelano, uma vez que foram

vãs as tentativas de entrevistar outros dirigentes sindicais importantes, como Stálin Pérez³⁷ e Marcela Máspero.

Assim, para além das entrevistas, durante todo o período em que vivemos em *Simón Rodríguez* bem como no mês seguinte, nossa observação esteve orientada a apreciação da experiência política do movimento popular urbano em meses do primeiro semestre de 2010. *Simón Rodríguez*, no entanto, não foi tomado para a pesquisa como um *case*. Não foi considerado um caso representativo que possa ser generalizado para o conjunto das favelas venezuelana e para o conjunto do movimento popular bolivariano, ainda que reunisse condições para ser abordado neste sentido. De qualquer forma, nossa opção foi mais singela. Tomamos o *Bloque 3 de Simón Rodríguez* como um espaço de experiência que pudemos compartilhar e de onde surgiram questões pertinentes sobre o *proceso* bem como respostas para algumas das indagações mais gerais que permeavam toda a pesquisa. A realidade do *barrio* contrastava com a propaganda oficial. A realidade do *barrio* era ainda mais fantástica que a intrigante Macondo, cenário mágico da ficção de Gabriel Garcia Marques em seu Cem Anos de Solidão. Na favela venezuelana, comprar 10 kg de carne de primeira argentina subsidiada pelo governo venezuelano era mais barato do que um saco de ração para alimentar o nosso cão.

Simón Rodríguez revestiu de carne e osso as estatísticas sociais que havia recolhido nos portais internet. Ali nos confrontamos diretamente com o trabalho informal, com as pessoas que vivem ocupadas em setores de baixa produtividade, com o fenômeno do consumo às vezes suntuário lado a lado com a carência em necessidades básicas como transporte público com qualidade mínima, com a efetividade e os limites das *Misiones* governamentais. Utilizamos os serviços médicos da *Misión Barrio Adentro I e Barrio Adentro II*, consumimos no *Merca!*³⁸, utilizamos o sistema de transporte disponível, enfim, materializamos a vida em um cotidiano revelador para o nosso objetivo de compreender o *proceso bolivariano* em curso na Venezuela atual sob o ponto de vista da classe trabalhadora. E podemos dizer que foi ali em *Simón Rodríguez* que o conflito com o aparato estatal revelou toda a sua complexidade.

³⁷ Para as posições da corrente de Stálin Pérez, lançamos mão da análise publicadas pelo periódico *Marea Socialista*, neste período, bem como consultas ao sitio internet www.mareasocialista.com, que divulga os documentos oficiais desta corrente política.

³⁸ Mercados populares que vendem com preços subsidiados pelo governo federal.

Portanto, foi cruzando essas fontes e métodos, esse conjunto de experiências pessoais e alheias, que esperamos oferecer uma interpretação sobre o *Proceso Bolivariano* da Venezuela, a qual, ainda que provisória, assente bases mais ou menos seguras sobre as quais se possa seguir acompanhando seu desenrolar histórico sem incorrer no equívoco de sobrevalorizar ou subestimar aspectos isolados da realidade social. Pois se o tempo presente tende a afogar-nos em dados disponíveis, quase sempre estes dados não se tornam verdadeiramente significativos do ponto de vista explicativo, exceto quando bem confrontados com o filtro de uma sólida perspectiva teórica. Em nosso entender, somente neste caso será possível fazer mais do que uma ampla reportagem do *Proceso* e avançar para sua compreensão histórica.

1 CAPITALISMO DEPENDENTE, PETROLEIRO E RENTISTA

Como governar este país sem estar absorvido pelos problemas de curto prazo? Como conciliar, mesmo no espírito, tantas possibilidades de fazer coisas – de certa forma os recursos são ilimitados – com a agravação permanente dos problemas? Para que este mundo funcione, *devem* se reproduzir formas de vida que tendem a impedir que os outros problemas se resolvam (FURTADO, 2008, p. 20)

Neste capítulo buscamos sentar as bases para a compreensão das especificidades da formação econômica e social venezuelana a fim de nos aproximarmos do significado histórico do *Processo Bolivariano*. Pensamos que a interpretação de nosso tempo presente somente é possível se fixarmos claramente a experiência social anterior a partir da qual possamos identificar rupturas e continuidades em aspectos estruturais, conjunturais ou eventuais da realidade histórica. Para os efeitos de nossa investigação, trata-se em um primeiro momento de estabelecer as características particulares do desenvolvimento do capitalismo na Venezuela e suas repercussões sobre a estrutura das classes sociais.

Como consequência deste esforço interpretativo, estabeleceremos um debate com dois autores considerados fundamentais, uma vez que ambos personificam projetos opostos para alcançar um objetivo comum: superar o desenvolvimento dependente venezuelano ao petróleo. Em primeiro lugar, com Asdrúbal Baptista, que cunhou a expressão síntese “capitalismo rentista” para designar o regime vigente na formação social venezuelana desde o advento do petróleo como atividade motora da economia nacional. Asdrúbal advogará a existência de um colapso do capitalismo rentista a partir de 1983, como veremos mais adiante, e proporá uma alternativa de cunho liberal para sua superação. Em segundo lugar, com Celso Furtado, que elaborou dois estudos sistemáticos sobre a economia venezuelana. Inicialmente, por encargo da CEPAL, em 1956-57, um ensaio cujo objetivo era explicar o marcado contraste entre o nível de renda e o grau de desenvolvimento do sistema produtivo venezuelano em seu conjunto³⁹. Dezesete anos depois, em 1974, a convite do governo venezuelano, Furtado voltaria a se deparar com a situação de “subdesenvolvimento com abundância de divisas”, uma realidade considerada *sui generis* no interior do capitalismo dependente. A proposta de Furtado,

³⁹ O Estudo de Furtado restou inédito no Brasil até 2008.

neste caso, girou em torno de um direcionamento do investimento público, com forte presença do Estado, de cunho desenvolvimentista.

Adicionalmente, outro conjunto de autores marxistas elaboraram estudos e formularam hipóteses que nos serviram de suporte para análise, ainda que não partilhemos necessariamente com eles suas conclusões. Entre eles, destacamos Domingo Maza Zavala (1982), Armando Córdova e Hector Silva Michelena (1977 e 1977b), Orlando Araújo (1982) e Rodolfo Quintero (1972). Finalmente, no que diz respeito ao Estado venezuelano e sua proeminência em um país capitalista rentista demonstrou-se fundamental o aporte de Fernando Coronil (2002).

Por meio dos trabalhos destes autores buscamos identificar as características estruturais da formação econômico-social venezuelana, seus paradoxos, limites e o tipo de configuração de classes a ela subjacente. Utilizamos, ainda, e apenas quando a necessidade exigiu, análises estatísticas diretas de dados da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), do Instituto Nacional de Estadísticas (INE) e do Banco Central de Venezuela (BCV).

1.1 A formação econômica e social venezuelana desde 1920

A Venezuela enfrentou dificuldades importantes em seu processo de vinculação com o mercado mundial ao longo de todo o Século XIX. Ainda que a economia baseada na produção de café, cacau e gado tenha conseguido uma via precária de reprodução social no último quarto do XIX⁴⁰, o país chegou a 1920 em uma situação de extrema pobreza. A condição de vida da população venezuelana, com o PIB por habitante de US\$ 433,00, não era comparável nem com uma parte importante dos demais países latino-americanos, que apresentavam um PIB médio anual superior a US\$ 1.040,00 por habitante, e menos ainda com aquela dos países centrais, que se aproximava a US\$ 2.700,00/ano. A taxa de mortalidade estava entre 30 e 20 por cada 1.000 habitantes, o que corresponde a um elevado nível de pobreza, e a esperança de vida oscilava entre 31

⁴⁰ No período de 1886 a 1926, as exportações de café, cacau e gado representaram em média cerca de 80% das exportações totais venezuelanas. Apesar disso, o crescimento do volume de exportações anual durante o período foi de menos de 1%, evidenciando o estancamento das forças produtivas. A baixa de preços que ocorreu entre os anos 1896 a 1910 acentuou a crise que já se verificava destas atividades (CÓRDOVA, 1977, p. 135).

e 34 anos (BAPTISTA, 2006, p. 30). O analfabetismo atingia 75% da população (ASTORGA, 2003, p. 281)

Foi somente com a importância mundial assumida pelo petróleo e a descoberta de sua abundância em águas venezuelanas que esta sociedade encontrou uma via permanente e segura de vinculação ao mercado mundial, ainda que de forma subordinada na divisão internacional do trabalho. Este período coincide com o governo de Juan Vicente Gómez (1908-1936). Julie Skurski (1985) sustentou que o governo de Gómez produziu a unidade da nação e a unificação do Estado, depois de quase um século de beligerância e guerras civis pós-independência. Com o apoio político e financeiro da indústria petrolífera ao longo dos 27 anos, a Venezuela *gomezista* surgia associando uma indústria moderna para os padrões da época com um governo autocrático, seguindo os passos de outros países latino-americanos em sua via oligárquica de consolidação do Estado Nacional (CUEVA, 1977).

Porém, se podemos admitir que o impulso ao desenvolvimento da indústria na Venezuela dependeu em grande parte do advento do petróleo e impulsionou um Estado centralizado, tampouco podemos ignorar que, nos anos 1920, a Venezuela começava a dar os primeiros passos em direção à constituição de uma indústria de bens de consumo:

La principal industria manufacturera en Venezuela es la textil, con tres fábricas en Caracas, dos en Valencia, una en Maracaibo y otra en Cumana (...) ellas producen alrededor de 50% del vestido que se usa en el país. El total invertido sobrepasa 2 millones de dólares... Después de las procesadoras de algodón la industria más importante es la de fabricación de cigarrillos... Hay tres cervecerías grandes en Caracas, Maiquetía y Maracaibo... Dos fábricas que elaboran otros productos compiten directamente con los artículos importados: la de papel en Maracay, la cual usa materia prima nacional, y la de papel en Caracas, llamada Fabrica Nacional de Papel... La moderna planta de leche de Maracay produce un promedio de 300 mil libras de mantequilla al año... Esta planta también está equipada para producir queso y leche condensada y tiene una instalación de fabricación de envases propia... Practicamente todos los zapatos que se usan en Venezuela están hechos en numerosos pequeños talleres... Todas las variedades económicas de jabón tocador, jabón de lavar, etc... son hechos en Venezuela por muchas fábricas de jabón que usan el aceite de semilla de algodón local, el aceite de coco, etc., producidos en el país (BELL, 1922, p. 115-116 *apud* ASTORGA, p. 282).

Neste período, a Venezuela abrigava atividades extrativas de petróleo, por transnacionais, sem o processamento do óleo cru em âmbito nacional, e os demais

setores da indústria, mencionados acima, em alguns casos como o têxtil, atingiam níveis superiores a outros países com dimensões similares às venezuelanas até pelo menos 1937. Durante esta primeira fase da indústria petroleira, o refino, que representa a atividade de maior valor agregado, foi feito durante vários anos fora do território nacional, nas ilhas de Curaçau, desde 1917, e Aruba, a partir de 1929, pelas companhias transnacionais do petróleo.

Assim, após a descoberta do petróleo, enquanto as companhias se dedicavam à extração, o Estado adquiria um novo papel de proprietário nacional. Esse papel conduziu a sua expansão através de um aparato estatal cada vez mais complexo de instituições e legislações destinadas à regular a exploração do petróleo e a reter no país uma parte do lucro obtido pelas companhias. A partir daí, o Estado não somente se centraliza, mas assume uma nova relação com a sociedade como administrador da renda proveniente do petróleo, enquanto a fonte de recursos estatais mudava. Antes advinham dos direitos sobre importações e da imposição tributária sobre os produtos agrícolas cultivados por produtores privados (até 1925, principalmente o café). A partir de então, o Estado passaria a depender das rendas produzidas pela venda de recursos naturais pertencentes à nação.

Um sintoma claro da consolidação da atividade petroleira, ainda que extrativa, no país foi vivenciado durante a crise internacional de 1929. Na Venezuela, além desta crise não haver provocado qualquer impulso substitutivo de importações, já em 1931 o governo obtinha superávit fiscal, o qual se manteve até 1935. O mercado do petróleo foi um dos primeiros a sair da depressão. Mais do que isso, a totalidade da dívida externa venezuelana foi paga em 1930, como parte das comemorações do centenário da morte de Simon Bolívar. Ainda assim, somente após a II Guerra Mundial a refinação ganhou importância na Venezuela, apesar do país gozar do *status* de maior exportador de petróleo do mundo desde meados da década de 1930 (ASTORGA, 2003, p. 282-86).

No final da década de 1930, as empresas estrangeiras controlavam 85% da extração petroleira da Venezuela, sendo 50% pela Standart Oil e 35% pela Shell. Com a transição de uma formação social primário-exportadora para uma industrial de tipo enclave, o peso social, político e econômico no interior da sociedade também se alterou. De uma oligarquia rural agrária tradicional associada a uma burguesia comercial que juntas

controlavam de forma restringida as estruturas de poder do Estado, houve uma transferência sem rupturas para novos atores. Os setores do comércio de importação e exportação associado às transnacionais petroleiras, secundados por um não pouco expressivo setor imobiliário que crescia acompanhando a vertiginosa urbanização do país e setores médios não proprietários vinculados aos serviços estatais, em outras palavras, uma significativa burocracia, convertiam-se paulatinamente em candidatos a participar ou controlar as estruturas de poder do país.

Com estes novos setores desenvolvia-se o nacionalismo petroleiro, o qual prescrevia que o petróleo deveria ser salvaguardado, como riqueza nacional, para as futuras gerações. Neste contexto, surge, pela primeira vez, a formulação *Sembrar el Petroleo*, cunhada originalmente por Arturo Uslar Pietri, para expressar a necessidade de transformar o efêmero e corruptor dinheiro proveniente do petróleo em riqueza permanente:

“Si tuviéramos que proponer una divisa para nuestra política económica lanzaríamos la siguiente, que nos parece que resume dramáticamente esa necesidad de invertir la riqueza producida por el sistema destructivo de la mina, en crear riqueza agrícola reproductiva y productiva: sembrar el petróleo” (USLAR PIETRI, 1977).

Assim, fica evidente que, ao longo do período gomezista, houve uma transformação da estrutura produtiva da qual surgiram contradições sociais e políticas que colocaram o regime em cheque. Por um lado, um Estado personalista com estreita base social; de outro, setores urbanos que necessitavam e exigiam maximizar a distribuição da renda do petróleo. Com a morte de Gómez, em 1935, inicia-se uma transição rumo ao reacomodamento das forças sociais e políticas, primeiro com López Contreras (1936-1941) e, depois, com Medina Angarita (1941-1945). Desde 1928, uma nova geração de políticos originários das lutas estudantis passa a integrar o cenário nacional com um discurso sobre a democracia que em seguida viria a se tornar dominante. Nesse discurso, a democracia não deveria ser restrita à política, com sufrágio universal e legalização dos partidos, mas ser também econômica, mediante a ampliação da participação do Estado na economia.

Em 17 de dezembro de 1935, após a morte de Gómez, em Caracas, ocorreram saques generalizados⁴¹. Em resposta à pressão pública e como expressão da ascensão dos setores urbanos que passaram a organizar manifestações de massas (as quais chegaram a atingir 30 mil pessoas à época), o governo confiscou as propriedades de Gómez que consistiam em bancos, indústrias de papel, empresas de eletricidade, empacotamento de carne, presunto, leite, fósforo, entre outros. Ao transformar o patrimônio de Gómez em público, com o Estado assumindo diversas indústrias, foi inaugurado na Venezuela o largo período em que o Estado passou a atuar como capitalista direto. Neste mesmo período, avançou a conformação de uma legislação petroleira que mudou a relação do Estado com a indústria, com um aumento considerável da participação do Estado nos lucros ao fixar contratualmente maiores royalties e ao estabelecer um imposto sobre o setor. A Venezuela inovava em uma legislação que apenas 25 anos depois seria adotada pela OPEP⁴². Sob estas condições era encerrada a transição da economia cafeeira para a petroleira (1920-1935-6).

Foi o sucessor de Gómez, Eleazar López Contreras (1936-1940), quem pela primeira vez mobilizou o Estado para ativar a economia em seu conjunto e a indústria não petroleira em particular. Para isso, constituiu instituições como o Banco Industrial de Venezuela, em 1937, com 60% do capital total oriundo do governo e criou leis sobre Aduanas (1936), o Banco Central (1939) e uma lei para regular o sistema bancário, além de uma Lei trabalhista (1936), enfim, criou as bases de um Estado nacional para uma política de *siembra del petróleo*.

Porém, a disposição de avançar rumo à industrialização encontrou rapidamente uma dificuldade nada desprezível. Em 1939, um acordo de reciprocidade comercial com os

⁴¹ LÓPEZ MAYA comparou os episódios de 1935 e 1936 com o *Sacudón* de 1989. Encontrou similitudes e diferenças. Entre as diferenças entre os saques de 1935 e de 1989 está o fato de que os primeiros estiveram dirigidos contra as propriedades do ex-ditador recém falecido, Juan Vicente Gómez e não contra os estabelecimentos comerciais como foi em 1989. Entre as similitudes, ressaltou a ausência de governo. Com a morte de Gómez criou-se uma incerteza a respeito da nova direção do país. No caso do *Sacudón*, houve uma falência dos canais regulares de informação e Inteligência do Estado (LÓPEZ MAYA, 2005, 77-84). Da nossa parte, interpretamos a “ausência de governo” mencionada por López-Maya como uma desorganização da estrutura de comando do aparato repressivo estatal percebido pela população e que abriu brechas no sistema de dominação que sistematicamente impede o acesso aos bens necessários à maior parte da população.

⁴² Essa experiência pioneira venezuelana levou a um dos principais intelectuais nacionalistas venezuelanos, Juan Pablo Pérez Alfonso, a assumir função central na articulação e direção da OPEP. Pérez Alfonso foi, além de especialista petroleiro, um dos primeiros a alertar para os limites da indústria petroleira para o desenvolvimento das forças produtivas venezuelanas. Ver, de Alfonso (1975), o livro de título sugestivo *Hundiéndonos en el excremento del diablo*.

Estados Unidos da América (EUA) concedeu vantagens aduaneiras para produtos estadunidenses industriais em 88 ramos. Em troca, 90% das exportações venezuelanas, predominantemente de petróleo, foram integradas ao tratado (ASTORGA, 2003). Este evento resume um primeiro momento em que se verifica claramente a prioridade do petróleo como produto demandado pelo mercado e a subordinação da diversificação industrial nacional a este determinante. O acordo comercial com os EUA não seria o único empecilho para a industrialização venezuelana, mas cumpriu naquele momento um papel extremamente limitador para esse objetivo.

De qualquer forma e apesar do acordo, a Venezuela precisou abastecer-se de produtos industriais produzidos nacionalmente durante a II Guerra Mundial, uma vez que o mercado estadunidense não pôde suprir certas necessidades. Assim, no período compreendido entre 1940-57, “surgieron brotes industriales estimulados o forzados por la penuria de importaciones durante la guerra, por la política de obras públicas de los gobiernos y algunas medidas proteccionistas tomadas sin atención a un plan de industrialización” (MAZA ZAVALA, 1982, p.330).

No ano de 1945, um novo governo entraria em cena pelas mãos de um golpe civil-militar. Ainda que sem um plano industrializador claro, o chamado *triênio* (1945-1948)⁴³, liderado pelo partido em ascensão no contexto do crescimento urbano dos setores médios, pequeno burgueses proprietários e não-proprietários, *Acción Democrática* (AD), com apoio de um segmento militar, fez esforços por impulsionar a indústria. Para isso, incrementou em 700% o orçamento do Ministério de Fomento, principalmente para a *Corporación Venezolana de Fomento*. Os recursos para isso, seguindo a lógica da *siembra petrolera*, deveriam ser buscados no incremento da renda. Então, com o Presidente Rômulo Betancourt, os ingressos estatais obtidos do setor atingiram o topo, 28,5%, o mesmo existente nos EUA. A política do partido *Acción Democrática* (AD), contrariamente ao seu discurso democratizante, promovia uma nova centralização do poder, ao mesmo tempo em que tratava de interferir no movimento operário no sentido de estimular sindicatos cativos ao governo:

AD otorgó poderes al presidente para nombrar a los gobernadores estadales. Preocupado por la existencia de conspiraciones y robustecido por el apoyo recibido en las elecciones, el Gobierno aprobó un decreto que

⁴³ Sobre o governo do chamado “trienio”, conf. Dávila (1992).

fortalecía los poderes del Ejecutivo y limitaba temporalmente las garantías constitucionales (CORONIL, 2002, p. 154).

Também, no mesmo sentido, não somente utilizou todos os recursos para controlar o movimento operário, como desmobilizou a população que apoiava o governo. Essa teria sido a razão, segundo alguns autores, de sua fragilidade e da falta de reação quando do golpe de 1948, proferido pelos militares liderados por Marcos Pérez Jiménez. Depois do segundo golpe, agora desferido pelos militares contra AD, o governo que sucedeu o *triênio* foi analisado por Coronil como representando apenas um deslocamento do poder de uma liderança civil de classe média para uma liderança militar equivalente, em uma articulação do positivismo com o desenvolvimentismo. Da nossa parte, não nos parece secundário determinar as particularidades de uma e outra forma de governo, as quais definem modos específicos de como se exerce o poder, ainda que mantenha-se sob domínio da mesma classe dominante⁴⁴. De qualquer forma, com o novo Presidente, Pérez Jiménez (1948-1958), a ênfase não seria mais o investimento industrial, mas o direcionamento da renda para a construção de obras públicas. E, apesar das semelhanças com o governo anterior, Jiménez impôs uma dupla ruptura no referente à política petrolífera. Relaxou na busca pelo incremento da renda mediante uma maior participação Estatal nos lucros das transnacionais do petróleo, como havia feito AD. Segundo, Enrique Baloyra, estima-se que as perdas advindas dessa política atingiram 4,5 milhões de Bolívares. Rompeu, também, com a política de "não mais concessões", ainda que as promovendo em termos nominais dez vezes mais favoráveis ao Estado do que as assinadas anteriormente — 388 dólares por hectares em seu governo contra 38 dólares por hectare em 1943 (*apud* CORONIL, 2002, p. 205).

Simultaneamente a isso, entre 1951 e 1957, o investimento estrangeiro mais do que triplicou, sendo os EUA responsáveis por quase 70% do total (BCV 1958, p. 81). Tal

⁴⁴ “La pregunta quién (es) tien(n) el poder político reclama respuestas más precisas que la simple formulación: las clases dominantes. Sabemos que allí conviven clases diversas (burguesía y terratenientes), así como fracciones (industrial, comercial, financiera y agrícola, para el caso de de la burguesía) y sectores (grande, mediana y burguesía pequeña), lo que exige mayorres exactitudes cuando la respuesta debe referirse a períodos históricos particulares.

En definitiva, ese interrogante nos remite a determinar el problema de la hegemonía y el de la constitución de bloque en el poder, así como a los problemas de la periodización del análisis político en función de determinar los cambios en esos terrenos.

[...]

Cabe advertir que *quién gobierna* en ese caso se refiere no a las clases que dominan, sino a los que manejan (o administran) el Estado, esto es, a la clase reinante (uno, pocos), así como a los que se supone toman las decisiones (muchos)” (OSORIO, 2009).

política significava o estreitamento de relações de dependência com o mercado estadunidense para além da pura atuação transnacional direta. O mecanismo mais usual neste sentido foi o estabelecimento de empresas de capital misto, nacional e estrangeiro, tanto de caráter comercial quanto envolvendo a fase final de algumas indústrias em território nacional. Desta forma, desenvolveram-se os vínculos de dependência mediante uma maior vinculação produtiva e comercial da economia venezuelana à estadunidense.

São destes laços objetivos e diretos que brota a aliança entre setores do capital nacional e imperialista com apoio e fomento estatal. Stephen Rabe registrou que a Venezuela, com apenas sete milhões de habitantes em 1957, se converteu no sexto maior mercado consumidor do mundo de produtos estadunidenses. A formação social venezuelana, vinte anos depois do acordo de cooperação comercial, experimentava então uma espécie de dupla dependência em relação aos Estados Unidos da América. Aquela proveniente do mercado consumidor estadunidense para o seu principal produto de exportação, o petróleo. E aquela proveniente da produção estadunidense de bens industriais para consumo venezuelano. A indústria petroleira consolidava-se como a mais importante do país e, apenas cinco anos depois do início da produção de petróleo, este havia superado todas as demais exportações, apesar do crescimento de outros produtos no mesmo período. Assim, se em 1927, o petróleo representava 76% das exportações, em 1948 este percentual atingia 96% do total de produtos venezuelanos vendidos no mercado externo (CORDOVA, 1977, p. 141).

A ditadura *perezjimenista* manteve, igualmente, a forte ação de contenção operária. Criou para isso uma organização denominada ironicamente de *Movimiento Sindical Independiente*, estancou a política de aumentos salariais iniciada em 1945, proibiu e reprimiu greves. Adicionalmente, promoveu uma política de imigração de trabalhadores europeus que cumpriu o papel de contenção das reivindicações trabalhistas ao mesmo tempo em que permitiu que o FBI e a CIA desempenhassem ações de espionagem do movimento sindical petroleiro e de combate ao comunismo (CORONIL, 2002, 207). Só assim as transnacionais sentiam-se suficientemente seguras para atuar no país.

A crise do *perezjimenismo* esteve associada à reversão do ciclo expansivo do capital a qual produziu uma contração fiscal em espiral que fez o setor empresarial sentir-se

pressionado pelos credores ou mesmo ameaçado de falência. Assim, em finais de 1957, cresceu a oposição ao governo, antes restrita a setores de centro e de esquerda. Também, desde 1956, havia indícios de que o EUA não consideravam Jiménez mais de sua estreita confiança, depois que ele propôs fundar uma agência multilateral de ajuda econômica, na Conferência Panamericana, contra a política estadunidense. Em maio de 1957, era a vez da Igreja Católica, através do arcebispo de Caracas, Rafael Arias, reafirmar os princípios democráticos em uma carta pública. E, até o final daquele ano, essa oposição foi engrossada por setores da elite empresarial que impulsionavam a industrialização, pela *Cámara de Comercio* de Caracas (que emitiu uma nota pública crítica ao regime, em dezembro) e, finalmente, pelos militares.

Os eventos que marcaram politicamente a queda foram uma greve geral ocorrida em 21 de janeiro de 1958 e a insurgência militar da madrugada do dia seguinte. No dia 23 de janeiro, a Venezuela acordou governada por uma junta militar comprometida com a condução do país à democracia. Desta vez, os partidos políticos Acción Democrática e o democrata cristão COPEI trataram de se certificar de que este novo golpe não iria lhes retirar o poder das mãos. Promoveram, em seguida, uma série de reformas restringindo algumas prerrogativas militares, alterando a formação militar, separando as forças do exército, da marinha e da aeronáutica e levando um civil ao Ministério da Defesa. O 23 de Janeiro se converteria no símbolo da ampla aliança policlassista assentada sobre a maximização da renda petroleira que predominaria no país até meados dos anos 1980, mantendo-se claudicante até a vitória de Hugo Chávez para a Presidência em 1999. O *23 de Enero* encarnava a convicção de que a partir de então seria sim possível “semear o petróleo”.

Já em 1958, quando os EUA estabelecem medidas restritivas de caráter quantitativo em relação ao petróleo venezuelano, sem prévia consulta e qualquer compensação para a Venezuela, quebrando a vigência do tratado comercial firmado em 1939, a indústria não petroleira voltaria a respirar. Isso tornou possível uma política de substituição de importações mais planejada do que aquelas surgidas no interregno da II Guerra. Agora ela estaria dirigida a suprir a demanda de um mercado interno alimentado pela renda e de dimensões suficientes para fazer lucrativa a implantação de algumas plantas industriais (MAZA ZAVALA, 1980, p. 269).

Porém, o peso do impacto de uma industrialização de tipo petroleira em um país de industrialização tardia fazia-se sentir fortemente em 1960. Os 40 anos de atividade petroleira e mais de um quarto de século de vigência do acordo comercial com os EUA associado às distorções causadas pelo desenvolvimento desigual de um setor demasiadamente mais dinâmico frente a outros setores produtivos acarretava distorções de amplo alcance. Mostafa Hassan (1975, p, 87) demonstrou que a Venezuela estava abaixo da média latino-americana de emprego na indústria, ocupando apenas 18,1% do total de sua força de trabalho nesta atividade (sendo a metade dela em empresas artesanais) contra a média de 27% do continente, em 1960. Advertiu, ainda, que o poder de atração dos salários petroleiros, 400% maiores, em relação à remuneração rural em algumas zonas, articuladamente com o deterioro das condições de produção agrícola, gerava um dos mais rápidos processos de urbanização dos tempos modernos. O percentual de trabalhadores empregados na agricultura descendeu de 71%, em 1936, a 36,5%, em 1961 (idem, p. 81). Apesar disso, entre 1950 e 1969, verificou-se uma taxa média de acumulação de capital na atividade agropecuária relativamente alta, elevando-se de 2,8%, no período de 1950-1953, passando por 8,4%, entre 1958 a 1963, e 5,1% entre 1965 e 1969 (ORTA, 1982, p. 223).

O período de 1958-1998 esteve objetivamente definido a partir de uma série de acordos firmados entre trabalhadores, empresários e os partidos políticos. O primeiro deles foi o *Avenimiento Obrero Patronal*, assinado em 24 de abril de 1958, por todos os partidos políticos, incluindo o Partido Comunista da Venezuela. O acordo estabelecia limites às demandas dos trabalhadores em favor da estabilidade política. Provavelmente, para os comunistas, analisam alguns autores, havia a crença tácita de que o acesso pelos trabalhadores à renda petroleira proporcionada pelo ambiente democrático era preferível ao risco de desestabilizar o novo regime. O segundo acordo foi chamado de *Punto Fijo*⁴⁵, assinado por *Acción Democrática*, *Copei* e a organização de militares reformistas da *Unión Patriótica Militar* (UPM), sem que fossem convidados os comunistas, em 31 de outubro de 1958, e consistiu no compromisso dos partidos em

⁴⁵ Punto Fijo é o nome da localidade onde foi assinado um acordo de partilha civil do poder que pôs fim a dez anos da ditadura militar encabeçada por Pérez Jimenez (1948-1958). Constituiu-se como um sólido arranjo institucional conciliatório e de alternância no governo nacional entre os dois partidos hegemônicos, o social-democrata *Acción Democrática* (AD) e o democrata cristão COPEI, construído sobre a pujança dos petro-dólares. Vigorou entre 1958 e 1998, tendo seu marco final definido pela eleição do Presidente Hugo Rafael Chávez Frías. Mais sobre o tema, conferir LÓPEZ MAYA, GÓMEZ CALCANHO Y MAINGÓN (1989).

respeitar os resultados das eleições e a formar um governo de coalizão cujo programa seria redigido previamente e adotado por quem quer que vencesse o pleito. Advém deste pacto a expressão *puntofijismo* para designar o regime político vigente na segunda metade do século XX na Venezuela.

Assim, se Pérez Jimenez havia operado a subordinação da indústria nacional às regras da divisão internacional do trabalho de forma aberta, *Punto Fijo* significava a disposição de ampliar o espaço da indústria nacional mediante uma aliança com o imperialismo oferecendo em contrapartida a contenção das demandas dos trabalhadores. Nos governos seguintes, de Acción Democrática, com Rómulo Betancourt (1959-1963), Raúl Leoni (1964-1969), Carlos Andrés Pérez (1974-1979 e, depois, 1989-1992), Luisinchi (1984-1989) e COPEI, com Rafael Caldera (1969-1974 e, depois, 1993-1998) e Luis Herrera Campins (1979-1984) foram feitos esforços pelo desenvolvimento da indústria nacional não petroleira. *Punto Fijo* tentaria investir produtivamente a renda petroleira resolutamente até 1983, quando ocorrerá uma super desvalorização do Bolívar, como veremos no Capítulo 2.

Um dos signos desta disposição de maximização da renda foi a criação, em 1959-60, da *Corporación Venezolana de Petroleo* (CVP) com o objetivo de exploração direta do petróleo pelo Estado no longo prazo. Surge também a indústria de alumínio que será incorporada mais adiante à *Corporación Venezolana de Guayana* (CVG), a qual abrigará um conjunto de empresas estatais intensivas em energia e voltadas para a industrialização de produtos básicos. Este impulso industrializador guarda distância com o modelo corrente de substituição de importações latino-americano, fundamentalmente porque está voltado para a exportação, observando, portanto, um desenvolvimento independente do mercado interno.

Foi neste contexto que Furtado realizou o seu extenso estudo sobre a economia venezuelana. Para aquele momento, a Venezuela havia despontado no cenário regional como um caso paradoxal de excesso de divisas advindas da atividade petroleira acompanhada de grandes disparidades entre a estrutura da produção e a ocupação da força de trabalho, com acentuadas diferenças de produtividade entre os setores, bem como desigual distribuição de renda e baixo padrão de consumo das grandes massas da população. Enfim, carregando todas as mazelas de uma sociedade profundamente

desigual, apesar de ser, em 1957, a economia “subdesenvolvida” (para utilizar o termo preferido pelos teóricos da CEPAL) com mais alto nível de produto *per capita* existente no mundo.

Do diagnóstico de 51 páginas e 57 anexos com quadros de séries estatísticas elaborado por Furtado⁴⁶, podemos destacar em primeiro lugar, analisando o período entre 1945 e 1956, uma participação muito baixa da agropecuária no produto, fazendo com que a Venezuela se aproxime dos países com altíssimo grau de industrialização. Porém, alerta o relatório, esse índice baixo de participação da agropecuária no produto decorre de uma disparidade crescente da produtividade e não de um autêntico desenvolvimento, fato este que é acentuado considerando os baixos níveis nutricionais da população e a repercussão desta baixa produtividade sobre a elevação dos preços dos alimentos e, conseqüentemente, dos salários.

Em segundo lugar, o conjunto da produção de bens (agropecuários e industriais) diminuiu sua participação total de 30,1% , em 1945, para 25,7%, em 1956, no produto. Cruzando estes com outros dados, Furtado afirma que o desenvolvimento do setor industrial não foi suficiente para contrabalançar o atraso relativo da agropecuária (ainda que esta tenha mantido taxas de crescimento alto, como relatado acima por Célio Orta). Tudo aponta para um crescimento da participação do setor de serviços e, no que se refere à oferta de bens, para uma substituição de artigos de produção nacional por outros importados, apesar dos esforços diversificadores da indústria.

A análise do perfil do consumo indica também que este, apesar de haver crescido significativamente neste período, não o fez em itens de bens de consumo necessários, e tudo indica que o aumento da renda disponível para consumo se deu de forma muito concentrada. Assim, no bojo de sua análise sobre a forma como se deu o desenvolvimento venezuelano no período, o relatório afirma que:

a expansão do setor petrolífero foi condição necessária, mas não suficiente, para que desenvolvessem os demais setores. Constitui o verdadeiro elemento dinâmico a renda transferida ao governo. Por outro lado, é a forma como se utiliza essa renda – a orientação dos gastos públicos – que determina a intensidade de absorção de mão-de-obra e recursos naturais disponíveis e de expansão da capacidade produtiva (FURTADO, 2008, p. 49).

⁴⁶ Este estudo restou inédito no Brasil até o ano de 2008.

Porém, Furtado, já em 1957, alertava para uma tendência clara da estrutura produtiva do país a uma absorção relativamente escassa de mão-de-obra. Daí que o autor assevere sobre a forma particular como esta característica generalizada das economias dependentes se materialize na formação social venezuelana:

É interessante notar que o desenvolvimento venezuelano, ainda que se apresente em termos muito diferentes do usual das economias latino-americanas, criou problemas que exigem soluções correntes nessas economias. Com efeito, na quase totalidade das economias latino-americanas os problemas mais fundamentais são a escassez relativa de capital e a reduzida capacidade para importar. A estes dois fatores se deve a lenta absorção do excedente da população. Na Venezuela a situação é praticamente oposta: o sistema tende a afogar-se em excesso de capacidade para importar e de recursos financeiros. Mas esse mesmo processo de afogamento criou o desequilíbrio fundamental entre o nível médio da produtividade e o dos salários monetários – em relação aos países que concorrem no mercado venezuelano. Esse desequilíbrio está na raiz do que chamamos as “peculiaridades” do desenvolvimento da economia deste país. É a causa última do processo crescente e geral de sobremecanização e da lenta absorção da população do país em atividades de produtividade mais elevada (FURTADO, 2008, p. 57).

Como mencionado anteriormente, os intelectuais vinculados à CEPAL não oferecem uma articulação causal na determinação do “subdesenvolvimento”. Em Furtado, a constatação de uma “escassez relativa de capital” e uma “reduzida capacidade de importar” são fenômenos que não encontram suas razões na própria estrutura produtiva dos países dependentes em sua vinculação ao mercado mundial. Como apontou Marini, o problema mais fundamental da totalidade das economias latino-americanas não residem na descrição desses fenômenos, tal como apresenta Furtado, mas em suas causas. Enfim, residem no próprio “segredo da troca desigual”, isto é, nas *transferências de valor*, em seu mecanismo compensatório para a acumulação interna às formações dependentes representado estruturalmente pela *superexploração da força de trabalho*, fenômeno central a caracterizar as economias dependentes, e que, finalmente, desembocam na *cisão ou ruptura nas fases do ciclo do capital ao interior da economia nacional*. Portanto, o caso venezuelano não aparece como um caso oposto ao restante da economia latino-americana senão na sua superfície. Em suas determinantes mais profundas, a Venezuela compartilha a mesma problemática de seus vizinhos

continentais, apenas que exacerba certas características enquanto oculta outras em função da sua condição de economia petroleira.

Em sua formulação de 1957, o economista brasileiro demonstrou-se bastante otimista sobre o potencial de uma orientação do investimento público estatal para conter as tendências disruptivas do capitalismo venezuelano. Para isso, acreditava que seria necessário cumprir uma série de requisitos: encontrar um canal mais amplo para a corrente cada vez mais intensa de poupança privada, evitar o declínio da produtividade média dos novos investimentos públicos, diversificar a economia, investir em pesquisa tecnológica e na elevação do nível educacional da população. Preconizava, diante deste quadro, uma nova agricultura, com elevação da produtividade da mão-de-obra ocupada nos campos sem criar ao mesmo tempo muito desemprego. Igualmente, reconhecia que:

[...] no fundo do problema está o fato de que quanto mais capitalizada é uma atividade produtiva, mais participação tem nos lucros que a elevada produtividade do setor petroleiro oferece ao conjunto da economia por meio do intercâmbio externo. Cria-se assim um círculo vicioso, pois a excessiva capitalização das atividades produtivas implica lenta absorção da força de trabalho em ocupações de produtividade mais elevada, desenvolvimento lento do mercado interno e, portanto, oportunidades mais escassas para novos investimentos (FURTADO, 2008, p. 70).

A fim de solucionar este gargalo, Furtado propunha, para a realidade do final dos anos 1950, a redução da disparidade entre o salário monetário e a produtividade mediante um salário invisível, subsidiado pelo Estado, que permitisse ao empresário reduzir seus gastos totais com pessoal. Isso seria viabilizado por meio da ampliação da oferta de serviços de habitação, escolas, hospitais, os quais absorveriam parte do salário monetário, em áreas de expansão industrial. Para Furtado, a chave para os principais problemas que apresentava o desenvolvimento venezuelano de então residia na orientação do gasto público.

Passados 17 anos daquele diagnóstico, em 1974, o principal teórico brasileiro da CEPAL voltaria a analisar a designada *sui generis* realidade sócio-econômica venezuelana. Em um contexto de elevação acentuada e constante durante quatro anos dos preços internacionais do petróleo, vaticina:

É um sistema econômico-social fundamentalmente orientado para o consumo e o desperdício e no qual a renda é muito concentrada e provavelmente tende a se concentrar de forma permanente (FURTADO, 2008, O. 111-12)

[...]

pois a tendência do sistema será no sentido de prosseguir na desorganização do setor agrícola e dos remanescentes das atividades semi-artesanais, o que levará o governo a ampliar a massa de subsídios destinados a amparar a população desempregada. Paralelamente, crescerá o coeficiente de importações, particularmente no setor de bens de consumo duráveis” (*id*, *ibid*, p. 122).

No que se refere à agropecuária, o relatório afirma haver se cristalizado o binômio minifúndio-latifúndio e a reforma agrária havia esbarrado em obstáculos para transformar o *conuquero* em empresário e na ausência de técnicas que garantissem rendimentos em solos tropicais. Para isso, como demonstrou Orta, também concorreram fatores como a estrutura da propriedade da terra que, entre 1950 e 1961, havia se concentrado na grande propriedade em termos de superfície enquanto reduziu o número e a área ocupada por arrendatários, parceiros e meeiros, posseiros e proprietários-arrendatários (ORTA, 1982, p. 202-3). Porém, a grande propriedade não significava tampouco o desenvolvimento de um capitalismo agrário, com mecanização e produção extensiva. Refletia, ao contrário, uma situação de crescente abandono do campo.

No relativo à indústria, o relatório de Furtado afirma que as condições prevalecentes na Venezuela mantiveram as importações no mais alto nível, freando o processo de integração do sistema industrial e reduzindo as dimensões do mercado. O diagnóstico de Furtado seria corroborado pela Tabela 1 (Cf. ANEXO B), elaborada por Maza Zavala, a qual expressava a elevação entre 1940 e 1970 do percentual importado em bens processados e em bens de capital, havendo apenas a redução das importações de bens de consumo não duráveis (a tabela não especifica se estes produtos são ou não suntuários ou se destinados a bens de consumo necessário orientados para a maior parte da população), ao longo precisamente do período em que vigorou a política de substituição de importações venezuelana. A industrialização não-petroleira encontrava na disponibilidade de renda e na facilidade de importar produtos industriais um obstáculo duradouro.

Assim, considerando a evolução da economia naqueles anos, desta vez, Furtado irá preconizar um freio ao consumo supérfluo e uma orientação para a produção que

buscasse homogeneizar os níveis de renda média entre zonas rurais e urbanas, através de uma expansão considerável da agricultura, com forte capitalização, elevação do seu nível técnico e nível de renda similar aos das zonas urbanas para os trabalhadores rurais. Desta forma, segundo ele, seriam criadas as condições para o crescimento da produtividade no setor industrial, o qual deveria se desenvolver diversificando-se, sendo esta a chave para a superação do subdesenvolvimento venezuelano. Do contrário, alertava, a Venezuela deixaria de aproveitar a oportunidade histórica de superação do subdesenvolvimento da década de 1970 e seguiria a regra continental, pois, *via de regra*, o subdesenvolvimento tenderia a se reproduzir qualquer que fosse o ritmo do crescimento da economia.

O fato é que, entre 1959 e 1974, apesar dos esforços por políticas de desenvolvimento industrial dos sucessivos governos de AD e COPEI, o setor não petrolífero seguiu sofrendo dificuldades devido ao imperativo de que não deveria causar qualquer transtorno social ou econômico para as companhias transnacionais e para o robustíssimo setor de exportação e importação. Os conflitos interburgueses definiam-se em torno do acesso aos projetos e fundos estatais. Porém, analisa Coronil, a abundância de capital circulante, neste período, em vez de possibilitar investimentos produtivos (uma intenção permanente do Estado), atraía o capital para atividades especulativas altamente rentáveis (2002, p. 278). No caso das tentativas de desenvolvimento soberano da indústria automotriz estudado por ele, as iniciativas de fomento enfrentaram a sabotagem das transnacionais, em alguns casos com a colaboração de altos funcionários do Estado, em particular o gabinete de Carlos Andrés Pérez.

Foi o que aconteceu com a Fenatracto, uma fábrica de tratores que deveria ser a iniciativa matriz de um futuro setor automobilístico. Os industriais vinculados ao negócio automotriz que atuavam na Venezuela tinham orientação comercial (exportação e importação). Assim, fossem transnacionais, que colaboraram inicialmente com a ideia de produzir em território venezuelano pensando em manter seu mercado e talvez alguma condição privilegiada de acesso a ele, fossem os sócios locais, que trabalhavam com a importação de veículos ou peças, todos tinham o foco no comércio internacional e subordinavam os interesses do desenvolvimento industrial a sua prioridade comercial. Vejamos:

Las ganancias industriales se percibían como una extensión de los ingresos comerciales; la industria, como un medio para lograr el predominio comercial. Sin eliminar la producción local de valor, la circulación la subordinó a la apropiación de las rentas petroleras.

En la medida en que en el flujo de petrodólares hacía que las ganancias cada vez estuvieran menos relacionadas con la producción, el objetivo de hacer dinero se convirtió en una actividad independiente, en un fin que definía sus propios medios. Este hecho tuvo un enorme significado. Supuso un alejamiento del conjunto de valores asociado con la producción capitalista y un acercamiento progresivo a los relacionados con la especulación comercial y financiera. Mientras que la ideología de la producción se hacía cada vez más transparentemente ideológica, la práctica de la especulación generaba su propia ideología legitimadora. El modelo ideal del burgués conquistador, del constructor de sociedad, cedió lugar al del hombre de negocios, o mejor, al del negociante, el astuto buscador de fortuna personal. La rapidez, la adaptabilidad y la improvisación eran más apreciadas que la constancia, la continuidad y la disciplina.

Pero la búsqueda ilimitada de la ganancia individual era un objetivo plagado de ambigüedades, porque la apropiación personal del dinero proveniente del petróleo conllevaba la privatización de la riqueza nacional. De ahí que el modelo del negociante listo refleja sólo en una de las caras de la moneda petrolera. La otra, vista desde la perspectiva privilegiaba la dimensión colectiva de la riqueza petrolera, reflejaba la imagen del buscador de ganancia como un corrupto o un pirata” (CORONIL, 2002, p. 356, 357).

De qualquer forma, entre os esforços industrializantes podemos destacar uma iniciativa que demonstrou certo vigor ao longo do tempo. A indústria siderúrgica, *Siderúrgica del Orinoco* (SIDOR), que havia surgido pelas mãos da iniciativa privada, em 1953, foi nacionalizada durante o governo de Pérez Jiménez para, em seguida, ser incorporada à *Corporación Venezolana de Guayana* (CVG) em um empreendimento que buscou explorar as riquezas naturais do país por uma indústria intensiva em recursos hídricos, florestais, de ferro, carvão, ouro, diamantes, bauxita, calcário, entre outros. Constituído a partir do ano de 1967 mediante políticas governamentais de fomento, nacionalizações e estímulo ao setor privado, este núcleo se constituiu composto por 15 empresas (entre elas, CVG Alcasa, Alunasa, Alucasa, Cabelum, Tecmin, Ferrocasa, Bauxilum, Conacal, Minerven, Carbonorca, Ferrominera, Venalum, Proforca, CVG Internacional, Fundeporte), na região de Guayana, nordeste do país (cf. Mapa 1, K-4, ANEXO C). O núcleo industrial de Guayana, no entanto, não conseguiu escapar da orientação exportadora, não se configurando como uma indústria produtora de bens capazes de contribuir para aumentar a produtividade do trabalho, reduzindo a dependência de bens de consumo do mercado externo. De qualquer forma, a CVG representa o núcleo

industrial complementar ao petroleiro de maior importância para as estratégias de desenvolvimento diversificado da indústria nacional venezuelana até os dias atuais.

Porém, como Furtado demonstrou em sua análise, os problemas estruturais da formação social petroleiro-rentista não somente persistiam como se agravavam tanto mais no período em que o país era inundado de petrodólares ao longo da crise energética mundial dos anos 1970 que garantiram altas sustentadas nos preços do petróleo. Ele acreditava, no entanto, que uma firme atuação do Estado poderia conter estas tendências. Foi neste contexto que o governo de Carlos Andrés Pérez protagonizou a nacionalização da indústria petroleira, em 1º de janeiro de 1976, e colocou de uma forma nova a questão da repartição das rendas advindas do negócio petroleiro e acrescentou temas novos, como os referentes às questões tecnológicas e financeiras

En la medida en que esta confrontación [a respeito dos ingressos petroleiros] distributiva se acentuava — y, por otra parte, se mantenía el mensaje a las empresas multinacionales de la conveniencia de su presencia en áreas como tecnología, mercados internacionales y financiamiento —, prosperó el criterio, sustentado principalmente por altos dirigentes de la industria, de un enlace efectivo entre las funciones de PDVSA y las realizadas por las empresas multinacionales, ahora procedentes de todas las nacionalidades en el ámbito tanto público como privado.

[...]

Esa estrategia de PDVSA y sus filiales, a los años posteriores a la nacionalización o estatización, consistió, a corto y mediano plazo, en una apertura con las empresas petroleras internacionales.

[...]

La política de orientar sus actividades en el sentido de ‘ir hacia afuera’ no solo obedece a las razones antes mencionadas, sino también a la propia condición estructural de la economía venezolana en cuanto al significado de la actividad petrolera en el ámbito de la economía nacional. (RODRÍGUEZ, 2006, p. 108-10).

Assim, a nacionalização de Petróleos de Venezuela (PDVSA) encontrou limites objetivos nas formas de dependência tecnológica e financeira, além das dificuldades estruturais no âmbito do mercado interno. Isso levou a uma nacionalização que manteve desde o início uma política de integração com as transnacionais do setor que opunha os interesses de uma parcela do aparato estatal com a outra parcela representada pelos setores que controlavam PDVSA. Este aspecto de um Estado “dividido” ou partido em dois não é de menor monta quando refletimos a respeito da consolidação do Estado nacional venezuelano e será tema de forte disputa até o período presente.

Bernard Mommer fala que quando as companhias estrangeiras controlavam a produção petroleira e fixavam preços, o Estado vigiava suas operações. Mas, depois da nacionalização, esta função fiscalizadora parecia desnecessária. Esta percepção era alimentada pela abundância de recursos:

Durante los años posteriores a la nacionalización, el Gobierno — o más precisamente, el presidente — parecía tener todas las cartas del triunfo en sus manos. El ingreso fiscal petrolero aumento de 1.400 millones de dólares en 1970 (alrededor de 10% del PIB), a 9.000 millones en 1974 (un impresionante 40% del PIB). Tal entrada, en relación con la estructura productiva nacional, fué más allá de la capacidad de absorción de la economía. Peor aún, en la prisa por construir su ‘gran Venezuela’, el gobierno Pérez contrato créditos internacionales, gastando así de hecho, ingresos petroleros futuros, además de los altos ingresos petroleros corrientes (MOMMER, 2003, p. 170).

A abundância de recursos e a oposição entre os interesses da empresa e do restante do aparato do Estado provocaram uma situação inusitada. A partir de 1983, enquanto a economia venezuelana entrava em colapso a partir de uma brusca desvalorização do Bolívar, PDVSA expandia-se para mercados como o estadunidense e o europeu, adquirindo ou se associando a empresas para constituir uma estrutura própria de distribuição por meios de suas operadoras Citgo, AB Nynas Petroleum, Ruhr Oel, Uno-Vem Company, refinaria Isla, entre outras. Esta expansão consistia em uma estratégia de resistir às ambições fiscais do Estado, exportando capitais. Para isso, foi também lançando mão de uma estrutura regulatória que evitasse a maximização da renda por parte do Estado. Petróleos de Venezuela debatia-se contra a nacionalização. Vem deste conflito entre PDVSA e os sucessivos governos, incluindo o atual bolivariano, a percepção de que a empresa havia se convertido em um “Estado dentro do Estado”.

A prática de evasão às ambições estatais ganhou diversas formas. Já naquele ano de 1983, PDVSA alteraria o método de medição da produção de petróleo cru e gás natural a fim de mascarar o pagamento de impostos e burlar as cotas da OPEP. Deixou de medir a produção nos campos petrolíferos e passou a medi-la nas portas das refinarias e nos portos. Também incrementou a extração de petróleo extra pesado e betume não sujeitos às cotas da OPEP. As políticas de autonomização dessa parcela do aparato estatal seguiram em frente até que a abertura petroleira foi acelerada sob a hegemonia neoliberal posterior a 1989.

Ao mesmo tempo, a situação social do país se agravava rapidamente no decorrer dos anos 1980 e 1990, com aumento do desemprego que atingiria 11% da população economicamente ativa, do trabalho informal admitido oficialmente para mais de 40%, redução do salário médio real para 49,8% do que era em 1978, o que fazia com que quase 72% do orçamento familiar médio fosse gasto com o abastecimento alimentar, mais de um terço dos domicílios do país vivendo abaixo do nível de pobreza (provavelmente com mais de uma família por domicílio em parte desta estatística), enfim, uma situação social bastante grave (CANO, 2002).

Venezuela convertia-se em um caso radical de crescimento sem desenvolvimento ou de desenvolvimento do subdesenvolvimento⁴⁷. É neste contexto que Carlos Andrés Pérez retorna ao poder nas eleições de 1988, alcançando a vitória eleitoral sobre a esperança de restaurar a prosperidade do auge petrolero de 1973. Mas ao assumir a presidência fez justamente o oposto. Anunciou a *Gran Viraje* e aplicou um programa de austeridade aos moldes do que era preconizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Na prática, tratou de dismantelar a complexa rede protecionista estatal que havia sido o modelo de desenvolvimento de *Punto Fijo*.

Entre as medidas do programa, o aumento do preço da gasolina – resultando na elevação das tarifas do transporte - provocou uma resposta popular violenta, a partir do 27 de fevereiro de 1989, com uma série de saques nas maiores cidades do país e cuja repressão violenta causou um número controverso de mortos⁴⁸. As políticas neoliberais aplicadas na Venezuela, ironicamente, ao retirar os controles e privilégios estatais, intensificaram as práticas oligopólicas:

Imposibilitados ahora de confiar en el apoyo del Estado, los grupos económicos importantes basaban la obtención de ganancias en el control de aspectos claves del mercado: desde la monopolización de insumos, hasta la formación de opinión pública a través de los medios de comunicación [...] en las condiciones del neoliberalismo, el poder centralizado no se dispersó, sólo cambió de forma. Las alturas desde las cuales se ejerce el mando ya no están en el poder del Estado, sino de los más difusos e invisibles centros privados del poder público (CORONIL, 2002, p. 424).

⁴⁷ Expressão utilizada originalmente por FRANK (1966).

⁴⁸ O número de vítimas admitido pelo órgãos oficiais é de 289. Organizações não governamentais de direitos humanos, como PROVEA publicaram informes nos quais este número supera a 500 mortos (LUCENA, 2010, p. 386)

Apesar da reação popular, os governos venezuelanos dos anos 1990 seguiram o receituário do Consenso de Washington. Para PDVSA isso se traduziu na chamada “abertura petroleira”, um conjunto de medidas destinadas a aumentar a competitividade da empresa em associação com as transnacionais, no contexto da mundialização do capital (CHESNAIS, 2005), as quais previam: a) convênios operativos para a reativação de campos marginais; b) associações estratégicas para exploração na faixa do rio Orinoco; c) convênios de prospecção de risco para novas áreas e produção de hidrocarbonetos sob o esquema dos lucros compartilhados. Este conceito ampliou-se para as atividades como a petroquímica, a exploração de carvão, serviços contratados, e programas de poupança e investimento (RODRÍGUEZ, 2006, p. 114; MOMMER, 2003, pp. 175 e 176)

Um dos intelectuais venezuelanos que colaborou diretamente com esta política, depois da queda de Pérez, em 1993, foi Asdrúbal Baptista. Ele, com base em sólida investigação dos limites estruturais da economia petroleira havia diagnosticado uma década antes:

“Lo que se ha denominado el patrón de acumulación capitalista-rentístico tiene que ver con una estructura económica cuya dinámica descansa, en gran medida, en el aprovechamiento, para los fines del crecimiento económico, de unos excedentes no producidos por la sociedad nacional. Esta última se apropia de unos excedentes con cargo a una propiedad territorial suya, que tiene enormes consecuencias económicas en el comercio internacional. Estos excedentes [...] se producen en el resto del mundo, y Venezuela consigue hacerlos suyos.

(...)

Sobre este fundamento se va a erigir una estructura singular. Esto es, la acumulación de capital en Venezuela habrá de descansar, durante décadas, en unos excedentes que la acumulación misma no produjo. La lógica del crecimiento de dicha estructura, por consiguiente, no podía sino ser distinta, esencialmente distinta. En un plan cuantitativo, el ritmo de la acumulación física de capital, desde cualquier punto de vista, fue de una magnitud espasmosa” (BAPTISTA, 2006, p.79).

A consequência desta acumulação sem produção nacional no plano da estrutura produtiva foi a queda, a partir da década de 1970, da taxa de acumulação de capital no setor não-petroleiro da economia devido a alterações no mercado mundial de petróleo. A

Tabela 2 (Cf. ANEXO D) reúne informações que permitem avaliar algumas tendências históricas da acumulação de capital na Venezuela.

O dado mais importante é proporcionado pela coluna K, que expressa a parcela do excedente à disposição dos capitalistas não-petroleiros – depois de deduzidos os gastos de seu consumo privado e os gastos com a depreciação do capital fixo – que é destinada a novos investimentos produtivos. Em outras palavras, trata-se do *quantum* de lucro apropriado pelos capitalistas não-petroleiros que se transforma em novo capital⁴⁹. Nos termos da contabilidade social, o resultado da coluna K corresponderia ao indicador *formação líquida de capital fixo* no setor não-petroleiro. A coluna nos informa que houve, portanto, entre o anos 1936 e 2001, uma redução de -12,3 trilhões de Bolívares na aplicação destinada ao capital privado para reinvestir produtivamente⁵⁰. Isso denota uma queda acentuada na taxa de acumulação nos ramos da produção interna, excetuando o petróleo, chegando ao ponto de reduzir a conversão do lucro ou renda em novo capital a índices negativos a partir dos anos 1990 – de tal maneira que nem a transferência da renda petroleira para os demais departamentos e ramos da produção nacional impediram que estes últimos sofressem violenta queda no ritmo da atividade.

A tendência de baixa sucessiva da participação do produto manufatureiro não-petroleiro no PIB também é comprovada observando o comportamento histórico deste indicador desde meados dos anos 1980, como no Gráfico 1 (Cf. ANEXO E), ou, desde 1936, com exceção de um período curto dos anos 1970, na relação entre a renda petroleira e o PIB, como se pode ver no Gráfico 2 (Cf. ANEXO F). Da mesma forma, observamos a redução da participação do emprego na manufatura sobre o emprego total, no mesmo período, como demonstra o Gráfico 3 (Cf. ANEXO G). Os dados apresentados corroboram absolutamente o caráter rentista do capitalismo venezuelano. É sobre essa base que Baptista faz essa afirmação:

los recursos potencialmente invertibles tuvieron en alguna medida un uso más bien dirigido al consumo. En segundo lugar, el violento cambio de uso de los excedentes invertibles a partir de finales de los años 70, llegándose a verdaderos extremos hacia mediados de los años 90.

(...)

Lo así discernido brinda un sólido apoyo a la tesis, sostenida reiteradamente, del colapso del proceso de acumulación de capital a partir de cierto momento crítico, valga decir, del derrumbe de la estructura capitalista

⁴⁹ A primeira é extraída dos trabalhadores no processo produtivo; a segunda, transferida pelo Estado.

⁵⁰ *Billón* em espanhol corresponde a unidade seguida de doze zeros, ou seja, ao *trilhão* em português.

rentística sobre la cual se sostuvo el curso de la economía venezolana por muchas décadas (BAPTISTA, 2006, p.202).

Agora, se o diagnóstico geral de Baptista a respeito dos limites do capitalismo rentista está correto, o mesmo não se pode dizer a respeito da tese sobre o seu colapso. Há evidências de que o capitalismo rentista vem encontrando sobrevida, ainda que com modificações, em um novo processo político inaugurado no país com as eleições de 1998, como veremos no Capítulo 3. Tampouco a alternativa formulada pelo autor para contornar esta situação confirmou-se como uma saída viável em seus objetivos. Baptista propôs uma retirada estratégica do Estado da atividade petroleira como forma de cortar pela raiz os imperativos da renda e suas idiossincrasias sobre a economia venezuelana. O retorno do capital privado transnacional ao setor petroleiro permitiria, segundo ele, que a lógica acumulativa de capital voltasse a imperar na economia venezuelana, oferecendo uma maior estabilização para a reprodução social.

A normalização das condições de mercado e o fim do Estado protecionista ávido por renda para subsidiar o consumo e o desperdício seriam os pré-requisitos fundamentais para superar o colapso da economia venezuelana, acreditava Baptista. Porém, a aplicação desta receita nos anos 1990 produziu resultados contrários às teses de nosso autor. Trouxeram consigo, isso sim, um aguçamento dos problemas por ele apontados.

Leonardo Vera (2009) apresentou pesquisa empírica a respeito de uma transformação estrutural na economia venezuelana com marcada tendência desindustrializadora desde o final dos anos 1980, sendo que há 40 anos já se verificam mudanças na estrutura do PIB. O interessante é que Vera não restringe a mudança estrutural ao choque ortodoxo neoliberal dos anos 1990 ainda que, de fato, como demonstrou Palma (2005), os processos de desindustrialização nas economias dependentes nos anos 1980 e 1990 tenham gerado níveis de renda *per capita* inferiores aos do período anterior. A transformação da economia venezuelana, além de ser impactada pelas medidas recomendadas pelo FMI, teria origem anterior:

Al analizar la variación puntual en la participación (sobre el producto total) de cada uno de los distintos trece sectores a lo largo de todo el período que va desde 1968 a 2005 encontramos que los mayores cambios se registran claramente en la actividad petrolera y en el sector industrial. Casi puede afirmarse que durante este período los grandes cambios en la estructura productiva se concentran en estos dos sectores. Por un lado, la participación

de la actividad petrolera dentro del producto pasa del 15,5 por ciento en 1968 al 30,4 por ciento en el 2005. Por otro, la industria manufacturera reduce su participación en el PIB total desde el 18 por ciento al 11 por ciento. Conviene precisar que para el año 1968 (cuando comienza esta serie historia del PIB sectorial anual) la economía venezolana transitaba por una fase de apogeo industrial. Previamente y probablemente hasta finales de los años cincuenta, la gran transformación estructural que ocurre en la economía venezolana se sintetiza en la dramática pérdida de participación del producto agrícola sobre el producto total, la creciente participación del sector petrolero y la incipiente presencia del producto industrial [...]

En síntesis, los datos indican que la economía venezolana ha venido transitando por un período de crecientes cambios en la estructura productiva. Segundo, estos cambios no necesariamente se han acelerado como consecuencia del crecimiento, y por el contrario, para algunos períodos parecen correlacionarse inversamente con el crecimiento. Tercero, el sector que registra la mayor pérdida de participación en el producto a lo largo del período 1968-2005 es el sector industrial (VERA, 2009, p. 96-7)

Para demonstrar esta alteração o autor lança mão de estatísticas que apontam o decréscimo do emprego industrial que, depois de um período de ascenso entre 1984 e 1988, sofre um prolongado descenso seguido de estancamento até 2007, como se pode ver nos Gráficos 3 (Cf. ANEXO G) e 2 (Cf. ANEXO F)

A perda de dinamismo no setor industrial, petrolero e não petrolero, de maior complexidade, levaram o autor a afirmar que crescem as dificuldades para o desenvolvimento do país no longo prazo. Assim, também a queda do ingresso fiscal petrolero verificado no período neoliberal também já era uma realidade desde 1981 e manteve-se até o ano 2000. Neste caso, as receitas de Washington em vez de serem as causas desta queda seriam, melhor dizendo, apenas incapazes de contê-la. Em 1981, eram pagos US\$ 0,71 por cada dólar exportado. Em 2000, o valor era de US\$ 0,39 centavos de dólar. O resultado disso foi tão somente a redução vertiginosa do investimento público (MOMMER, 2003, p. 176), sem uma correlata recuperação da economia o que causou um abalo nas estruturas econômicas e sociais do país sem oferecer uma alternativa positiva.

Tal queda não pode ser contida pela massiva privatização de empresas públicas ocorrida entre 1989 e 1998, nos governos Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera. Ao contrário, foi agravada pelo socorro dado ao sistema financeiro que acabou por esgotar as contas públicas:

Las privatizaciones se llevaron a cabo en dos tiempos, uno en el período de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), las más notables fueron las de la Aerolíneas Viasa, Aeropostal Venezolana y la Compañía Anónima Nacional de Teléfonos (CANTV). La otra tanda de privatizaciones ocurre en el período de Rafael Caldera (1994-1998). Hay que destacar que la crisis financiera de 1994 da lugar a que, inesperadamente, el Estado se haga dueño de bancos, empresas de seguro, bienes inmuebles, hoteles, entre otras empresas, como resultante de la masiva asistencia financiera que les brindó a los banqueros y a los ahorristas, en la debacle justo al iniciarse este quinquenio gubernamental. La erogación de dinero público para enfrentar la crisis financiera agotó las finanzas estatales y trajo consigo varias devaluaciones. Este año el PIB decrece en -2,23%, y para contrarrestar la fuga de capitales, se imponen una serie de controles (LUCENA, 2010, p. 387).

De lá para cá, o capitalismo venezuelano não conseguiu atingir os objetivos superadores do subdesenvolvimento preconizados pelos teóricos, sejam eles desenvolvimentistas ou liberais. Ao contrário, apesar dos esforços ensejados por diferentes governos, seguiu a regra. Manteve e acentuou as disparidades entre o pólo dinâmico e os demais setores econômicos não petroleros, aprofundou desigualdades sociais, manteve ou ampliou as taxas de desemprego estrutural. Desta forma, a conseqüência dessa hiper concentração de capital no setor petrolero articulado com as condicionantes impostas para escoar esta produção junto ao mercado internacional foi a atrofia dos demais setores industriais e agrícolas que não estivessem vinculados diretamente ao petróleo. Esse pólo produtivo menos dinâmico, industrial não-petrolero e agrícola, representa o outro lado da moeda da economia petrolera dependente, marcado pela redução da produtividade inclusive em atividades tradicionais como a produção cafeeira e de cacau (SÁNCHEZ, 2005, p. 196).

A estrutura dependente da formação social venezuelana conduziu o país ao retrocesso das forças produtivas do capital e do trabalho tanto na atividade industrial não petrolera quanto na agricultura. A dependência na esfera alimentar, cujas repercussões se fazem sentir sobre todos os demais setores pela implicação que traz ao preço da força de trabalho, dificultando o aumento de sua produtividade e com isso a generalização para toda a economia da mais-valia relativa, levou à “situação absurda na qual um país com abundante terra fértil importa 75% de seus alimentos” em meados dos anos 2000 (RABY, 2006, p.234). Essa característica nos traz forte evidência, no capitalismo

venezuelano, do fenômeno do divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo dos trabalhadores.

O abandono da agricultura através de sucessivas décadas fez minguar rapidamente o número de trabalhadores em atividade no campo. Este quadro demográfico de concentração urbana coloca a Venezuela apenas atrás do Uruguai entre os países sul-americanos e entre os 12 países com maior concentração urbana do planeta (EL TROUDI, 2010, p.205)⁵¹. O êxodo rural venezuelano apresenta uma particularidade com relação a outros países dependentes. Enquanto na maioria dos países dependentes de tipo “A” (BAMBIRRA, 1978) a expulsão dos trabalhadores rurais do campo pela mão violenta do latifúndio e do Estado esteve vinculada à criação de complexos agroexportadores sob controle de uma burguesia agrária subvencionada pelo Estado, na Venezuela ocorreu um duplo desmantelamento das forças produtivas do trabalho e do capital no campo. Tanto a agricultura campesina de subsistência e de abastecimento ao mercado interno chocou-se com sérios obstáculos para se desenvolver, como a própria produção de médias e grandes propriedades como as *haciendas* do complexo carne-leite localizadas nos *Llanos* e no Oriente (Estado Monagas) tampouco superaram níveis de produtividade bastante baixos, considerando as necessidades de consumo do país. Segundo dados da Federación Ganadera Venezolana (FEGAVEN)⁵², a Venezuela importava, em 2010, 50% do leite e 30% da carne que consumia. Para fazer frente a esse quadro de dependência alimentar, foi traçada a meta de reduzir a importação de ambos os produtos para, respectivamente, 30% e 10% para 2012 – e tendo como horizonte a busca do auto-abastecimento nesses bens alimentares para 2015. Tal situação não deixa de surpreender os analistas da atualidade:

Es necesario enfatizar que el fracaso agrícola en Venezuela resulta incomprensible al constatar que se cuenta con extraordinarios recursos naturales, incluyendo aproximadamente 58 millones de hectáreas aptas para la agricultura vegetal, forrajera y forestal; más de 50.000 m3 de agua dulce reciclabe/persona/año y con las segundas reservas más altas de rocas fosfóricas en el continente. Se cuenta además con una inmensa riqueza petrolera y gasífera que generan enormes recursos financieros que deberían utilizarse para construir las infraestructuras que soporten el desarrollo agrícola y el desarrollo rural. Pero no ha ocurrido así, al contrario, se continúa privilegiando la importación masiva de todo género de

⁵¹ Conforme dados citados por El Troudi (2010, p.223), um dos eminentes partícipes do governo Chávez, o déficit de produção nacional de alimentos estaria hoje em 34,05%, enquanto o consumo coberto por produção nacional atingiria 65,95%.

⁵² Entrevista com o Presidente da FEGAVEN. Programa de rádio. Rádio ALBA Caracas. 16 de março de 2010.

automotores, bienes suntuarios y bebidas alcohólicas. La clase dominante ha abandonado la agricultura y el medio rural creando agudos problemas que han resultado en una acelerada migración campesina, contándose hoy en día con sólo el 8,8% de la población económicamente activa ocupada en la agricultura, el área cosechada por habitante de 2.600m² en 1950 se reduce a 740m² en la actualidad; el uso del riego, los fertilizantes, las semillas certificadas y los biocidas es marginal, y también lo es la atención que se presta a la investigación y la extensión agrícola (MONTILLA, 2005, p. 202).

O resultado disso é o encarecimento dos produtos que formam a cesta básica (*canasta basica*), produzindo restrições ao consumo entre os trabalhadores e mais pobres, os quais dependem diretamente dos subsídios estatais para garantir sua mínima subsistência. O papel do Estado como garantidor das condições de sobrevivência da população provoca uma hipertrofia de sua importância relativa no seio da formação social venezuelana. Desta forma, a dependência venezuelana distingue-se das demais economias latino-americanas, inclusive daquelas como o Chile, Peru, Bolívia e Equador, na América do Sul, cuja pauta de comércio exterior também está concentrada na exportação de um produto como fonte de divisas e receita fiscal do Estado.

No caso do Chile, por exemplo, um conjunto de razões, entre eles o fato de o Chile pertencer ao grupo de países com industrialização anterior a 1930, portanto, de tipo “A”, segundo a tipologia elaborada por Bamberger, a dependência representada pela exportação do cobre não teve o mesmo efeito que o petróleo sobre a estrutura produtiva do país. O Chile é um país onde houve tempo hábil para o surgimento de uma burguesia industrial vinculada ao mercado interno em um período anterior ou simultâneo, mas não posterior à consolidação dos monopólios industriais do primeiro período imperialista, a finais do Século XIX⁵³. Assim, o Chile, em que pese a relevância da participação do cobre, não pode ser considerado um capitalismo rentista.

Já o casos de Peru, Bolívia e Equador, países que compartilham com a Venezuela a classificação como país de tipo “B”, aproximar-se-iam da definição de capitalismo rentista, considerando a importância da renda extraída da exportação de minérios e hidrocarbonetos. Entretanto, os três países contam com núcleos populacionais expressivos cuja organização é pautada pela troca mercantil simples (economia

⁵³ A indústria petrolífera tampouco marcou o ingresso no processo de industrialização nos países do capitalismo central, como é o caso dos EUA. Nestes países, da mesma forma, esta indústria não teve o papel disruptivo que assumiu na Venezuela.

camponesa). Essa economia camponesa garante aos três países condições mais favoráveis para a subsistência alimentar da população⁵⁴.

Adicionalmente, a abundância de divisas proporcionada pelas exportações petrolíferas permitiu a Venezuela, à diferença de todos os demais países da América Latina, não ter que enfrentar problemas com o balanço de pagamentos até os anos 1980. Porém, a abundância de divisas não favorece uma autonomia na política cambial para promover a indústria não-petrolífera. Por outro lado, as *transferências de valor* apontadas por Marini consistem, no caso venezuelano, na verdade, em transferências de renda, por meio de pagamento de royalties pelo Estado venezuelano no uso de tecnologias e de remessas de lucro das transnacionais para seus países de origem, sobretudo em um período inicial da indústria, e, posteriormente, com a nacionalização, essas transferências virão a ocorrer principalmente por meio do investimento direto realizado por PDVSA no exterior.

Finalmente, ainda que produtos como o cobre tenham permitido, no caso do Chile, uma fonte de receitas fiscais para o Estado que pode, com isso, transferir valor à burguesia industrial que se encontrava em ascensão, isto não se deu da mesma maneira na Venezuela. Bambirra explicou essa distinção entre os países de Tipo A (Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México e Uruguai) e os de Tipo B, entre os quais encontra-se a Venezuela, da seguinte forma:

Ha sido el control ejercido en forma *sistemática e intensiva*, por parte de empresarios extranjeros, sobre los sectores productos claves de estas sociedades, lo que explica el porqué el curso de su historia fue enmarcado dentro de una dependencia tan aguda de los países más desarrollados. Esto permite comprender por qué en estos países no se han podido crear las condiciones que posibilitarían la formación de un mercado interno articulado y de un proceso de industrialización

[...]

Esta imposibilidad se debe principalmente al control externo del sector primario-exportador y en la forma que asume este control en estos países, a través de la cual no se permite que el sector exportador se articule con la economía nacional en su conjunto, sino en forma muy limitada, y por tanto no se generan los estímulos y los requisitos indispensables para la dinamización de los demás sectores, sea del secundario como del terciario (BAMBIRRA, 1972, p. 74)

⁵⁴ Aqui estamos tratando da oferta de alimentos. O problema da fome, no capitalismo, tem raiz, principalmente, em outras causas. .

Além disso, com o desenvolvimento dessa indústria monopólica controlada pelo capital estrangeiro observa-se de forma permanente a formação de uma taxa de lucro do ramo petrolífero em patamar bastante superior aos demais setores e ramos da economia. Isso faz com que, em vez de a atividade petrolífera se erigir como veículo de transferência de valor para a indústria nos setores de bens de produção (setor I) e de bens de consumo ou salário (setor IIa), resultaram em movimento inverso, inibindo a formação de capital nestes setores. A referida abundância de divisas não significava a transformação necessária dessas divisas em capital. À rigor, e elevada renda diferencial auferida pelo setor petrolífero concorreu invariavelmente para desestimular investimentos produtivos em todos os demais setores. Explicações estruturais para esse fenômeno devem ser buscadas na importância estratégica do petróleo para a economia mundial do século XX, como produto com demanda garantida e menos suscetível a baixas na cotação dos preços internacionais, mas também em aspectos peculiares que a formação econômico-social (QUINTERO, 1972), seu Estado e aparato foram assumindo na Venezuela.

Tudo isso nos leva a sustentar que, dentro do capitalismo dependente latino-americano, a Venezuela expressa a partir do início da atividade petrolífera um tipo particular de formação econômico-social, que denominamos *capitalismo dependente petrolífero rentista*. A caracterização recém exposta é coerente com as elaborações alcançadas pela Teoria Marxista da Dependência, evidenciando a cisão entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo da população conforme sustentou Ruy Mauro Marini (1973), como também com as tipologias de Bamberger (1978) sobre os países de Tipo B, e as formas de dependência definidas por Theotônio dos Santos (1991) (Cf. Figura 1, ANEXO H).

Agora, avançando sobre o hipertrofiado setor de comércio e serviços, encontraremos outras especificidades importantes desta formação social. O setor de importação e exportação, ou de comércio e serviços, que resulta em grande parte de associação com o capital transnacional, também se desenvolveu encharcado pela lógica rentista. Afetado por variações advindas de sua dependência do mercado externo e da variável disponibilidade de capital internamente ao país, assumiu cada vez mais um caráter eminentemente especulativo. Além disso, estas atividades, sobretudo as bancárias e de comunicações, estiveram subordinadas bastante diretamente ao desenvolvimento do pólo petrolífero dinâmico da economia.

Como evidenciam os dados expostos na Tabela 3 (Cf. ANEXO I), os trabalhadores ocupados em atividades públicas e privadas, de comércio, serviços, administrativos, incluindo um percentual de profissionais liberais e de diretores e funcionários públicos superiores se mantêm em torno de 60% da população economicamente ativa, entre 1981 e 2008. Se nos fixarmos nas modalidades de menores ingressos, de pessoal administrativo e trabalhadores afins (coluna 3), trabalhadores dos serviços (coluna 5) temos em torno de 25% a 30% da força de trabalho venezuelana desempenhando atividades nestas modalidades de ocupação, no mesmo período. O ano de pleno desenvolvimento das políticas neoliberais, 1995, ao contrário dos objetivos anunciados por Baptista de incremento das atividades produtivas, foi onde o trabalho nesse setor atingiu seu patamar mais elevado, ocupando 64,1% da força de trabalho.

Juntamente a hipertrofia do setor de comércio e serviços, outra conclusão que se pode tirar da prolongada experiência *puntofijista* é que a pura expansão dos investimentos e gastos Estatais promoveu quase sempre a alta dos juros pela maior pressão por liquidez que a demanda Estatal por dinheiro causava. A dependência da economia venezuelana dos preços do mercado mundial fez com que a política cambial fosse ao longo de todo o período analisado um instrumento fundamental da política econômica. Porém, a opção por um tipo de estratégia de câmbio apreciado (com estímulo às importações e desestímulo às exportações) ou depreciado (com estímulo às exportações e redução de importações), ou mesmo o regime de bandas, acarreta conseqüências de difícil conciliação. No primeiro caso, ainda que teoricamente possa controlar e promover o controle inflacionário, desfavorece o aparato produtivo nacional incapaz de competir com os produtos importados. No segundo caso, ainda que possa estimular a produção agrícola e industrial nacional, estimula os setores produtores de bens para exportação (extrativos da CVG ou petróleo), novamente deixando de lado a produção para o mercado interno, de resto com baixa capacidade de consumo, além de provocar inflação, corroendo, por conseguinte, os salários. A aplicação da segunda estratégia foi hegemônica ao longo dos anos 1990. Sua continuidade durante os primeiros anos do governo bolivariano, até 2003, não pode tampouco ser compensada pela expansão do gasto público, advinda da melhoria dos ingressos petrolíferos e do aumento do

endividamento interno (GUTIERREZ, 2005)⁵⁵. Assim, sob qualquer que seja a estratégia cambial (de valorização ou desvalorização da moeda, com ou sem bandas), além de não resolver estruturalmente o paradoxo da economia dependente, em geral, os investimentos públicos fizeram aumentar as importações diretas do Estado (o qual não conta com insumos, matérias-primas, máquinas e equipamentos disponíveis para aquisição no mercado nacional).

O resultado de todo o esforço estatal consistiu, historicamente, portanto, no fortalecimento dos setores financeiros e bancários privados e de importação e exportação independentemente do que se possa argumentar em defesa de uma ou outra estratégia cambial a fim de legitimá-la. Ou seja, fortaleceu os setores rentistas e na melhor das hipóteses, o setor produtivo exportador, permanecendo intacto o problema da produção para abastecimento do mercado interno e a atenção às necessidades de consumo dos trabalhadores e do povo.

Além do mais, o *modus operandi* da economia rentista imprime particularidades ao regime de dominação. Uma vez que recai sobre o aparato estatal a propriedade da principal riqueza da nação e a função de gestor do pólo mais dinâmico da economia nacional, o aparato de Estado adquire como um peso social relativamente grande no conjunto das relações econômicas e políticas do país. Isso implica no estabelecimento de relações entre Estado e os capitalistas privados marcadas em uma escala significativa pela corrupção, enquanto que, como empregador direto, faz prevalecer a lógica do clientelismo em suas relações com a classe trabalhadora. Coronil, que estudou essa faceta do poder, refere-se em um tipo de sociabilidade delinquente, com falsificações criminais, violações de regras e extorsões que se converteram, nessa sociedade, em ostentação de poder (CORONIL, 2002). A corrupção como regra acabou produzindo

⁵⁵ Cabe o destaque aqui que os estudos realizados por Gutierrez e outros autores no livro organizado por Taylhardat, Castillo e Morales (2005) desconsideram a particularidade do ano de 2003, marcado pela paralização de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003 de parte significativa das atividades econômicas venezuelanas, causando uma queda extraordinária do PIB venezuelano naquele ano. Não se pode considerar esse ano como resultado exclusivo de políticas “equivocadas” por parte do governo bolivariano, mas como um ano especial na luta de classes, em que a burguesia utilizou todos os recursos, inclusive diversas tentativas de golpe de estado frustradas, além de ataques destrutivos à estrutura produtiva petrolífera, maior patrimônio nacional. Os estudos estatísticos que pretendemos realizar, neste sentido, deverão incluir o duplo movimento de incluir, por lado, na média da década, o ano de 2003, mas também realizar essa média desconsiderando esse ano que tomamos como “ano especial de 2003”. Na medida do possível, tentaremos apresentar as estatísticas anuais, evitando as médias, a fim de explicitar sempre o sentido do movimento das políticas estatais em vez de apresentá-las em sua perspectiva mais estática, das médias em décadas.

uma percepção do petróleo como *excremento del diablo*. Como um tipo de produto tóxico que consumido excessivamente ameaça a saúde da nação (PEREZ ALFONSO, 2000)

É neste contexto de prolongadas dificuldades para o desenvolvimento das forças produtivas da indústria e da agricultura que cresce o interesse sobre a situação dos trabalhadores. Desde 2005, a Venezuela vem sendo palco de um processo político que afirma estar construindo uma transição particular para o socialismo (GIORDANI, 2009) e cujo projeto político retoma a máxima de Uslar Pietri, enunciada em 1936, de “*sembrar el petroleo*”. Este projeto, inúmeras vezes retomado desde seu lançamento, consiste em última instância naquele programa proposto por Furtado, em 1974. Porém, e a despeito da boa ou má fé dos governos de turno, há fortes indícios de que este programa seja inexecutável nos marcos do capitalismo rentista.

Apesar disso, a crença de que a renda petroleira poderia ser utilizada como uma alavanca para o desenvolvimento dos demais setores produtivos industriais e agrícolas é, assim como antes, atualmente, talvez a única unanimidade nacional venezuelana. Neste contexto, cabe apenas registrar aqui, que tampouco as políticas neoliberais do segundo governo Carlos Andrés Péres e Rafael Caldera, que eliminaram subsídios, suprimiram regulações de preços, promoveram a liberdade de câmbio, o aumento do preço da gasolina e uma maior abertura externa, com assistência técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI), surtiram resultados favoráveis aos objetivos diversificadores da produção nacional venezuelana. Ao contrário, provocaram uma crise ainda mais profunda.

1.2 Desemprego estrutural, superpopulação relativa e o *barrio*

O impacto do capitalismo dependente petroleiro-rentista sobre a constituição histórica da classe trabalhadora venezuelana gerou, portanto, algumas particularidades sobre o perfil da ocupação da força de trabalho. Paralelamente aos 60% de trabalhadores que estão fora de atividades diretamente produtivas na indústria e na agricultura (conf. Tabela 3, no ANEXO I), a trajetória do desenvolvimento venezuelano produziu ainda uma queda acentuada do emprego industrial, como podemos ver na Tabela 4 (Cf.

ANEXO J), onde se evidencia uma redução de 17% da força de trabalho ocupada na indústria em 2010 em relação a 1984.

Essa massa de trabalhadores que não desempenham atividades diretamente produtivas integra-se ao esquema reprodutivo da formação social capitalista venezuelana contribuindo pouco ou nada para a criação de novos valores, mas participa ativamente como consumidora de bens e serviços, por intermédio de subsídios estatais. Assim, parte da distribuição da renda petroléira se dá por meio do consumo. ***Reside nesse consumo mediado pela renda uma das características mais singulares da formação econômico-social venezuelana no contexto latino-americano.***

No entanto, os dados disponíveis sobre a situação deste expressivo contingente populacional são insuficientes para uma melhor caracterização de sua estrutura. A realidade social que temos por tema de investigação não está retratada pelos parâmetros estatísticos oferecidos pelos órgãos de pesquisa⁵⁶. Se podemos descortiná-la a partir de algum dos dados disponíveis é justamente pelo que os números não revelam imediatamente aos olhos. Vejamos um exemplo.

O Instituto Nacional de Estatísticas (INE) tem publicado em seu banco de dados em linha um pequeno relatório elaborado com base no IV Censo Econômico 2007-2008. O relatório privilegia a organização de dados por tipo de estabelecimento, o que em si já é um tipo de dado desagregado praticamente inútil. Em seguida, apresenta o número de empregados por setor. No caso da grande indústria, em números absolutos, 2.169 trabalhadores, sendo que o conjunto da indústria venezuelana emprega 443 mil trabalhadores (entre operários e outras funções na indústria). Um número que sem dúvida é bastante reduzido, considerando que a população economicamente ativa (PEA) em 2007 é de 12.217.712 pessoas. Neste período, 2007-2008, o país emprega formalmente um total de 2.444.672 trabalhadores. Então, é possível inferir ou ao menos especular que até 20% da população economicamente ativa (15 anos ou mais) está usufruindo de emprego formal e que parte do emprego industrial é informal,

⁵⁶ Nem o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), nem o Banco Central de Venezuela (BCV), que são as duas mais importantes instituições a oferecer dados estatísticos para análise econômica e social oferecem informação suficientemente qualitativa para explicar a expressiva favelização venezuelana. Assim, também o *Ministerio del Poder Popular para el Trabajo y Seguridad Social*, em sua Memória Anual, vem deixando de publicar informações importantes para as análises laborais, como denunciam PROVEA (2010, p. 9) e LUCENA (2010, p. 378).

terceirizado e/ou precário. Mas este dado não comparece explicitamente em nenhuma estatística.

O índice de desemprego divulgado no período varia de 9,2% a 7,5%. Ora, se temos 20% da população com ocupação formal (incluindo a indústria, a agricultura e o setor público e privado de comércio e serviços); entre 72,5% e 70,8% da PEA em algum tipo de atividade informal; e entre 9,2% e 7,5% em situação de desemprego declarado ou reconhecido oficialmente, isso significa que cerca de 80% da população economicamente ativa venezuelana desenvolve algum tipo de atividade fora da indústria ou do emprego formal ou está oficialmente desempregada. De qualquer forma estes 80% da população não recebe atenção detalhada dos estudos estatísticos dos órgãos de pesquisa existentes.

Para tentarmos aproximar-nos desta população é possível encontrar algum indício na pesquisa por amostragem a domicílio que acontece com maior periodicidade do que os Censos decenais. Ali existem os dados sobre pobreza e pobreza extrema. Assim, 55% da população era considerada pobre ou extremamente pobre no segundo semestre de 2002, segundo o critério da renda, contra apenas 33,6% em 2007. Mas, convenhamos, estes dados são demasiadamente imprecisos sobre uma parcela demasiadamente grande da população. De mais a mais, a inflação alta e o comportamento dos salários tampouco excluem parte dos assalariados de uma situação econômica de restrição ao consumo e, eventualmente, de pobreza.

Vejamos a classe operária industrial. Esta constitui um núcleo urbano articulado em forma de um grande semi círculo que toma distância de Caracas desde a região noroeste à nordeste e dali em curva acompanhando as margens do Rio Orinoco até a fronteira da Colômbia, na Cordilheira dos Andes. Este arco está concentrado em dois tipos de indústria. O primeiro e mais importante, o núcleo petrolífero da região do lago Maracaibo, estado Zulia (conf. MAPA1, B2-B3 e C2-C3, ANEXO C), na costa ocidental caribenha, onde se localizam as atividades tradicionais de exploração e refino do petróleo e gás, seja pelo Estado, através da Petroleos de Venezuela (PDVSA), seja pelas transnacionais. Este núcleo tem ramificações com a Península de Falcón, onde residem as maiores refinarias do mundo, no Complexo Refinador de Paraguaná (Conf. MAPA 1, D1, ANEXO C), e a região de Puerto La Cruz (refinarias de Puerto La Cruz e

El Palito), junto a Baía de Caraguao (Conf MAPA1, I-2, ANEXO C). Ramifica-se, também, mais ao sul, com as atividades de descoberta mais recente, situadas às margens do caudaloso Rio Orinoco (2.140 km), que corta pela metade o território nacional desde a fronteira colombiana, em Puerto Ayacucho, até o oceano, no Delta Amacuto (Conf. MAPA1, K-3 e F-6, ANEXO C). A chamada *Faja del Orinoco* compreende uns 700 Km de comprimento e 53.720 Km² de extensão e conta com reservas primárias provadas (que se podem extrair comercialmente) de óleo pesado e extra pesado de um trilhão de barris, dos quais apenas entre 3% e 10% estão atualmente podendo ser explorados. É neste núcleo que se concentram e de onde se expandem as atividades de extração de petróleo e gás, refino (refinarias e petroquímicas), transporte (oleodutos, gasodutos, portos, navios tanque etc) e comercialização, tanto para o mercado interno quanto externo e que deve expandir-se pelas próximas décadas. O segundo núcleo é aquele descrito anteriormente em torno da Corporación Venezolana de Guayna (CVG) ainda que voltado para exportação e submetido a prolongado sucateamento, além de dificuldades estruturais de sustentação e atração de capitais.

A situação dos trabalhadores industriais, no entanto, não é homogênea. Quase 20% deles, mesmo diretamente envolvidos em atividades relacionadas ao petróleo e às indústrias básicas do setor público, são trabalhadores contratados ou temporários, com contratos precários. No caso emblemático da estatal Siderúrgica del Orinoco - SIDOR, no processo de privatização da empresa sofrido nos anos 1990 houve o encolhimento do contingente de trabalhadores de 18 mil para 12 mil. Porém, quando foi reestatizada pelo governo bolivariano, este manteve e ampliou a prática de subcontratações que, em 2008, alcançava a 10 mil trabalhadores desta indústria (LUCENA, 2010, p. 389). Somente a partir de 2012, a nova Ley Orgánica del Trabajo proibiu expressamente a contratação terceirizada de trabalhadores e desde então vem sendo regularizada a situação dos trabalhadores da SIDOR⁵⁷.

Os operários e trabalhadores industriais desses dois núcleos compreendem a parte mais importante da força de trabalho ocupada na indústria nas cidades. É sobre os ombros desta pequena parcela de trabalhadores (mais especificamente sobre os operários destes

⁵⁷ “Se prohíbe expresamente la tercerización, y en general toda simulación o fraude cometido por patronos o patronas, con el propósito de desvirtuar, desconocer u obstaculizar la aplicación de la legislación laboral, y en general se establece la primacía de la realidad en la relación laboral.” (Ley Orgánica del Trabajo, Decreto Presidencial 8.938, de 30 de abril de 2012).

setores) que recai a responsabilidade por produzir a massa de valor que sustenta quase todo o edifício da economia venezuelana.

Porém, como vimos, estes operários não estão concentrados como um núcleo operário condensado na Capital. Não se contam entre os mais de 4,2 milhões de pessoas que povoam a capital durante o dia (cerca de 1 milhão mora nos arredores, entre 30 e 80 km do conglomerado caraquenho), em 2011, de um total de quase 29 milhões de habitantes, o que equivale a quase 15% da população total da Venezuela. Nem representam a maior parcela da população das demais grandes cidades do país, composta majoritariamente por aqueles cerca de 70% de trabalhadores informais, sem contratos de trabalho, que se distribuem entre os mais diversos tipos de atividade, trabalhando por conta própria em condições de vida que podem ser também bastante diversificadas. Em meio a este amplo segmento social, encontram-se os favelados ou aquelas famílias que vivem em habitações cuja estrutura e conservação seguem os parâmetros da ONU-HABITAT (UNITED NATIONS, 2003).

Em Caracas, cidade de morros, estas habitações ocupam um vasto território escalando as encostas e espalhando-se também pelas artérias que saem da Capital em todas as direções, inundando uma vasta região metropolitana. Lindando com os bairros ricos, o centro histórico, enlaçadas pela copa dos morros e separadas pelos vales que recortam a topografia da cidade, os *barrios* dominam o cenário da capital venezuelana. Enquanto isso, se instalam nos baixios as atividades econômicas e administrativas, os mercados, centros comerciais, os prédios públicos. Ao mesmo tempo, os morros menores e áreas planas, principalmente do leste da cidade, recebem as luxuosas e fortificadas residências das famílias ricas e remediadas do país. Os favelados se movem nos precários, antigos e em geral imundos *carritos* (furgões) morro abaixo nas primeiríssimas horas da manhã e morro acima, nos finais de tarde, enquanto os trilhos do metrô fincam-se nos veios dos vales e planícies (cf. Mapa 2, ANEXO K)

A capital abriga uma superpopulação relativa que, se bem pode contribuir para determinar o rebaixamento do valor histórico dos salários assim como das condições gerais sobre as quais se dá a exploração da força de trabalho, reflete sobretudo a particularidade da acumulação capitalista em países dependentes. **A forma aguda como comparece a superpopulação relativa em países como a Venezuela se deve à**

articulação específica entre as tendências da lei geral da acumulação capitalista e uma das contra-tendências à queda da taxa geral de lucro representada pela superexploração da força de trabalho, que remunera os trabalhadores por baixo do seu valor de reprodução normal ou extingue prematuramente a força de trabalho. Assim, se por um lado, o desenvolvimento histórico do capitalismo produz e reproduz um capital e riqueza sempre mais aumentados, por outro produz e reproduz em proporções relativamente superiores trabalhadores e pobreza agigantados, pela própria lei geral da acumulação. De outro lado e atuando no sentido da agudização da pobreza, no capitalismo dependente, mesmo a parcela da classe trabalhadora que está empregada, assalariada, tende a ser remunerada por baixo de seu valor o que lhe impõe condições de sobrevivência restringida no que se refere à moradia e acesso a saúde, educação, transporte público, segurança, uma vez que o valor do salário tende a restringir-se ao suprimento do mínimo da subsistência alimentar.

Na Venezuela, a superpopulação relativa resulta não somente de uma indústria petrolífera que emprega pouco, altamente mecanizada, mas de uma agricultura que encolheu sua participação no PIB ao longo de todo o século XX e de um setor de serviços que oferece um percentual elevado de vagas precárias — fenômeno acentuado pelas políticas de ajuste neoliberal dos anos 1980 e 1990, principalmente com as privatizações das atividades estatais.

Marx distinguiu diferentes *formas* de existência da superpopulação relativa entre *líquida* (aquela que cresce e retrai-se com o tamanho da indústria, em ciclos); *latente* (população do campo, aguardando a hora de se dirigir para as cidades); *estagnada* (com ocupação irregular, como por exemplo, o trabalho domiciliar, que exige o máximo de trabalho e paga o mínimo de salário) e, finalmente, o *pauperismo*, o qual exclui o chamado *lumpemproletariado* (vagabundos, delinquentes, prostitutas ...). O *pauperismo* pode ainda ser subdividido em três categorias: 1 – *os aptos ao trabalho* (expande-se nas crises e diminui na retomada dos negócios); 2 – *órfãos e crianças indigentes* (são candidatos ao exército industrial de reserva e podem ser rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores); 3 – *degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho* (que ultrapassaram a idade útil para o trabalho, mutilados pelas máquinas, aleijados, doentes, etc) (MARX, 1983, Livro 3...

Na atual fase de desenvolvimento do capitalismo na Venezuela podemos observar uma compressão deste *exército de reserva* em sua dimensão *líquida e latente*, uma vez que o tamanho da indústria somente encolhe e a população rural já está reduzida ao mínimo. Por outro lado, a parcela da população trabalhadora submetida à exigência de um máximo de trabalho por um mínimo de salário, sob a forma *estagnada*, encontra-se expandida ao mesmo tempo em que encontra correspondência com a situação de superexploração a que está submetida a força de trabalho dos países dependentes. Da mesma forma, e pelas mesmas razões apontadas para a forma estagnada, encontra-se avultada ao extremo a forma *pauper* da superpopulação relativa em suas três categorias.

Ou seja, a expansão da superpopulação relativa sob a forma *estagnada* ou *pauper* corresponde à forma aguda como assumiu a superpopulação em uma formação social dependente de tipo petroleira como a venezuelana onde prevalecem não somente as tendências da acumulação capitalista, mas também atua como lei de contra tendência à queda da taxa de lucro a superexploração da força de trabalho

58 .

Segundo Mészáros (2002), a crise capitalista inaugurada em meados do Século XX não consegue superar suas dificuldades apesar de lançar mão das práticas do desperdício, da relativização do luxo e da necessidade, da obsolescência planejada e da produção destrutiva que buscam obliterar a contradição entre produção e consumo através da destruição como elemento de aproximação de uma *taxa zero de uso*. Ao contrário, produz contradições que expandem esta parcela da *superpopulação relativa* que não vislumbra mais a possibilidade sequer remota de ser ocupada no emprego industrial

⁵⁸ No final dos anos 1960 e início dos anos 1970 ganhou destaque o debate sobre “massa marginal”, proposto por Jose Nun. O autor interpreta a formulação marxiana sobre *superpopulação relativa* e *exército industrial de reserva* apontando um corte epistemológico entre uma teoria geral do materialismo histórico, que corresponderia à primeira, e uma teoria particular do modo de produção capitalista, referido-se ao EIR. Além disso, a interpretação de Nun encontra em Marx uma teoria geral da população segundo a “funcionalidade, afuncionalidade ou desfuncionalidade das relações que estabelecem a superpopulação e o sistema em seu conjunto”. Nada mais equívoco. Marx ao desenvolver os conceitos de *superpopulação relativa* ou *exército industrial de reserva* o faz analisando as tendências da lei geral da acumulação capitalista, que cria por um lado mais capital e de outro mais trabalhadores ao mesmo tempo em que mais riqueza corresponde a mais pobreza. Não se referia o autor de *O Capital* a uma teoria genérica da população, mas às tendências da acumulação capitalista. Daí que os conceitos de *superpopulação relativa* e *exército industrial de reserva* podem sim, em nosso entender, ser utilizados para referir-se à situação da classe trabalhadora venezuelana no século XX, em sendo esta formação econômico-social uma formação capitalista (e não pré-capitalista) regida por esta lei geral de forma ainda mais aguda. Mais sobre este debate em Cardoso (1971).

formal. Mais do que isso, o que se verifica é que a estratégia de auto-reprodução destrutiva, baseada no complexo militar-industrial⁵⁹, faliu até mesmo nos países centrais onde se verifica a *tendência à equalização no índice diferencial de exploração*⁶⁰ com os países periféricos, sem eliminar as diferenças hierárquicas da ordem mundial de produção de desigualdades.

Assim, a *superpopulação relativa* que se desenvolveu ao longo das últimas sete décadas se expande em sua dimensão paupérrima pressionada, em primeiro lugar, pelo desemprego estrutural. Baran e Sweezy apontaram, em estudo que analisa os limites do projeto keynesiano, que:

[...] a diferença entre a profunda estagnação dos anos 30 e a relativa prosperidade dos anos 50 é completamente explicada pelos enormes desembolsos militares dos anos 50. Por exemplo, em 1939, 17,2 por cento da força de trabalho estavam desempregados e acredita-se que cerca de 1,4 por cento do resto estava empregado na produção de bens e serviços para os militares. Ou seja, cerca de 18 por cento da força de trabalho ou estavam desempregados ou dependiam dos gastos militares para ter empregos. Em 1961 (assim como em 1939, um ano de recuperação de uma recessão cíclica), os números comparáveis foram de 6,7 por cento de desempregados e 9,4 por cento de dependentes de gastos militares, um total de 16 por cento. Seria possível elaborar e refinar estes cálculos, mas não há razão para pensar que isto iria afetar a conclusão geral: o percentual de força de trabalho que estava desempregado ou que dependia dos gastos militares era muito semelhante em 1961 e 1939. Segue-se daí que, se o orçamento militar fosse reduzido às proporções de 1939, também o desemprego atingiria as proporções de 1939 (BARAN e SWEEZY, 1979, p. 175-6).

O que se verifica com base nestes estudos é a tendência inexorável ao aumento ou manutenção de elevadas taxas de desemprego durante pelo menos sete décadas, enquanto se busca justificativas para ele nos avanços da técnica e sua conseqüente exigência de qualificação da mão-de-obra, embora os dados apontem para uma situação de desemprego alta também entre os trabalhadores qualificados. O fato é que os ganhos de produtividade do trabalho acumulados durante o período foram invariavelmente apropriados exclusivamente pela burguesia, sem que o valor histórico moral da força de trabalho tenha sido atualizado corretamente, bem como privando os trabalhadores das

⁵⁹ Sobre este aspecto em particular ver Sweezy e Magdoff (1993).

⁶⁰ A tendência à equalização da taxa diferencial de exploração não anula a distinção entre economias dependentes e imperialistas, entre as que transferem parcelas superiores de valor em relação ao valor que são capazes de apropriar-se no mercado mundial. E, ainda que a superexploração da força de trabalho possa também ser verificada nas economias centrais, não estrutura estas economias de modo a conformar a própria ocupação da força de trabalho e uma verdadeira cisão nas fases do ciclo do capital, enquanto garante a possibilidade de acumulação interna simultaneamente à subordinação ao imperialismo mediante transferências de valor.

reduções de jornadas laborais propiciadas pela elevação produtiva. O desemprego estrutural que daí resulta busca justificativa também na tese malthusiana enquanto articula respostas igualmente malthusianas de reforma da previdência, restrições salariais, retirada de direitos os quais são apontados como causas de crises fiscais dos Estados⁶¹, ainda que estas restrições só agravem a situação do capital em última instância ao restringir ainda mais a capacidade de consumo necessário à realização do capital (MÉSZÁROS, 2002, *passim*).

Desta maneira, e complementarmente ao desemprego estrutural, existem novas formas de exploração do trabalho verificadas a partir das estratégias capitalistas de reestruturação produtiva levadas a cabo após os anos 1970. Sotelo analisa os efeitos da reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho, realizando um balanço das contribuições de autores como Ricardo Antunes e Giovani Alves, à luz da Teoria Marxista da Dependência (TMD,) em uma perspectiva internacional que inclui não apenas países latino-americanos, mas os europeus, Japão e os Estados Unidos. Entre suas conclusões aponta que:

El nuevo ‘modelo’ de relaciones laborales e industriales introducidos por las corporaciones transnacionales con el apoyo del Estado reposa en los siguientes pilares: a) intensificación del trabajo; b) aumento progresivo de la jornada laboral; c) disminución de los saláries reales; d) intenso proceso de precarización de la fuerza de trabajo y del empleo, lo que implica sobre todo pérdida de derechos para los trabajadores y e) aumento del desempleo y el subempleo en todas sus formas, con el consecuente aumento de la pobreza. La economía mundial que despunta en el comienzo del siglo XXI ha causado el declive de la agricultura, la industria y los servicios en todo el planeta. El llamado ‘sector de conocimiento’ (o del *analista simbólico*) es extremadamente restringido y difícilmente podrá absorber a los trabajadores que están siendo expulsados de la industria, la agricultura y los servicios. El futuro inmediato para cada vez más sectores de la humanidad es el desempleo, el empleo precario y la superexplotación del trabajo (SOTELO VALENCIA, 2003, p. 169).

Assim, o processo de reestruturação produtiva repõe de forma aguda a categoria da *superpopulação relativa* ou *exército industrial de reserva* como consequência da crise vigente desde os anos setenta. Agora, não são só a composição orgânica do capital e a base técnica da sociedade que são alteradas; são as próprias condições sociais da subordinação do trabalho ao capital que se modificam pelo ‘sentido’ do ajuste. A

⁶¹ Em FERREIRA e SCHERER (2005), diversos autores analisam os resultados dessas políticas no Brasil e na França.

precarização do trabalho não é pressuposto, mas produzida por meio do desemprego. Assim,

o lugar onde a classe trabalhadora tem menor poder de fogo, ali se instala o novo capital sob as mais variadas formas de ‘tecnologia’, com objetivos voltados para a superexploração do trabalho [...]. Ou seja, a precarização do trabalho, que se alastra sob a condição de informalidade, não é um fenômeno desvinculado do desemprego, mas é produzido através dele. O fato de a ‘informalidade’ das relações de trabalho amortecer os impactos sobre as taxas de desemprego aberto, apenas expõe as formas ‘ocultas de desemprego’ [...] mas é sobretudo através do crescimento do desemprego total que a reposição do *exército industrial de reserva* se manifesta” (MENELEU NETO, 1996, p. 84 a 103)

Pelas razões apontadas, pensamos que a elaboração marxiana referente a *superpopulação relativa* ou *exército industrial de reserva* segue absolutamente vigente especialmente quando tratamos de determinar a causa da pobreza concentrada nas favelas⁶², complementar e articuladamente a já referida superexploração da força de trabalho, a qual viola do valor da força de trabalho reduzindo seu tempo de vida útil ou transferindo o fundo dos salários para o fundo do acumulação do capital.

Repousam sobre essas causas estruturais o que vulgarmente se denomina “pobreza”. A pobreza é um fenômeno que pertence à esfera econômico-social e embora vigore largamente a crença de que resulta de um frustrado desempenho individual na incorporação a um sistema produtivo que oferece oportunidades iguais a todos a sua origem é bem outra. O que define centralmente a pobreza da favela, para além de suas manifestações exteriores como condições sanitárias e arquitetônicas, é a pobreza das pessoas. A pobreza não é, portanto, uma resultante do meio físico (conseqüência da favela, como quer a ONU-HABITAT), uma manifestação do ambiente urbano mistificado, mas advém das relações sociais estabelecidas entre seres humanos determinados no tempo e no espaço⁶³. E o que determina a pobreza dos seres humanos

⁶² A favela é um fenômeno econômico, social, histórico e geográfico cujas raízes estão fincadas no século XIX, com os cortiços, nos países de industrialização primeira. A conversão do “cortiço” ou “cottage” do oitocentos, como um beco de habitações coletivas e precárias das classes pobres, na “favela” do novecentos como uma aglomeração de casebres ou choupanas toscamente construídas e desprovidas de condições higiênicas, até o “planeta favela” da virada do século XX para o XXI (DAVIS, 2008) sugere mais do que uma transição lingüística ou uma mudança quantitativa, mas uma transformação qualitativa.

⁶³ Aqui nos deparamos com as limitações do conceito de favela utilizado pelos organismos internacionais e registrado nos dicionários, os quais restringem o termo a uma descrição de caráter urbanístico associado genericamente à pobreza. A ONU-HABITAT (UNITED NATIONS, *op. cit.*) relatou o histórico da palavra “favela” na tradição anglófona. Em 1820, favela era usado para identificar uma habitação em condições de extrema pobreza e em sua maioria sem condições sanitárias (*poorest quality housing and the most*

no mundo industrial moderno é sua posição subalterna nas relações de exploração capitalistas no interior do próprio processo de acumulação do capital.

É por isso que a explicação da economia política forjada por Marx resta insuperada, neste caso, pois consegue determinar as causas da pobreza em nossa sociedade e, com isso, apontar sua origem, sem a qual é impossível compreender o fenômeno em sua essência nem tampouco elaborar estratégias viáveis para superá-la, tal como se propõem sem sucesso as Nações Unidas.

Marx aborda mais diretamente o tema da pobreza no capítulo XXIII de O Capital, que versa sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista, o qual ele abre com a seguinte frase: “estudaremos neste capítulo a influência que o incremento do capital exerce sobre a sorte da classe operária” e explica: “o fator mais importante, nesta investigação, é a *composição do capital* e as transformações experimentadas por ela no transcurso do processo da acumulação” (MARX, 1962, p. 557). Assim, considerando que os capitais se dividem sempre entre meios de produção (c) e força viva de trabalho (v), a composição se determina pela proporção existente entre a massa de meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessário para seu emprego ($C=c/v$).

Desta forma, depois de demonstrar como a acumulação em escala simples reproduz constantemente o próprio regime do capital, recriando de um lado, capitalistas, e, de outro, operários assalariados, Marx explica como a reprodução ampliada reproduz o

unsanitary conditions). Em finais do oitocentos, Charles Dickens (reproduzido no Oxford English Dictionary) acrescentou à pobreza e falta de condições de habitação as características de seus moradores: uma população de sujos, degradados e freqüentemente viciados (*dirty, degraded and often vicious population*). É sugestivo, no entanto, que o trabalho mais completo sobre as condições de moradia dos pobres da Inglaterra, de Londres, passando por Manchester, Leeds, Yorkshire, Lancashire, mais um sem número de pequenos vilarejos, pela vida rural até a situação dos trabalhadores irlandeses, publicado por Engels em 1845 (em Leipzig, e em 1887 em Nova Iorque e, em 1892 em Londres), tenha passado despercebido pela centena de pesquisadores que levaram adiante a construção do relatório de 2003 da ONU-HABITAT. Ali eles teriam encontrado parte das respostas que estão buscando até hoje. O relatório das Nações Unidas ressenete-se da ausência de uma definição *quantificável* de favela, que a torne mais operacional para o estabelecimento de parâmetros e metas em políticas sociais que, acreditam eles, poderiam erradicar esse fenômeno paisagístico urbano. Interessante é o raciocínio sugerido pelo relatório no que ele afirma ser uma característica central, porém “não inerente” e, ainda, uma causa que é consequência (sic) da favela: a pobreza e a exclusão social (*poverty and social exclusion*). É desta forma, subvertendo a razão, que o relatório explicita seus limites ao não estabelecer uma relação clara, de causa e efeito, entre a pobreza e o fenômeno das favelas e sua acelerada multiplicação. Se a favela causa a pobreza, o que causaria a favela? Responde o relatório: a pobreza! Este, certamente, não é apenas um problema de caráter lógico. A razão está no fato de que as Nações Unidas não conseguem determinar a causa da pobreza.

regime do capital em uma escala superior, criando, em um dos pólos, capitalistas mais poderosos e, no outro pólo, mais trabalhadores (*id. ibid.*, p. 558), empregados e desempregados. Nas palavras de Marx: a acumulação do capital supõe, portanto, em primeiro lugar, um *aumento do proletariado*. Vejamos as condições em que se dá este aumento da massa proletária.

Para explicar isso, Marx primeiro alerta que o fator principal que se esquece neste aumento do proletariado é o específico da produção capitalista, ou seja, o fato de que ninguém compra força de trabalho senão para produzir mais-valia e obter lucro. E é esta lei absoluta que, ao ser esquecida, provoca a ilusão de que as variações na oferta de mão-de-obra pareçam originar-se em oscilações da própria massa de força de trabalho disponível, ou seja, das variações no crescimento da população trabalhadora. A síntese desta descoberta ele formulou em termos matemáticos ao afirmar que a magnitude da acumulação é a variável independente, enquanto a magnitude do salário, a variável dependente, e não o contrário (MARX, 1962, Vol. I, Tomo II, p. 564-5).

O interessante é que estas primeiras conclusões de Marx, sobretudo sobre a impossibilidade da redução do grau de exploração do trabalho que advém da própria lei da acumulação, tomam em conta uma composição orgânica constante, em uma fase em que arrancam os fundamentos gerais do sistema capitalista. Porém, uma transformação importante nas conseqüências da acumulação sobre a força de trabalho se dará em uma fase que ultrapassa esses fundamentos gerais assentados sobre uma composição invariável do capital. Isto ocorre quando se altera a composição técnica (relativa à quantidade de trabalho necessária para colocar em movimento uma determinada massa de meios de produção), fazendo com que a produtividade de trabalho se converta na “alavanca mais poderosa da acumulação” — historicamente, após a transição do artesanato à indústria, com a divisão e a combinação do trabalho.

Esta alteração da composição técnica se dá com a consolidação da indústria, a qual pressupõe uma certa acumulação de capital (originária), e que torna possível, mediante a divisão do trabalho e a maquinaria, a elaboração de mais matéria-prima durante o mesmo tempo, aumentando a produtividade do trabalho. Esta produtividade sempre aumentada, segundo Marx, passa a ser um elemento constitutivo da acumulação em escala ampliada. *E deste impulso acelerador da acumulação especificamente capitalista*

surge a transformação da composição técnica segundo a qual o capital variável vai se reduzindo continuamente à medida que aumenta o capital constante. Leia-se, a necessidade de trabalho vai se reduzindo continuamente na medida em que aumenta o capital empregado em maquinaria.

É neste processo de acumulação ampliada que surgem os processos de *concentração* crescente de capital nas mãos de capitalistas individuais (que se encontra limitada pelo grau de desenvolvimento da riqueza social e pela concorrência) e de *centralização* do capital (a qual se trata de uma concentração apenas de capitais já existentes ou a expropriação de uns capitalistas por outros sob a forma de fusões e aquisições, por exemplo). Por enquanto, apenas nos interessa reter que o descenso absoluto da demanda de trabalho que deriva deste processo de modernização técnica é tanto maior quanto maiores são as proporções em que se centraliza o capital (MARX, 1962, p. 573).

Assim, com base no estudo do processo de acumulação do capital, Marx determina o aumento absoluto da massa trabalhadora e o descenso proporcional dessa massa empregada na produção (redução do capital variável destinado ao pagamento de salários em relação ao capital constante, empregado em meios de produção e matérias-primas), o que origina um exército lazarento que, ainda que seja fundamental para o rebaixamento dos salários e das condições de vida da classe trabalhadora, é excedente em relação às necessidades diretas da produção industrial.

Então, o importante de reter aqui é, por um lado, a origem da pobreza na favela e sua relação com a definição dos parâmetros gerais em que se dará a exploração da força de trabalho (regime e contrato de trabalho, valor histórico dos salários, jornada laboral e demais direitos). Ou seja, a favela e a pobreza que ela denuncia constituem-se como realidade histórica, em sua origem, associada ao desenvolvimento do capitalismo e seus processos migratórios da força de trabalho (expulsa do campo, refugiada ou emigrada) e, passada uma fase de ascensão histórica do capital, acentuada em progressão mais que geométrica a produtividade do trabalho, prossegue expandindo-se carregando já o peso de várias gerações de famílias vivendo sob a égide de uma vulnerabilidade persistente e todas as suas conseqüências. A favela configura-se, ainda, como realidade geopolítica, uma vez que ocupa sempre determinados espaços urbanos de forma concentrada, o que a torna necessariamente visível como alvo de políticas preventivas de criminalização e

punição, bem como possibilita ao favelado sua articulação territorial enquanto uma verdadeira força material⁶⁴.

O fato comum é que as favelas concentram uma população geralmente pobre, mas não necessariamente miserável, embora nem todos os pobres vivam em favelas. Então, trata-se de uma pobreza com muitas facetas. A favela localizada em terra plana, por exemplo, conta com terrenos que em geral tem valor de mercado, e podem converter-se em fonte de renda para os proprietários dessas terras (que as parcelam ilegalmente e “vendem” os lotes que depois a comunidade vai lutar para regularizar), ou quando se tratam de terras públicas, a renda é gerada para suprir a cobiça de políticos e funcionários corruptos. Além disso, nas favelas urbanas onde se luta por regularização fundiária, como em São Paulo ou em Caracas, fazer um “puxadinho” minúsculo e alugá-lo a um recém chegado muitas vezes é a única fonte de renda das famílias, a maior parte delas conduzidas por

⁶⁴ Este processo assumiu as feições da história e da geografia de cada lugar e acompanhou *pari passu* o desenvolvimento do capitalismo e a decadência das sociedades do capital pós-capitalistas, como as do antigo bloco soviético. Como tal, não implicou somente em uma generalização da favela sobre o território mundial, razão pela qual recebeu batismo em diversos idiomas: *Squatter camps* (África do Sul), *shanty town* (Índias Ocidentais como Jamaica e Trinidad Tobago), *colonias populares* (México), *pueblos jóvenes* (Peru), *conventillos* (Quito), *bidonvilles* (França, Haiti e países francófilos), *Barrios* (Venezuela), *bohíos* (Cuba), *bairros de lata* (Portugal), *aashwa'i* e *baladi* (Cairo), *trushchobi* (Rússia), *Elendsviertel* (Alemanha), *hood* ou *getto* (Inglês americano), entre outros. Mas também em um gigantismo que, em alguns casos, engoliu as cidades em cuja periferia ou centro elas nasceram para converter a cidade no centro ou periferia de uma imensa favela. A mundialização da favela além de diversa segundo a forma que assume em cada idioma que a nomeia e desigual em sua concentração entre o sul e o norte do território planetário vem se demonstrando um *fenômeno político* de envergadura neste início do Século XXI. Na França, de Lyon (e seu verão quente, nas *Minguettes*, em 1981) aos subúrbios de Paris (Ermont, Garges-lès-Gonesse, Villiers-Le-Bel, Clichy-sous-Bois, Cergy, Groussainville, Sarcelles...), os “bairros difíceis” vem criando um estado permanente de emergência (ARANTES, 2008). No outono de 2005, a situação ganhou proporções impensáveis. Os jovens parisienses da periferia, filhos de emigrados há mais de uma geração, travaram uma rebelião sem precedentes, cujo pico foi atingido na madrugada de domingo para segunda-feira, 7 de novembro daquele ano, com 1.408 carros incendiados, sendo que dois anos antes foram queimados nos subúrbios franceses 21.500 veículos, 60 em média por noite (Ibidem, p. 34). Mas se o subúrbio francês chama a atenção pela violência de uma rebelião mais ou menos contínua nos últimos anos, as favelas do sul são espantosas porque ultrapassam as fronteiras do que se poderia considerar humanidade, em nosso modo global de reprodução de desigualdades. No Cairo, um milhão de pessoas usa sepulturas como módulos habitacionais. Como conta Mike Davis, “os moradores originais do século XVIII eram os guardas que cuidavam das sepulturas das famílias caiotas mais ricas, seguidos por pedreiros e canteiros e depois, na época contemporânea, por refugiados expulsos do Sinai e de Suez durante a guerra de 1967. [...] Em Hong Kong, 250 mil pessoas moram em anexos ilegais nos telhados ou em antigos poços de ventilação fechados no centro dos prédios”. Mas as piores condições vivem os chamados “homens engaiolados”, espécie de leitões para solteiros com coberturas de arame sobre as camas que são colocadas para impedir o roubo de seus pertences e cujo espaço vital médio *per capita* é de 1,8 metro quadrado (DAVIS, 2008, p. 43 e 45). Não fosse por esse gigantismo e pelo aspecto ameaçador que adquiriu no final do Século XX é provável que as favelas não ocupassem a preocupação nem do *main stream* acadêmico (e seus novos programas bem financiados sobre ‘violência urbana’), nem de políticos (e suas políticas clientelistas), nem das Nações Unidas (que publicou um primeiro e sombrio relatório de teor neomalthusiano sobre o tema em outubro de 2003 sob o título *The Challenge of Slums*) e muito menos, do Pentágono (cujo foco estratégico atual é o *Military Operations on Urbanized Terrain – MOUT*).

mulheres e seus filhos abandonados pelo pai e marido. Neste caso, o metro quadrado de aluguel costuma ser mais caro que o metro quadrado do bairro mais caro da cidade em questão (DAVIS, 2006).

Do ponto de vista urbanístico, as favelas caraquenas são constituídas majoritariamente por construções de tijolo e laje superior, sem reboco (*casa de bloque*), quase invariavelmente precedidas por construções bem mais precárias, com papelão e telhado de zinco. São, na verdade, muito parecidas arquitetonicamente com as favelas do Rio de Janeiro, no Brasil, embora guardem a diferença importante de pelo menos até os primeiros anos depois desta virada de século não estarem dominadas social, militar e territorialmente pelo narcotráfico. Uma casa considerada cômoda na favela caraquena é uma *casa de bloque* que tenha luz, sala de estar/jantar, banheiro, quartos, cozinha, água fixa, algum escoamento de esgoto por canos, gás, telefone e dois ou mais níveis de construção (STOKKUM, 2008, p. 69).

Os moradores exercem um variado leque de ocupações, de funcionários públicos mal remunerados ou prestadores de serviços ao Estado sem direitos trabalhistas assegurados (professores e funcionários de escola, secretárias, garçons, motoristas...), em outras palavras, trabalhadores “terceirizados”, operários da construção, vendedores de todos os tipos, biscateiros, ambulantes, estudantes, aposentados, militares da baixa hierarquia, trabalhadoras domésticas que subdividem as funções de manutenção de uma casa (cozinheiras, passadeiras, faxineiras, em regime de diaristas), donas de casa, desempregados. São em sua maior parte trabalhadores e trabalhadoras que necessitam ganhar a vida a cada dia, colocar toda a família para trabalhar, com o objetivo de *salir adelante*, ou seja, conseguir construir sua *casa de bloque* em condições de maior comodidade (STOKKUM, 2008, p. 68-9).

Não conseguimos precisar a data exata do surgimento das favelas venezuelanas, mas Espanha aponta o surgimento das *asociaciones de vecinos* como parte da experiência democrática venezuelana desde 1936, quando uma mobilização social de envergadura e que incluiu saques em estabelecimentos comerciais da capital marcou o fim da ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1936). Estes moradores tentavam integrar-se ao processo modernizador que se inaugurava naquele período, buscando evitar os custos da marginalidade, através da defesa, melhora ou criação do meio habitacional

(SALAMANCA, 1987, p 522 *apud* STOKKUM, 2008, p.35). E, no caso dos pobres, especialmente imigrantes rurais, organizaram-se inicialmente como *juntas pro mejora* ou *juntas pro desarrollo de la comunidad* que se converteriam em diversas associações comunitárias (RAMOS ROLLÓN, 1995, p. 91 *apud* STOKKUM, 2008, p. 35). Mas também a classe média organizou-se e, a partir de 1961, se tem registro de um *movimiento vecinal* formal. De qualquer forma, foram aquelas associações comunitárias dos pobres que a partir de finais da década de 1970 e início dos 1980 multiplicam-se exponencialmente. De 527, em 1982, passam a 10 mil grupos *vecinales* em 1991, acompanhando um crescimento não somente do número de favelas como também de suas dimensões em cada caso.

Interessante é perceber que o registro do surgimento das *asociaciones de vecinos* ocorre ao tempo em que se dá impulso ao processo de industrialização petroleira venezuelana. Em 1936 temos também registro da primeira grande greve de trabalhadores petroleiros, ainda que outras tenham ocorrido ao longo da década de 1920. É o ano derradeiro do largo período em que o país foi dirigido pelo General Juan Vicente Gómez (1908-1936).

Finalmente, cabe mencionar que o excedente populacional em relação às necessidades do capital não é uma característica exclusiva de Caracas⁶⁵. Esta é uma realidade também de todas as demais *ciudades petróleo* como El Tigre, Cabimas, Ojeda, Lagunillas, La Concepción, Maturín, Cantaura, Maracaibo, Barcelona, Puerto La Cruz, entre outras, as

⁶⁵ Outro aspecto interessante de registrar em relação ao fenômeno da favela é aquela observação de Marx no que se refere ao desenvolvimento das cidades em sua relação com a acumulação de capital. Como recorda Harvey (2007), o mercado imobiliário pode ser analisado como um indício de super acumulação de capital e sua necessidade de alocação, no caso do setor da construção e seu correspondente comércio de imóveis, como capital fixo independente dirigido à obtenção de renda: “como señaló Marx, una de las peculiaridades del capital fijo de tipo independiente (casas, hospitales, carreteras, etc.) es que su circulación no está supeditada a los beneficios sino que basta con que genere intereses, una característica importante a la hora de entender cómo el proceso urbano se integra en las reglas de circulación del capital. Esta situación tiene distintas consecuencias: en primer lugar, la forma espacial se ve constantemente remodelada de acuerdo con los dictados de la acumulación y, en segundo lugar, se emprenden proyectos de reinversión en todos aquellos espacios urbanos ya existentes que tengan una baja rentabilidad (por ejemplo, construyendo instalaciones culturales, estadios de fútbol, etc.). Muy a menudo estos procesos tienen lugar con perjuicio de los vecinos de la zona y también aquí hallamos una fuente de oposición considerable a las reglas de juego del desarrollo urbano que establece el capital”. Poderíamos especular para futuras investigações a possibilidade de que, tomando em conta o elevadíssimo déficit habitacional da capital venezuelana, a crise habitacional e sua persistente indisponibilidade de imóveis tanto para locação quanto para aquisição e seus altos preços, possam ser fatores que se exacerbam no capitalismo venezuelano. Ou seja, a cidade seria um lugar de aplicação do excedente petroleiro, ou seja, uma realidade que ao menos parcialmente é criada a partir da renda petroleira. Mas seria, também, um lugar de obtenção de renda que reproduz a mesma lógica rentista e suas práticas especulativas. Mas isso demandaria uma pesquisa a parte.

quais surgiram ou se desenvolveram a partir de acampamentos petroleiros nos estados de Zulia, Falcón, Anzoátegui, Monagas, Guárico e Bolívar. Rodolfo Quintero, em seu amplo ensaio sobre a cultura petroleira e o sistema de valores criado por ela, descreve este “modelo” de cidade que “*nada inventa ni descubre; amontona viviendas, improvisa calles*”, assim:

Las ciudades petróleo son invertebradas, desprovistas de esqueletos que mantengan la posición relativa de sus partes. De una vitalidad marginada de los esquemas conocidos y frecuente manejo por los urbanistas. Sin grupos primarios entre los integrantes de la población, sino secundarios ya que las personas se vinculan con desconocidos a los que tratan con indiferencia y los individuos son juzgados según su apariencia, actuaciones y habilidades para comunicarse con los demás, utilizando la lengua nacional o la inglesa. Las posibilidades de eludir controles primarios hace que ocurra controles secundarios. En las ciudades petróleo abundan policías secretos, agentes particulares de las compañías, soplones, que reglamentan las relaciones individuales y grupales (QUINTERO, 1972, p. 98).

Desta forma, tendo sua origem e desenvolvimento vinculado com o processo de industrialização petroleira, os *barrios* não figuram como resultado de uma suposta “exclusão” social de contingentes populacionais do capitalismo venezuelano. Ao contrário, o *barrio* pode ser mais bem entendido se o analisarmos como o resultado da segregação espacial que separa a cidade formal da cidade subalternizada do capitalismo rentista venezuelano:

El poblamiento de los barrios en los años cincuenta y sesenta fue resultado de la construcción de las grandes obras de infraestructura y las nuevas urbanizaciones residenciales que aparecieron en esa época, de los primeros intentos de desarrollo de una política de sustitución de importaciones y del inicio de la democracia representativa. Los pobladores de los barrios fueron incluidos en cuanto servían como constructores de la ciudad, mano de obra barata y masa votante. (ANTILLHANO, 2005, p. 206 *apud* GARCÍA-GUADILLA, 2007, p. 50).

Esta situação problemática de origem, no entanto, converteu-se em explosiva com o aprofundamento da crise do capitalismo petroleiro rentista iniciada nos anos 1980. O contingente populacional segregado não somente urbanística como também social e economicamente assumiu proporções inauditas nos anos 1990. De acordo com o Censo Nacional de População de 2001, cerca de 90% da população venezuelana vivia nas cidades e mais da metade desta população urbana não tinha acesso ao mercado formal de habitação:

Una de las características del patrón de urbanización en Venezuela ha sido la configuración de un espacio altamente segregado socialmente como consecuencia del modelo rentista petrolero, que generó fuertes desequilibrios sociales, económicos y territoriales. Más del 50 por ciento de la población vive en los denominados asentamientos informales o barrios pobres, sin acceso a la propiedad legal del suelo que ocupan y sin redes de articulación con la ciudad formal. Para 1990, según M. Negrón (1990), la población venezolana de los sectores populares había construido con su esfuerzo entre un tercio y la mitad de las ciudades en Venezuela (GARCÍA-GUADILLA, 2007, p. 49)

Será esta parcela da classe trabalhadora precarizada moradora dos *barrios* que, desde meados dos anos 1980 e ao longo de toda a década de 1990, irá sofrer mais pesadamente as medidas de ajuste estrutural que marcaram o fim da aliança policlassista inaugurada em 1958 sobre a base de uma divisão desigual da renda petroleira. A transformação levada a cabo no país não será de pequenas proporções:

Para 1988, el 65% de todas las exportaciones no tradicionales era generadas por las empresas del Estado, mientras que la empresa privada cubrió el 35%. Para 1992, el sector privado alcanzó el 67% de las ventas no petroleras y el Estado sólo el 35% (Silva Michelena, 1993). La discusión acerca del tamaño del Estado terminó en una serie de medidas que se extendieron hasta inicios de 1998, que determinaron la progresiva reducción del mismo mediante procesos de privatización muy agresivos a través de los cuales se desprendió el Estado de la Compañía Nacional de Teléfonos (CANTV), la aerolínea más importante (VIASA), la apertura al capital trasnacional de la principal Compañía de Cemento (su traspaso a CEMEX), de la Siderúrgica del Orinoco (SIDOR)¹⁰ entre otras acciones. Con ello se procedió a una progresiva desnacionalización del aparato productivo, con su consecuente aumento de la dependencia productiva y económica de la sociedad. Se trataba de llevar adelante los presupuestos del Consenso de Washington con todas sus implicaciones sociales y económicas (ROMERO e QUIÑÓNEZ, 2010, p. 26)

É na resistência a este tipo de medida que se elevará o protagonismo social e político da população venezuelana habitantes dos *barrios* e altamente dependente da renda petroleira para sua sobrevivência imediata, considerando aquela singularidade do consumo subsidiado pelo Estado. Por enquanto, basta o registro de que na Venezuela do final do século XX, a favela faz parte do cenário de todas as principais cidades do país e que procuraremos remontar ao longo deste trabalho a história particular desta parcela mais pobre da classe trabalhadora urbana que vive em condições precárias no processo de desenvolvimento venezuelano. Pois, consiste em nossa hipótese inicial considerar que este setor da classe trabalhadora urbana superexplorada ou desvinculada

diretamente da produção industrial enquanto uma *superpopulação relativa* constituiu-se, a partir dos anos 1980, em um *movimento radical de massas* que buscou com premência formular alternativas para a crise do regime venezuelano. Por isso, vamos tratar de remontar o comparecimento deste setor no conjunto das lutas sociais dos anos oitenta. Da mesma forma, dando consequência ao levantamento desta trajetória política, sustentaremos que, após haver se constituído como *Movimento Bolivariano Radical de Massas*, alcançará esferas de influência, ainda que limitada, sobre o aparato estatal.

Será justamente a forma como se dará esta luta política, nas disputas em torno à repartição do poder sobre o aparato estatal entre os diferentes setores da aliança policlassista no interior de um Estado rentista uma das particularidades mais importantes para a compreensão do *Processo Bolivariano da Venezuela*. A institucionalização das formas de luta pela mudança social, o caráter da direção, as limitações práticas do trabalhador precarizado morador das favelas como sujeito político são alguns dos fatores que concorrem para explicar as dificuldades deste processo. Estas, por sua vez, emanam de um lado de uma determinada estratégia de acesso ao poder e de outro da configuração da estrutura dependente cujo fardo expressa entraves à transformação social, ao menos enquanto não se desatam os laços da dependência por todos os lados mediante um processo internacional de largo alcance.

Assim, antes de passarmos ao exame direto do tema, cabe apenas registrar que não estamos sozinhos no esforço por conhecer melhor a emergência deste setor mais empobrecido da classe trabalhadora como sujeito político contemporâneo. Autores pós-estruturalistas como Laclau (1977; 2007) em sua proposição da constituição do povo como categoria de análise, bem como Negri e Hardt (2001) e o ensaio sobre a multidão contra o império vem se debruçando sobre o que considero ser um objeto comum. A distinção que cabe mencionar entre estes autores e nós mesmos é de caráter teórico.

Laclau avança seus estudos sobre o populismo latino-americano e seu fundamento, o povo, a partir dos anos 1960, quando se insurge contra a formulação de Di Tella e Germani de que o populismo resultaria de um processo de transição. Nesta primeira formulação do autor, o povo carece de *status* teórico definido e emerge como uma abstração de uma luta hegemônica sob a forma de discurso ideológico. Anos depois, Laclau, partindo do conceito de hegemonia e da crítica ao caráter sociologizante de sua

própria formulação inicial, migra teoricamente para a esfera da análise de discurso, em uma tentativa de superar a incapacidade das ciências sociais de incorporar os afetos, o passional e o irracional que também constituem a política, segundo ele. Para isso, lançará mão de uma abordagem eclética utilizando o pensamento psicanalítico de Freud e Lacan para as ciências sociais.

A despeito das conclusões demasiado imprecisas do autor, Laclau elabora, na primeira parte de seu *A razão Populista*, uma esclarecedora história dos pressupostos compartilhados por quase toda a literatura ao designar *povo* ou *multidão*. Ele vai encontrar as raízes do significado de *povo* em Taine e nos primeiros formuladores no campo da psicologia de massas, na França com Gustave Le Bon (1895)⁶⁶ e, na Itália, com Cesare Lombroso (1875)⁶⁷. O fundamental destes pressupostos é o enquadramento psicológico deste novo sujeito social, a multidão, como pertencente ao campo patológico. É no intuito de prognosticar uma verdadeira tecnologia de poder que evite que a “civilização” seja “devorada” pela multidão que Le Bon receita que é preciso dissociar a verdade das palavras e as imagens que elas invocam mediante os recursos retóricos da afirmação, da repetição e do contágio. Aqui, “afirmar” é uma operação ilegítima, desprovida de demonstração lógica, ou seja, apenas uma forma de mentir; “repetir”, por sua vez, trata-se de uma verdade criada pelo hábito e não pela sedimentação da decisão racional; e “contagiar” é a forma de transmissão patológica do “saber” irracional da multidão pela sugestibilidade – sendo que o conceito de sugestão será devidamente refutado posteriormente por Freud, quem objetou o fato de que o mesmo estava na base de toda explicação sobre a multidão, porém restava ele mesmo isento de explicação.

Esta história do conceito de *povo ou multidão* é rica porque seus pressupostos ajudam-nos a compreender alguns raciocínios que nos chegam aos dias de hoje como verdadeiros ecos de Le Bon: “pelo mero fato de formar parte de uma multidão organizada, um homem desce vários níveis na escala da civilização” (LE BON, 1895 *apud* LACLAU, 2007, p. 47). Taine estaria por trás dessa ideia ao afirmar que a racionalidade pertence ao indivíduo e que este perde muitos de seus atributos racionais

⁶⁶ A Primeira edição da obra *Psychologie des foules* data de 1895. Lembremos que Le Bon está preocupado justamente com a emergência dos trabalhadores verificada pela Comuna de Paris de 1871.

⁶⁷ *O Homem Delinquente* foi publicado pela primeira vez em 1875.

quando participa de uma multidão. São essas origens teóricas que explicariam o fato de a emergência da classe trabalhadora empregada e desempregada no cenário político e social ter sido tratada como uma epilepsia disfarçada, em expressões como “convulsão social”. Explica também parte importante do uso de termos como “hordas enfurecidas” recorrentemente utilizado para referir-se às manifestações de rua dos setores chamados de “chavistas” no interior do Processo Bolivariano. Assim, no que diz respeito à contribuição de Laclau para nosso problema, destacamos este aporte para a compreensão dos preconceitos associados a participação dos trabalhadores na política e, ainda, a formulação da pergunta sobre os atores sociais da política subalterna pela mudança social democratizadora em um contexto pós-neoliberal, que de resto também nos inquieta.

Quanto aos limites, pensamos que Laclau, assim como um de seus mais ferozes críticos, Slavoj Žižek (s/d), o qual também busca, ainda que a partir de uma perspectiva no interior do marxismo, articular o pensamento social com as contribuições da psicanálise, com Freud e Lacan, não opera com sucesso (se é que isso é possível) um efetivo corte epistemológico entre as esferas do individual e do social, ou o que, no pensamento filosófico poderia ser sintetizado na *dialética entre o todo e as partes*. Ou seja, se o todo não se explica pela soma das partes, nem esta como uma simples subdivisão do todo, tampouco a passagem da reflexão sobre o indivíduo para o social pode ser operada sem um conjunto complexo de mediações. Podemos aceitar que Laclau e Žižek estejam em busca deste caminho, mas não que eles tenham chegado até o momento em lugar algum.

Finalmente, debruçando-se sobre a emergência da multidão como um sujeito que emerge liberado pelas forças da globalização, Negri e Hardt (2005), escrevem um amplo ensaio no qual advogam o fim da forma de dominação imperialista, a qual segundo eles seria característica do Estado-Nação moderno. Diferentemente da soberania nacional, a soberania imperial, dizem nossos autores, seria virtual e descontínua, aparecendo como uma máquina de alta tecnologia efetiva para o contexto histórico contemporâneo. Não vamos detalhar toda a miríade de argumentos esgrimidos por Negri e Hardt em defesa de sua tese. Fazê-lo implicaria, sobretudo, estabelecer um debate com outro conjunto de autores que tratam de discutir, periodizar e sobretudo compreender as transformações ocorridas nos esquemas de dominação mundial no final do Século XX, com a

emergência da China, a crise ou não da hegemonia estadunidense e suas formas de manifestação.

O que nos interessa em Negri e Hardt é o conceito de multidão. E é justamente aí que não encontramos terreno seguro sobre o qual pisar. A multidão aparece referida como “multidão de gente pobre”. Os autores parecem estar em busca de uma resposta para a difícil questão que pergunta sobre ausência do comparecimento da classe operária industrial como sujeito revolucionário neste início do Século XXI. Para isso, lançam mão de uma interpretação do direito internacional e do pensamento de Spinoza, além de Deleuze, entre outros, para sustentar a superação de uma fase de resistências ao imperialismo, que seria protagonizada pelo proletariado, por outra, na qual, a multidão de pobres e sua subjetividade cooperativa fará frente ao Império. Para isso, aceitam a ruptura com a teoria do valor trabalho já operada por outros autores e eliminam as distinções teóricas entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, mediante o artifício do conceito de trabalho imaterial. E, o que é mais interessante para os fins de nosso debate, identificam na cidade o espaço próprio da multidão. Porém, à diferença de Davis (2006), que aponta as dificuldades de sobrevivência nas favelas, Negri e Hardt parecem ver apenas positividade nas cidades, as quais são vistas como grandes depósitos de humanidade cooperadora (*Id. Ibid*, p. 372).

Quanto ao debate sobre as distinções entre o trabalho produtivo (que cria valor) e o improdutivo (que apenas o valoriza, grosso modo, em atividades para além da produção industrial e agrícola) vamos apenas pontuar um aspecto fundamental. Não nos parece um avanço no sentido de superar eventuais limitações da teoria do valor do trabalho à luz das transformações históricas do século XX tratar de manter com outros nomes suas limitações. O movimento oposto, agregando complexidade em vez de eliminá-las para analisar uma sociedade em que as atividades improdutivas ocupam uma parcela significativa da população trabalhadora mundial, me parece uma via mais promissora na busca por respostas efetivas sobre a construção de alternativas ao regime do capital. Um exemplo claro disso está no fato de o conceito de trabalho imaterial reproduzir a mesma limitação do conceito de trabalho improdutivo, sem agregar-lhe nada, apenas gerando confusão. Ambas as categorias englobam sem distinção os altos funcionários do Estado, como magistrados e diplomatas, juntamente com trabalhadores dos setores dos serviços, biscateiros, vendedores ambulantes e diaristas. No caso do “trabalho imaterial” ainda

não está claro se inclui, ainda, a parcela mais miserável da sociedade, vinculada a atividades ilegais como o narcotráfico, entre outras.

Pensando seriamente, será mesmo útil diluir as distinções propostas por Marx? Em nossa opinião, não resulta compensador seguir no caminho das simplificações para os objetivos superadores do capital. De resto, se é necessário refletir sobre as transformações no mundo do trabalho para estabelecer estratégias de resistência à reprodução de desumanidades geradas pelas relações de exploração capitalista, o mais indicado seria avançar no sentido oposto, tratando de complexificar a análise com a riqueza oferecida pela vida social do nosso tempo. Assim, reconhecendo a relevância das perguntas formuladas por Laclau, Negri e Hardt, porém afastando-nos das respostas oferecidas por eles, bem como de suas perspectivas ensaísticas, procuramos indagar o Processo Bolivariano da Venezuela a partir da experiência histórica lançando mão dos aportes oferecidos pela crítica da economia política. Não com o intuito de formular nomes novos para fenômenos semelhantes, mas de partir do real para atingir o concreto, um real pensado que não prescindia nem do acontecimento em seu movimento, nem da teoria como parte constitutiva da realidade social, mas renda-se aos fatos como fonte da novidade histórica capaz de nutrir a boa teoria.

2 O BARRIO E O MOVIMENTO BOLIVARIANO RADICAL DE MASSAS

Pero la mayoría de los ‘desocupados’ se dedican a vendedores ambulantes. Los sábados por la tarde, sobre todo, cuando el grueso de la población obrera se echa a la calle, encuentra uno por todas las partes a estos buhoneros, que se ganan la vida vendiendo de todo. Cinturones y tirantes, ligas y cintas, naranjas, pasteles, todo lo imaginable, es pregonado a estos vendedores, deambulando o parados en una esquina, tratando de vender a los transeuntes frutas, dulces, ginger-beer o nettle-beer. Estos infelices se dedican también a vender cerrillas y otras cosas por El estilo, cera para lacrar las cartas, sustancias patentadas para encender El fuego, etc., etc. Otros – los llamados *jobbers* – vagan por las calles en busca de cualquier ‘chapuza’ que pueda presentarse; algunos logran, a la fuerza de fatigas, encontrar una faena para salir del paso; otros no tienen tanta suerte (ENGELS, 1981, p. 353-4).

Neste capítulo, remontaremos as origens e o desenvolvimento do que designamos *movimento bolivariano radical de massas* em sua constituição como um dos sujeitos

políticos do *Proceso Bolivariano*, mediante a reconstituição de elementos da experiência dos trabalhadores precarizados urbanos moradores dos *barrios*, em especial de Caracas, em diferentes conjunturas desde o final dos anos 1980, ao longo da década de 1990. Utilizamos, para isso, bibliografia especializada e relatos de vida, nos quais buscamos reconstituir especificamente a emergência desse setor precarizado no cenário político. Nesse processo, fomos levados a recuar dois decênios para conhecer alguns antecedentes indiretos desse movimento, os quais contribuíram para constituir uma consciência radicalizada de luta que conformou particularidades ao movimento de massas venezuelano no contexto latino-americano do final do século XX e inícios do século XXI. Finalmente, analisaremos as transformações ocorridas no caráter desse movimento nos anos do governo bolivariano, do qual ele participa como uma base importante de sustentação e em uma relação complexa com o aparato estatal.

2.1 *Sacudón*, crise pré-revolucionária: “sem organização, mas com consciência”

Nossa história começa com a crise do padrão de reprodução do capital que tem suas raízes na década de 1920 e que experimentou seu apogeu e crise ao longo de 40 anos, entre 1958 até 1998. O padrão petroleiro rentista, que se fundamenta na maximização da renda para alimentar o consumo, sofrerá uma crise persistente com a prolongada queda nos preços internacionais do petróleo⁶⁸ o que levará à ruptura da aliança de classes que

⁶⁸ Referímo-nos aqui a “aprofundamento” em vez de inauguração da crise porque o regime dependente petroleiro-rentista padece de graves problemas estruturais de reprodução desde sua origem, como vimos no Capítulo 1. Mesmo nos áureos anos de supervalorização dos preços do petróleo, em princípio da década de 1970, e apesar dos significativos esforços de fomento estatal, a economia do país encontrou dificuldades excepcionais para promover a diversificação industrial. Coronil (2002) remonta o caso emblemático da tentativa de desenvolvimento de uma indústria automotriz de tratores a qual foi sistematicamente inviabilizada pelos interesses transnacionais e pelos setores da burguesia venezuelana dedicada a atividade de importação e exportação de peças, os quais não viam vantagem no impulso a esta indústria em solo venezuelano. A especulação era um negócio mais rentável para um e outro setor da burguesia estadunidense e venezuelana associados, bem como para o setor da burocracia estatal corrupta.

havia sido construída sobre a base da abundância da renda. Neste contexto, uma série de pacotes econômicos implantados desde meados dos anos 1980 representaria a tentativa da classe dominante de encontrar saídas para esse impasse.

O primeiro dos pacotes do gênero foi implantado pelo governo Herrera Campins (1979-1984) como resultado do declínio da renda petroleira verificada a partir de 1979. As medidas previstas tentavam compatibilizar algumas pautas emanadas das agências financeiras internacionais e a ação ativa do Estado no investimento e regulação econômica. Foi decretado no dia 21 de fevereiro de 1983, data que ficou conhecida como *El Viernes Negro*, e marcou um sinal claro da gravidade da situação. Uma das manchetes publicada em um jornal no dia seguinte resumia bem o novo período que vivia o país: *La fiesta se acabó*. O *Viernes Negro* é apontado por Elias Pino Iturreitia (2000) e por López Maya (2005) como o ponto inaugural de uma crise no interior das elites venezuelanas com respeito ao modelo de desenvolvimento econômico adotado até então⁶⁹. O 21 de fevereiro marcaria também uma crescente influência das ideias neoliberais, as quais provocariam divergências também crescentes entre os diversos setores e frações da classe dominante venezuelana.

A situação tornara-se explosiva e, em fevereiro de 1989, o anúncio pelo governo de um segundo pacote de ajuste estrutural macroeconômico consoante com as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), o qual previa o aumento do preço da gasolina, eliminação drástica dos subsídios aos alimentos, revisão de leis dedicadas a atividades produtivas, entre outras medidas, gerou uma resposta contundente dos setores mais vulneráveis econômica e socialmente da população venezuelana. Para os amplos setores precarizados da população trabalhadora os sintomas da crise já se faziam sentir ao longo dos anos anteriores. Movidos pela dificuldade em manter os mesmos níveis de consumo subsidiado pela renda em franco processo de deterioração, a reação social de grande

⁶⁹ Posteriormente a 1989 ainda houve um terceiro plano de ajuste macroeconômico, desta vez mais elaborado e consoante com o receituário neoliberal. A *Agenda Venezuela* foi lançada em abril de 1996, pelo governo de Rafael Caldera. Além de uma série de medidas como liberalização de tarifas de serviços públicos e fim de controles de preços, fundo para proteção do sistema bancário, previa diversas privatizações, incluindo a *Apertura Petrolera* (LÓPEZ MAYA, 2005, p. 23-31).

envergadura abriu uma situação pré-revolucionária na Venezuela⁷⁰, sobre cujos desdobramentos situaremos a emergência de um movimento radical de massas

A historiadora venezuelana Margarita López Maya (1999; 2003; 2005) nos brinda um detalhado relato do sucedido nos dias do *Sacudón* e seguintes, tendo por base reportagens jornalísticas, depoimentos judiciais, relatórios de organizações de direitos humanos, levantamentos no necrotério de Bello Monte e estudos de outros autores⁷¹. Segundo sua descrição, a população trabalhadora e os estudantes universitários e secundários — reagindo diretamente contra o aumento abusivo das tarifas de transporte por parte dos proprietários de mini *vans*⁷², depois de um aumento do preço da gasolina, como parte de um plano de ajustes atendendo a exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) — iniciaram desde as primeiras horas da manhã de 27 de fevereiro uma série de ações radicais. Os atos incluíram barricadas, trancamentos das principais rotas e vias, saques a lojas comerciais, queima de ônibus, em Caracas e todas as demais principais cidades do país (LÓPEZ MAYA, 2003, p. 214. Trad. C.F.).

Há uma unanimidade em torno do caráter espontâneo do *Sacudón* e da ausência de uma direção política centralizada nos eventos de 27 de Fevereiro. As ações de saques, incêndios, trancamentos de vias e depredações haviam ocorrido como reação coletiva às medidas anunciadas, mas sem planejamento prévio. López Maya (2003) sustenta que a causa principal daqueles eventos residiria na falência das instituições políticas do país, ou seja, os organismos de representação e os poderes públicos e a consequente ausência

⁷⁰ Situação pré-revolucionária porque foi marcada pela irrupção de todos os setores da classe trabalhadora na cena política a qual, naquele momento, assumiu a forma de oposição ativa e violenta contra as medidas governamentais anunciadas pelo Presidente Carlos Andrés Pérez. Sobre o conceito de crise pré-revolucionária, situação revolucionária e revolução cf. Introdução.

⁷¹ O premiado documentário *Venezuela, Febrero 27 (de la concertación al des-concierto)*, produzido por Liliana Blaser Iza, traz imagens impressionantes desses eventos. Chama a atenção como os saques ocorridos em diversas cidades do país, nos primeiros momentos, ocorriam organizada, pacífica e generalizadamente, inclusive com alegria. Apresenta também, claramente, o fato de que os estudantes compareciam simultaneamente na cena com mobilizações e declarações à imprensa contra as medidas governamentais, enquanto eram convocadas novas manifestações marcadas para o dia 02 de março de 1989, uma quinta-feira. Em seguida, aparece a ação repressiva, depoimentos dos familiares dos mortos e análise de intelectuais.

⁷² O sistema de transporte público por ônibus em Caracas é escasso. O que predomina nos vales que separam os morros e planícies é o metrô, e, subindo e descendo dos morros, um sistema composto por milhares de furgões e mini *vans* pertencentes a proprietários privados, sendo muitos deles os próprios motoristas desses veículos, os quais, em geral, encontram-se em péssimas condições de manutenção e higiene. Nesse sistema não há regras muito claras quanto a roteiros, horários e obrigações dos proprietários de mini *vans*, o que faz do transporte um tema sempre delicado particularmente para os trabalhadores e estudantes moradores das favelas. As classes abastadas venezuelanas utilizam automóvel como principal meio de transporte.

de canais capazes de expressar e fazer ouvir a insatisfação social. Mas nos parece que *a deterioração da legitimidade é mais bem um resultado cuja causa pode ser buscada no declínio do consumo dinamizado pela renda, que cumpria com a função de acolhoar as relações entre as classes*. No vídeo-documentário *Venezuela, Febrero 27 (de la concertación al des-concierto)*, depois de mostrar os recortes de jornais que noticiavam aumentos de preços de artigos de primeira necessidade, como o pão e as passagens, um encapuzado entrevistado enquanto participava das ações do *Sacudón* declara:

Todo lo que estamos haciendo, el trabajador, es operando y operando [faz um gesto de circular a mão em torno da orelha, como que se referindo a “enlouquecendo”]. Esto nos es así. Aumenta el pasaje, los estudiantes, la comida. Todo. ¿Que era lo que quiere esa gente? ¿Que uno se muera de hambre? ¡No es así! Que se bajen los precios. Cuando se bajen los precios, uno se queda tranquilo.⁷³

Ou seja, para compreender o *Sacudón*, é preciso por ênfase no impacto sobre o consumo causado pelas medidas que punham fim aos subsídios governamentais aos produtos de primeira necessidade para a população mais pobre do país. Este é, em nosso entender, o ponto principal. E, para além desse aspecto central, havia a crise de legitimidade política e institucional do regime que acompanhava *pari passu* a crise do esquema petroleiro rentista. Ao longo da década de 1980 (e mesmo antes, como veremos mais adiante), outras revoltas, protagonizadas por setores da pequena burguesia, da juventude universitária e por parcelas dos trabalhadores empobrecidos fizeram do *Sacudón* um culminar do descontentamento e ápice de uma situação pré-revolucionária.

Em Mérida, em 1987, uma revolta ocorrida como consequência do assassinato de um estudante da *Universidad de Los Andes* (ULA) por um advogado influente provocou cinco dias de distúrbios generalizados por toda a cidade, protagonizados por estudantes e pela população em geral. A probabilidade de impunidade provocou uma reação antes mesmo do julgamento. As ações iniciaram-se com saques aos estabelecimentos localizados nas proximidades da casa do advogado, avançaram para o restante da cidade, incluindo a sede do partido *Acción Democrática*, os depósitos militares e prosseguiram com o trancamento de avenidas, o incêndio de veículos de transporte público, e uso de pedras e fogueiras logo após a divulgação da morte do estudante Luis

⁷³ *Venezuela, Febrero 27 (de la concertación al des-concierto)*, 1990. Audiovisual. Observação entre colchetes de CF.

Carballo. Provocaram também protestos de estudantes em outras cidades do país, começando por Caracas, mas também Trujillo, Maracay e Barquisimeto. Os distúrbios somente foram controlados pela ação repressiva da Guarda Nacional, com um saldo de vinte feridos, mais de quinhentas detenções e prejuízos materiais de cerca de 10 milhões de bolívares. O próprio governador do estado, bem como o Reitor da ULA, reconheceram a falta de fé na justiça e a impunidade como os responsáveis por aquela reação social (LOPEZ MAYA, 2005, p. 57). Ruía a confiança no sistema judicial, afetando o mais poderoso partido político do país. Para acalmar o ambiente, uma semana depois, o juiz responsável pelo caso do estudante mandou deter o advogado responsável pelo assassinato.

Um ano depois da Revolta de Mérida e alguns meses antes do *Sacudón*, em 29 de outubro de 1988, a tentativa dos organismos repressivos do Estado de falsificar o assassinato de 14 pescadores em um local próximo a fronteira com a Colômbia apresentando os corpos vestidos com uniformes de guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (ELN) gerou outra comoção social. O chamado *Massacre de Amparo* provocou reação similar aquela da Revolta de Mérida, mas ganhou maior amplitude ao articular setores civis e religiosos, elevar a crítica até a esfera do Congresso nacional e submeter o Estado venezuelano a um julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos⁷⁴. A erosão atingia, agora, o centro do poder executivo e a crise se alargaria ao legislativo federal. Estes dois momentos de ruptura com o conformismo se configurariam como precedentes de um terceiro episódio que assumiria uma dimensão ampla e nacional, o *Sacudón*. Eles marcariam uma situação pré-revolucionária na Venezuela em que se verificaria uma crise de dominação com a emergência de todos os setores da classe trabalhadora na cena política.

Roland Denis, 52 anos em 2010, foi um dos 15 acusados pelos órgãos do Estado de haver incentivado a Rebelião de 27 de Fevereiro de 1989, tendo sido preso com outros companheiros e permanecido por dois meses nas dependências da *Dirección de los Servicios de Inteligencia y Prevención* (DISIP) e logo no Departamento de Inteligência

⁷⁴ Cf. *Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 4 de febrero de 2010. Caso El Amparo Vs Venezuela*. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Corte IDH 506(22340584) N° 8435, Disponível em <<http://www.derechos.org/ve/pw/wp-content/uploads/Resolucion-de-la-Corte-16.02.20101.pdf>>. Acesso em junho de 2012.

Militar, torturado na prisão⁷⁵. De acordo com ele, o *Sacudón* começou como um movimento espontâneo “do povo”, uma rebelião violenta e desordenada, na manhã do dia 27, e evoluiu para um movimento radical e político, com saques generalizados — não somente de alimentos, mas de toda a natureza de produtos que o povo era privado de consumir —, junto com o comparecimento significativo de bandeiras e consignas de luta, na tarde do dia 28.

O testemunho que recolhemos com Denis aponta elementos adicionais aos indicados por López Maya, de caráter cultural e político, que povoaram todo o período anterior, ao longo dos anos 1970 e 1980, os quais auxiliam na compreensão ao menos em parte da consciência social que estava por trás daquela ação determinada dos estudantes em conjunção com os setores mais precarizados da classe trabalhadora urbana, submetida a um período prolongado de exclusão do emprego formal e segregados espacialmente no contexto da cidade, nos *barrios*.

Sobre a rebelião estudantil ocorrida em 1987 a partir de Mérida, sua dimensão massiva vinha sendo conformada desde 1984, quando um comboio de ônibus carregando estudantes da Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidad Central de Venezuela (UCV) foi alvo de disparos pela Guarda Nacional ao serem retidos em uma parada em Hoyo de la Puerta, gerando em seguida uma forte reação estudantil⁷⁶. O chamado *Masacre de Tazón* provocou a paralisação da Universidad Central por vários dias e levou a articulação e subsequente vitória do *Movimiento 80* nas eleições para a *Federación de Centros Universitarios* da UCV, em 13 de junho de 1985. O *Movimiento 80* era, então, resultado da confluência unitária de uma série de movimentos estudantis que, nas diferentes faculdades e escolas da universidade, opunham-se à burocratização do movimento estudantil promovida pelos partidos políticos que dominavam a cena universitária daquela década⁷⁷. Essa frente de organizações políticas de esquerda e militantes independentes também extrapolou a UCV e organizou-se nas universidades de Mérida, Carabobo e do Oriente⁷⁸.

⁷⁵ Roland Denis, entrevista a autora. Caracas, 18 de julho de 2010.

⁷⁶ Roland Denis, entrevista a autora. Caracas, 18 de julho de 2010.

⁷⁷ *Proceso* N° 54, de 20 de Julio de 2010, pp. 16 e 17.

⁷⁸ Roland Denis, entrevista a autora. Caracas, 18 de julho de 2010.

A revolta estudantil mencionada lutava por questões muito concretas: maior acesso à universidade pública articuladamente com os secundaristas, passagem e direitos estudantis a espaços universitários, enfim. Mas, em 1987, era um movimento nacional de caráter confrontativo cuja dimensão lançou os estudantes em uma expansão extramuros, a fim de superar o isolamento que sua luta específica implicava. Ao ampliar sua esfera de atuação este movimento encontrou-se com a intensa agitação cultural e popular que ocorria nos *barrios*⁷⁹.

Denis, na época do *Sacudón*, era militante do *Movimiento Desobediencia Popular*, uma das diversas organizações políticas que atuavam no cenário político dos anos 1980, inicialmente no interior ao movimento estudantil e depois também no movimento popular. O *Desobediencia* era resultado de vários processos. De um lado a pacificação da guerrilha venezuelana, ocorrida a partir de 1976, e o fato de alguns de seus líderes optarem por realizar um trabalho político junto ao movimento estudantil, em universidades como a de Mérida e Carabobo, além da UCV, um trabalho popular, em especial junto ao tradicional território de lutas sociais da capital, o conjunto habitacional 23 de Enero. O ex-guerrilheiro Carlos Lanz é apontado como um de seus fundadores. De outro lado, o desenvolvimento das lutas estudantis e populares autônomas aos partidos. Na esfera estudantil, o *Desobediencia* compunha uma das frações mais radicais do *Movimiento 80*. Como já mencionado por López Maya, a década que culminou no *Sacudón* havia ensaiado a revolta outras vezes. O relato de Denis, no entanto, ressalta elementos novos.

O trabalho político realizado pelo grupo *Desobediencia* auxiliou na articulação dos movimentos estudantil e popular, estabelecia *puentes* entre estes diferentes setores que desembocaram em um trabalho cultural nas favelas em torno de *casas culturales*. Estas, por sua vez, eram uma “fachada” para a realização de reuniões político-culturais com jovens das comunidades. O *Desobediencia* organizou somente em Caracas 10 núcleos de trabalho e uma rede de jornais comunitários que articulava toda a zona sudoeste da cidade, nos *barrios* de El Valle, El Cementerio, El Manicomio, Petare, El Junquito, Matagal, 23 de Enero e Catia:

⁷⁹ Roland Denis, entrevista a autora. Caracas, 18 de julho de 2010.

Por ejemplo, ahí en El Cementerio⁸⁰ había una casa cultural en dónde nos reuníamos y ahí empezamos un grupo de discusión. Igual que en el 23 de Enero⁸¹. Pero en el 23 de Enero se tenían que hacer de manera clandestina sobre las azoteas de los edificios. Entonces ahí en un sitio oscuro nos reuníamos grupos donde... En El Cementerio se sacaba un periódico... no recuerdo el nombre. Y, este, en el 23 de Enero se sacaba otro periódico que se llamava “El Vocero de Monte Piedad”. Nosotros, entonces, armamos una imprenta en El Cementerio que nos serviera además de sitio de trabajo ¿no? Es una empresa. Pero, al mismo tiempo, se sacaba propaganda para todo esto [palavra incompreensível]. Y se hizo una gran red de periódicos populares de todo el oeste de Caracas. Esto funcionó el 27 de febrero como red de propaganda⁸².

A atuação dos núcleos do *Desobediencia* consistia em um trabalho de base que tinha o objetivo de conformar uma nova organização que não repetisse a experiência dos partidos políticos. Lembremos que, depois do desmantelamento do Partido Comunista Venezuelano (PCV) e da derrota da guerrilha, todas as tentativas por constituir partidos de esquerda a partir de meados dos anos 1970 e ao longo dos 1980 também haviam falido em processos de fracionamento entre pequenas facções, burocratização ou incorporação e acomodamento à institucionalidade, em projetos considerados reformistas. Assim, o trabalho de base promovia um intenso debate e criava consignas que se tornaram verdadeiros signos daquele período, sintetizando novos temas e abordagens, tais como *Democracia de la calle* e *El diálogo de saberes*. Essas consignas, chamadas por Denis de *claves*, até hoje são reivindicadas pelos mais diversos protagonistas do Processo Bolivariano e reaparecem aqui e ali aplicadas em cartazes, em murais, recheando e ilustrando discursos.

Além do debate, o *Desobediencia* fomentava *tomas culturales* (ocupações culturais) e *tomas armadas* (ocupações armadas). As ocupações culturais consistiam em preencher espaços de uma favela inteira com todos os tipos de atividades culturais organizadas pela própria comunidade, distribuir os jornais, fomentar o encontro de saberes, agitar a comunidade inteira. As ocupações armadas consistiam em momentos de desobediência e de propaganda antissistema. Um grupo de encapuzados descia uma favela a partir de um corredor territorial previamente estudado, desde uma posição mais alta, ao longo de

⁸⁰ El Cementerio, região habitada por população empobrecida ao pé do *barrio* de La Vega, um dos mais populosos e com larga tradição de organização popular, na cidade de Caracas.

⁸¹ O 23 de Enero é um conjunto habitacional popular situado na região central da capital, bem próximo do Palácio de Miraflores e lindeiro ao Museu e outras instalações militares, que foi projetado no governo do Gal. Pérez Jimenez. É um dos focos da luta popular na Venezuela desde 1958.

⁸² Roland Denis, entrevista a autora. Caracas, 18 de julho de 2010. Informação entre colchetes CF.

um trajeto composto por um sistema próprio de segurança, gritando consignas e distribuindo panfletos que traziam um conteúdo insurrecional.

Se iba para un barrio dónde previamente se establecía un corraje, un corredor. Y a partir de esto corredor si iban testando grupos de seguridad y un día salíamos armados todos, encapuchados, gritando consignas y repartiendo volantes. [...] Ahí sí la propaganda era muy ofensiva contra el sistema, eran propaganda anti sistema, insurreccional.⁸³

Esta prática de atuação insurrecional que articula um discurso político de ruptura com experiências de controle político-geográfico sobre o território das favelas será mantida e enriquecida até, pelo menos, 2010⁸⁴, como pudemos testemunhar em uma de nossas observações às práticas políticas no interior das favelas caraquenhãs de Catia e El Vale.

Outro testemunho da época, Emanuel Martínez, 57 anos em 2010, atualmente morador do conjunto habitacional Simon Rodríguez, naquele então morador de outro *bloque*, denominado Lomas de Urdaneta, *parroquia* Sucre, de Caracas, recorda como se integrou à atuação subversiva em sua comunidade, anos antes, na década de 1970:

Nos fuimos vinculando más que todo a la parte de la actividad cultural. Cuando hablo de actividad cultural no por cultura, sino que con la actividad cultural venía con todo un proyecto político. Por cierto me recuerdo mucho porque es parte de la formación de uno ¿no? Uno se inició en los grupos culturales y luego de ahí fuimos como a los saltos ¿no? Pero los saltos tampoco eran saltos mecánicos, sino que eran saltos dentro de una organización clandestina que tú no conocías. [...] era parte de la estructura del PRV-Ruptura en aquél momento. [...] Uno iba participando y mirando la cosa para dónde iba. [...] eso comenzaba con actividades de barrio, organizando de todo, la pelotica, el deporte, la salida a un sitio de visita, los grupos folclóricos populares de distintas zonas... [] y de ahí empezaba la investigación de *lo nuestro*. Vamos a Barlovento, vamos a Lara...cada un en su casa buscaba los recursos. Hacíamos viajes de investigación cultural [...] de búsqueda de identidad. De lo cultural entramos en la parte laboral de tareas...[...] eso todo era un pretexto para la organización política que se iba gestando.⁸⁵

E, a partir de certo momento no interior desta experiência, os jovens militantes culturais das favelas aspiravam ser convidados para uma reunião política:

⁸³ Roland Denis, entrevista a autora. Caracas, 18 de julho de 2010.

⁸⁴ Roland Denis, entrevista a autora. Caracas, 18 de julho de 2010.

⁸⁵ Emanuel Martínez, entrevista a autora. Caracas, 21 de julho de 2010, de agora em diante, mencionado como Manolín.

Luego de participar culturalmente, entonces, ya todos [os jovens moradores de Lomas de Urdaneta] estábamos era deseando que nos invitaran a la reunión política. Claro, cuando nos invitaban a la reunión política eso era una fiesta. — Mira, me invitaran a la reunión política. Y todo mundo contento. —Me cuentas mañana cuando vayas... La reunión política era una reunión ya de organización, de tareas, de determinar cierta acción... Y eso era para uno maravilloso. Claro cuando vamos a la organización en aquél momento era una cuestión bien llevada con metas establecidas . No era un grupo de amigos. Ahí teníamos tareas y sobre la tarea hay una responsabilidad. Y el desempeño del sujeto iba como [incomprensível, mas pela imagem, o movimento da mão aponta como uma ascensão degrau por degrau]... dentro de la estructura del partido. [...].⁸⁶

Manolín viveu este processo desde que saiu do ensino médio, o *bachillerato*, no final dos anos 1970, prolongando-se até 1984, quando acontece uma divisão no interior do Partido de la Revolución Venezolana (PRV), o PRV-Ruptura. O PRV-Ruptura é resultado de um setor da guerrilha venezuelana que decidiu não aceitar a pacificação da guerrilha rural e produziu um giro tático, como veremos um pouco mais adiante. Em *Lomas de Urdaneta*, o partido organizava um grupo de 23 jovens. E estes núcleos foram montados em muitas comunidades pobres de Caracas. Chegaram, inclusive, durante o governo de Herrera Campins (1979-1984), a participar de uma iniciativa do governo chamado de *campamientos de frontera*, onde recebiam, mediante prévia inscrição, treinamento militar de quatro anos e estabeleciam contatos com membros das forças armadas.

É sobre esta longa experiência de politização popular, com diversos grupos políticos de origem marxista realizando trabalho junto aos setores populares, que acontece o 27 F de 1989. Manolín conta que entre 1984 e 1989 havia uma sensação de vazio e que, às vésperas do dia 27, um clima muito pesado. Este “frio”, como ele se refere ao ambiente, foi explicado como derivado em parte pela crise dos comunistas soviéticos que repercutia no moral dos militantes e, em parte da tensão provocada pelos aumento de preços “*to-dos los días*”. Assim, o trabalho político continuou de diferentes formas, principalmente com o *Desobediencia*, do qual Manolín não participava mas se relacionava em vários ambientes de ação cultural e política nos *barrios*. No 27F, analisa, “no había organización, pero sin embargo había conciencia”, complementando que o povo estava armado e poderia haver ido muito mais longe: “era un momento que con eso [indica com a ponta do dedo para enfatizar um “mínimo”] de dirección política se tomaba el poder por todos los espacios”⁸⁷.

⁸⁶ Manolín, entrevista a autora. Caracas, 21 de julho de 2010. Informação entre colchetes de CF.

⁸⁷ Manolín, entrevista a autora. Caracas, 21 de julho de 2010. Informação entre colchetes de CF

Nas semanas anteriores ao *Sacudón* houve *acaparamiento de víveres*, ou seja desabastecimento de alimentos junto aos comércios de imigrantes chineses, libaneses e portugueses, devido à prática especulativa dos proprietários, que aguardavam a liberação de preços em outros itens, o que explicaria o início dos saques dirigidos a estes estabelecimentos nos dias 27 e 28 de fevereiro. Os alvos dos saques obedeceram, portanto, a uma racionalidade inequívoca. Da mesma forma, o incêndio de veículos do transporte público. Em Caracas, os *carritos* (camionetes) são conduzidos muitas vezes por seus próprios donos. A decisão de elevar em 100% o preço das tarifas, portanto, desobedecendo ao reajuste de 30% concedido pelo governo (que tampouco fez qualquer esforço por fazer valer a lei) foi tomada pelos próprios condutores dos *carritos*. Daí que os protestos do início da manhã contra a elevação das tarifas frente à negativa de reversão por parte dos proprietários em respeitar o valor das passagens tenham se convertido em incêndios generalizados destes veículos. **Estes elementos apontam indícios para interpretar as ações sociais diretas de saques e incêndios generalizados dos dias do *Sacudón* como portadoras de uma racionalidade inequívoca associada a práticas radicais de luta de massas.** Prossigamos um degrau mais a fundo neste sentido.

O *Desobediencia*, assim como inúmeros outros grupos e núcleos que atuavam sobre uma conjuntura considerada por eles insurrecional, com sua agitação radicalizada, auxiliava na criação de um espaço de consciência no seio da insatisfação social. O fato de que o 27 F tenha estourado em Guarenas nas primeiras horas da manhã deste dia junto à linha de ônibus onde dias antes o jornal *En la Cola* (“Na Fila”) havia sido distribuído denunciando aos passageiros que as cooperativas de proprietários de *carritos* eram, na verdade, empresas monopólicas, não parece fruto do acaso. A espontaneidade das “massas” aqui não parece ser resultado de um ato impensado, mas articulada por um crítica muito precisa que irrompe da esfera discursiva para adentrar na ação direta. Torna-se neste sentido ideológica⁸⁸. Os militantes do *Desobediencia*

⁸⁸ Tomamos ideologia, aqui, no sentido proposto por Mészáros: “não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência deve-se ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro,

Popular de Guarenas, propulsores do *En la Cola* estiveram envolvidos nos primeiros estalidos daquele dia 27 F.⁸⁹

Não foi por acaso que os militantes do *Movimiento Desobediencia Popular* parecem ter se convertido em um dos principais alvos da repressão ao 27F, para além da população que foi massacrada pela repressão. A primeira morte na tarde daquele dia foi de uma militante deste grupo, Yulimal Reyes, morta com um tiro de escopeta em frente ao Parque Central, logo após sair declarando contra o governo em entrevista a uma rede de televisão⁹⁰. Entre os 10 ou 15 detidos que permaneceram presos por mais de um dia nas dependências da DISIP ou da DIM (naqueles primeiros dias houve centenas de presos) encontravam-se Carlos Lanz, Roland Denis e jovens moradores do 23 de Enero, acusados de haverem incentivado a rebelião. Um desses militantes, Yancó Yerastegui, relatou que durante a prisão e a tortura, por duas semanas, os interrogatórios dos serviços de inteligência e repressão indagavam pelo *Desobediencia*, por Carlos Lanz e Roland Denis. Yancó era membro de um jornal local que era feito no 23 de Enero chamado *El Vocero de Monte Piedad*, que o Ministro do Interior e Justiça carregava como prova (segundo ele) do papel daquele grupo na rebelião⁹¹.

Nos dias 27 e 28 de fevereiro, as pessoas “decidían bajar” , quer dizer, sair para as ações de ruas, saques, queimas etc, em grupos. Realizavam pequenas reuniões em seus lugares de moradia e *decidían bajar*. Manolín relatou que ele mesmo, após reunir-se com alguns camaradas da militância e com seu irmão, decidiu *bajar* nos dois dias para tentar intervir politicamente e ordenar a ação da multidão. Contou que houve uma quebra total de hierarquia naqueles dois dias até ser decretado o toque de recolher. Os militares e policiais designados para conter a multidão sentavam-se às mesas com grupos de pessoas que nunca haviam visto antes, mas que eram parte da militância política que procurava organizar a ação, e queixavam-se em atitude quase desesperada frente sua impotência para impor a ordem⁹². O povo estava armado e em ação direta

de modo algum independentes), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social" (MÉSZÁROS, 2004, p. 65).

⁸⁹ *Plomo*, dezembro de 2010, p. 33 e 34.

⁹⁰ As declarações de Yulimal concedidas a um canal de televisão um pouco antes de ser assassinada podem ser vistas no documentário *Venezuela, Febrero 27 (de la concertación al des-concierto)*, 1990, op. cit.

⁹¹ *Plomo*, dezembro de 2010, p. 33-34.

⁹² Manolín, entrevista a autora. Caracas, 21 de julho de 2010.

autônoma com uma determinação que restava incontrolável tanto pelas forças do Estado quanto pelos militantes políticos.

Porque llegó un momento en que ni siquiera se negociaba. Ya era como si nos sentabamos así como estamos acá [com os militares e a polícia ao redor de uma mesa. Então, Manolín imita os militares, com as mãos na cabeça baixa] “— Coño, mira, y entonces, como vamos hacer con eso?” [...] el pueblo relativamente organizado ahí con toda su fuerza.⁹³

Nestes mesmos dias, antes de cair preso por dois meses, Denis havia se dedicado a reuniões para tratar de entender o que estava acontecendo naquele dia 27 de fevereiro e buscar uma forma de intervir, mediante a impressão e distribuição de panfletos. Até próximo às 16h do dia 28, os enfrentamentos eram isolados. Mas, a partir daí, começam a chegar unidades militares grandes. Buscavam as lideranças de cada foco de ação para entrar em acordo e coordenar os saques. Em uma fábrica de chocolate onde a população retirava sacos de açúcar, por exemplo, ele testemunhou que os militares entraram em negociação para que fossem os soldados que entrassem na fábrica, buscassem os sacos de açúcar e distribuíssem o produto. As pessoas aceitaram e começaram a formar filas. Os soldados traziam o produto e o distribuía. Isso se passou também em outras fábricas. O grupo de Denis havia se recolhido em uma laje em um ponto alto de 23 de Enero e ouviu o decreto de suspensão das garantias constitucionais pela televisão.

Justo después, minutos después del decreto de suspensión de garantías, los militares se retiran. Empiezan a tomar los puntos digamos estratégicos de los espacios, empiezan a tomar las zonas altas, sin decirle nada a nadie. Así, abiertamente. Entonces, no entraran disparando. Lo que hicieron fue entrar cordinando para luego cordinar el pelotón de fusilamiento. Practicamente aquí se dio un pelotón de fusilamiento[...] El grupo de nosotros tuvo tres heridos de bala. Pero era la cantidad de gente muerta impresionante. Eso eran muertos tras muertos y muertos. Y lo desesperante era ver a la gente herida que estaba pidiendo auxilio y no poder, no poder ir a recojerlos.⁹⁴

No dia seguinte, com seus feridos no hospital de Lídice, Denis e seus companheiros foram surpreendidos por um ataque da polícia ao hospital, que entrou, segundo ele, atirando contra os internos. A ação repressiva estava orientada às zonas de saque e, depois, avançou para as favelas, enfrentando também focos de resistência armada.⁹⁵

⁹³ Manolín, entrevista a autora. Caracas, 21 de julho de 2010. Informação entre colchetes de CF

⁹⁴ Roland Denis, entrevista a autora. Caracas, 18 de julho de 2010.

⁹⁵ Roland Denis, entrevista a autora. Caracas, 18 de julho de 2010.

Sobre a ação repressiva, analisa Manolín, houve duas estratégias. Por um lado tratar de desmobilizar por meio da confusão. Para tanto, criaram boatos no interior de cada comunidade de que a comunidade vizinha iria até suas casas para invadi-las. Com isso, jogavam uma comunidade contra a outra e estimulavam as pessoas a permanecerem em casa. Por outro lado, semeando o terror. Foram mobilizados franco-atiradores do exército venezuelano. “Todos muy jóvenes”, conta. Estes se posicionaram nas *azoteas*, nas lajes superiores dos edifícios ou das *casas de bloque*, e atiravam precisamente na cabeça de quem se movesse. Todos os mortos na região de Lomas de Urdaneta traziam tiros na cabeça, conta Manolín, que escapou de um disparo que atingiu a parede de seu quarto no momento em que ele se aproximava de uma janela⁹⁶.

À repressão, relata Denis, seguiu-se um refluxo do movimento de massas e, em princípio do ano de 1990, um ato reuniu cerca de cinco mil pessoas convocadas por uma associação de familiares de mortos e desaparecidos do *Sacudón*. Manolín conta que o *reclamo de los familiares de los asesinados* criou uma unidade solidária nova entre amplos setores. Os familiares resolveram acampar e manter-se em vigília em *La Peste*, nome da vala comum onde foram enterrados os corpos. Tratava-se de um lugar de treinamentos de tiros da polícia e também por isso facilitou o contato das famílias e daqueles que acampavam ali em solidariedade aos familiares com muitos militares e policiais⁹⁷.

Um ano depois, já em 1991, nasce a *Asamblea de Barrios* (assembléia das favelas), em um encontro de dirigentes comunitários que pela primeira vez conseguiria reunir em uma estrutura organizativa mais ou menos estável lideranças comunitárias e políticas de toda Caracas⁹⁸. A importância da *asamblea* reside no fato de que esta iniciativa consistiria em um dos antecedentes mais importantes das formas organizativas de direitos dos moradores das favelas. A *Asamblea de Barrios* durou até 1993 como organização, reunindo mais de duzentos líderes comunitários de Caracas. Essa articulação fez um aporte significativo para a definição de um programa de lutas dos *barrios*:

⁹⁶ Manolín, entrevista a autora. Caracas, 21 de julho de 2010.

⁹⁷ Manolín, entrevista a autora. Caracas, 21 de julho de 2010.

⁹⁸ Roland Denis, entrevista a autora. Caracas, 18 de julho de 2010.

Según A. Antillano (2005:207), quien fue uno de los fundadores: El planteamiento de regularización de la tenencia de la tierra ocupada por los pobladores de las comunidades populares, las discusiones sobre rehabilitación física de barrios, las propuestas de cogestión del servicio de agua de la ciudad, la demanda de autogobierno local, contribuyeron, entre otros, a enunciar y forjar el itinerario de lucha de los barrios caraqueños (GARCÍA-GUADILLA, 2007, p. 57)

Conforme Denis, essa *Asamblea de Barrios* iria coordenar a partir de então a luta em torno do questionamento direto ao regime personificado no governo de Carlos Andrés Pérez. Seria a organização responsável por convocar atos massivos unitários, como aquele em solidariedade aos militares que se alçaram em 4 de fevereiro de 1992, sob a liderança de um desconhecido tenente-coronel de nome Hugo Rafael Chávez Frías. Convocaria, também, o panelaço de 10 de abril de 1992, que foi uma tentativa insurrecional para derrubar o governo de Carlos Andrés Pérez. A consigna daquele ato que segundo diversos relatos assumiu dimensões inesperadas consistia na seguinte “clave”: *El diez, a las diez, se va Carlos Andrés*. Foi naquele momento que Denis (2001), em livro publicado, registra haver ouvido surgir pela primeira vez o reconhecimento de uma nova liderança sob o grito de “Chávez! Chávez!”, pronunciado pela multidão.

Em seguida, em 27 de Novembro, teve lugar outra insurreição militar, desta vez dirigida por militares articulados com unidades milicianas de organizações políticas e populares⁹⁹. Denis participou ativamente de uma destas unidades milicianas, tomando um quartel onde conseguiram armas e tiveram enfrentamentos diretos na Avenida San

⁹⁹ De acordo com José Machillanda, “el 27 de Noviembre, el sistema político venezolano se ve de nuevo sacudido por una nueva intervención militar que ensaya un insurrección militar para barrer el segundo gobierno de Carlos Andrés Pérez, el cual es visto y focalizado por el 85% del pueblo y el estamento militar como el ‘culpable’ del deterioro, crisis y inestabilidad que reina en la República en los últimos tres años. Esta vez, la conformación de las unidades actuantes, el mando y las operaciones de los insurrectos presentaron características muy específicas. Las operaciones militares acarrearán un elevado grado de violencia”, desatando uma batalha aérea com a pretensão de tomar o poder em Miraflores (MACHILLANDA, 1993, p.172). Chávez, em entrevista a Blanco Muñoz, reivindicou a continuidade entre ambos movimentos: “es correcto decir que los oficiales del 4F fuimos promotores del siguiente movimiento” – e conta diversas relações, como o vídeo veiculado na TV estatal, tomada pelo movimento militar na ação de novembro de 1992, e que fora gravado por oficiais do exército que estavam presos no quartel militar de Yare por terem participado do 4F (BLANCO MUNÓZ, 1998, p. 321). A respeito do elemento civil no 27N, Chávez declarou: “el 27N esta gente [os oficiais envolvidos na segunda insurreição contra Pérez] abrió el compás más allá de lo que pudiera pensar, porque tuvieron conversaciones con diversos sectores del país, figuras que están en el gobierno actual [governo Rafael Caldera], como Maza Zavala por ejemplo, sectores de la derecha y de la izquierda. Bandera Roja estuvo ahí, Tercer Camino participó en algunas acciones en Maracay, recibieron armas de algunos militares. Entonces creo que ellos tomaron en cuenta y de alguna forma lograron conseguir mayor apoyo civil y revolucionario del que nosotros teníamos” (*Ibidem*, p.322)

Martin; tomaram os territórios de 23 de Enero, El Manicomio, la Pastora e então, descendo das favelas em uma insurreição em direção ao centro de Caracas, foram barrados por franco atiradores¹⁰⁰. A insurreição falhara mais uma vez, mas nesta conjuntura extremamente acirrada, Carlos Andrés Pérez acaba sendo destituído sob acusação de malversação de fundos, pela Corte Suprema de Justiça, sob forte pressão popular, em maio do ano seguinte. A crise dos setores dirigentes se aprofundava e a organização popular conquistava um perfil claramente político de luta direta pelo poder.

Este movimento político radical combinava diferentes formas de luta: convencional, confrontativa e violenta¹⁰¹. A insatisfação social expressava-se mediante protestos de duas naturezas que separavam lutas de caráter socioeconômico que reivindicavam salários e serviços públicos e aquelas de matiz claramente política que expressavam demandas por eleições, democracia e contra a corrupção ou por direitos humanos. E, ao contrário do que um estudo que se restrinja aos anos 1980 poderia sugerir, os protestos de rua nutriam-se de uma tradição que acompanha todo o período de 1958 em diante. Não resultavam, portanto, exclusivamente da crise desencadeada a partir da desvalorização do Bolívar ocorrida no *Viernes Negro* de 1983 (cf. Tabela 5, ANEXO L; Tabela 6, ANEXO M), ainda que esta a tenha potencializado. Havia descontentamento político acumulado por um prolongado período precedente à crise política mais imediata.

Como se verifica, e independentemente de outras conclusões que se possa chegar ao analisar os anexos L e M, mesmo sem contar com uma série histórica completa neste momento, interessa para nossa análise a ausência de uma relação direta entre a crise econômica inaugurada nos anos 1980 e o incremento significativo dos protestos de natureza sócio econômica. Ao contrário, os anos do *boom* petrolero e, portanto, de abundância de divisas, experimentaram um ápice das mobilizações por salários e serviços públicos, sugerindo na verdade o acirramento da disputa por uma divisão mais equânime da renda. Do mesmo modo, não há uma linearidade ou uma escalada crescente dos protestos de tipo confrontacional ou violento ao longo dos anos 1980 até a ocorrência do *Sacudón*, em 1989. Os anos 1960 abrigaram ações confrontativas e violentas em maior proporção, impulsionados pela escalada da guerrilha. O que se

¹⁰⁰ Roland Denis, entrevista a autora. Caracas, 18 de julho de 2010.

¹⁰¹ Segundo classificação realizada por López Maya (2006).

depreende daí é menos um processo linear ascendente de mobilização e mais uma expressão permanente de descontentamento ao longo de todo o período, acumulando lutas políticas e econômicas que convergiram para a crise pré-revolucionária do *Sacudón*.

Por outro lado, é possível inferir que a prolongada dificuldade em estabelecer um regime de reprodução social que fosse capaz de criar simultaneamente um excedente econômico reinvestível com o constante desenvolvimento das forças produtivas represente a condição de fundo sobre a qual se desenrolam as crises social e política que de alguma forma contribuíram para o *Sacudón*. Neste caso, em primeiro lugar, como vimos no capítulo anterior, a transferência intersetorial de valor, gerando no caso venezuelano uma apropriação maior do lucro pelo setor petrolero em prejuízo dos demais setores econômicos da indústria os quais contam com uma menor composição orgânica relativa do capital, implica uma redução da lucratividade nestes setores não-petroleros, configurando-se como uma causa estrutural desta crise permanente. É ela que explica o elevado percentual da população economicamente ativa vivendo prolongadamente em situação de desemprego aberto ou disfarçado, mediante o mecanismo do subemprego no setor informal precarizado. Explica também as dificuldades na consecução de um acordo inter burguês com relação à aplicação do excedente petrolero.

Além disso, este fator também agudiza o impacto da dependência que caracteriza a formação social venezuelana em relação às oscilações de preços no mercado mundial. Pois, é no mercado mundial que se define tanto o preço do petróleo, fonte de renda e da capacidade de compra tanto do Estado quando do setor privado, quanto de todos os principais produtos de consumo importado, dos quais os venezuelanos dependem inclusive para seu abastecimento alimentar. Outro componente a agravar a dependência venezuelana consiste no mercado consumidor do produto petrolero, o qual está historicamente concentrado nos Estados Unidos da América (EUA). Assim, se a dependência se explica pela instalação das transnacionais do petróleo como condição para garantir, ainda que em condições desfavoráveis, a exploração da principal riqueza do país, o fato de os EUA serem adicionalmente o principal fornecedor de produtos de primeira necessidade à Venezuela somente aperta ainda mais estes laços de dependência.

Em seguida, no nível das conjunturas, os anos 1980 experimentaram a queda nos preços internacionais do petróleo, restringindo a renda auferida pelo negócio petrolífero e sua consequente condição para compensar os limites estruturais do capitalismo petrolífero mediante subsídios ao consumo daqueles setores que não participam da economia formal, bem como reduzindo ou deteriorando a prestação de serviços públicos. O componente estrutural do desemprego aberto e disfarçado atingiria a partir de então em torno de 50% da população economicamente ativa, fato que associado à queda do excedente reinvestível na indústria em seus esforços diversificadores e o resultante encolhimento de recursos para atender aos diferentes setores no interior da burguesia e burocracia venezuelana, contribuiriam para explicar a partir de então o aprofundamento das crises social e política.

A crise é social porque, se bem os protestos de ordem sócio-econômica resenhados pela *Base de Datos El Bravo Pueblo* (BDEBP *apud* LOPEZ MAYA, 2005) não cresceram linearmente nesta década, as condições de vida dos mais pobres sim passaram a sofrer um deterioro ascendente. Dois indicadores apontam neste sentido. Em primeiro lugar, os lares em situação de pobreza e pobreza extrema. Entre 1980 e 1989, a pobreza cresce de 17,65% para 44,33%, enquanto que a pobreza extrema de 9,06% para 20,07%, totalizando 64,51% das famílias em 1989. Em segundo lugar, para agravar as condições de vida desta população desempregada e precarizada, empobrecida, ocorreu aquele aumento dos preços apontado pelo testemunho de Manolín como uma realidade de *todos los días*: a elevação dos índices de inflação. Esta apresentou oscilações ao longo dos anos 1980, mas a partir de 1984 nunca baixou dos dois dígitos, saindo de 12,16% ao ano para atingir 84,47% em 1989, emagrecendo a capacidade de compra dos trabalhadores.

Finalmente, o *Sacudón* também se explica em parte pelo aprofundamento de uma dupla crise política. A primeira destas crises eclodiu a partir do *Viernes Negro* de 1983, o qual provocou a emergência de uma ruptura no interior da classe dominante (empresários e intelectuais) a partir da qual prosperaram lentamente as ideias neoliberais, as quais foram assumidas pelo Grupo Roraima, entre outros. Esta crise atingiria seu ápice na divisão verificada nas eleições de 1998, como veremos mais adiante. A segunda crise política foi aquela da unidade da esquerda venezuelana, corroída desde os anos 1960, a qual se expressou nas diversas rupturas originadas no interior do Partido Comunista da

Venezuela (PCV) e da própria ala mais à esquerda da AD, como detalham os Quadros 1 (cf. ANEXO N) e 2 (cf. ANEXO O).

Ou seja, esta militância da esquerda estava inequivocamente fragilizada pela incapacidade de unificar-se em um programa mínimo ou frente política e, com base nisso, oferecer uma direção clara para os setores populares e estudantis. Daí a percepção de Manolín de que, no *Sacudón*, *no había organización pero, sin embargo, había conciencia* ou a hipótese sustentada por Denis e outros militantes de que havia uma situação insurrecional no país, quer dizer, havia condições subjetivas para um enfrentamento hegemônico contra o poder instituído. Apesar disso, não havia uma organização política dos trabalhadores e do povo capaz de liderar a disputa hegemônica.

Ao longo dos anos anteriores e posteriores ao *Sacudón* estas crises reforçaram-se umas às outras. Porém, *nossa hipótese sustenta que a decadência das condições objetivas ou mesmo das instituições políticas ou públicas que sustentavam o regime não se constituem como razões suficientes para explicar a transcendência política do Sacudón e o período de transformações que ele inaugurou. As privações e a incapacidade manifesta do regime não bastam para explicar o desencadeamento de um período de transformações políticas de maior envergadura como o que se verificou na Venezuela ao longo dos anos 1990 e ainda na primeira década dos anos 2000. Se o fossem, lembra Trotsky, “as massas estariam em perpétua sublevação”¹⁰². Em nosso entender, o evento do Sacudón não se explica como resultado do desespero e de uma revolta elementar, mas emerge como parte do desenvolvimento de uma consciência alternativa e histórica positiva.*

Prossigamos, então, acompanhando a trajetória da fração mais ativa da consciência social pela ruptura, as organizações de esquerda de origem marxista em sua atuação sobre estes setores. São dois os tipos de organização política que emanam da divisão das esquerdas que atuarão sobre o território segregado da favela venezuelana. Os partidos políticos que se adequaram às regras da separação entre o econômico e o político,

¹⁰² Diz o revolucionário russo: “Na realidade, as privações não bastam para explicar a insurreição – se assim fosse, as massas estariam em perpétua sublevação; é preciso que a incapacidade definitivamente manifesta do regime social tenha tornado intoleráveis as privações e que novas condições e novas ideias tenham deixado entrever a perspectiva de uma saída revolucionária. Tomando a consciência de altos desígnios, as massas sentem-se capazes, em seguida, de suportar privações dupla, e mesmo triplamente mais pesadas” (TROTSKY, 1977, p. 416).

restringindo-se à luta parlamentar de caráter eleitoral a partir de um esforço de inserção no movimento de massas, construindo diretamente partidos de massas, como fez o MAS, ou partidos de quadros orientados prioritariamente para a disputa eleitoral, caso do PPT. De outra parte, organizações que seguiram mantendo uma atuação de caráter revolucionário, explorando formas de luta insurrecional, como fazem o PRV e depois também o PRV-Ruptura, La Causa Radical durante um período relativamente longo, o Movimiento Izquierda Revolucionaria (MIRO, a Vanguardia Comunista, a Organización Revolucionaria (OR) e o próprio Bandera Roja (que mais tarde sofreria uma degeneração fortemente influenciada por sua penetração por agentes do serviço de inteligência).

Registre-se ainda que para além desses partidos, outras organizações independentes organizaram-se junto aos *barrios* caraquenhos, algumas delas de âmbito apenas local, com é o caso dos *Tupamaros*, atuantes no conjunto habitacional *23 de Enero*. Os “*tupa*” são referidos genericamente como o grupo político que impediu que o tráfico de drogas se instalasse e dominasse o território do *barrio*, sendo ainda um dos fatores políticos a contribuir para que toda a vasta região dos blocos, situada na zona central da cidade, fosse considerada *território liberado* em relação às forças de repressão do Estado. Enfim, havia um trabalho sistemático de organização e práticas radicais de luta, como nos relataram Denis e Manolín, junto ao movimento estudantil e popular. Em alguns casos este trabalho atingia também o movimento operário das empresas estratégicas como a *Siderúrgica del Orinoco (Sidor)* e as demais do complexo *Corporación Venezolana de Guayana (CVG)*, onde atuavam principalmente grupos de influência trotskysta. Estas estratégias diversificadas e plurais de luta política, porém, confluíram para a emergência do que estamos designando neste trabalho de movimento radical de massas.

Os testemunhos em profundidade feitos por Denis e Manolín evidenciam um componente cultural que, se foi utilizado inicialmente como pretexto, na prática converteu-se em um fator para a constituição de uma identidade dos moradores das favelas caraquenhos. Todas as atividades dedicadas a investigação de “lo nuestro” proporcionadas pela política do PRV-Ruptura junto aos jovens das comunidades segregadas territorialmente na cidade cumpriu um papel talvez inadvertido por esta organização política e pelo *Desobediencia*. Manolín enfatizou em seu relato sobre o

Proceso a importância que teve para ele e seus companheiros “los símbolos”, a valorização da bandeira nacional, da história do bravo povo, o conhecimento sobre a geografia do país e seus líderes heróicos. Se o grupo folclórico, as atividades esportivas e as visitas para conhecer lugares históricos era um pretexto para os militantes, não o foi para aqueles jovens ávidos por se tornarem visíveis por meio do vínculo de sua própria história com a do *bravo pueblo* e seus heróis¹⁰³.

Estes jovens integravam aquela significativa parcela da população que vivia há várias gerações sob condições precárias, tendo se afastado de sua cultura de origem rural camponesa e que não havia sido incorporada à socialização proletária na indústria. Não participava, portanto, daquela experiência cultural operária, disciplinada pelo trabalho, com um padrão de consumo e instrução mais ou menos homogêneos e que tem na fábrica um lugar para associar-se, solidarizar-se e expressar demandas.

Os trabalhadores que não participam da indústria conformam na Venezuela um amplo setor social muito heterogêneo em todos os aspectos. Compostos por desempregados e trabalhadores informais que exercem diversos tipos de ocupações, donas de casa, mães e avós que dividem as tarefas de criar os filhos e netos, não compartilham uma mesma disciplina para o trabalho, tem graus de instrução e ingresso também variados. Em suma, estes setores não gozam diretamente de uma cultura e identidade comum. Em última instância, apenas ocupam conjuntamente um espaço urbano segregado. E será justamente o compartilhamento deste espaço territorial objetivo articulado com a constituição de uma experiência coletiva de lutas e o desenvolvimento de uma identidade com base na valorização de elementos da cultura nacional, fomentada por organizações como *PRV-Ruptura* e *Desobediencia*, que contribuirá para a constituição destes setores como sujeitos políticos na cena venezuelana a partir dos anos 1990. É aí também que floresce o bolivarianismo, com sua ideologia romântico-revolucionária¹⁰⁴, como um exemplo de luta heróica a ser perseguido.

¹⁰³ A expressão *bravo pueblo* remonta aos tempos da independência da Venezuela. O hino nacional venezuelano refere-se ao bravo povo assim “¡Gloria al bravo pueblo! que el yugo lanzó/ la Ley respetando /la virtud y honor/ ¡Abajo cadenas! (bis) / gritaba el señor (bis) /y el pobre en su choza/ Libertad pidió:/ A este santo nombre /tembló de pavor /el vil egoísmo /que otra vez triunfó.(Coro)// ¡Gritemos con brío! (bis) / ¡Muera la opresión! (bis)/ Compatriotas fieles, la fuerza es la unión;/ y desde el Empíreo el Supremo Autor, /un sublime aliento al pueblo infundió.(Coro) /Unida con lazos (bis) / que el cielo formó, (bis) /la América toda/ existe en nación; /y si el despotismo /levanta la voz, /seguid el ejemplo / que Caracas dió.(Coro). O tema da identidade popular caraquenha associada ao heroísmo merece aprofundamento em pesquisas futuras sobre o processo bolivariano.

¹⁰⁴ Sobre a ideologia bolivariana, cf. Ferreira2 (2006).

É no contexto do desenvolvimento da identidade e ação política dos moradores dos *barrios*, e, estabelecendo inúmeras pontes com aquele processo de derrota da guerrilha rural, que também se gesta o movimento militar bolivariano. A figura de Hugo Rafael Chávez Frias surge do descontentamento no interior das forças armadas e logo em seguida é acolhido pelo movimento de massas. Negligenciar essa relação conduz a incompreensões e a uma armadilha que confunde diversos analistas, tentados a explicar as determinações do *Proceso* quase que exclusivamente a partir da trajetória pessoal, política e ideológica da sua liderança mais visível¹⁰⁵, partindo da intuição de seu efetivo significado transcendente, porém sucumbindo à incompreensão sobre sua razão de ser. Vejamos um pouco mais de perto como se deu essa relação de Hugo Chávez com o movimento popular dos *barrios*.

2.2 Militares bolivarianos contra a corrupção

A insurreição liderada pelo Ten. Cel. Hugo Chávez em 4 de fevereiro de 1992 possibilitou que o derrotado e desconhecido pára-quedista ocupasse 72 segundos de rede nacional de rádio e televisão para conclamar seus companheiros à rendição, com as seguintes palavras:

Primero que nada quiero dar buenos días a todo el pueblo de Venezuela, y este mensaje bolivariano va dirigido a los valientes soldados que se encuentran en el Regimiento de Paracaidistas de Aragua y en la Brigada Blindada de Valencia. Compañeros: Lamentablemente, por ahora, los objetivos que nos planteamos no fueron logrados en la ciudad capital. Es decir, nosotros, acá en Caracas, no logramos controlar el poder. Ustedes lo hicieron muy bien por allá, pero ya es tiempo de reflexionar y vendrán nuevas situaciones y el país tiene que enrumbarse definitivamente hacia un destino mejor. Así que oigan mi palabra. Oigan al comandante Chávez, quien les lanza este mensaje para que, por favor, reflexionen y depongan las armas porque ya, en verdad, los objetivos que nos hemos trazado a nivel nacional es imposible que los logremos. Compañeros: Oigan este mensaje solidario. Les agradezco su lealtad, les agradezco su valentía, su desprendimiento, y yo, ante el país y ante ustedes, asumo la responsabilidad de este movimiento militar bolivariano. Muchas gracias.¹⁰⁶

¹⁰⁵ As biografias sobre Hugo Chávez são uma verdadeira epidemia mundial. Publicadas em diversos idiomas, algumas delas são francamente laudatórias enquanto outras são abertamente hostis, desanimando quem honestamente está interessado em conhecer mais sobre a vida da controversa figura. Dois trabalhos, no entanto, merecem destaque pela riqueza da pesquisa e análise. A escrita pelo venezuelano radicado na argentina, Modesto Emilio Gerrero (2007), e a do jornalista e cientista social pela Universidade de Columbia, Bart Jones (2008).

¹⁰⁶ Hugo Chávez. *Por Ahora*, discurso proferido em rede nacional de rádio e televisão, na madrugada de 5 de fevereiro de 1992. Áudio disponível em <http://www.analitica.com/bitbiblioteca/hchavez/4f.asp>,

O texto do discurso, lido fora de seu contexto, não consegue nos informar a profundidade de seu impacto social, inadvertido inclusive pelo seu próprio autor, à época. O efeito que provocou talvez nos auxilie a compreendê-lo. Desde o 4F, Chávez e seus oficiais tornaram-se verdadeiras celebridades nacionais, colhendo grande simpatia popular. Angela Zago, jornalista que, à época, fez um dos relatos considerados mais fidedignos dos dias da prisão daqueles oficiais insurretos, conta assim o ambiente vivido por eles no cárcere:

El Comandante Hugo Chávez apareció en la puerta del salón. Logicamente lo reconocí de inmediato, su cara se quedó en el pensamiento de cada venezolano por algo muy simple: se había responsabilizado de su actuación y su mensaje pareció el de un padre nutritivo ante sus hijos: “ustedes lo han hecho muy bien, nosotros no tanto...” y su célebre “por ahora” que dejaba abierta la posibilidad, no solo de un segundo intento, era más bien el levantamiento moral de un buen conductor a sus dirigidos: “esta vez no lo hicimos bien”, “te daré una nueva posibilidad”... “confío en ustedes”, “confío en mí”.

[...] A la sala donde conversábamos entraban y salían militares de diferentes rangos. Unos estaban presos, otros no. Era difícil distinguir quiénes eran unos u otros. Todos vestían sus uniformes y hablaban animosamente. Para distinguilos entendí que debía fijarme en la funda de sus armas: lo único que diferenciaba unos de otros era que los presos no tenían armas y los carceleros si. De resto, nada los diferenciaba. El Comandante del Cuartel se acercó a nosotros y le dijo al Teniente Coronel: “*Comandante Chávez, tenemos que reunirnos para discutir la comida de la semana que viene*”. Hugo Chávez bromeó con la posibilidad de que incluyera baba en el menú y el oficial a cargo comentó con seriedad que no le gustaba “esa carne blanca” y menos cocinarla. La cuestión es que parecía una conversación entre amigos. Pensé en la extraña situación por la que estaba pasando el Presidente Pérez “¿*quién tenía preso a quién?*” y además “¿*quién gobernaba?*” Parecía una escena irreal [...] el Comandante Chávez había se convertido en el vencedor. [...] Sé lo que sucedía en el caso de Chávez porque no se necesita mucho para entender el sentimiento de la gente. Según las encuestas, dos meses después de la asonada, el 75% de la opinión estaba a su favor.

[...] “Los días siguientes fueron de grandes sorpresas; debido a mi investigación tuve que estar cerca de muchos de los sucesos que involucraron a estos militares. Era impresionante constatar que se convirtieron en unos personajes. Los colegas periodistas más de una vez reseñaron la solidaridad o amistad demostrada por personas más allá de sus familiares, amigos o colegas: era inimaginable. En mi presencia llegó un militar retirado con su hijo, ambos abogados, y con lágrimas en los ojos le decía a un Comandante Chávez perplejo: “Comandante, usted ha dignificado las Fuerzas Armadas, estoy muy emocionado de conocerlo...gracias, gracias...”. Y estaba emocionado, pero no menos que muchos profesionales y montones de jóvenes universitarios que pasaron a visitarlos, igual que las viejitas que les

consultado em 16 de outubro de 2008. Vídeo disponível em <http://youtube.com/watch?v=vbuopyevfq>, consultado em 16 de outubro de 2008.

llevaban “preparados” sancochos, dulces de familia y escapularios para “protegerlos”.

[...] Nunca un político venezolano, ni siquiera en su mejor momento, tuvo la veneración que se generó alrededor de este personaje” (ZAGO, 1998, p. 20-22)¹⁰⁷.

Naqueles mesmos dias em que Zago frequentava as dependências da prisão de Yare, onde eram mantidos reclusos os oficiais que haviam tentado derrubar CAP, nas ruas do centro de Caracas tornou-se popular uma oração, o “Chávez Nuestro”:

*Chávez nuestro que estás en la cárcel,
SANTIFICADO SEA TU GOLPE,
venga (vengar) a nosotros, tu pueblo,
hágase tu voluntad,
la de Venezuela,
la de tu ejército,
danos hoy la confianza ya perdida,
y no perdones a tus traidores,
así como tampoco perdonaremos a los que te aprehendieron.
Sálvanos de tanta corrupción
y líbranos de Carlos Andrés Pérez.
Amén. (In: ELIZALDE e BÁEZ, 2004, p. 9).*

Denis, no livro que publicou em 2001 com o objetivo de reivindicar o protagonismo autônomo dos venezuelanos pobres no processo em curso em seu país desde a década de 1980, mesmo antes da liderança de massas representada por Hugo Chávez, dá um testemunho sobre o momento de surgimento do *chavismo* como fenômeno coletivo.

Tendríamos que destacar al menos tres hechos básicos que florecen en estos meses sucesivos al 4 F. Primeramente, el paso de la subversión social a subversión abiertamente política, completa su tránsito después de abrirse camino con las rebeliones militares. Todo el desarrollo protestatario [sic] tiene ahora un tinte netamente político, enfilando sus baterías contra la presidencia de CAP. Segundo, emerge por primera vez el “chavismo”. Otra vez de manera inesperada en el curso del cacerolazo de Abril el grito de todos era “Chávez, Chávez”. Al que tenía que irse ya se le había encontrado un sustituto. Tercero, se hace patente la debilidad militar del movimiento

¹⁰⁷ O livro de Zago, cuja cópia reprográfica circulou já em 1992, converteu-se em uma das fontes mais visitadas por investigadores sociais que buscam compreender o processo venezuelano em curso. A reconhecida honestidade da descrição feita pela respeitada jornalista emprestaram grande autoridade a esta fonte. O caráter testemunhal do texto foi ainda amplamente enriquecido pelo trabalho de registro e transcrição integral de um volumoso conjunto de documentos tais como poemas, canções, *corridos*, cartas e bilhetes que afluíam ao cárcere e traduziam uma verdadeira veneração ao Tenente Coronel por diversos setores sociais venezuelanos. Além disso, Zago remonta a história do Movimento Bolivariano 200, organização que por dez anos, desde 1982, atuava no interior do exército venezuelano, e que tinha em Hugo Chávez o seu principal líder.

popular, quien a pesar de su fuerza de convocatoria, se ve impotente ante las exigencias insurreccionales del momento. Todos estos fenómenos empiezan a trastocar el modo de resistencia en toda su lógica, aunque sigan reproduciéndose, al menos por un buen tiempo, casi todas sus características esenciales. (DENIS, 2001, p. 33).

É sensato considerar que a expressão *emerge por primera vez el chavismo* é uma afirmação feita *a posteriori*. Certamente, naqueles dias de abril de 1992, as referências a “Chávez, Chávez” durante o painelço convocado pela *Asamblea de Barrios* não eram mais do que uma manifestação de simpatia pelo comandante bolivariano preso, no seio de um movimento de massas que já acumulava anos de mobilizações e combates de rua. Não era, portanto, resultado de um movimento orgânico que possa ser considerado como um objeto definido. A bancarrota do regime de *Punto Fijo* acelerava-se rapidamente e era exibida em horário nobre de televisão¹⁰⁸.

A resposta à crise, antes apenas contestatória, começava a assumir a forma de um projeto político factível e, como explica o cientista político Luis Gómez Calcano, “de hecho, la identificación de la sociedad con el proyecto político de los insurrectos no se debía propiamente a este — que era totalmente desconocido — como a la imagen carismática de Chávez” (CALCANO, 1995, 133).

É precisamente nessa origem popular do processo e em sua síntese na liderança carismática de Chávez que devemos buscar parte das controvérsias e dificuldades atuais para sua compreensão. São esses fatores que, observados a partir das ferramentas e pressupostos que nos legam a literatura sobre o populismo, concorrem para o seu desprezo e marginalização como objeto de análise por parte dos intelectuais da atualidade. Para essa literatura, a “liderança carismática” é o terceiro pé mediador responsável por garantir as relações de subordinação estabelecidas entre o “Estado autoritário” e a “multidão criança” ou “massas irracionais”¹⁰⁹. Daí todas as certezas

¹⁰⁸ Após a insurreição militar de do 4 de Fevereiro de 1992, até mesmo a mídia venezuelana, em horário nobre, denunciava a corrupção e as condições precárias de vida que dominavam o país, através de uma novela que alcançou grande audiência: *Por Estas Calles*. O jornalista norte-americano Bart Jones conta episódios dessa novela, produzida por Radio Caracas Televisión (RCTV) e exibida nos anos 1992-1993. A telenovela ofereceu, também, pela primeira vez, “uma visão realista da vida nas favelas onde Chávez contava com uma fama de herói”, relata (JONES, 2008, p. 191).

¹⁰⁹ Mais sobre os pressupostos do populismo em Laclau (2005), que nas origens do populismo encontra o individualismo de Taine (2006) e a psicologia social de Gustave Le Bon (2008), ou seja, teorias do século XIX que estavam fortemente empenhadas em negar ou conter a emergência da classe trabalhadora no cenário político, particularmente após a Comuna de Paris de 1871. Cf. também Ferreira1 (2001) que resumiu assim os pressuposto da teoria populista: (a) uma noção de consciência de classe externa à

monolíticas que transparecem nas abordagens sobre o processo bolivariano, as quais apenas conseguem enxergar as relações hierárquicas manipuladoras entre o líder e as massas, que por sua vez evoluem para uma interpretação de uma relação vertical e autoritária do Estado frente à sociedade (incluindo aí, mesclados, trabalhadores e capitalistas, como portadores de interesses comuns, o que em si consiste em uma fragilidade original desta formulação, ao negligenciar as clivagens de classe social).

As intrincadas relações da liderança de Chávez, apoiada em seu movimento bolivariano militar, e aquele movimento de massas que demonstrou sua determinação no episódio do *Sacudón*, colocam em evidência um traço bastante particular do processo bolivariano: sua característica como **um processo que utiliza métodos radicalizados de luta**¹¹⁰. Trata-se de um elemento ideológico de grande relevância. O fato de essa característica apresentar-se de início não deve ser negligenciado. O processo bolivariano passa a encarnar, em uma frase, a antítese da elaboração de Jorge Castañeda, segundo a qual a revolução latino-americana havia sido desarmada.

Daqueles idos dos anos 1990 até o final da década, conforme o tempo vai passando, o processo bolivariano vai ganhando organicidade, constituindo-se a partir de um sujeito que se torna protagonista do cenário político, social e cultural. Para isso, contou com o recurso ideológico e simbólico das atitudes de seu ícone. Depois de sair da prisão, em 1994, parte significativa da antiga direção do movimento bolivariano militar havia sido cooptada pelo governo Caldera, como conta Jones:

Chávez viu alguns de seus companheiros decidirem-se por atingir seus objetivos aderindo ao sistema que haviam tentado derrubar dois anos antes. Arias Cárdenas aceitou um cargo no governo do presidente Caldera, no comando do Pami, programa de fornecimento de leite para mulheres grávidas. Urdaneta assumiu com satisfação o posto de cônsul da Venezuela em Vigo, Espanha, onde permaneceu durante cinco anos. Chávez não desejava nada daquilo. Diferentemente de Urdaneta, que ficara aliviado por livrar-se de uma pena de 25 anos de cadeia, Chávez recusou-se a agradecer Caldera por assinar o indulto. Não quis nem mesmo se encontrar com o presidente. Ao contrário, criticou o governo de Caldera, acusando-o de reeditar a dominância das elites responsáveis por destruir o país. (JONES, 2008, p. 198).

própria experiência da classe ou, dito em outras palavras, imputada; (b) a idéia de um desenvolvimento por etapas que segue um ideal clássico europeu e que, na América Latina, desvia-se por vias imperfeitas; (c) uma característica manipuladora das massas carentes de uma ideologia classista e, devido a isso, sujeitas à demagogia de uma liderança carismática de origem pequeno-burguesa.

¹¹⁰ A apropriação “chavista” do *bolivarianismo* radical remete àquela que foi usual durante a Guerra Federal (1858-1863). Mais sobre o bolivarianismo em Ferreira (2006).

Chávez dava sinais claros de destoar dos políticos tradicionais. Rapidamente, em pouco mais de dois anos, sairia do anonimato e entraria para a prisão, e da prisão saltaria para o cenário nacional e internacional, ainda que a partir de meados de 1996 já sofresse o boicote da imprensa e a hostilidade do governo Caldera. Ele havia passado cerca de dez anos se preparando isso, desde 1982, quando fundou o Movimento Bolivariano Revolucionário 200^m, um grupo político no interior das Forças Armadas Nacionais venezuelanas que havia se proposto a regenerar o país corroído pela corrupção, e também no período em que esteve na prisão, estabelecendo contatos com as mais diversas forças políticas, especialmente de esquerda¹¹².

¹¹¹ Sobre o Movimiento Bolivariano Revolucionario-200 (MBR-200), uma referência obrigatória é GARRIDO (2000).

¹¹² A constituição das forças armadas como aparato de repressão do Estado nacional implicou em sua profissionalização como mecanismo de centralização do poder político. Porém, na Venezuela, a idéia de um exército popular está na origem da constituição da instituição castrense. Historicamente, essa característica desenvolveu-se a partir do chamado *Ejército Libertador*, liderado por Simón Bolívar, que consistiu em um sistema de milícias convocadas para engrossar os contingentes regulares no período da guerra de independência (1810-1824). O chamado *ejército popular* incorporava negros escravos lutando por sua própria liberdade, indígenas, pardos, bem como as esposas e companheiras desses soldados nas filas do Exército Libertador (BORJAS, RODRÍGUEZ e ROMERO, 1999, p. 21). Isso é o que também apontam as pesquisas da “historiografia insurgente”, um movimento historiográfico que se desenvolve na Venezuela atual com a participação de historiadores como Felipe Pellicer, Pedro Calzadilla e Samuel Moncada, a qual está explorando os processos criminais levados a cabo contra mulheres no período colonial e das lutas de independência, nos *Archivos de Infidencias*. Seguindo no século XIX, a partir do fim da guerra de independência, prevaleceram as montoneras de caudillos regionais. Incorporando os ideais igualitários da Guerra Federal (1858-1863), a força armada permaneceu incapaz de operar uma cisão clara entre o civil e o militar, como requer a consolidação do Estado nacional. Dessa forma, durante todo o século XIX, existiu como um pacto circunstancial entre quem exercia o governo central e os donos de exércitos particulares (SCHAPOSNIK, 1985). Esse *modus operandi* sobreviverá até deparar-se com a superação dos primitivos fuzis e com a transformação dos peões das fazendas em trabalhadores assalariados. Porém, palma a palma com o processo de industrialização, e, logo nas duas primeiras décadas do século XX, com a crescente importância da atividade petroleira para o processo de reprodução do capital, muda também o papel do Estado, agora proprietário da riqueza da nação, embora subordinado a uma situação de dependência das transnacionais do setor. Para dar conta dessa nova realidade, desenvolvem-se as instituições centralizadas do Estado, com destaque para o exército. A história política venezuelana assinala o início desse período com a chegada dos andinos ao poder, com os governos dos generais Cipriano Castro, Eleazar López Contreras e Juan Vicente Gómez, percorrendo o período de 1899 a 1936 (SCHAPOSNIK, 1985; ZIEMS, 1979). Para garantir esse processo de centralização desenvolve-se, então, a cisão entre uma força armada, chamada de pretoriana por alguns autores, que exerceu pela primeira vez de forma sistemática a prerrogativa do monopólio do uso da violência.

Porém, a tensão em torno da cisão entre poder civil e militar vai se expressar em uma série de comparecimentos dos militares no cenário político nacional, às vezes articuladamente com setores civis democrático-liberais (1945-1948 e 1958-1998), como foram os efetuados pelo partido Acción Democrática (AD) com a Unión Patriótica Militar (UPM, em 1945), e outra vez com maior protagonismo político direto dos militares (Pérez Jiménez, 1948-1958), ainda que sustentado por um discurso desenvolvimentista como recurso legitimador de uma ditadura. Tal tensão atravessará um longo trajeto no seio da sociedade venezuelana sem que possamos afirmar que em algum momento tenha cessado. Pois, no apagar das luzes do Século XX, reaparecerá diante da crise do Estado sofrida no âmbito das políticas neoliberais. O projeto neoliberal, na América Latina, acirrou a tensão interna ao modelo cindido entre o civil e o militar ao articular uma solução ultraneoliberal privatizadora que, ao mesmo tempo, era resultado

No dia em que saiu do cárcere, Chávez foi levado ao Forte Tiuna, uma estrutura central de comando do Exército localizado em Caracas, antes de ser liberado. Chorou aos pés da estátua de Bolívar que se encontra até hoje no pátio e, já vestido de civil, declarou aos repórteres que o esperavam: “Essa geração de militares que escolheu o caminho do sacrifício e que foi forjada nas instalações militares do Forte Tiuna mostrará aos políticos venezuelanos o que significa liderar uma nação e recuperar seu verdadeiro destino”. E, quando saía do local, conta Jones, um jornalista colocou um gravador em sua frente e gritou-lhe, questionando, em meio ao tumulto, para onde iria seguir. Rapidamente, Chávez virou-se para o repórter e respondeu: “rumo ao poder” (JONES, 2008, p. 194).

de uma política expressa por parte da potência unipolar estadunidense no sentido de atacar os orçamentos militares da região como forma de impor sua própria visão de *pax americana* (PERELLI, 1991), ao passo que este país (EUA) incrementava o seu orçamento militar e fazia do complexo militar-industrial a ponta de lança do enfrentamento à crise (MÉSZÁROS, 2002). Assim, no bojo das contradições engendradas por essa situação, as forças armadas da região buscaram reacomodar-se, no interior de cada nação, segundo outros critérios de legitimação. No caso venezuelano, esse reacomodamento se dará mediante a formulação de um projeto político cuja singularidade histórica é a busca por constituir uma aliança com setores da classe trabalhadora precarizada por meio de um projeto que se autodenomina de *unidad civico-militar*. Desta forma, a resposta das forças armadas venezuelanas à crise do Estado representativo se caracterizou pela formulação de um projeto político que encontra raízes históricas antigas e mais recentes. Essa unidade cívico-militar parece ter algum fundamento empírico ainda que esses tendam a ser solapados pelos limites estruturais impostos pela própria existência em separado do civil e do militar. Em 2000, as forças armadas demonstram predisposição para entregar-se amplamente às ações do Plan Bolívar 2000, um projeto do governo que visava realizar um diagnóstico dos problemas sociais das favelas venezuelanas para melhor enfrentá-los. Durante o insurreição militar de 11 a 13 de abril de 2002, a recondução da ordem constitucional foi fruto de uma rebelião popular e militar, ainda que sem uma direção comum. A mesma sintonia pode ser verificada na resistência à paralisação de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003. Mais adiante, a partir da proposição do “socialismo do século XXI”, em princípios de 2005, há a alteração do juramento militar que passa a incorporar o lema “Pátria Socialista o Muerte”. E, a nova Lei Orgânica das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (LOFANB, 2008) manifesta o objetivo explícito de fortalecer a “unidade cívico-militar”, criando para isso, a Milícia Nacional Bolivariana (MNB), como uma quinta força. Porém, de outra parte, sobre os limites para que essa cisão seja superada, em primeiro lugar haveríamos que rever praticamente toda a bibliografia existente sobre o tema, o que extrapola os limites desta tese. Algumas das premissas informadas pela bibliografia sustentam que, na constituição histórica do Estado Nacional da América antes hispânica, nascem primeiro os exércitos para depois nascer o poder civil (ROUQUIÉ, 1984). Tal formulação parte do princípio segundo o qual a cisão entre o civil e o militar é natural, e não historicamente constituída. Mais do que isso, acredita ser essa cisão desejável, uma vez que se lhe apresenta como signo de desenvolvimento democrático. Essa perspectiva teórica esquece, no entanto, que tal cisão é uma condição necessária para as sucessivas cisões que tornam possível a conformação do Estado nacional burguês, quais sejam, aquelas que proporcionam a separação violenta entre a força de trabalho camponesa e a terra, para a constituição do trabalhador assalariado e da propriedade privada dos meios de produção, as quais darão origem ao conjunto de contradições que caracterizam o sistema do capital. É revisitando esse vício de origem que vemos a maior parte da bibliografia especializada festejar a “profissionalização” e “institucionalização” das forças armadas como conquistas dos civis sobre os militares, sem alertar para o fato de que a elevação de um poder exclusivo de uso da força por parte do Estado e de quem o personifica é uma das bases materiais da exploração. No mesmo tipo de viés recaem expressões que nomeiam contradições entre seus termos, como é o caso da “democratização das forças armadas”, imaginando-se possível uma democracia substantiva enquanto permanece a cisão entre civis e militares, e entre proprietários e não proprietários.

A liderança carismática não era um acontecimento previsível e a rapidez e magnitude com que esse fenômeno se desdobraria sugere uma outra questão: até que ponto a determinação de um líder e de um grupo de militares e civis mantendo frenética atividade política seria suficiente para dar conta de explicar o que estava acontecendo? A vontade tem lá seus limites frente às estruturas, afinal, os homens fazem sua história, mas não sob condições por eles determinadas, já havíamos sido alertados (cf. MARX, 2011, p. 25).

Ao sair da prisão, Chávez tinha decidido percorrer o país: as mulheres o beijavam, as crianças vestiam-se com uniformes de pára-quedista e boinas vermelhas, os homens formavam pequenos destacamentos de segurança para protegê-lo, repórteres aglomeravam-se às portas das casas de simpatizantes nas quais ele ficava hospedado. Segundo relata Jones, que viveu oito anos na Venezuela como correspondente da agência de notícias *Associated Press* (AP), em cidades como Barinas, os muros estavam pichados “Bolívar está vivo de novo”. O ambiente remetia à promessa contida nos versos de uma popular canção dos anos 1980, do cantor e compositor venezuelano Ali Primera (1981), *Sangueo para el regreso*, que diz assim: “*Bolívar también volvió, a liberar a su pueblo*”. Ou ao vaticínio da última estrofe da poesia de Neruda (1941), *Um Canto para Bolívar*: “*Despierto cada cien años cuando despierta el pueblo*”. Esse era o clima relatado por Jones.

A certa altura, um militar aliado arranjou um caminhão e eles o transformaram em palco e alojamento completo, com camas, banheiros, escritório e auto-falantes. Batizaram-no de “Chavez móvel” e Hugo Chávez, com um público de meia dúzia ou de centenas de pessoas, sob sol ou sob chuva, de dia ou de noite, impassível, seguia sua propaganda: “a gangrena é tão grande, como dizia Bolívar, que não podemos curá-la por meio de paliativos. A única saída é a revolução” (JONES, 2008, p. 195-213). Um tempo depois, o Chavez móvel foi incendiado e, por duas vezes, membros do movimento chegaram a ser presos pelo governo Caldera. Venezuela vivia um clima de grande polarização, com a suspensão de direitos Constitucionais, repressão a manifestações pacíficas e graves violações às liberdades¹¹³, mas a grande imprensa internacional seguia retratando a Venezuela como um país democrático, pacífico, seguro aos investimentos capitalistas internacionais e com plena liberdade de expressão.

¹¹³ PROVEA. *Situación de los Derechos Humanos en Venezuela*, Informe Anual octubre 1994.

No segundo semestre de 1994, Chávez visitou Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia e Cuba. Encontrou-se com ex-membros da guerrilha M-19 e, em dezembro, sem esperar a deferência, foi recebido no aeroporto José Martí, na capital cubana, com honrarias por ninguém menos do que Fidel Castro. Dois dias depois, em um discurso na Universidade de Havana, afirmou: “Esta é a primeira vez que venho fisicamente para Cuba. Contudo, em meus sonhos, estive aqui muitas vezes”. Começava ali uma relação estreita entre Fidel e Chávez e, nem seria preciso dizê-lo, explosiva na esfera política internacional.

Mais uma vez aqui comparece a radicalidade de métodos. O movimento de massas, através de estratégias e formas de luta crescentemente confrontativas; os militares bolivarianos e seus métodos insurgentes, os discursos de Chávez insistindo na necessidade de uma revolução, sem paliativos, além de suas atitudes, apontam todos neste sentido. Esse é um componente ideológico fundamental de ser identificado para compreender a trajetória do Processo Bolivariano no tempo na construção de estratégia de acesso ao poder. Vejamos uma das raízes de onde provém esta convicção da necessidade de uma revolução.

2.3 A guerrilha e seus métodos de organização

A radicalidade das formas de luta social e política compõem um traço fundamental de nossos sujeitos e suas expressões vieram à tona no 27 de Fevereiro de 1989 (27F) e no 4 de Fevereiro de 1992 (4F). Mas, se a crise prolongada no padrão de reprodução do capital¹¹⁴ e a perda de legitimidade das instituições políticas serviram de combustível a estas práticas, onde elas nasceram? Como foram incorporadas à experiência coletiva dos trabalhadores precarizados moradores das favelas venezuelanas?

O papel de ex-guerrilheiros como Carlos Lanz na constituição do *Movimiento Desobediencia*, que atuava junto ao movimento estudantil em diversas universidades do país e junto às favelas de Caracas e sua região metropolitana é reconhecido pelos testemunhos que coletamos¹¹⁵. Também o trabalho cultural do *Desobediencia* e seus

¹¹⁴ O conceito de Padrão de Reprodução do Capital foi cunhado originalmente por Marini (2012) e sistematizado e aperfeiçoado por Osorio (2012).

¹¹⁵ Tanto Denis quanto Manolín, nas entrevistas concedidas à autora reconhecem em Lanz uma liderança de referência para o trabalho insurgente realizado junto o movimento estudantil e popular desenvolvido

métodos se fizeram presentes no 27 F de 1989. Ainda que a organização não reivindique uma direção política para o *Sacudón*, há evidência de que um trabalho persistente na constituição de uma consciência social e política crítica e radicalizada, por meio de uma propaganda anti-regime que era disseminada pelos jornais comunitários, como o *En la Cola*, de Mérida, influiu sobre a ação social daqueles dias. O *Desobediencia* e o PRV-Ruptura, do qual participou Manolín em sua juventude, representam uma ponta da atividade daqueles ex-guerrilheiros que se dedicaram a um trabalho organizativo de caráter revolucionário e anticapitalista junto a setores estudantis e suburbanos das principais cidades do país.

Uma outra ponta podemos encontrar no testemunho do ex-guerrilheiro Nelson Sánchez, codinome Harold, a quem coube a responsabilidade, delegada pelo ex-dirigente do PCV e adepto da luta armada Douglas Bravo, de organizar o que foi chamado de *Frente Militar de Carrera*, uma estratégia que reeditava aquela do Partido Comunista da Venezuela (PCV) nos anos 1950 — denominada *Aparato Militar de Carrera*, então determinante na queda da ditadura de Pérez Jiménez. Este *Frente Militar de Carrera* influenciou o caráter político das insurreições de 4 de Fevereiro e 27 de Novembro de 1992, uma vez que atuava conjuntamente na configuração do movimento bolivariano militar (SÁNCHEZ, 2000).

Com relação à luta armada na Venezuela cabem alguns comentários que são úteis para nossa investigação. Antes disso, é preciso registrar que a história da luta armada na Venezuela ainda carece de uma análise histórica explicativa¹¹⁶, que avance para além dos testemunhos e de debates enviesados cuja exclusiva preocupação consista em

pelo *Desobediencia*.

¹¹⁶ Uma história da experiência da luta armada na Venezuela que nos auxilie a compreender a história do país no século XX deve remontar suas origens, descrever pormenorizadamente seu contexto de surgimento, analisar sua estrutura e organização no território, sua capacidade de inserção social e explicar os motivos pelos quais não se desenvolveu na constituição de um novo poder estatal, tal como fez a experiência cubana. Assim, a oportunidade do emprego da luta armada em uma estratégia revolucionária que inclui outros métodos de disputa pelo poder deve ser analisada, em nossa opinião, à luz do exame da conjuntura insurrecional do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 na Venezuela; do acontecimento transcendente que representou o exemplo da Revolução Cubana, em 1959; bem como de todas as condições materiais, econômicas e políticas de um país petroleiro em um cenário da Guerra Fria e decidida política imperialista estadunidense para a América Latina. Além disso, deve considerar aspectos como o contexto repressivo, apesar de formalmente democrático, do governo Betancourt, bem como fatores como a preparação moral, política e ideológica de seus quadros dirigentes e dos setores sociais que lhe dão sustentação.

legitimá-la como método de luta revolucionária¹¹⁷ ou renegá-la como uma aventura pequeno-burguesa¹¹⁸.

Assim, mesmo carecendo desta história da luta armada na Venezuela, há alguns registros que nos parecem relevantes mencionar para os fins de nossa investigação no que diz respeito à busca de uma explicação causal para os métodos radicais que primam nas práticas sociais e políticas do Processo Bolivariano. O primeiro desses registros é a componente de articulação dos movimentos estudantil e popular com setores das Forças Armadas venezuelanas e suas implicações desde a década de 1950, como relata um testemunho da época:

Las relaciones con el mundo militar a la luz de las realidades de hoy, resultan casi insólitas. Por primera vez en la historia venezolana hubo una relación abierta, franca, fluida, continua y densa del movimiento popular con las Fuerzas Armadas. Ya explicamos como andaba el aparato militar luego del derrocamiento de la dictadura. Las corrientes más democráticas y radicales se conectaron con el movimiento de masas. El llamado grupo Trejo, gestado en torno al Comandante Hugo Trejo, concurría a la Universidad (UCV) y otros centros estudiantiles a conversar sobre la situación del país, en asambleas abiertas con estudiantes o a discusiones con la dirigencia estudiantil y sindical. Del mismo modo concurría a la televisión y a la prensa expresando puntos de vistas sobre la coyuntura política, sobre la situación de las Fuerzas Armadas. Participaban en foros, paneles, conferencias sin ninguna restricción institucional (SÁEZ MÉRIDA, 1980 *apud* LINÁREZ, 2006, p. 20-1).

O interessante desse testemunho, relatando acontecimentos do final dos anos 1950, é o fato de ele haver sido registrado em 1990, quando ainda não era visível o que ocorreria nos anos seguintes com o acolhimento da liderança de Chávez pelo movimento de massas. Destaque merece também a menção ao coronel Hugo Trejo, que integrava e era expressão da política desenvolvida pelo Partido Comunista da Venezuela em articulação com militares das forças armadas em seu *Aparato Militar de Carrera*, na década de 1950. As atividades políticas do coronel Trejo não eram casuais. E ele não estava sozinho. No ano de 1958, mesmo depois da caída de Jiménez, uma intentona militar levou à prisão e, depois, à guerrilha, diversos militares das forças armadas:

¹¹⁷ Exemplos dessa abordagem são os testemunhos de Douglas Bravo e de Nelson Sánchez, em Garrido (2000).

¹¹⁸ Com destaque para as memórias e opiniões de Teodoro Petkoff e Pompeyo Marquez, em Blanco Muñoz (1980).

El 7 de septiembre de 1958 sobrevino una intentona militar con la toma del Palacio Blanco, frente al Palacio Miraflores, al mando de Juan de Dios Moncada Vidal, en la que participan, entre otros, Manuel Azuaje y el teniente Nicolás Hurtado Barrios. Aunque éste fue calificado como un golpe de derecha, al que incluso se opuso el PCV, Moncada Vidal, Manuel Azuaje y Hurtado Barrios se incorporan después a las fuerzas de izquierda. El caso del teniente Nicolás Hurtado Barrios no sólo es considerado como uno de los pioneros de la unidad cívico-militar de los años 60, sino que luego de siete años de prisión, éste se incorpora a las guerrillas y allí ofrenda su vida a la causa de la revolución socialista, según sus propios testimonios escritos, muchos de los cuales aparecen en el libro escrito conjuntamente con el capitán de corbeta Pedro Medina Silva, bajo el título “¿Por qué luchamos?” editado por las FALN¹¹⁹ en 1964 (LINÁREZ, 2006, p. 24).

Ou seja, o PCV que, junto com Acción Democrática, emerge da queda de Pérez Jiménez como uma das forças políticas mais importantes do país, tinha experimentado um sucesso expressivo em sua estratégia de trabalho junto às forças armadas nos anos 1950. Esta construção política será um antecedente importante da articulação política realizada, vinte anos depois, em 1976, por Douglas Bravo e Nelson Sánchez (Harold), com a *Frente Militar de Carrera*, e terá repercussões concretas ao contribuir na constituição de um ambiente subversivo no interior das FAN que alimentaria os acontecimentos do 4 de Fevereiro de 1992, com o *Movimiento Bolivariano Revolucionário -200*.

O segundo registro a fazer, é que aquela unidade civil-militar que operou na derrota de Pérez Jiménez não prosseguiu posteriormente ao Pacto de *Punto Fijo*. Para descontentamento de muitos, a celebração do pacto, – excluindo as forças mais à esquerda daquela coalizão das jornadas de 1958 bem como a guinada pró-estadunidense e repressiva que assumiu o governo de Rómulo Betancourt (AD) —, levou diversas organizações a adversarem o governo *betancourista*. Assim, em 23 de janeiro de 1962, uma tentativa de derrubar o governo de Betancourt fracassou. Naquele dia, uma greve geral nos transportes, iniciada em Táchira e expandida para todo o país deveria ser, segundo os planos do PCV, apenas o estopim para uma rebelião popular militar. Porém, os militares — liderados pelo ex-presidente da Junta Patriótica que assumira o poder quando da queda de Pérez Jiménez, o vice-almirante Carlos Larrazábal—, que deveriam alçar-se e, ato contínuo, armar as brigadas de estudantes organizadas pelo PCV, não levaram o plano adiante e nunca chegaram. O resultado foi a prisão de praticamente

¹¹⁹ Fuerzas Armadas de Liberación Nacional FALN. Nota de C.F.

todos os principais quadros de juventude do PCV, cerca de 200 jovens, no cárcere de *El Junquito*, e a consciência de que seria preciso organizar um sistema de auto-defesa próprio, sem esperar pelos militares. Foi a falência dessa estratégia que levou o PCV a assumir a guerrilha, a qual assumiu dimensões expressivas nos anos de 1962 e 1963.

Daí surgem, então, as *Unidades Tácticas de Combate* (UTC). Estas unidades são também uma resposta, por outro lado, ao surgimento de grupos armados vinculados ao partido Acción Democrática, as chamadas MOPOLES, em referência ao fato de haverem surgido junto ao sindicato dos trabalhadores do Ministério de Obras Públicas (MOP) do governo (LINÁREZ, 2006). As MOPOLES eram forças para-militares anticomunistas que promoviam atos de violência dirigida contra as lideranças sindicais e estudantis do PCV. Estas bandas armadas *adecas* estão na base do fenômeno do *sicariato*, na Venezuela, que consiste na prática de encomendas de morte de dirigentes sindicais a assassinos profissionais mediante pagamento em dinheiro.

Quanto às dimensões da guerrilha em 1962 e 1963 podemos apontar alguns dados que são significativos. Em 16 de novembro de 1962, um julgamento por tribunal militar teve que realizar-se em um ginásio de esportes. Condenou 76 guerrilheiros a 18 anos de prisão. Em 1963, apenas os registros verificados nos jornais El Nacional e El Universal dão conta de cerca de 50 operações guerrilheiras com objetivos militares e propagandísticos, com assalto a centros militares para obtenção de armas, explosão de pontes, seqüestros de navios e de personalidades tais como a do craque de futebol Di Stéfano e do adido militar estadunidense Cel. Jamek Chenault, ataques e incêndios a alvos estadunidenses como a Câmara de Comércio, sede da Missão Militar e a casa do conselheiro político da Embaixada, depósitos de transnacionais como a Good Year, Dupont, Columbia Pictures e chicletes Adams, sequestro de aviões, envio de bombas relógio, liberação de presos políticos em presídios, enfim, uma atividade de dimensões significativas e em nível nacional (Conf. Quadro 3, ANEXO P). Neste mesmo ano, a ofensiva do governo Betancourt fez mais de 10 mil presos políticos, sem falar nas baixas, que atingiram cerca de uma centena de militantes e trabalhadores do campo. Foram ativados cinco cárceres em todo o país para abrigar os presos políticos: o Fortín de La Guaira, o Cuartel San Carlos de Caracas, a Penitenciaria de Tacarigua na Isla de Burro (estado Carabobo), a Isla la Orchila e o cárcere de mulheres de Los Teques (LINÁREZ, 2006).

Parte da efetividade da guerrilha deve ser buscada em dois acontecimentos do ano de 1962. Ainda que em 20 de abril de 1962 seja possível indicar a atividade de uma guerrilha urbana que assaltou a Escola Naval de Mammo, perto da capital, em uma operação bem sucedida que garantiu a obtenção de 150 fuzis, baionetas e muita munição, além de utensílios militares (LIÑAREZ, 2006), foi com a derrota em dois alçamentos militares que as filas da guerrilha viram engrossar seu contingente com a presença de oficiais de alta hierarquia perseguidos após a derrota das insurreições ocorridas em Carúpano e Puerto Cabello, em maio e julho de 1962, respectivamente (COFAE, 2007).

O crescimento da guerrilha atingiu um ápice ao aproximar-se o mês de dezembro de 1963, quando uma ação coordenada entre o PCV, o Movimiento Izquierda Revolucionária (MIR) e as Fuerzas Armadas de Liberación Nacional (FALN)¹²⁰ planejava provocar uma insurreição a partir da capital, em meio ao processo eleitoral previsto para dezembro daquele ano, com o *Plan Caracas*, o qual contou inclusive com provisão de armas vindas de Cuba. Mas o Plano foi descoberto, as armas apreendidas e, apesar da fuga espetacular de alguns dos principais dirigentes do PCV presos na Isla de Burro, entre eles, o capitão de fragata Pedro Medina e o major Manuel Azuaje Ortega—, em lugar da insurreição o que ocorreu foi a aceleração da contra-ofensiva do

¹²⁰ As Fuerzas Armadas de Liberación Nacional (FALN) surgem inicialmente como o braço armado do Partido Comunista da Venezuela, incluindo em suas fileiras contingentes de jovens marxistas-leninistas do Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR), o qual originou-se de uma divisão da juventude da Acción Democrática (AD). Constituída por jovens estudantes, camponeses e militares perseguidos depois da derrota das insurreições militares de Carúpano e Puerto Cabello, em 1962. Douglas Bravo dirigia, junto com Elias Manuitt Camero, uma das frentes guerrilheiras regionais que integravam as FALN, a *Frente José Leonardo Chirinos*. Além dessa frente, havia o *Movimiento 2 de Junio*, dirigida pelo capitão de fragata Pedro Medina Silva e pelo capitão de corveta Víctor Hugo Morales; a frente dirigida pela *Unión Cívico Radical*, tendo à cabeça o tenente coronel Juan de Dios Moncada Vidal e o major Manuel Azuaje; o *Movimiento 4 de Mayo*, liderado pelo capitão de corveta Jesús Teodoro Molina Villegas e capitão Vegas Cartejón e o *Comando Nacional de Guerrilla*. Entre os fundadores das FALN estava também o político da *Unión Republicana Democrática* (URD), agrupação de centroesquerda do final dos anos 1940, ex-deputado e jornalista, Fabrício Ojeda. Ele havia integrado a Junta Patriótica que liderou o derrocamento popular e militar da ditadura de Pérez Jiménez, em 1958 e, em 1962, lançou-se na luta armada. Porém, disputas e divergências conduziram a uma espécie de autonomização do braço armado da direção do PCV em começos de 1966 e uma disputa de direção que gerou uma dualidade de comando geral entre Douglas Bravo (que fundou, então, o Partido da Revolução Venezuelana, PRV) e Pedro Medina Silva (que representava o PCV). As diferenças a respeito da luta armada e de sua estratégia conduziram a um sucessivo fracionamento das FALN em diferentes grupos a partir de então (LINAREZ, op. cit).

novo governo dirigido pela AD, agora tendo a frente Raúl Leoni (LINÁREZ, 2006; GARCIA PONCE, 1980).

Finalmente, o terceiro registro refere-se ao fato de que a luta armada favoreceu uma série de divisões no interior da esquerda comunista venezuelana. Foram as pautas produzidas pela luta armada que causaram disputas fracionárias que puseram em campos opostos aqueles que defendiam (a) a continuidade ou não da luta armada (principalmente após a contra-ofensiva do aparato repressivo do Estado dos anos 1964 e 1965); ou (b) entre aqueles que defendiam uma estratégia de luta armada urbana ou rural, a via da guerra rápida ou de uma guerra prolongada, sob influências das experiências chinesa e vietnamita ou cubana. É inegável que, a despeito do direito dos povos à rebelião, foram estas disputas as responsáveis por uma divisão de forças no interior da esquerda comunista venezuelana que facilitaram as sucessivas vitórias dos anticomunistas na esfera institucional.

Estas considerações sobre a guerrilha não devem ser desprezadas no estudo e compreensão da particularidade do movimento popular urbano venezuelano do final do século XX e início do XXI. Neste aspecto, a mudança estratégica operada no ano de 1970 pelo grupo de Douglas Bravo, não foi um elemento que possa ser desconsiderado em sua contribuição para explicar o caráter político que assume a luta dos trabalhadores precarizados na Venezuela. A mudança estratégica do PRV-Ruptura, com o *Viraje Tactico*, do campo para a cidade, foi marcada por dois fatores. Em primeiro lugar por uma constatação simples:

Había otro elemento fundamental: los campesinos estaban abandonando el campo y trasladándose a las zonas urbanas, donde se conformaban los cordones marginales. Todo indicaba que el eje del trabajo debía centrarse en las zonas urbanas y suburbanas” (SÁNCHEZ, 2000, p. 43).

E, em segundo lugar, baseou-se no balanço de que se deveria buscar nos elementos da cultura popular nativa ou nacional (e não em elementos de uma referência distante a Lênin, Trotsky, Mao ou mesmo Che) a identificação básica para o desenvolvimento de um trabalho político revolucionário. Daí a convocatória ao *Congreso Cultural de Cabimas*, no qual surge, entre outras propostas, aquela de impulsionar um movimento de cultura popular que será convertido no *Movimiento por los Poderes Creadores del*

Pueblo Aquilles Nazoa. O trabalho político-cultural será a partir daí uma constante para um setor dos guerrilheiros. E será realizado por meio das “casas de cultura” fomentadas junto aos *barrios* das principais cidades do país. Manolín, quando jovem, participou deste Congresso, o qual descreveu:

para el año 1978 ... eso fué en Lara... mira, allí se reunió practicamente todos los estados. Fué un encuentro político y ideológico con mucha fuerza. Ese encuentro surge de toda una cantidad de sectores que poco a poco se viene trabajando culturalmente.¹²¹

O interessante é que este trabalho cultural não será conduzido pelo setor dos guerrilheiros que se “pacifica” com a anistia de 1979 promovida pelo governo do democrata cristão Rafael Caldera (COPEI). Ao contrário, será levado adiante pelos Grupos de Comandos Revolucionários (GCRs), formados por membros das organizações Liga Socialista, Bandera Roja e PRV dispostos a continuar um trabalho político por fora da institucionalidade, em vez de atuar nos canais eleitorais. Os GCRs serão liderados por Carlos Lanz Rodríguez, um guerrilheiro egresso do PRV. O mesmo quadro militante que foi buscado pelos serviços de inteligência e repressão nos dias do *Sacudón* e que é um dos fundadores do *Movimiento Desobediencia Popular*¹²².

Los Grupos de Comandos Revolucionarios (GCR) hacen prácticamente una línea de pensamiento mucho más clara, en el sentido de no negociación con los Gobiernos de entonces, deciden hacer una tienda aparte distinta a lo que representa el Douglismo. A la cabeza de eso todo el mundo sabe que estaba Carlos Lanz Rodríguez y algunos compañeros que también venían del PRV o fueron retaguardia, etc., del PRV y que fueron el núcleo inicial (LINÁREZ, 2006)

Assim, não somente na pessoa de Carlos Lanz, mas de inúmeros outros militantes de formação marxista, é possível perseguir uma linha de trabalho constante de caráter insurgente e radicalizado que rejeita as regras parlamentares, e persiste anos a fio em um trabalho que tem por objetivo promover rupturas mais profundas na ordem vigente, desde os anos 1960, passando pelos anos 1970, 1980 e 1990. Esse trabalho político-cultural contínuo e determinado junto aos setores da classe trabalhadora precarizada contribuiu, em nosso entender, para conformar um caldo cultural sobre o qual o discurso radicalizado de Hugo Chávez encontrará terreno fértil para prosperar.

¹²¹ Manolín, entrevista a autora. Caracas, 21 de julho de 2010.

¹²² O GRC já havia surgido antes da anistia, em 1976, e sobre sua história não há praticamente registro.

Por outro lado, a figura carismática do *proceso* encontrará outras pontes, mais diretas, com aqueles ex-guerrilheiros. Pois, uma outra ponta da atividade do PRV-Ruptura estava orientada a manter focos de contato com militares descontentes. Esse trabalho foi levado a cabo por Nelson Sánchez. Mantendo-se durante toda sua atividade política como um militante “fechado” do aparato de Bravo, totalmente clandestino, Sánchez integrava as ações de retaguarda à guerrilha em Táchira, região próxima aos Andes, junto à fronteira com Colômbia e de fácil acesso à região de extração petroleira do Lago Maracaibo. Um ponto estratégico para receber os feridos que baixavam da montanha e para realização de reuniões clandestinas com oficiais das forças armadas, especialmente do exército e da aeronáutica, que eram mapeados, abordados e sobre os quais se desenvolvia toda uma política voltada à análise da realidade venezuelana em busca da constituição das bases ideológicas para um processo de ruptura (SÁNCHEZ, 2000).

Sánchez realizou ao longo dos anos diversos tipos de atividade, algumas delas ao lado de um dos líderes intelectuais das FALN recorrentemente citado por Chávez, Kleber Ramírez. Estas atividades consistiam no acompanhamento de estudos estratégicos das vias de abastecimento alimentar e de combustível do país (articulado com um grupo de investigadores da Universidad de los Andes), na aquisição de fazendas para armazenamento de armamentos, acompanhamento de atividades sindicais do grupo em toda a região de Táchira (o PRV-Ruptura dirigiu a maior greve dos anos 1970, no setor leiteiro da Venezuela), e, principalmente, manteve contatos diretos com algumas das mais importantes articulações políticas de Bravo, especialmente com Hugo Chávez, a partir de 1980 (SÁNCHEZ, 2000).

Douglas é consensualmente apontado como o ideólogo responsável pelo desenvolvimento da noção de “árvore das três raízes”, uma formulação que promove o resgate do ideário de Simón Bolívar, Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora para a luta pelo socialismo. Essa formulação será apropriada de forma particular pelo MBR-200, liderado por Chávez, a partir de 1982. De acordo com Chávez,

Quando fundamos el movimiento en el 82, siendo ya capitanes, era el EBR-200. Allí logramos darle un doble significado a las siglas. EBR, por Ezequiel Zamora, Bolívar y Rodríguez, en cuanto a la trilogía del árbol de las tres raíces. Y además significa Ejército Bolivariano Revolucionario y el 200 por el marco del bicentenario de Bolívar, que comenzó en 24 de julio del 82 hasta el 24 de julio del 83. Nosotros fundamos el movimiento el 17 de diciembre

del 82. Después pasó a ser MBR-200 cuando se incorpora gente de otras fuerzas y algunos civiles. Pasó de ser Ejército a Movimiento. Eso fue después del 1989, después del caracazo. Y primero fue EB-200, -hago la corrección-. En la evolución de la discusión, hubo mucho recelo de algunos oficiales por la R de revolución, y cuando decidimos ponerle la R no fue por ponerla. Fue una discusión que se dio durante varios años, con posiciones duras. Todavía hay gente que me recomienda: quítame la R. Por supuesto que no se la vamos a quitar, porque no se trata de quitar o poner. Es un signo que identifica a un movimiento revolucionario. (BLANCO MUÑOZ, 1998, p. 58)

O grupo de Bravo estabeleceu contatos tanto com William Izarra quanto com Árias Cárdenas, oficiais da aeronáutica e do exército, respectivamente, que lideraram movimentos secretos rebeldes no interior das FANs. Um desses movimentos foi o R83, *Revolución 1983*, que previa que 1983 seria o ano para a ação militar, e que foi depois convertido em ARMA, *Alianza Revolucionaria de Militares Activos*¹²³. Mas Bravo também estabeleceu relações com Hugo Chávez, através de Nelson Sánchez e Kleber Ramírez (GARRIDO, 2000). Quer dizer, **o Processo Bolivariano se desenvolve a partir do Sacudón de 1989 e da rebelião militar de 1992 sobre a base de muitos anos de acúmulo organizativo, político e ideológico de caráter revolucionário realizado por quadros com formação marxista tanto no seio do movimento popular urbano quanto no interior das forças armadas nacionais**. Porém, esse acúmulo será heterogêneo e obedecerá a determinantes como a constituição de classe de um e de outro setor.

2.4 A geração militar de Chávez e o novo bolivarianismo

O ideário bolivariano chegou também, e atingiu mais amplamente o conjunto da oficialidade do exército, através da formação recebida pelos oficiais na Academia Militar. Diversos relatos (GARRIDO, 2000a; 2000b; BLANCO MUÑOZ, 1998) afirmam que a partir da reforma curricular denominada *Plan Andrés Bello*, implantada em 1971, é que se formou uma geração de militares bolivarianos, para além dos grupos políticos que atuavam nas FAN. O investigador da Universidad Central de Venezuela, Dick Parker, nos relata o seguinte:

¹²³ O ARMA foi fundado em uma data não muito precisa da década de 1970, por William Izarra, piloto de F16 e major da aeronáutica. Izarra havia estado clandestinamente mais de uma vez na Líbia, reunindo-se pessoalmente com Muamar Kadafi, e em Havana, travando contatos em apoio à Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN) salvadorenha. Em março de 1986, depois de muito refletir, Izarra decidira pedir aposentadoria das forças armadas, por razões de segurança para o grupo que seguiria para o grupo que seguiria trabalhando internamente à corporação (IZARRA: s/d: 97-86)

Según los términos del Plan Andrés Bello, la formación de los oficiales se alargó y después de cuatro años los aspirantes recibían un título en Ciencias Militares, equivalente a una licenciatura universitaria. Además, había incentivos para seguir con estudios de post-grado y los militares se abrieron a las instituciones universitarias civiles y al estudio de las ciencias sociales. Chávez mismo cursó estudios de Ciencia Política en la Universidad Simón Bolívar de Caracas. El resultado era una generación de oficiales más profesional, mejor preparada y más crítica. Aquellos oficiales que formaron el MBR - 200 eran de los mejores de la primera promoción de este Plan Andrés Bello (PARKER, 2001, p. 25).

Chávez, que había ingresado a la academia en 1971, graduándose en 1975, pasó a ser profesor en la Academia Militar en 1983. En sus aulas, introducía el pensamiento de Simón Bolívar y destacaba la importancia de Simón Rodríguez, a quien, según él mismo, trataba de investigar y actualizar (ZAGO, 1998, p. 67). La expresión de Rodríguez *o inventamos, o erramos* será recurrentemente utilizada por miembros del MBR-200 en entrevistas posteriores a este período. La periodista Ángela Zago, que tuvo acceso a las apuntes de Chávez con los apuntes de aquellos años de academia militar, relata que "aparecen notas sobre la actuación de Bolívar, pensamientos de Simón Rodríguez" (ZAGO, Idem) ¹²⁴.

Así, esos jóvenes oficiales iban poco a poco asimilando de forma particular un ideario que partía del bolivarianismo, enfatizaba las ideas educativas y originales de Simón Rodríguez; e, finalmente, pasaban a agregar el ideario anti-oligárquico personificado por el *General del Pueblo Soberano*, Ezequiel Zamora (BRITO FIGUEROA, 1996). Según el sociólogo venezolano Medófilo Medina:

De la parábola político-militar de Zamora, de sus discursos, los "bolivarianos" toman su inclinación ideológica y política por el principio de la igualdad que, de manera inmediata, se reflejaba en la promoción de la aspiración de los trabajadores del campo como por la propiedad de la tierra. Ahí, la raíz zamoriana acentúa el componente social y en especial la vena agrarista de la "revolución pacífica" de Chávez (MEDINA, 2000, p. 118)¹²⁵.

Así conformaba-se el perfil ideológico de los militares: una mezcla de idearios forjados en el siglo XIX y que son compuestos también por un conjunto de símbolos y métodos de

¹²⁴ Traducción CF.

¹²⁵ Sobre la influencia de Zamora en el MBR 200, ver también PARKER (2000 e 2001).

luta radicais¹²⁶. Esses elementos ideológicos encontram terreno fértil na crise do rentismo petrolífero e na busca de sua solução por meio de medidas ultraliberais e privatizadoras do Estado. Pois, ainda que a população moradora das favelas seja a principal prejudicada por estas medidas, também a pequena burguesia não proprietária vinculada ao Estado sofre consequências de amplo espectro sobre suas condições objetivas de vida. Isso poderia não representar maiores dificuldades para o regime de dominação imperante não fosse o peso relativo do Estado para o capitalismo venezuelano. A exemplo de outros países dependentes, a pequena burguesia assumia características específicas. Se no Chile esta classe havia conquistado nos anos prévios ao governo da UP uma condição de verdadeira capa dirigente de apoio ativo ao sistema de dominação vigente; no México de Cárdenas ela usava as posições conquistadas no Estado para ascender à condição burguesa e no Brasil tenentista e dos anos posteriores tendia a vegetar em postos subalternos do aparato estatal (MARINI, 1976, pp. 100-101), na Venezuela, a pequena burguesia arrinconou-se nos baixos e médios escalões do aparato militar e, a partir dos anos 1970, encontra caminho de ascensão por meio de uma formação de nível superior oferecida aos aspirantes. É sobre essa base que a geração de militares de Chávez alçará este setor na aspiração pelo poder do aparato estatal como um todo.

Este processo irá convergindo com o movimento de protesto de rua que se desenvolve como extra-parlamentar e reivindicativo de direitos e que incorpora elementos ideológicos similares, ainda que mais ricos, àquele da árvore das três raízes. Das mobilizações dos funcionários públicos, passando pelos anos dramáticos de 1987 a 1989, biênio em que a confrontação *callejera* ganhou grandes proporções, até os anos 1990, as ruas se converteram em espaços de manifestação política contra o regime que evoluíram com altos e baixos do rechaço a Carlos Andrés Pérez e sua deposição até a campanha eleitoral de 1998 e vitória de Chávez para a Presidência. Ao longo de todo este período, os governos dirigidos por AD e Copei, apoiados pela Central de Trabajadores Venezolanos (CTV) e pela Federação das entidades patronais

¹²⁶ A ideologia bolivariana constitui-se historicamente como uma forma de romantismo revolucionário, herdeira das tradições rousseauianas, aproximando-se dos moldes que assumiram aquelas ideologias pequeno-burguesas apontadas por Hobsbawm como dessa tradição, tais como as de tipo jacobino, jeffersoniano ou mazziniano. Constituiu-se na Venezuela como uma espécie de iluminismo romântico que “associa de forma inédita a razão com a paixão pelas virtudes e a glória, sem cair na tentação regressiva do elogio ao modo de vida feudal. [...] associa-se com um patriotismo radical, como uma relação afetiva de pertencimento nacional e de deveres para com a pátria. É, também, apropriado como método de ação revolucionária intransigente, que leva a luta política até a morte” (FERREIRA 2, 2006, p. 172).

(Fedecámaras), respondiam aprofundando suas práticas repressivas diretas¹²⁷ ou criminalizando o movimento mediante manobras legais, como demonstram os relatórios anuais da organização de direitos humanos PROVEA¹²⁸.

2.5 O aparato do Estado e a criação das comunas

A propaganda e o fervor presentes no discurso de Chávez são indissociáveis do substrato popular radicalizado que vimos analisando até aqui. Após percorrer quase toda Venezuela chamando a abstenção nas eleições presidenciais de 1996, defendendo a revolução como único caminho, Chávez voltará a recorrer o país dois anos depois como candidato à Presidência da República. O giro político ocorrera em 1997, depois de acirrada discussão sobre os rumos do Movimento Bolivariano (MBR-200), o qual decide, contra toda sua trajetória até então, participar da luta institucional (GOTT, 2000, p. 133-145). Sua candidatura vai articular o Pólo Patriótico, uma frente policlassista que congrega o Movimento V República (braço institucional e político parlamentar do MBR), o partido Pátria para Todos (PPT), o Movimento Al Socialismo (MAS) e o Partido Comunista da Venezuela (PCV). Mas o apoio à candidatura presidencial é mais amplo do que a própria aliança, tanto em direção à direita quanto à esquerda. Diversos setores sociais que continuariam fiéis ao anti-partidarismo seguiam dando suporte à liderança de Chávez (ELLNER, 2006) e os volumosos fundos de campanha sugerem mais do que a contribuição solidária dos trabalhadores precarizados dos *barrios*.

A principal bandeira da candidatura na campanha eleitoral foi a realização de uma Assembléia Constituinte que definiu um novo marco institucional para o país, rompendo com o neoliberalismo e aprofundando a democracia. Vencido o sufrágio com o apoio de 56% dos eleitores, o presidente eleito fez seu juramento à Constituição, no dia da posse, iniciando-o com as seguintes palavras: “juro ante esta constitución

¹²⁷ A respeito da violência do Estado, que foi objeto de comentários de López Maya, cabe registrar que, a despeito da denúncia de criminalização e repressão contumazes por parte do governo contra as manifestações, contribuição que seu trabalho aportou, o mesmo peca em não determinar relação causal no que se refere à origem dessa violência. Pensamos que, no caso venezuelano, a contenção às demandas sociais imposta pelo Estado e a repressão e criminalização que elas ensejaram residem na origem desta espiral de violência. O trabalho de López Maya, talvez por não orientar-se primordialmente pela perspectiva histórica peca neste sentido em, por vezes, apresentar o Estado como um ator que “reage” às mobilizações violentas com a repressão e a criminalização. Em nossa opinião, quem “reage”, neste caso, são os manifestantes.

¹²⁸ Cf. Informes anuais publicados por PROVEA relativos aos anos de 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998.

moribunda (...). A nova Constituição Bolivariana, aprovada por referendo em 2000, apontava explicitamente, em seu artigo 62, que o Estado deveria facilitar a participação cidadã nas tomadas de decisão. Porém, o artigo era apenas a institucionalização de um fato: “la democracia participativa quedó ejemplificada en el papel que desempeñaron los movimientos sociales al presentar 642 propuestas a la Asamblea Constituyente, más de la mitad de las cuales fueron incorporadas en la nueva Constitución (GARCÍA-GUADILLA *apud* ELLNER, 2006)¹²⁹.”

Assim, se 1992 havia sido o marco para a articulação do movimento radical de massas com os militares bolivarianos e a figura de Chávez — processo que mais tarde foi batizado de “chavismo”, inicialmente por seus opositores—, até 1996-1997 esse movimento radical de massas prosseguiu se desenvolvendo sem uma unidade homogênea, ainda que com vitalidade. Ao apresentar um candidato para governar o país, com um programa vago e que apontava para a necessidade de realizar uma constituinte para definir um novo modelo institucional, o movimento bolivariano escolhia um caminho que o levaria diretamente para o problema de como lidar com o aparato do Estado venezuelano e sua configuração de classe.

Com a chegada ao posto máximo do executivo nacional, sob a liderança de Chávez, o processo encontrará novos mecanismos para o seu desenvolvimento e maturação, bem como novos desafios:

Chávez parece tanto avocar como rejeitar a imagem dele como estadista pária. Erudito e pragmático, ele descarta rótulos e repetidas vezes se define em termos do que ele *não é*. Isso, é claro, deixa aberta a questão do que ele realmente é. Não existe um *Plan de Barranquilla* (manifesto político de Betancourt de 1931), nem um *De Una a Otra Venezuela* (o mais conhecido dos escritos políticos de Arturo Uslar Pietri) esboçando uma visão do futuro. Chávez tem ainda que propor uma moldura político-econômica coerente e alternativa ao neoliberalismo, mas se ele o fizesse seria sem dúvida acusado de doutrinário (HELLINGER, 2001, p. 20)¹³⁰.

¹²⁹ Daí que não foi por acaso que, ao conversar com diversas pessoas desconhecidas nas viagens que pude fazer a Caracas ao longo de anos, um professor no metrô, um bibliotecário da Biblioteca Central ou um jovem comunicador social da favela de Catia, era comum ouvir: *yo he participado de la redacción del artículo de nuestra Constitución sobre...* e seguia o tema objeto da redação.

¹³⁰ No original: “Chávez seems both to embrace and reject a portrait of him as a rogue statesman. Erudite and pragmatic, he eschews labels and repeatedly defines himself in terms of what he is not. This, of course, leaves open the question os what he really is. There is no Plan of Barranquilla (Betancourt’s political manifesto of 1931) nor *De una a Otra Venezuela* (the best known of Arturo Uslar Pietri’s political writings) outlining a vision of the future. Chávez has yet to propose a coherent, alternative economic

Marini, refletindo sobre o tema do poder e da luta de classes, chama a atenção para o fato de que **a conquista do aparato do Estado pelos trabalhadores não resolve de imediato o problema do poder, embora permita a classe desenvolver a luta pelo poder em melhores condições, sob uma correlação de forças mais favorável. Isso remete à tarefa fundamental da tomada do poder pelos trabalhadores nestas condições.** Retomaremos esse tema no Capítulo 3.

Hellinger é inequívoco quanto à dificuldade de definir a direção de Hugo Chávez. Porém, apesar de rejeitar a tentativa de compreender todas as determinações e contradições do processo apenas a partir do conteúdo do discurso de seu líder, aceitamos a hipótese de que o movimento ou processo bolivariano padeça da mesma ambigüidade e indefinição expressa na própria prática discursiva de Chávez, neste período. Ou seja, rejeita os modelos pré-concebidos de revolução ao mesmo tempo em que não apresenta uma avaliação crítica clara das tentativas passadas de ruptura com o capitalismo efetuadas pelos trabalhadores e o povo na América Latina, não apresenta uma análise precisa dos problemas centrais do capitalismo petroleiro-rentista, opõe-se frontalmente ao neoliberalismo e prefere experimentar antes que aderir a qualquer idéia sobre qual rumo mais definitivo tomar, ao menos até aquele momento. *O inventamos o erramos*, parece ser a frase cunhada por Rodríguez há duzentos anos para designar o processo atual.

É, portanto, em um contexto de ascensão de um amplo e heterogêneo movimento de massas que Hugo Chávez passa à condição de Presidente da República e que também é elaborada e aprovada, em 15 de dezembro de 1999, mediante um Referendo popular, a Constituição Bolivariana da República de Venezuela (CBRV, 2000). Este momento marcaria uma mudança qualitativa no desenvolvimento do movimento bolivariano radical de massas. Mas, antes de avançamos na análise sobre as transformações que estão para ocorrer no interior do *proceso*, vejamos que programa se consolidou na Carta magna venezuelana.

policy framework to neoliberalism, but if he did so he would undoubtedly be accused of being doctrinaire”. Tradução CF

Diversos autores (LANDER, 2002; SALAMANCA, 2004; GARCÍA-GUADILLA, 2005; MENDES, 2011) apontaram o caráter democratizante da Constituição Bolivariana no que diz respeito à ampliação dos direitos humanos, com figuras como o *habeas data* (Art. 28); reconhecimento dos idiomas e da cultura dos povos indígenas (Art. 9); a ampliação dos direitos políticos com a concessão do voto aos militares (Art. 330) e a profissionalização dos critérios sobre promoções na carreira militar (Art. 331). Apontam ainda, neste mesmo sentido, artigos destinados à chamada democracia participativa e protagônica (Artigos 70 a 74, sobretudo), os quais prevêem, entre outros, instrumentos como o referendo popular e a revogabilidade dos mandatos em todas as esferas de representação política, desde o nível local até o nacional, incluindo o mandato do Presidente da República. Mendes, produziu um resumo bastante útil sobre esses mecanismos que reproduzimos no Quadro 4 (cf. ANEXO Q) e alertou para o fato de que este programa vinha sendo elaborado há bastante tempo, tendo sido tornado possível justamente por esse ascenso do movimento de massas:

Na realidade, o que parece ser algo novo no contexto político iniciado com Chávez, parece não ser tão novo assim. Esclarece Ricardo Combellas (1998: 98) que a ideia da Constituição não é nem muito menos uma invenção de Chávez, opinião da qual parece compartilhar também Urdaneta (*apud* Pastor; Dalmau, 2001: 122-123), para quem o processo de 1999 é resultado de quatro fases: *elaboração* (1989-1992) presidida por Rafael Caldera na Comissão Bicameral para a Reforma da Constituição; *discussão* (1992); *letargia* (1993-1998), no governo de Caldera, sem que se fizesse as mudanças constitucionais necessárias que se requeria no momento; *debate constituinte* (1998), a partir da vitória de Hugo Chávez nas eleições de 1998. A exposição de motivos do decreto estava assim delineada: “O sistema político venezuelano está em crise e as instituições têm sofrido um acelerado processo de deslegitimação. Apesar desta realidade, os beneficiários do regime, caracterizados pela exclusão das grandes maiorias, têm bloqueado em forma permanente, as mudanças exigidas pelo povo. Como consequência desta conduta se desataram as forças populares que só encontram seu caminho democrático mediante a convocatória do Poder Constituinte Originário. Ademais, a consolidação do Estado de Direito exige uma base jurídica que permita a prática de uma Democracia Social e Participativa” (Decreto de convocatória referendun para convocar a uma Assembleia Nacional Constituinte” 2/02/99, trad. de Mendes). (MENDES, 2011, p. 144-145).

Apesar de democratizante em alguns aspectos, ainda assim, a CBRV centralizava poder no executivo ao criar as Leis Habilitantes (Art. 203 e 236), espécie de Decreto Lei venezuelano e não produzia qualquer ruptura com a Constituição de 1961 no que diz respeito aos temas econômicos. Preservava a propriedade privada dos meios de

produção e a livre concorrência (Arts. 112; 299), reservando ao Estado as atividades petrolíferas e outras consideradas estratégicas (Art. 302), conservando a totalidade das ações da empresa Petróleos de Venezuela PDVSA (Art. 303), e as águas como bens de domínio público (Art. 304), condenando o latifúndio (Art. 307) e os monopólios (Art. 113). Ou seja, se podemos resumir o saldo político mais importante da CBRV sem dúvida reside na ampliação dos mecanismos de participação social na política, mediante instrumentos de participação direta e semi-direta em todos os cinco poderes constituídos (executivo, legislativo, judiciário, eleitoral e cidadão) e em todas as esferas, desde a local até a nacional. Este é sem dúvida o seu aspecto mais inovador e que deve ser compreendido, em nosso entender, como o programa possível deste heterogêneo *movimento bolivariano radical de massas* no momento em que este atinge um alto nível de mobilização política e social.

Feitas as conquistas que foram consolidadas na CRBV, a luta por fazer valer os direitos inscritos na Constituição prosseguiria por outras vias. Agora, o movimento dos *barrios* seria instado a dialogar com a nova institucionalidade do país e as melhorias nas condições de vida tardariam a chegar, inclusive piorando em alguns indicadores, como vimos anteriormente. Foi somente depois de dois grandes conflitos que mobilizaram o conjunto das classes sociais venezuelanas, com vitórias que foram garantidas pelo setor precarizado dos trabalhadores e, em seguida, pela classe operária industrial, que esses setores conquistaram algumas políticas emergenciais promovidas pelo executivo nacional, por meio das *misiones*. Em 13 de abril de 2002, o conjunto do movimento, em aliança com uma parcela dos militares das forças armadas, derrotaram um golpe de Estado que dois dias antes havia deposto o Presidente e destituindo todos os poderes constituídos, Assembléia Nacional, Poder Judiciário, Eleitoral e Fiscais Gerais¹³¹. Em seguida, entre 10 de dezembro de 2002 e 10 de fevereiro de 2003, uma paralisação liderada pelos proprietários de empresas e por altos funcionários do Estado, sobretudo os cargos de direção e técnicos qualificados da PDVSA, com participação ativa dos donos dos principais veículos de comunicação do país, foi derrotada pela atuação disciplinada da classe operária industrial. Esses dois eventos lançariam o *proceso* em um novo patamar, como veremos mais aprofundamento no Capítulo 3.

¹³¹ O documentário *La Revolución no será televisionada*, de Kim Bartley (2003) fez o registro desses acontecimentos.

Anos se passariam sem que fosse significativamente alterada a vida nos *barrios* em temas estruturais como o da regularização fundiária, a melhoria dos serviços básicos de água, iluminação, transporte. Porém, em 7 de abril de 2006, uma *Ley de Los Consejos Comunales* foi sancionada pela *Asamblea Nacional* venezuelana, tendo por objetivo “crear, desarrollar y regular la conformación, integración, organización y funcionamiento de los consejos comunales; y su relación con los órganos del Estado, para la formulación, ejecución, control y evaluación de las políticas públicas”. Segundo o texto da lei, os Conselhos Comunaes, no marco constitucional da democracia participativa e protagônica, são:

instancias de participación, articulación e integración entre las diversas organizaciones comunitarias, grupos sociales y los ciudadanos y ciudadanas, que permiten al pueblo organizado *ejercer directamente la gestión de las políticas públicas y proyectos* orientados a responder a las necesidades y aspiraciones de las comunidades en la construcción de una sociedad de equidad y justicia social.¹³²

Segundo a lei, a máxima instância do Conselho Comunal é a Assembléia de cidadãos e cidadãs:

“Atribuciones de la Asamblea de ciudadanos y ciudadanas
Artículo 6. La Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas es la máxima instancia de decisión del Consejo Comunal, integrada por los habitantes de la comunidad, mayores de 15 años, y tiene las siguientes atribuciones:

1. Aprobar las normas de convivencia de la comunidad;
2. Aprobar los estatutos y el acta constitutiva del Consejo Comunal, la cual contendrá: nombre del Consejo Comunal; área geográfica que ocupa; número de familias que lo integran; listado de asistentes a la Asamblea (nombre y apellido, cédula de identidad); lugar, fecha y hora de la asamblea; acuerdos de la asamblea; resultados de la elección de las y los voceros, y demás integrantes de los órganos del Consejo Comunal;
3. Aprobar el Plan de Desarrollo de la Comunidad;
4. Aprobar los proyectos presentados al Consejo Comunal en beneficio de la comunidad, así como la integración de los proyectos para resolver las necesidades afines con otras comunidades e instancias de gobierno, bajo la orientación sostenible y sustentable del desarrollo endógeno;
5. Ejercer la contraloría social;
6. Adoptar las decisiones esenciales de la vida comunitaria;
7. Elegir las y los integrantes de la Comisión Promotora;
8. Elegir las y los integrantes de la Comisión Electoral;
9. Elegir a voceros o voceras del órgano ejecutivo;
10. Elegir a las y los integrantes de la Unidad de Contraloría Social;
11. Elegir a las y los integrantes de la Unidad de Gestión Financiera;
12. Revocar el mandato de los voceros o voceras y demás integrantes de los órganos del Consejo Comunal, conforme con lo que establezca el Reglamento de la presente Ley;
13. Evaluar y aprobar la gestión financiera;

¹³² LEY DE LOS CONSEJOS COMUNALES. Colección Textos Legislativos Abril, 2006. Grifo nosso.

14. Definir y aprobar los mecanismos necesarios para el funcionamiento del Consejo Comunal;
15. Las demás establecidas en la presente Ley y su reglamento;

Se analisarmos o conteúdo do conjunto da lei, verificamos a constituição de quatro poderes em nível local: o *poder ejecutivo*, mediante uma série de comissões responsáveis por implementar as decisões da Assembleia de Ciudadãos e Ciudadãs; o *poder financiero*, responsável por administrar recursos que seriam captados diretamente pela comunidade ou repassados pelo governo, oriundos de um Fundo a ser criado e transferido por meio de um banco comunal; o *poder electoral*, responsável por garantir os processos de escolha de porta-vozes; e o *poder de controle*, responsável pela fiscalização de todos os demais poderes. Esta Lei prevê, ainda, a criação de uma *Comisión Nacional Presidencial del Poder Popular*:

designada por el Presidente de la República de conformidad con el artículo 71 de la Ley Orgánica de la Administración Pública, a los fines de:

1. Orientar, coordinar y evaluar el desarrollo de los Consejos Comunales a nivel nacional, regional y local;
2. Fortalecer el impulso del poder popular en el marco de la democracia participativa y protagónica, y el desarrollo endógeno, dando impulso al desarrollo humano integral que eleve la calidad de vida de las comunidades;

Essa Comissão daria origem ao *Ministerio del Poder Popular para las Comunas y Protección Social*, criado por decreto presidencial em junho de 2009, com a competência de regular, formular e acompanhar as políticas, os planos e a realização das atividades do Executivo nacional em matéria de participação cidadã no âmbito das comunas¹³³. E, em 13 de dezembro de 2010, uma nova *Lei Orgánica de las Comunas* seria sancionada pela Assembleia Nacional, tratado de alterar alguns aspectos da lei de 2006, dos Conselhos. A Comuna, cabe aqui esclarecer, corresponde a uma instância de articulação entre os diferentes Conselhos Comunais (que reúnem entre 200 e 400 famílias em áreas urbanas, a partir de 20 famílias em áreas rurais e a partir de 10 famílias nas comunidades indígenas)¹³⁴ de uma *parroquia*¹³⁵.

A Lei das Comunas chama atenção em dois aspectos. Em primeiro lugar, trata-se de uma regionalização dos poderes previstos na Constituição Bolivariana. Assim, a lei pre-

¹³³ *Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela*. Miércoles 17 de Junio de 2009.

¹³⁴ Ley de los Consejos Comunales. Asamblea Nacional, 9 de abril de 2006.

¹³⁵ Corresponderia, a grosso modo, ao que designamos no Brasil de bairro, parte dos municípios.

via que a Comuna contasse com um poder legislativo, o *Parlamento Comunal* eleito entre os cidadãos e cidadãs, um poder executivo constituído de *Consejo Ejectivo* indicado pelo parlamento comunal (com caráter parlamentarista, portanto), um *Consejo de Planificación Comunal* (responsável por adequar ao plano local o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação e o Plano de Desenvolvimento Regional e as diretrizes do Conselho Federal de Governo), *Consejo de Economía Comunal* (responsável, entre outras coisas, a dar acompanhamento, ao *Banco de la Comuna*), a *Contraloría Comunal* (a quem corresponde supervisionar os projetos, planos e atividades de interesse coletivo), por uma *Justicia Comunal* (meio alternativo de justiça que promove arbitragem, conciliação, mediação e qualquer outra forma de solução de conflitos, sem contrariar as competências legais próprias do sistema judiciário ordinário). Em segundo lugar, por enfatizar reiteradamente sua subordinação ao “estado democrático y social de derecho y de justicia”, preocupação que não esteve presente na Lei dos Conselhos Comunais, os quais receberam um mandato mais amplo para estabelecer suas próprias regras.

Ocorre que esse conjunto de leis e órgãos criados com o objetivo declarado de estimular a organização nas comunidades, redigidos pelo gabinete presidencial, além de subordinar o chamado “poder local” às diretrizes pré-fixadas em nível nacional (*Plan Desarrollo Económico y Social de la Nación*, definido em 2002, *Consejo Federal de Gobierno*, escolhido pelo Presidente da República, etc.), na prática, substituiu a outras iniciativas que surgiram em um amplo e prolongado processo de discussão das próprias comunidades.

O sociólogo venezuelano-estadunidense Gregory Willpert registrou (2009), por exemplo, que o governo bolivariano, em fevereiro de 2002, atendera em parte ao anseio antigo das comunidades por regularização fundiária nos *barrios*, demandado desde o início dos anos 1990 pela, então, *Asamblea de Barrios*. O decreto 1.666 assinado pelo Presidente, em fevereiro de 2002, foi motivado em grande parte por um projeto de lei apresentado pela oposição, por meio do partido *Primero Justicia*, o qual seguia os moldes daquele proposto por Hernando de Soto, durante o governo peruano de Fujimori. Chávez manteve a premissa de Soto de que apenas terrenos governamentais poderiam ser destinados à regularização. Isso significa que 2/3 dos terrenos das favelas não poderiam ser regularizados, pois pertenciam a privados ou a proprietários

indeterminados. De qualquer forma, depois do Decreto, um projeto de lei seguiu para discussão com as comunidades. E, aponta Willpert, a razão pela qual essa lei demorou de 2002 até 2006¹³⁶ para ser aprovada foi o fato de que a proposta inicial ao ser levada às comunidades esbarrou na reivindicação pela criação da propriedade comunal.

Assim, para lutar pela regularização constituíram-se *comites de tierras urbanas* que acabaram assumindo uma ampla variedade de tarefas que começaram com a delimitação dos terrenos, avançaram para pressionar fortemente as agências governamentais responsáveis por serviços públicos como água, eletricidade, recolhimento de resíduos, obras e pavimentos e comunicações às necessidades das comunidades (WILLPERT, 2009)¹³⁷. É neste contexto que surge o primeiro projeto de Conselhos Comunais, em 2006. A reação de Roland Denis em artigo publicado em 2010 ao projeto da Ley de Comunas, neste sentido, nos parece sintomático. Denis apresenta oito argumentos contrários à Ley de Comunas proposto pelo governo bolivariano:

- En los preámbulos de la ley el estado es visto desde el punto de vista de su eficiencia como aparato, ni siquiera se asume el principio de su situación de transición o mejor de crisis. Las Comunas entonces se entienden como un órgano territorial más –una suma mecánica de consejos comunales- que ayuda al estado a aumentar la eficacia de su acción, reproduciendo aquella visión archiliberal de reducir el estado a un órgano de gestión de lo público: ¿dónde está la prioridad incluso constitucional del poder constituyente e intransferible del pueblo como sujeto político?
- En lo que respecta al poder popular es solamente un espacio de participación ¿participación dónde, en qué cosa externa y superpuesta a él mismo y que su-puestamente lo antecede, será dentro de la maquinaria del poder constituido? Entonces no hablemos de poder sino de “espacios de permiso” para que el colectivo desahogue sus ansias de reconocimiento. Eso nuevamente nos retrocede hacia una cómoda visión reformista del estado, muy aupada por todo el cortejo de “democracias” occidentales adaptadas al orden global posterior a la guerra fría.

¹³⁶ Ley Especial de Regularización Integral de la Tenencia de la Tierra de los Asentamientos Urbanos Populares., 17 de julio de 2006.

¹³⁷ Conf. también GARCÍA-GUADILLA (2007). Por outro lado, FERNÁNDEZ () considera os Conselhos Comunais como o culminar da constituição do sujeito político dos *barríos* desde a sua emergência na política nacional do final dos anos 1980. Porém, ela também reconhece que: “Outros conflitos foram ocasionados pelo desejo de diferenciação em termos de responsabilidades e financiamento de cada organização que convive num mesmo âmbito local, e a possível dependência entre elas. Por exemplo, na Paróquia 23 de Janeiro houve enfrentamentos entre os comitês de terra urbana, que já manejavam projetos com recursos aprovados, e os conselhos comunais, que foram criados posteriormente. Os comitês de terra tiveram de se integrar aos conselhos comunais e esse processo de integração foi conflitante, assim como as diferenças entre os líderes comunitários para as convocatórias, segundo a relação destes com as distintas frações que dominavam nos diferentes âmbitos” (p. 97). E se pergunta, sendo os Conselhos Comunais um espaço adequado, em sua opinião, para resolver carências coletivas no âmbito territorial, por onde passariam agora, as demais demandas da esfera produtiva e laboral que também pertencem ao campo dos trabalhadores ? E eis uma questão que permanece sem resposta em nossa opinião.

•Tenemos una concepción del territorio vista como una unidad abstracta y predefinida en mapas estáticos, al dividir o fragmentar de acuerdo a las conveniencias de cualquier cúpula de mando que conquiste hegemonía dentro del poder constituido. En definitiva, y esta es una de las cosas más peligrosas de este proyecto de ley, lo que se busca es una suerte de división político-territorial paralela, hecha bajo las condiciones de la ley misma (es decir, de una manera completamente vertical), que de alguna manera adverte o debilita la división clásica liberal-federativa del estado venezolano y que nos es más que una división al margen, corporativa, empresarial, dirigida estratégicamente desde el ministerio apropiado a este asunto como efectivamente se dice en el artículo 64 de dicho proyecto de ley.

•Sigue en consecuencia a lo ya argumentado que este espacio tan abstracto, tan “oficinesco”, a la hora de definirlo y proporcionarle identidad, se acuda a la redundancia académica de la “cultura”. Cada “territorio” es una suerte de museo de ideosincrasias y particularidades desde las cuales se define su identidad. Una manera exquisita pero muy “perra” de reducir la riqueza humana a la “cultura”. Aquí nos acercamos al feudalismo de la ley, porque vamos a ver desde donde carajo Catia y Antimano, por nombrar cualquier comunidad relevante, se diferencian por “ideosincrasia” y “cultura”. A unos les gusta el reguetón a los otros la salsa ¿será así?, unos son simpáticos y amables los otros terribles. Seremos entonces feudos fragmentados por “culturas propias” por quien me predefine e interpreta en el teatro de las representaciones políticas y las eficiencias tecnocráticas. Hasta donde sabemos, en una revolución que se respete las identidades colectivas se forjan por una condición de clase o de pueblo o de nación –o todas juntas-, una posición ante el mundo presente y una voluntad de quiebre; de allí su inmensa complejidad. En otras palabras, la identidad colectiva hay que producirla desde la rebeldía lograda del “nosotros” proletario y a vez oprimido, no predefinirla y muchos menos por nuestras serias o divertidas costumbres, manera incluso de destrozarse cualquier respeto y derecho de las verdaderas resistencias culturales de tantos pueblos originarios.

•Obvio, si estamos bajo un régimen de definiciones que van cerrando principios y conceptos que son claves a la hora de abrir el mundo hacia un horizonte de liberación, a la final habrán de imponerse una visión cerrada y muerta del espacio por liberar, de sumas de límites administrados desde las oficinas ministeriales que no es más que una visión carcelaria del territorio. ¿Y si a algún fantástico movimiento se le ocurre formar una Comuna que vaya desde Barinitas hasta Santa Cruz en Bolivia, entonces no es posible porque “no se adecúa a la ley?”, al carajo con ustedes, me imagino que les dirán. Eso por supuesto explica la última “misión” de las “Comunas”, que de acuerdo a nuestros legisladores, a la final se reduce a dar alimentación y promover la diversificación económica, resolviendo los problemas del estado capitalista y equilibrando los desbalances que protege. Pobrecitos los comuneros de París o las comunas mineras de Bolivia o los caracoles de Chiapas que querían y quieren el mundo entero así se delimite a su tierra. Si un pueblo hace Comunas es porque “lo quiere todo”, “todo para todos, nada para nosotros” como dicen los zapatistas. Es para transformar “su espacio” en un espacio liberado y definido desde la propia potencia insurgente frente al orden establecido; y esto cubre, como dirían nuestros maestros comunistas, todas las necesidades y todas las posibilidades que el colectivo humano concreto ha dispuesto y soñado para sí. Sólo la verdadera política, la sensatez táctica ante los peligros de fuerza real, puede poner límites a ello, jamás una norma impuesta por el teatro representativo y corporativo de la política burguesa.

•En consecuencia natural a estas premisas conceptuales establecidas, vemos como a continuación desde los propios preámbulos de la ley se concretan las normas de orden constitutivo para que según estos señores aclarados: una comuna sea comuna. Se establecen entonces una retajilla de instancias, mandos que van subiendo en un perfecto orden vertical desde el llamado parlamento comunal, pasando por un tal consejo de cumplimiento hasta un consejo de coordinación, entendidos siempre como un todo que se reúne luego no elige

sino que delega en primera y segunda instancia a delegados a su vez de consejos comunales un mando que termina en una pequeña coordinación con sus múltiples y preestablecidas comisiones. Los artículos de la ley luego definirán con mayor precisión estas instancias. A su vez ellas se guiarán por un conjunto de cartas y planes, un pesado cúmulo de papeles que delimitan el orden fundacional, el plan de desarrollo, hasta llegar a una carta comunal muy curiosa que establecerá las normas de vida dentro de la comuna. Ay papá, que será eso, a ver si un día no nos permiten andar en cholos por la calle o tomarnos una cervecita so pena de pasarnos a las instancias de la justicia comunal también preestablecidas, vamos a ver el rollo que se forma. Por supuesto no falta lo del banco comunal al cual todos los promotores le pondrán el ojo siendo además la vía perfecta para el chantaje burocrático hacia las comunas disidentes o alzadas, si es que en un cuadro tan carcelario así pueden darse.

- Lo cierto es que estamos viendo comunas como una simple agregación de comunidades vecinales, que luego pueden engrandecerse en ciudades comunales y espacios mancomunales, todo esto dirigido estratégicamente desde el ministerio de las comunas. ¿no es esto un estado corporativo que se visualiza como una gran empresa que va creando sus respectivas direcciones desde la unidad de consejos comunales hasta estas ciudades comunales, creando desde el artificio legal una territorialidad paralela al orden político-territorial del estado liberal-oligárquico?

- La Comuna que han pensado nuestros amables legisladores nada tiene que ver con nuevas relaciones de producción, con un concepto no estatal y representativo del mando, así lo digan veinte veces su carácter autogobernante se limita a la gestión interna de un territorio que ya de hecho ha sido encarcelado y rigidizado. Es una suma de consejos comunales no una reunión abierta de sujetos y organizaciones que comienzan a pensar en concreto su propio proceso de liberación territorial, cultural, productiva. Son comunas en el aire que se describen como si no estaríamos atados a un orden capitalista, como si la gente no viviera desgraciadamente de la angustia eterna de la pobreza y del tener o no trabajo para sobrevivir. Ellas no expropiaron ni ocupan, en realidad no tienen ningún poder más allá de las atribuciones burocráticas y participativas que les confiere la ley. Desde el artículo 5 donde se define que es una comuna ella se ve como una pequeña nada abstracta, fuera de toda realidad, proceso, sujeto, contexto, historia, que se hace porque hay una ley que dice como se hacen esas cosas además socialistas, con un socialismo por supuesto predefinido en la misma ley, bastante triste por cierto. A la final no puede ser otra cosa que la gestión territorial del pequeño capitalismo que ya no puede controlar todo el caos y la marginalidad que el mismo ha creado (DENIS, 2010).

Em suma, Denis sustenta que a lei das comunas, em primeiro lugar, apenas cria um órgão territorial a mais, permitido pelo Estado, que busca fragmentar o território com vista a favorecer novas cúpulas políticas, em um esforço por uma diversificação econômica dentro dos moldes capitalistas. E pergunta: onde está o poder constituinte e intransferível do povo como sujeito político? O que quer dizer isso de um “povo legislador e obediente” (citando uma passagem da lei)? A única saída, conclui, é um “pueblo constituyente y rebelde”.¹³⁸ Estaria a Venezuela bolivariana constituindo um Estado corporativo?

¹³⁸ *Id., Ibidem.*

Em 2010, o processo de organização de Comunas era uma realidade em várias comunidades de Caracas e outras cidades do país. Em nosso trabalho de campo foi possível observar uma Assembléia Comunal do *bloque 6 de Simón Rodríguez*, realizada em 11 de maio, da qual participaram cerca de 40 pessoas, homens e mulheres em sua maioria chefes de família. Participamos também de reuniões do Conselho Comunal do *bloque 6*, sendo a primeira no dia 06 de maio, e de diversas reuniões da *Comuna de la Parroquia El Recreo*, particularmente uma ocorrida em 12 de maio, que foi a primeira, da qual participou um funcionário da *Corporación Venezolana de Alimentos*, Jesus Merendes. Nessa reunião descobrimos que a *Parroquia El Recreo* estava sendo rebatizada com o nome *Amalivaca*, inspirado em inscrições ancestrais indígenas encontradas em uma pedra do Warairarepano (o Monte Ávila).

O ponto em discussão naquele momento era o repasse por parte de órgãos do governo de um ponto turístico no alto do Warairarepano. Neste lugar, a comunidade poderia fomentar atividades produtivas, com a venda de produtos alimentícios produzidos ali, de materiais da Comuna (camisetas com a inscrição *Amalivaca*, entre outros *souvenirs*), criar um espaço para os artistas locais, enfim. Na reunião do dia 12, fomos integrados à *Comisión de Alimentos* para auxiliar no cálculo dos preços dos produtos, bem como a conformar uma contabilidade social para as atividades econômicas que a comunidade passaria a controlar. Assistimos o grande esforço da comunidade para elaborar um projeto de trabalho comum para o local com base em precaríssimos recursos próprios. Na verdade, eram projetos propostos pelo governo, em atividades econômicas que estavam abandonadas pelo Estado, aos quais a comunidade tentava se inserir a partir de uma posição absolutamente desvantajosa, seja do ponto de vista dos recursos financeiros, que não haviam, seja a partir dos recursos humanos e técnicos disponíveis na comunidade. Não havia um só contador, quanto menos uma assistência que pudesse auxiliar na elaboração de uma nova forma de contabilidade social, que considerasse como riqueza, por exemplo, o tempo de trabalho social comunitário, a constituição dos diferentes fundos que poderiam derivar dos excedentes obtidos, as remunerações, enfim.

Na assembléia do *bloque 6*, dias antes, observamos que os assembleístas tentavam colocar em pauta assuntos diversos. A heterogeneidade de opiniões a respeito do governo aflorou na assembléia. O *barrio* não era um bloco *chavista* como poderia

parecer ao observador distante. Ali havia adeptos do partido Acción Democrática, havia muitos jovens sem partido, além de militantes do PSUV, partido impulsionado por Chávez. Não era um grupo homogêneo. Enquanto o clima ficava tenso pelas inúmeras questões que se tentava colocar em pauta de forma um pouco caótica, os conselheiros comunais tentavam orientar a discussão para a pauta que havia sido definida pelo governo: adaptar o conselho a novas regras legais em um prazo de 90 dias, dos quais já haviam se passado mais de dois terços. Finalmente, os assuntos pautados pelo Conselho se impuseram ao longo da assembléia, mas ao final, uma parte significativa dos participantes demonstrava estar descontente com os resultados do encontro.

Mendes, que estudou aspectos da democracia e da participação nos Conselhos Comunais na Venezuela, ressalta que um forte argumento de parte do governo Chávez em defesa dos conselhos é o fato de que os recursos financeiros não chegavam até as comunidades devido à burocratização, centralização e corrupção dos governos anteriores. Assim, os Conselhos Comunais, através de uma suposta descentralização, seriam uma forma de garantir o acesso direto aos recursos públicos por parte de população, atendendo à principal reivindicação dos venezuelanos pobres: acesso à renda petroleira. Porém, no que diz respeito à burocratização e centralização, apontou que:

Muitas vezes, entre o início de formação de um Conselho Comunal e o reconhecimento público de seu registro pode levar mais de dois anos, e entre o registro e o primeiro projeto aprovado pode levar até três anos. Quando os Conselhos estão registrados, e quando conseguem elaborar seus projetos, outros fatores podem influenciar na sua aprovação e execução. Por isso, quando perguntados sobre a capacidade dos CC influenciarem na política pública do bairro e do município, apenas 22% afirmam que influenciam muito, 42% influenciam razoavelmente, e 23% pensa que não exerce nenhuma influência. (p. 237-8)

[...]

O fato de que as comunidades sejam capazes de se organizarem para elencarem seus problemas, e assim elaborarem seus projetos, nem sempre significa que serão atendidas em seus anseios. Poder Executivo nacional, estadual e municipal não têm tido a capacidade de solucioná-los, apesar da grande quantidade de recursos provenientes da exportação de petróleo nesta última década de Governo chavista. É dado o caso que muitas comunidades organizadas em seus CC não recebem os recursos por muitos fatores: as famosas “gavetas” de gabinetes de técnicos de prefeituras e de governos de estado, a dependência do poder central de Caracas e seus ministérios, e os “humores políticos”. Muitos governadores e prefeitos também aprenderam a dizer não às reivindicações das comunidades; reivindicações estas que muitas vezes deveriam fazer parte de um plano de governo. Mas não são atendidas simplesmente porque tais comunidades não estão registradas na burocracia das Fundacomunais (MENDES, 2011, p. 239).

Quanto à corrupção, ela relaciona-se diretamente com o tema da autonomia, ou o que é o seu oposto, a subordinação hierárquica imposta pela centralização dos recursos e do poder no executivo federal, que estabelece uma relação vertical de cima para baixo entre o Gabinete Presidencial e as comunidades. É por aí que se abre a brecha para as práticas clientelistas tão familiares à cultura política venezuelana de todas as repúblicas, as quais estão na base também da corrupção nesta esfera (que difere apenas em escala daquela da alta esfera, com os oligopólios econômicos e financeiros). Evidência disso também coletou Mendes:

Em estudo de campo realizado na Fundacomunal de Caracas pude constatar junto aos entrevistados o centralismo burocrático vigente no processo de organização política promovida pelo Estado. Em cada Estado da nação existe uma Fundacomunal para assessorar os CC quanto a registros, informações e elaboração dos projetos, mesmo assim as pessoas continuam fazendo longas viagens até Caracas para solicitar estas mesmas informações que poderiam ser obtidas em suas regiões. Segundo os conselheiros entrevistados que vinham de distintas partes do país, em Caracas se consegue as informações que não se consegue em seus Estados, muitas vezes manipuladas contra quem não adere abertamente ao projeto chavista. Em Caracas também se consegue conversar com algum político influente para que determinados projetos sejam aprovados em detrimento de outros. Quando se trata da obtenção dos recursos e aprovação dos projetos e apoio nos gabinetes do Governo, o que parece ser determinante é a relação dos CC com o PSUV (Maya, 2010).

Segundo os entrevistados, mais de cinquenta por cento (50%) dos CC não contam com uma estrutura adequada para o desenvolvimento de seus trabalhos, pois não têm locais apropriados para as reuniões, nem contam com tecnologias e meios de comunicação para desenvolverem suas ações em rede (MENDES, 2011, p.239).

O pesquisador brasileiro relata também que Vásquez Vera realizou um estudo sobre circuitos de poder e controle político no período compreendido entre 1999-2010. Segundo a autora, ao longo do processo “foi se deslocando, progressivamente, a autonomia política e econômica das prefeituras e governações [sic] com a finalidade de consolidar um sistema de política centralizada”. E, numa segunda fase desse processo, deflagrado a partir de 2003 a 2006, o governo central foi sobrepondo a agenda governamental às gestões locais, exigindo-lhes a incorporação de práticas paralelas “tais como as cooperativas, as missões, a Frente Francisco de Miranda, os CC, os quais começam a receber recursos que, até então, estavam à disposição das prefeituras”. Mediante diferentes dispositivos, “o governo central reverteu a distribuição de competências e recursos” (MENDES, 2011, p. 231). Esse processo chegou a ser

percebido inicialmente como uma artificio para contornar os problemas de corrupção nas diversas instâncias intermediárias do Estado. Porém, como veremos, seu resultado foi mais contraditório.

López Maya, que realizou pesquisa de campo junto aos Conselhos Comunais de Caracas, concluiu também no mesmo sentido que Vásquez Vera e afirmou que os Conselhos “não têm força nem condições institucionais para exercer o controle sobre o Estado, o governo e o PSUV” (LÓPEZ MAYA, 2010). Ela resgata a história de organização de comunidades populares, em Caracas, e, recorda que, sejam elas autônomas ou organizadas pelo Estado, são muitas as experiências de frustração que se conhecem, motivadas, sobretudo, pela traição de líderes comunitários que se corrompem quando manuseiam verbas públicas.

Apesar de todos esses indícios de continuidade entre a IV e a V República, apontados pelos pesquisadores, esta não parece ser a percepção dos membros dos conselhos comunais sobre a democracia venezuelana, como demonstra o quadro elaborado por Mendes com base em levantamento de campo (Conf. Quadro 5, ANEXO R). Percepção esta que não o impede de concluir sobre os limites atuais da experiência dos Conselhos Comunais na Venezuela:

Diante de um quadro de perda da autonomia no campo do associativismo civil e de recentralização do poder político nas mãos do Governo Central, o que esta situação contraditória parece indicar é que a democracia na Venezuela chega apenas ao limite da lealdade ao projeto chavista. O princípio de lealdade a que estamos nos referindo pode ser melhor entendido a partir das palavras do próprio Chávez, pronunciadas depois do triunfo no referendun revogatório de 2004: “mesmo que não possa destituir a prefeitos nem a governadores, sim posso fazer outras coisas, não? Quero que saibam que nesta nova etapa aquele que está comigo, está comigo, e o que não está comigo está contra mim” (MENDES, 2011, p. 261).

A opinião de Mendes deve ser matizada não apenas pelas condições adversas que implicam tecer veredictos sobre processos inconclusos, mas pelo fato de que é pouco provável que a percepção dos moradores dos *barrios* sobre os conselhos comunais possam ser atribuídas exclusivamente às práticas sociais e politicas restritas a essa esfera da vida social. No bojo do *Proceso Bolivariano* e da relação do movimento dos trabalhadores com o aparato estatal gestaram-se inúmeras experiências educativas, produtivas, políticas, organizativas as quais conformam um campo de experiências

dinâmico, rico e heterogêneo os quais não podem ser compreendidos isoladamente nem fora do forte embate hegemônico que polariza o conjunto das relações sociais no país. Se os limites da prática comunal são elevados, também as contradições que ensejam com o conjunto do aparato tradicional do estado podem oferecer brechas por onde avançar. A consciência dos trabalhadores e a possibilidade histórica de construção de um outro Estado consiste neste caso o verdadeiro fiel da balança.

3 A CLASSE OPERÁRIA E O GOVERNO BOLIVARIANO

Após uma luta heróica de cinco dias, os operários foram esmagados. Fez-se então, entre os prisioneiros sem defesa, um massacre como se não tinha visto desde os dias das guerras civis que prepararam a queda da República romana. Pela primeira vez, a burguesia mostrava a que louca crueldade vingativa podia chegar quando o proletariado ousa afrontá-la, como classe à parte, com os seus próprios interesses e as suas próprias reivindicações. E, no entanto, 1848 não passou de um jogo de crianças, comparado com a raiva da burguesia em 1871. MARX, *Sobre a Comuna*, 30 de maio de 1871.

Se superar a dependência implica liberar as forças produtivas venezuelanas, arrancando o campo de seu abandono, diversificando a indústria, conferindo uma maior produtividade ao trabalho e transpondo a situação de subordinação à divisão internacional do trabalho e suas mazelas — a superexploração da força de trabalho¹³⁹ e as transferências de valor —, como seria possível engendrar um processo político que tornasse essa superação uma realidade?

A experiência histórica da América Latina no século XX nos aporta neste sentido testemunhos de três naturezas. O primeiro, advém da tentativa desenvolvimentista levada a cabo por um setor das burguesias nativas que acreditaram na possibilidade de superar o subdesenvolvimento sem romper com o sistema do capital, conforme advogaram os intelectuais vinculados a CEPAL. O segundo, emana da integração subordinada ao imperialismo — caminho que aliás foi perseguido pelo Brasil, seguindo preceitos de Fernando Henrique Cardoso—, mas que fracassou em suas promessas de redução estrutural da pobreza. O terceiro, emana de uma série de tentativas das classes trabalhadoras do campo e da cidade de romper tanto com a dependência quanto com a

¹³⁹ A categoria da superexploração da força de trabalho foi formulada em *Dialética da Dependência* por Ruy Mauro Marini. Conforme Marini, nas relações de superexploração “a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho (...) [seja] porque se obriga o trabalhador a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; (...) [seja] porque se lhe retira inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal” (MARINI, 2005). De acordo com Marini, a superexploração pode ocorrer através de quatro formas distintas, que costumam se combinar: (a) a conversão de parcela do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital; (b) o prolongamento da jornada de trabalho; (c) o aumento da intensidade do trabalho; (d) o aumento do valor histórico-moral da força de trabalho sem pagamento correspondente. “Embora em *Dialética da Dependência* Marini houvesse se referido às três primeiras formas, em *Las razones del neodesarrollismo* (MARINI, 2000) também considerou o hiato entre o valor histórico-moral e a remuneração como uma quarta modalidade de superexploração” (LUCE, 2012).

ordem internacional, sem no entanto haver logrado um êxito definitivo. Ao estudarmos o processo bolivariano da Venezuela, não estivemos alheios a estas experiências. Porém, antes de tomar essas questões de fundo como ultrapassadas ou assumir a atitude cínica do conformismo, nos propusemos a recolocá-las em análise à luz dessa nova experiência histórica.

Enquanto estudamos o *proceso bolivariano* da Venezuela estivemos indagando sobre essa condição de possibilidade, aceitando que a superação da dependência na América Latina implica em uma série de rupturas políticas que carregam consigo a potencialidade de engendrar um processo orientado ao desenvolvimento das potencialidades humanas. É neste ponto da reflexão que se coloca a questão das limitações do *proceso bolivariano* enquanto restrito à esfera nacional e, conseqüentemente, a transcendência que assume nesse contexto a deflagração de um conjunto de rupturas também em outras latitudes, sobretudo no continente americano, para que esse processo possa explorar de forma progressiva todas as suas potencialidades liberadoras, contendo tendências degeneradoras.

Porém, como um estudo do conjunto das lutas sociais na América Latina não cabe nas dimensões dessa pesquisa, procuramos avançar nossa análise perseguindo a trajetória da luta de classes¹⁴⁰ no interior do *proceso bolivariano* em seus diversos momentos, tomando em conta dois setores da classe trabalhadora venezuelana que nos parecem fundamentais, os trabalhadores precarizados dos *barríos* e o proletariado urbano-industrial¹⁴¹. Ocorre que a emergência do proletariado industrial como classe social politicamente organizada no interior do *proceso* somente se verificará no contexto do

¹⁴⁰ A escolha do enfoque que privilegia a luta de classes em detrimento de outras questões também pertinentes (como aquele da coerência ou não no cumprimento de compromissos políticos assumidos por um determinado governo, sobre a efetividade de suas políticas sociais, ou legitimidade institucional, por exemplo) fundamenta-se na compreensão de que a localização das classes sociais entre a estrutura econômica e a estrutura política e ideológica explicita o caráter de ambas as esferas. “las clases, en un sentido sociológico, se asientan fundamentalmente en la base material de la sociedad, pero actúan en y hacia la estructura político-ideológica; unas, las dominadas, para resistir, rebelarse, disputar, alcanzar y ejercer el poder político, y las otras, las dominantes, para mantener y perpetuar el poder. La dinámica de todas las estructuras, en definitiva, se ve remecida por la lucha de clases, lo que termina afectando los comportamientos de la economía y de la estructura política e ideológica. Estos cambios repercuten a su vez en las clases, en su estructura, en sus relaciones, organización, luchas y grados de fuerza” (OSORIO, 2009, p. 99-100).

¹⁴¹ E não o conjunto das classes sociais venezuelanas, dadas as dimensões dessa pesquisa. De qualquer forma, um aprofundamento dos temas colocados por essa investigação necessitaria avançar para um escrutínio sobre a constituição da burguesia venezuelana, suas frações (industrial, financeira, comercial) e setores (grande, média e pequena), formas de organização política, mecanismos de dominação etc.

acirramento da luta de classes que se verificou a partir de 2002. Essa emergência implicará em uma nova alteração qualitativa no interior do *proceso* que conduzirá ao questionamento direto à democracia parlamentar e dos limites do governo popular.

Assim, o presente capítulo, se reveste de dificuldades excepcionais, pois necessita operacionalizar uma análise que tome em conta o tema da luta pelo poder político (Conf. Nota Nº 3) pela classe trabalhadora no interior e por fora do aparato do Estado (Conf. Nota Nº 7). Para isso, analisaremos as relações políticas do governo bolivariano com a classe operária industrial. A razão para esta escolha, ademais das considerações sobre a viabilidade da pesquisa, é teórica. Se, desde janeiro de 2005, o principal porta-voz do processo bolivariano, cite-se, o Presidente Hugo Chávez, anuncia que o avanço da “Revolução Bolivariana” depende de uma *revolución en la revolución* e repousa na construção do Socialismo do Século XXI, coloca-se, em primeiro lugar, a questão da transição ao socialismo e, como pré-requisito em seu bojo o tema do poder dos trabalhadores. Vejamos, então, qual a realidade da classe operária industrial sob o governo bolivariano da Venezuela.

3.1 A situação da classe trabalhadora venezuelana

Nesse sentido, como uma primeira aproximação, analisaremos alguns indicadores sobre a estrutura da força de trabalho venezuelana, os quais ainda que não sejam conclusivos, nos oferecem parâmetros para a reflexão. Na medida da disponibilidade de informações, buscaremos comparar os dados mais estruturais sobre a força de trabalho com pelo menos as duas décadas anteriores ao governo bolivariano, a fim de melhor dimensioná-las do ponto de vista histórico. Com isso, pretendemos compor um panorama que permita melhor compreender a base sobre a qual a classe operária ganha existência material e política na sociedade venezuelana atual, bem como contextualizar os resultados mais estruturais das políticas governamentais em relação à classe trabalhadora, tendo como parâmetro de análise sua realidade prévia.

Inicialmente, a fim de dimensioná-la a partir de dados quantitativos disponíveis, um indicador que extrapola o operariado industrial, mas o contém, refere-se à População

Economicamente Ativa (PEA) da Venezuela, que é de 15.089.000¹⁴², e a Taxa de Desemprego, apontada como de 8,6%, em 2010. Essa taxa observou uma espiral ascendente que partiu de 6%, registrados em 1980, elevou-se para 10,4% (em 1990) e atingiu 13,9% (em 2000)¹⁴³. Assim, mesmo com a redução da taxa de desemprego observada em 2010 em relação as duas décadas passadas, esta é ainda superior a computada em 1980. Registre-se também que os índices observados entre 1991 e 2010 estiveram acima não somente da média latino-americana, que foi de 7,9%, em 1991; 10,4%, em 2000; e 7,3%, em 2010, como também de países como o Uruguai (8,9%, 13,6% e 7,1% nas respectivas datas) e o Paraguai (5,1%, 10% e 7,8%, da mesma forma)¹⁴⁴, os quais figuram entre os latino-americanos que portam indicadores severos de dependência tecnológica, financeira e comercial.

O INE divulgou recentemente a Taxa de Desemprego de maio de 2012, que ficou em 7,9%, sendo que um mês antes, em abril, chegou a 8,6%¹⁴⁵. No caso venezuelano, verificamos, portanto, uma estabilização da taxa de desemprego em torno ao patamar de 8% desde 2010, um índice superior ao experimentado em 1980 e inferior aos de 1990 e 2000, porém ainda alto inclusive para os padrões de outros países da região, com exceção do Brasil. Isso significa que em 10 anos de governo bolivariano não foi possível reduzir as taxas de desemprego para o seu patamar de 1980.

Vejamos mais alguns dados sobre a situação da classe trabalhadora venezuelana, tomando em conta que muitas informações necessárias para um estudo comparativo do período de 2010-2000 não estão disponíveis¹⁴⁶. De qualquer forma, verificamos no Censo 2001 que a Força de Trabalho empregada é composta por 46,18% de trabalhadores fixos, 12% de contratados, 6,82% de temporários, 22,09% de trabalhadores por conta própria, 5,84% de gerentes ou proprietários e 0,47% de

¹⁴² CEPALSTAT, Estadísticas e Indicadores Sociales. Población económicamente activa (PEA) (miles de personas de 15 años y más). Disponível em <http://www.eclac.org/estadisticas/>. Acesso em março de 2012.

¹⁴³ CEPALSTAT, Social Indicators and Statistics. Unemployment rate (average annual rate). Disponível em <http://www.eclac.org/estadisticas/>. Acesso em março de 2012.

¹⁴⁴ CEPALSTAT. Social Indicators and Statistics, Unemployment rate (average annual rate). Uruguay and Paraguay 1980-2010). Disponível em <http://www.eclac.org/estadisticas/>. Acesso em março de 2012.

¹⁴⁵ No Brasil, segundo o DIEESE, a Taxa de Desemprego medida em Maio de 2012 foi de 10,6%, contra 10,8% em Abril de 2012. Na Argentina, foi de 7,1% o Desemprego no primeiro trimestre de 2012, segundo a Agencia Argentina de Noticias, www.argentina.ar. No Uruguai, este mesmo índice, em Abril de 2012, foi de 5,3%, segundo o INE-Uruguay, consultado em www.ine.gub.uy.

¹⁴⁶ O CENSO 2010 foi divulgado apenas parcialmente até o momento.

cooperativados¹⁴⁷. A grosso modo, portanto, podemos inferir a partir desses dados que, por volta de 2001, cerca de 41,38% da força de trabalho ocupada venezuelana não gozava de emprego fixo¹⁴⁸. Isso, somado ao desemprego de 13,3% daquele ano, totalizaria em 54,68% dos trabalhadores venezuelanos subordinados a condições variáveis de instabilidade ou precariedade laboral — excluindo, portanto, aqueles classificados como gerentes ou proprietários.

Perseguindo as pistas existentes sobre o período atual para tentar algum parâmetro de comparação, dados divulgados recentemente pelo INE oferecem alguns indícios para avaliar as eventuais alterações na estrutura da ocupação da força de trabalho durante o governo bolivariano, ainda que estranhamente o INE não divulgue mais as distinções entre trabalhador fixo, contratado ou ocasional, o que dificulta a quantificação do trabalho precário. E faz mais, inclui o conjunto dos funcionários públicos, inclusive de alto escalão, em um parâmetro intitulado “empregados e operários do setor público”, para compor uma taxa de ocupação de 20% nesse setor.

Não obstante essa falta de padronização dos dados disponíveis e sua escassez verifica-se o aumento substantivo dos chamados “trabalhadores por conta própria”. Dessa forma, apenas esse setor da classe trabalhadora, em 2001, representava 22,09% da mão-de-obra ocupada. Porém, em 2012, esse mesmo setor representa 31,5% dos ocupados venezuelanos. Essa é, sem dúvida, uma elevação substantiva em um indicador que aponta uma tendência à precarização do trabalho, uma vez que no trabalho informal predominam atividades de baixa produtividade. Além disso, poderíamos agregar a esse percentual os 1,9% dos trabalhadores cooperativados e 0,9% que estão classificados como ajudantes familiares, o que totaliza 34,3% da força de trabalho em situação de provável precarização laboral, sem contratos de trabalho e direitos básicos garantidos. Ou seja, é possível que o trabalho por conta própria, informal, mesmo sem os dados sobre trabalho ocasional ou temporário e aqueles que são uma variação dessa categoria — chamados de *contratistas* (contratos temporários)—, tenha crescido, entre 2001 e 2012, em cerca de 12%. O problema dos terceirizados (*contratistas*) é particularmente preocupante como veremos mais adiante. E, ainda que somássemos os trabalhadores

¹⁴⁷ Percentuais calculados com base em números absolutos divulgados pelo Instituto Nacional de Estadísticas (INE). Población de 10 años y más en la fuerza de trabajo por categoría ocupacional, según sexo y entidad federal, Censo 2001.

¹⁴⁸ Desconsideramos para efeito desse cálculo a categoria dos “gerentes ou proprietários” que corresponde a 5,84% da força de trabalho ocupada. Contabilizamos, portanto, apenas os “contratados”, “temporários”, “trabalhadores por conta própria” e “cooperativados”.

temporários (6,82%), os que laboram por conta própria (22,09%) e os cooperativados (0,47%), em 2000, obteríamos um percentual de 29,38% da força de trabalho em condições de provável precarização, contra 34,30% em 2010, ou seja, 5,92% a mais, em 10 anos.

Sabemos ainda que, apesar dos ocupados urbanos em setores de baixa produtividade virem reduzindo sua proporção em relação a outros setores desde 2005, o índice de 2008, que é de 49,8% dos ocupados urbanos, o mais baixo alcançado em anos do governo Chávez (em 2002 havia atingido 54,9%), é ainda superior em 10 pontos percentuais ao índice mais alto dos últimos 20 anos, verificado em 1990, que foi de 39,1%¹⁴⁹. Pois bem, considerando que os anos 1990 foram de grande dificuldade para a classe trabalhadora, sendo 1990 o ano posterior à crise do *Sacudón*, coloca-se fortemente a possibilidade de a precarização dos trabalhadores urbanos ter sido agravada significativamente neste período, apesar das políticas governamentais.

A baixa produtividade do trabalho, ademais, não é apenas um problema para a classe trabalhadora, mas para o conjunto da economia venezuelana, pois indica uma incapacidade estrutural para o incremento qualitativo da produção de riqueza. O resultado desse processo tende a ser o aprofundamento da dependência e sua mais grave consequência social, a superexploração do trabalho. Pois, uma vez que as atividades econômicas não apresentam as condições necessárias para engendrar um processo produtivo capaz de suprir com vantagens as necessidades de abastecimento interno, nem mesmo de bens salário, enseja a dependência inclusive de artigos de primeira necessidade, os quais devem ser supridos pelo mercado externo, realidade que, como ficou demonstrado no Capítulo 1, afeta a sociedade venezuelana há várias décadas.

Por outro lado, e apesar dos indicadores que apontam para uma deterioração da situação do trabalho formal e queda de produtividade, verificamos uma maior distribuição de renda *per capita* e uma recuperação significativa do consumo por habitante nos anos do governo bolivariano. Assim, a distância entre a renda média *per capita* das famílias dos 10% mais ricos em relação aos 40% mais pobres vem se

¹⁴⁹ CEPALSTAT. Ocupados urbanos em sectores de baja productividad (sector informal) del mercado del trabajo, por sexo. Disponível em <http://www.eclac.org/estadisticas/>. Acesso em abril de 2011.

reduzindo desde 2005, passando de 13,7 pontos nesse ano para 8,4 pontos, em 2007, o que significa haver ocorrido uma redistribuição da renda em proporções significativas¹⁵⁰ no período.

Observando, no entanto, o perfil da distribuição em uma perspectiva de médio prazo, verificamos que os patamares de 2007 recompõem os índices de 1989, ano do *Sacudón*, que era de 4,38 pontos menos concentrados entre os mais ricos em relação ao período de maior concentração de renda do período estudado, o ano de 1997. Assim, em 2006, temos uma concentração de renda apenas 0,31% mais baixa do que a existente em 1989¹⁵¹. A ausência de dados sobre os anos subsequentes, neste caso, nos impede de conferir algum tipo de tendência mais persistente. **Nesse mesmo período, também verificamos uma recuperação do consumo das famílias,** depois das quedas dos anos 2002 e 2003 — possivelmente causadas pela paralisação de parte significativa das atividades produtivas ocorrida entre os meses de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003, a qual gerou forte desabastecimento no país. **Porém, esse ímpeto de consumo começou a ser freado em 2008, baixando para 3%, contra 5% de crescimento em 2007 e 4,6% em 2006. Essa queda sugere, de qualquer forma, uma tendência de esgotamento da política distributiva atual.**

Outro dado que merece nossa atenção é o crescimento em 6,3% da formação bruta de capital fixo por habitante no período compreendido entre 2000-2008¹⁵². Esse aumento dos investimentos em meios de produção esteve acompanhado do encolhimento dos empregos nos setores produtivo agrícola e industrial, os quais reduziram sua participação na estrutura ocupacional da população de 10,2% para 8,7% e de 22,7% para 22,1%, respectivamente, nesse mesmo período¹⁵³, transferindo esses trabalhadores

¹⁵⁰ CEPALSTAT. Estadísticas e Indicadores Sociales. Pobreza y distribución del ingreso. Relación del ingreso medio per capita del hogar: decil 10/deciles (1-4). Disponível em <http://www.eclac.org/estadisticas/>. Acesso em abril de 2011.

¹⁵¹ CEPALSTAT, Social Indicators and Statistics, Incom Distribution. Distribution of national income or consumption, by quintiles and deciles (Word Bank). Disponível em <http://www.eclac.org/estadisticas/>. Acesso em abril de 2011.

¹⁵² CEPALSTAT, America Latina. Formación bruta de capital fijo por habitante em dólares a precios constantes de 2000 (atasas de variación media anual), 1950-2008. Disponível em <http://www.eclac.org/estadisticas/>. Acesso em abril de 2011.

¹⁵³ CEPAL. *Anuario Estadístico de America Latina y el Caribe 2011*. Disponível em http://websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2011/esp/content_es.asp. Consultado em janeiro de 2012.

para o setor de serviços, o qual elevou sua participação na ocupação total da força de trabalho venezuelana de 67,1% a 69,2%¹⁵⁴.

De outra parte, **supõe-se que esse aumento dos investimentos em meios de produção deve ter sido concentrado no setor público, pois no setor privado, praticamente no mesmo período (entre 2001 e 2008), ocorre simultaneamente uma queda geral do volume da produção de manufaturados.** Segundo o Índice de *Laspeyres del Volumen de la Producción da Indústria Manufacturera Privada*, divulgado pela CEPAL¹⁵⁵, verifica-se uma queda na indústria de transformação, aquela que produz produtos de maior valor agregado, particularmente nos ramos de máquinas e equipamentos e materiais elétricos; ao passo que os setores que elevaram sua participação no volume da produção industrial são predominantemente da indústria extrativa, de baixo valor agregado, como mineração e madeira (cf. Quadro 6, ANEXO S). O crescimento da indústria do papel e gráfica, neste aspecto, reafirmam também essa característica.

Assim, **a perda de participação dos setores manufatureiros de maior produtividade no PIB associada ao que apontou Vera (2009) sobre a redução da participação do total da manufatura no PIB desde 1988, conforme demonstrado no Gráfico 1 (Conf. ANEXO E), apontam para uma crescente especialização produtiva em setores de baixo valor agregado, o que se configura como um indicador de incremento da dependência**¹⁵⁶. Essas tendências mais profundas da economia dependente latino-americana, neste sentido, não teriam sido contrarrestadas pelas políticas do governo bolivariano. Possivelmente por se tratarem de tendências que repousam nas estruturas profundas da dependência, as quais somente poderiam ser enfrentadas e contrariadas mediante um autêntico e prolongado processo de mudanças e rupturas políticas e sociais.

¹⁵⁴ Ora, se nos países do capitalismo central a tendência ao incremento da atividade do setor terciário se apoia no domínio prévio de forças produtivas, através de um desdobramento da geração de tecnologias e patentes levando à apropriação de valor em escala mundial mediante serviços financeiros, recebimento de royalties, pagamentos por licenças tecnológicas e de marcas, nos países dependentes a terciarização da força de trabalho pode revelar o encolhimento da indústria de transformação e a reprodução ampliada da dependência.

¹⁵⁵ CEPALSTAT. *Industria Manufacturera Privada*. Índice de Laspeyres del Volumen de la producción (base 1997=100). Disponível em <http://www.eclac.org/estadisticas/>. Acesso em abril de 2011.

¹⁵⁶ Osorio realizou estudo sobre o padrão de reprodução do capital na economia latino-americana e sustenta, com base em análise de dados referentes ao Brasil, Argentina, Chile, México e Colômbia, a predominância de um novo padrão exportador de especialização produtiva vigorando desde meados dos anos 1980 (cf. Osorio, 2012).

De qualquer forma, o agravamento da dependência implica em uma queda nas condições de reprodução da força de trabalho, cuja precariedade é uma característica intrínseca das formações dependentes. Essa realidade se evidencia nos anos de governo bolivariano não só pela manutenção e incremento da taxa de desemprego, mas pela incapacidade de reverter os índices de ocupação da força de trabalho em atividades precárias ou informais que são marcadas por mecanismos como a extensão da jornada de trabalho, aumento da intensidade do trabalho e pela perda de direitos históricos adquiridos — tendências que costumam caracterizar a superexploração do trabalho.

Em 2008, mesmo com todos os programas e bolsas sociais, trabalho temporário em larga escala através das *misiones*¹⁵⁷, entre outras medidas de fomento às cooperativas, nacionalizações etc., há fortes indícios de que o governo bolivariano sequer superou alguns dos índices sociais dos anos mais difíceis do período neoliberal venezuelano, concentrados no final da década 1980 e ao longo de todos os anos 1990. Mais do que isso, a redução da participação da indústria no PIB entre 1968-2007, corroborada pelo decréscimo da participação do emprego industrial no conjunto da força de trabalho empregada, como se pode verificar nos Gráficos 3 (ANEXO G), é mais um agravante a pesar sobre a situação de dependência do país.

Nesse caso, uma maior ou menor eficiência na distribuição da renda por parte do Estado, sobretudo em períodos de alta nos preços do petróleo, tem alcance reduzido, uma vez que não implica políticas que rompam com os vícios e determinações da formação econômica dependente e do esquema petroleiro-rentista. Sob esse contexto, as políticas sociais, se por um lado, atendem a demandas inadiáveis por saúde, educação, regularização fundiária, resultado de lutas sociais empreendidas por décadas, por outro

¹⁵⁷ Após 2003, ocorre uma grande ofensiva do Estado no desenvolvimento de programas sociais. A partir de uma série de iniciativas econômicas, sociais e culturais denominadas *misiones*, o governo impulsiona simultaneamente políticas públicas e, ao redor delas, organizações sociais que lhes dão sustentação e efetividade. Atualmente são 27 *misiones* e, em cada uma delas é definida a diretriz do programa e a forma da sociedade se integrar, constituindo comitês temáticos com poderes decisórios ou simplesmente apontando como demandar o programa e fazer o usufruto do mesmo. As *misiones* converteram-se no meio através do qual o governo Chávez ao menos parece tentar cumprir com aquele seu objetivo inicial: fazer com que a renda petroleira seja revertida em políticas sociais sem operar rupturas sociais profundas. Haverá que se analisar futuramente a forma da participação social em cada uma das *misiones* para poder compreender melhor as relações estabelecidas entre o Estado e os trabalhadores precarizados. A questão que nos parece pertinente formular a esta altura é em que medida as *misiones* podem ser canais de apropriação direta dos trabalhadores sobre as políticas públicas ou, ao contrário, de cooptação dos setores sociais que a elas se vinculam mediante concessões de bolsas-salário. Cf. POLANCO (2008); WILLPERT (2009); MUNDÓ (2009); MENDES (2011).

lado, não afetam o controle sobre a produção e os paradoxos da sociedade petroleira, com vista a um desenvolvimento capaz de liberar e desenvolver as forças produtivas do país.

Diante desta realidade e a despeito das intenções virtuosas ou não de diversos governos em superar os limites da economia petroleira, parece inevitável repor o questionamento sobre as efetivas possibilidades de o Estado atuar como fator de compensação das distorções desta economia. O mesmo poderia ser dito sobre as capacidades da “mão invisível do mercado”, neste sentido, tomando em conta as políticas implementadas ao longo dos anos 1990, como relatado no Capítulo 1. Nesse sentido, a experiência dos anos 1990, com as privatizações e redução do papel interventor do Estado na economia do país conferiu às afirmativas de Furtado, em suas reflexões de 1957, *status* de premonições:

Se se permitisse o jogo espontâneo das forças do mercado, a Venezuela tenderia a se transformar numa economia principalmente monoprodutora, com grande parte da sua população desempregada ou subempregada e com uma moeda ainda mais sobrevalorizada; os recursos provenientes do setor petroleiro seriam transferidos para os consumidores através de um forte subsídio cambial oculto; os salários monetários excessivamente elevados tornariam impraticável qualquer investimento destinado a substituir importações; a falta de investimentos nesse importante setor reduziria a necessidade de investimentos em infra-estrutura; os recursos financeiros disponíveis tenderiam a emigrar e o desenvolvimento geral do país seria muito lento ou nulo (FURTADO, 2008, p. 54-55)

É provável que o teórico da CEPAL tenha sobrevalorizado o papel do Estado como agente capaz de conter as tendências do capitalismo rentista e seu círculo vicioso, o qual obedece, a lógica da concentração e centralização do capital em um setor tão mais lucrativo e rentável do que os outros, como é o petroleiro, por sua condição de mercadoria altamente demandada pelo mercado mundial no atual estágio de desenvolvimento humano. Assim, a transformação estrutural preconizada por Furtado talvez dependa mais do que ele pode admitir de uma transformação social e política mais profunda.

É neste ponto que nos parece relevante a discussão sobre a questão do poder, pois qual força social teria a capacidade para implementar medidas que fossem capazes de efetivamente alterar ao mesmo tempo o regime político e a estrutura produtiva do país?

Por isso, e considerando a particularidade do *proceso bolivariano* que afirma tratar-se de uma revolução socialista embora não tenha ocorrido um efetivo controle do poder político de forma direta pela classe trabalhadora, buscaremos evidências a respeito do exercício do poder pela classe trabalhadora venezuelana, suas disputas e eventuais correlações de forças. Passemos, então, às lutas políticas da classe trabalhadora na Venezuela bolivariana nas experiências escolhidas para análise.

3.2 Luta política e autonomia sindical

Uma das convicções mais comuns a respeito do *proceso bolivariano* da Venezuela consiste na crença mais ou menos difundida de que a classe operária, após os anos de reestruturação produtiva neoliberal e considerando o perfil da indústria venezuelana, petroleira de elevada composição orgânica, cumpre um papel irrelevante para o conjunto das lutas sociais impressas no país desde 1989, quando irrompe a explosão social do *Sacudón*¹⁵⁸. Porém, uma análise mais detida dos momentos decisivos e dos impasses que atravessou o processo de transformações inaugurado com o governo bolivariano, em uma perspectiva histórica, nos conduz a uma constatação contrária. Vejamos, então, qual a situação e o papel da classe operária no conjunto das lutas sociais vigentes no país na última década para melhor compreender inclusive as disjuntivas atuais do processo bolivariano da Venezuela.

A vitória no contra-golpe de 13 abril de 2002 havia animado a classe operária, que participou como “povo” naqueles enfrentamentos¹⁵⁹. O papel central exercido pelo operariado na manutenção das atividades produtivas do país durante o que foi chamado de *huelga general* pela oposição e de *paro sabotage* ou *lock out* empresarial por parte dos simpatizantes do governo bolivariano, entre 10 dezembro de 2002 e 10 de fevereiro de 2003¹⁶⁰, no entanto, abriria um novo capítulo na história do *Proceso* e do governo

¹⁵⁸ Sobre o *Sacudón* cf. Introdução e Capítulo 1.

¹⁵⁹ Em 11 de abril de 2002 uma megamanifestação da oposição ao governo bolivariano, com apoio da alta oficialidade das Forças Armadas Nacionais, afastou por pouco mais de 24 horas do governo o Presidente Hugo Chávez e decretou a cassação dos mandatos dos deputados da Assembleia Nacional, bem como o fechamento do Supremo Tribunal de Justiça e demais instituições republicanas do país. O governo golpista foi dirigido pelo Presidente de Fedecámara, federação que congrega o empresariado venezuelano, Pedro Carmona. Depois de uma mobilização de massas de enormes proporções que posicionou-se em vigília cercando o Palácio presidencial de Miraflores, em Caracas, com auxílio de militares leais, o Presidente Chávez foi resgatado da ilha de La Orchila, onde era mantido sequestrado. Mais sobre os eventos de abril de 2002, cf. Maringoni (2004).

¹⁶⁰ Daqui por diante referidos como paralisação, eventos ou acontecimento de dezembro-fevereiro de 2003.

bolivariano da Venezuela. Essa paralisação foi o mais duro enfrentamento entre os apoiadores do governo e a oposição majoritariamente composta por setores das classes que anteriormente dominavam diretamente o aparelho de Estado na Venezuela.

Esse confronto opôs claramente um setor do empresariado vinculado aos negócios de importação, os proprietários de meios de comunicação de massa e parcela significativa do funcionalismo público de médio e alto escalão do Estado contra toda a aliança política e social que sustenta o *proceso*. Lançados em um conflito em torno do controle da produção no qual as partes opostas concentraram todas as suas forças, os setores de oposição conservadora ao governo conseguiram paralisar parte significativa das atividades do país, provocando uma queda na ordem de 27% no PIB de 2003. Porém, no seio desse conflito de grandes proporções, abriram-se novos caminhos para a organização e fortalecimento da classe operária na luta política travada no interior do próprio *movimiento bolivariano radical de masas* ao conferir-lhe sustentação social e material objetiva.

Desde o início do governo bolivariano, uma das primeiras questões colocadas no campo da organização dos trabalhadores foi o papel da *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV), órgão que congregava os principais sindicatos do país desde 1947. Desde então, e particularmente ao longo do período de *Punto Fijo*, entre 1958 e 1998, a CTV se conformaria com um perfil de co-partícipe do regime político do país com períodos de exercício de autonomia relativa em relação aos partidos que dominavam o cenário político e o Estado, segundo diversos autores¹⁶¹:

Desde los comienzos del movimiento laboral venezolano en 1936, los partidos políticos han ejercido una influencia importante en los sindicatos. Algunos historiadores argumentan que la experiencia venezolana a este respecto es distinta de la de otros países (como Inglaterra en el caso del *Labor Party*), donde la organización de los primeros sindicatos es anterior a la fundación de partidos políticos modernos, es decir, de masas. Aparentemente, en Venezuela, la secuencia fue al revés. Según este punto de vista, la sociedad civil (incluyendo a los sindicatos), como también los “lazos sociales tradicionales”, se encontraban prácticamente ausentes al comienzo del período moderno en 1936, dejando un vacío que sería llenado por los partidos políticos emergentes (Levine, 1978, 85-86; Coppedge, 1994,

¹⁶¹ Segundo Coronil (2002), a CTV incorporou ao longo dos anos 1958-1998 o "espírito de 23 de Janeiro", adotando a diretriz de manter os pactos e acordos que entrelaçavam trabalho e capital e expressavam o interesse comum no acesso à fonte de riqueza fundamental da nação. O primeiro desses pactos foi o Avenimiento Obrero Patronal, assinado em 24 de Abril de 1958, por todos os partidos políticos, incluindo o Partido Comunista de Venezuela. O acordo estabelecia limites às demandas dos trabalhadores em favor da estabilidade política, como vimos no Capítulo 1.

31). Sin embargo, el hecho es que en Venezuela la fundación de las primeras organizaciones laborales relativamente estables coincidió con la fundación de los primeros partidos políticos modernos, en 1936, después de la muerte de Juan Vicente Gómez. Recientemente, varios estudiosos han vuelto a examinar el año 1936, demostrando la efervescencia del movimiento popular y el grado de autonomía de su actuación (Battaglini, 1993).

Algunos analistas políticos argumentan que, a partir de 1936, el movimiento laboral se ha caracterizado por una relación de sumisión frente a los partidos y al Estado (Salamanca, 1995, 199-200; Salamanca, 1998). Dirigentes del partido La Causa R (antes de cambiar de línea a mediados de los años 90) defendieron vehementemente esta interpretación. Sin embargo, en varias situaciones históricas claves los dirigentes sindicales divergieron de las posiciones de los líderes de su partido político respectivo. Por ejemplo, los dirigentes de la Confederación de Trabajadores de Venezuela (CTV) eran partidarios de llamar a una huelga general en vísperas del golpe que derrocó al presidente Rómulo Gallegos en 1948, propuesta vetada por la dirigencia política (Ellner, 1980, 140). En 1958-1959, los dirigentes de la CTV defendían una política de unidad entre los partidos y proponían un candidato de consenso para las elecciones presidenciales de 1958 con el propósito de enfrentar a las fuerzas perezjimenistas. Este planteamiento también suscitó una reacción negativa entre la dirigencia partidista (ELLNER, 1995, p.37-38).

(...)

Frente a los inicios del programa neoliberal del presidente Carlos Andrés Pérez y el Caracazo de febrero de 1989, la CTV llamó a una huelga general de 24 horas para el 18 de mayo. Durante el resto de la administración de CAP, dirigentes laborales acompañaron a congresistas de Acción Democrática y otros partidos en esfuerzos para obstaculizar y demorar la implementación de legislación de inspiración neoliberal.

(...)

Con la llegada de Rafael Caldera a la presidencia, el comportamiento de los dirigentes de AD cambió y, de hecho, formaron una alianza no oficial con el gobierno, a cambio de un compromiso de garantizar la estabilidad de sus militantes en sus puestos en la administración pública. Hay quienes consideran la Agenda Venezuela de Caldera menos neoliberal que el “paquete económico” introducido por CAP. (...) Tal vez por los diferentes contextos políticos o por las diferencias entre los dos gobiernos en tácticas y estilo, los dirigentes de la CTV abandonaron su resistencia leve hacia CAP y brindaron a Caldera un apoyo casi incondicional.

El abandono, por parte de los dirigentes de la CTV, de aquellas posturas independientes y críticas que habían mostrado frente a CAP, se hizo particularmente evidente frente a las reformas que afectaban a las prestaciones sociales y al sistema de seguridad social. A diferencia de los dirigentes del movimiento obrero en otros países, quienes protestaron en contra de las amenazas a estas conquistas tradicionales, llegando a veces hasta a dividirse en torno de las disputas sobre cómo enfrentarlas, los dirigentes de la CTV terminaron apoyando las medidas propuestas mansamente y por unanimidad. Tomando en cuenta la importancia de estas reformas, y cómo el comportamiento de la CTV frente a ellas evidenciaba su falta de autonomía, resulta más fácil explicar su pérdida de prestigio en la segunda mitad de los 90. Por ello, hace falta examinar en más detalle la posición de la dirigencia cetevista frente a las dos medidas” (ELLNER, 2003, pps.157, 159-160).

Ao não resistir ativamente ao desmonte dos direitos previdenciários promovidos pelo governo nos anos 1990, a CTV experimentou uma fase de grande desprestígio como

representante dos interesses dos trabalhadores. Foi neste contexto que ocorreu a eleição de Hugo Chávez à Presidência da República, em 1998, inaugurando um período de aberta confrontação do novo governo com a Confederação sindical que, nas palavras do recém eleito, não passava de uma “máfia sindical”. Governo e CTV iniciariam, então, uma rota de colisão.

O primeiro episódio de maior envergadura neste conflito envolveu a renovação do contrato de trabalho com os petroleiros, em 2000, para o qual a proposta do governo bolivariano previa o sacrifício de diversos direitos conquistados:

Las coincidencias entre las posiciones de algunos chavistas y aquellas de las defensores del neoliberalismo se hicieron evidentes en 2000 cuando Héctor Ciavaldini, presidente de Pdvsa, presentó lo que llamó un “contrato moderno” para los trabajadores petroleros, con el propósito de transformar la industria. Nicolás Maduro y otros dirigentes de la FBT [Fuerza Bolivariana de los Trabajadores] apoyaron a Ciavaldini en el fin de desplazar a Fedepetrol, que había sido durante muchos años dominada por AD y encabezada por Carlos Ortega. Los planes de Ciavaldini fueron facilitados por la ANC [Asamblea Nacional Constituyente] que, en marzo de 2000, decretó la suspensión por 180 días de las negociaciones sobre el contrato petrolero. Así, Ciavaldini tuvo tiempo para redactar su propio contrato, mientras que se negaba a consultar a los dirigentes de Fedepetrol, aduciendo que eran corruptos y amarrados a intereses políticos. Ciavaldini viajó por el país reclutando trabajadores “voluntarios” dispuestos a participar en discusiones sobre el “contrato moderno”, y en agosto sus lineamientos generales fueron sometidos a referéndum y aprobados. Ciavaldini llamaba esta nueva manera de abordar la contratación colectiva el Nuevo Enfoque Laboral (NEL).

Este “contrato moderno” sacrificaba logros básicos de los trabajadores con el fin de aumentar la eficiencia de la industria. En primer lugar, proponía extender a tres años la duración del contrato colectivo petrolero que, a partir de 1946, se venía negociando cada dos años. En segundo lugar, Ciavaldini argumentaba que el sistema de comisariatos solamente favorecía a 30% de la fuerza laboral y proponía reemplazarlo con un sistema de tarjetas para hacer compras en los supermercados. Así, desestimaba el argumento de militantes sindicalistas (incluyendo algunos chavistas) de que sería preferible mejorar la calidad de los productos en los comisariatos en lugar de abolir el sistema. En tercer lugar, Ciavaldini proponía contratos separados para los empleados de Pdvsa y para aquellos de las empresas contratistas, otra vez cambiando una práctica vigente desde 1946. Esta iniciativa implicaba una mayor fragmentación del movimiento obrero petrolero pero tal vez respondía al objetivo de facilitar la penetración del FBT en el sector. Por último, Ciavaldini proponía aumentar el salario básico, argumentando que éste determinaba el monto de la jubilación cuyo valor se había disminuido a través de los años. De hecho, ese mismo argumento fue utilizado por los neoliberales para justificar la modificación del sistema de prestaciones sociales en 1997. Ciavaldini también era partidario de eliminar la retroactividad de las prestaciones sociales.

Los esfuerzos de Ciavaldini para debilitar la posición de Ortega y “revolucionar” la industria petrolera fracasaron. La posición de Ortega al comienzo de las negociaciones para el contrato de 2000 era muy débil y ni siquiera se concretó su propuesta de huelga después del decreto de la ANC que suspendió las negociaciones en marzo. Sin embargo, Ortega denunció el

NEL de Ciavaldini como “neoliberal” por marginalizar a las organizaciones obreras existentes. De hecho, el mismo ministro del Trabajo, Lino Martínez (también de izquierda), compartía la preocupación por este desconocimiento de la estructura sindical, y de los procedimientos establecidos. Martínez argumentaba que Ciavaldini violaba normas legales por cuanto las negociaciones contractuales tenían que basarse en un anteproyecto sometido ante el Ministerio del Trabajo por los representantes sindicales. Por su parte, Ortega sostuvo que se había intimidado a los trabajadores con el referéndum de agosto. Poco después, Ortega convocó una huelga exitosa que obligó a Ciavaldini a negociar un contrato con Fedepetrol en octubre. El contrato de 2000 concedió ventajas importantes a los trabajadores, permitió a Ortega recuperarse políticamente, y llevó al reemplazo de Ciavaldini en la presidencia de Pdvsa (Veneconomía, 2002, 4). La experiencia de la negociación del contrato de 2000 convenció a muchos independientes como al futuro presidente de Fedepetrol, Rafael Rosales, de la necesidad de mantener distancia tanto de los partidos políticos como del Estado (ELLNER, 2003, p.166-7. Os textos entre colchetes são de CF).

Assim, a tentativa de impor um contrato coletivo unilateral, que desconhecia as organizações sindicais mais representativas - Fedepetrol e Fetrahidrocarburos – favorecendo a constituição de novos atores sindicais, aspirava ao deslocamento do poder para fora das centrais existentes, tentando imprimir no movimento sindical o mesmo tipo de renovação que já ocorrera na esfera da representação político parlamentar. Porém, o que parece evidente é que esse deslocamento de representação não se dava em favor dos trabalhadores. Pelo contrário, propunha, por exemplo, elevar as perdas salariais em um país com inflação alta, ampliando de dois para três anos a discussão do contrato coletivo. Além disso, tentava dividir a categoria dos petroleiros, ao separar os trabalhadores fixos daqueles que eram temporários, os *contratistas*, no que se referia às negociações sindicais. A greve petroleira de 2000, portanto, não se tratou de uma greve da burocracia *puntofijista* que dominava PDVSA (a exemplo do que foi a paralisação de 2002-2003), mas de uma greve que encontrou sustentação na luta pela manutenção de direitos conquistados.

O líder dessa greve, Carlos Ortega, claramente afinado com o partido Acción Democrática, seria eleito em seguida o novo presidente da CTV. O governo tentaria retirá-lo do poder por meio do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que lançou um Referendo Sindical nacional. Distribuído para votação juntamente com as eleições para governadores e prefeitos, o referendo perguntava para toda a sociedade, incluindo os empresários:

¿Está usted de acuerdo con la renovación de la dirigencia sindical, en los próximos 180 días, bajo estatuto Especial elaborado por el Poder Electoral, conforme con los principios de alternabilidad y elección universal, directa y secreta, consagrados en el artículo 95 de la Constitución Bolivariana de Venezuela, y que se suspendan durante ese lapso en sus funciones los directivos de las Centrales, Federaciones y Confederaciones Sindicales establecidas en el país?” El resultado de este referéndum fue un fracaso, la primera derrota electoral del gobierno bolivariano, ya que apenas participó un 22% de la población votante. Puede considerarse que el hecho de estar acompañado este referéndum con la elección de los gobiernos locales (alcaldes y concejales) permitió que la abstención no fuera aún mayor (LUCENA, 2005).

A pergunta sobre as razões da derrota do governo nesse referendo pode obter diversas respostas, mas, se seu objetivo era promover uma renovação no mundo do trabalho venezuelano, seu método implicava uma intervenção direta do Estado e de todas as classes sobre a organização dos trabalhadores. O mesmo método não seria utilizado para renovar a direção empresarial, por exemplo. Lucena alertou que, de qualquer maneira, mesmo que o governo tenha sido derrotado, o referendo significou o desconhecimento das entidades sindicais pelos órgãos estatais e provocou que as empresas procedessem da mesma forma, tirando proveito dessa política para atacar direitos conquistados no período anterior (LUCENA, 2005, p. 76).

Após o referendo, a CTV se reorganizou, articulando a Junta de Conducción Sindical, integrada pelas diversas tendências do movimento sindical, inclusive as de esquerda, ampliando sua legitimidade. Com isso, conseguiu preservar a institucionalidade sindical e legitimar uma nova direção. Os registros do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), de 2002, indicavam que de um total de 2.974 organizações sindicais, 2.852 sindicatos haviam renovado suas direções.

2.044 afiliadas a la CTV, 49 a CGT, 34 a Codesa y 847 no confederadas. CTV constituye el 70% de los sindicatos, con un porcentaje mayor en cuanto a la población sindicalizada, ya que incluye a los de mayor tamaño (CNE; 2002). Es importante destacar que el registro electoral sirvió para precisar la tasa de afiliación sindical, que se ubicó en el 14% de la población económicamente activa y evidentemente ha venido bajando por el deterioro del mercado laboral. (LUCENA, 2005, p. 76-77)

Em 2002, portanto, a CTV havia se relegitimado. Isso explicaria em parte o poder que demonstrou nas greves gerais que convocou e na magnitude das mobilizações da oposição desde o final de 2001 até o golpe de Estado de abril de 2002 e na paralisação

que se estendeu de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003. A dimensão das mobilizações contra o governo bolivariano, ainda que concentrassem sobretudo a burguesia e pequena burguesia proprietária e não-proprietária (profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes), não deixou de contar com a participação de uma parcela do operariado industrial. De outra parte, também é verdade que a vitória do governo bolivariano sobre esse mais duro ataque da oposição também deve ser tributada em grande parte a atuação da classe operária industrial.

Durante la huelga general iniciada en diciembre de 2002, la llamada de la Coordinadora Democrática (que abarcaba a los partidos y las ONG de la oposición) para celebrar cacerolazos cada noche a partir de las 8 encontró receptividad en los sectores de la clase media y alta (haciendo recordar los días anteriores al derrocamiento de Allende). Después de tres días de huelga, la oposición declaró su transformación en su “huelga activa”, lo que significaba movilizaciones en la calle. Poco después, las entradas a las refinerías fueron escenarios de protestas por parte de personas de la clase media que intentaban impedir el acceso a las plantas de sus trabajadores, a veces tildándolos de “rompe-huelgas”. Los dirigentes chavistas, por su parte, caracterizaron a la huelga como un paro empresarial (“lockout”). Además de los obreros petroleros, las organizaciones laborales que representaban a los trabajadores de la industria pesada en la región de Guayana se negaron a apoyar la huelga, tal como en el caso de los empleados públicos y los trabajadores del Metro de Caracas. Los dirigentes de estos sindicatos, que pertenecían a la CTV y no eran considerados pro chavistas, surgieron como una tercera fuerza en el movimiento laboral del país.

Los dirigentes laborales “independientes” Rafael Rosales, Ramón Machuca, Franklin Rondón y Francisco Torrealba (presidente de los trabajadores del metro) se opusieron a las huelgas generales por dos razones. Primero, no estaban de acuerdo con la alianza con Fedecámaras, el adversario tradicional de la clase obrera. Segundo, señalaron que Ortega y otros dirigentes de la CTV no los habían consultado antes de llamar a las huelgas (ELLNER, 2003, p.171).

Depois disso, a legitimidade da CTV entraria novamente em crise. Uma nova organização sindical auspiciada pelo governo bolivariano ganhará projeção nacional, a *Unión Nacional de Trabajadores* (UNT). Um ato realizado em 5 de abril de 2003 unificou várias correntes sindicais contrárias a direção da CTV, como a *Fuerza Bolivariana de los Trabajadores*, *Autonomia Sindical*, *Bloco Sindical Clasista y Democrático*, entre sindicatos regionais do setor público, metroviários e químicos. Então, em 1ª e 2 de agosto, com a participação de 1500 delegados eleitos, representando 120 sindicatos e 25 federações regionais, foi fundada a UNT. Começava aí uma nova estratégia implementada pelo governo para enfrentar a CTV que apontava em dois

sentidos. Por um lado, estimulava a duplicidade sindical. Por outro, fomentava a formação de cooperativas de trabalhadores¹⁶².

El sindicalismo de la UNT se nutre de organizaciones creadas en los primeros años del régimen actual. Este proceso ha dado lugar a un decidido apoyo de la Administración del Trabajo. El fenómeno del paralelismo se ha multiplicado: se crean sindicatos en empresas y actividades en donde ya existen. De hecho, una explicación que se ofrece con relación al alto número de sindicatos no confederados que participaron en las elecciones de 2001 deriva de este proceso. Pero al crearse la UNT, buena parte de estos sindicatos pasaron a engrosar sus filas. El oficialismo ha sacado provecho del propio empleo público para el fomento de sus organizaciones. Si bien en las elecciones de 2001, en las elecciones de la Federación de Empleados Públicos, la oposición derrotó al oficialismo, este optó finalmente por crear una nueva central, que se beneficia, junto a sus sindicatos afiliados, de ser la favorecida para la firma de los convenios colectivos en los distintos entes públicos. Igual ventaja aplica la Administración del Trabajo para facilitar los procesos y diligencias que normalmente se tramitan en su seno. Se repite el favoritismo que en otros tiempos brindó el gobierno a los sindicatos dirigidos por líderes vinculados con los partidos oficialistas. En este escenario han venido multiplicándose los sindicatos oficialistas y han venido disminuyendo los sindicatos de la oposición, ya que la constitución de los primeros es en desmedro de los segundos.

La otra estrategia activamente desarrollada por el gobierno en el fomento de la organización de los trabajadores es el cooperativismo. Para el año 2000, en el país se contabilizaban 2.500 organizaciones cooperativas registradas. A inicios del 2004 este número se había multiplicado varias veces, se contabilizaban más de 24 mil organizaciones cooperativas (www.sunacoop.gov.ve).

Para entender el fenómeno del incremento explosivo de estas organizaciones, un “boom”, y de hecho para entender la vinculación que esto tiene con las nuevas formas de organización del trabajo, conviene considerar los siguientes aspectos. Primero, existe una política estatal de fomento de las asociaciones cooperativas (Presidencia, 2001; Barrios 2003). Además, con motivo del paro nacional de diciembre de 2002 y enero de 2003 el sector petrolero quedó desarticulado por los despidos de 19 mil trabajadores y la ruptura de la empresa estatal PDVSA con la mayor parte de las empresas contratistas, por lo que el gobierno optó por el fomento de las asociaciones cooperativas como opción para contratar servicios y actividades realizadas anteriormente con asalariados de la propia empresa petrolera y con contratistas -la vieja externalización- empresariales. Otra gran razón del “boom” del cooperativismo es el aprovechamiento que las empresas industriales y de servicio hacen de esta forma organizativa, ya que supone diversas ventajas empresariales: ventajas tributarias y laborales, y la

¹⁶² O incentivo a formação de cooperativas de trabalhadores também deve ser atribuído à estratégia de desenvolvimento endógeno levado a cabo pelo governo bolivariano, como veremos mais adiante.

amplia disposición gubernamental para proveer financiamiento a estas nuevas cooperativas. El artículo 34 indica claramente que los asociados “no tienen vínculo de dependencia con la cooperativa y los anticipos no tienen condición de salario” (...) “No estarán sujetos a la legislación laboral” (Presidencia, 2001). (LUCENA, 2005, p. 89-90)

A UNT fora fundada, portanto, sob uma dualidade. Por um lado, era auspiciada pelo governo. Por outro lado, resultava de um embate político de grandes proporções no qual a classe operária experimentara uma rotunda vitória. Durante os eventos de dezembro-fevereiro de 2003, a necessidade de impedir a paralisação das atividades produtivas, na PDVSA e demais empresas do país, privadas ou estatais, lançou o operariado industrial em um processo de controle da produção por meio de experiências diversas de cooperação, co-gestão, auto-gestão¹⁶³ e controle operário.

Na PDVSA, *locus* principal da resistência oferecida pelos setores opositores ao governo bolivariano, os trabalhadores, apoiados pelas Forças Armadas Nacionais ou pelos órgãos policiais de governo estaduais simpáticos ao governo bolivariano, deslocaram a direção que aderira à paralisação, tomaram o controle da empresa e experimentaram o controle direto da produção por 63 dias ininterruptos.

Nas empresas básicas, a luta por mantê-las em funcionamento em um momento em que se definia o destino político do país abriu caminho para o compartilhamento da direção entre o Estado e os trabalhadores na indústria de alumínio da Corporación Venezolana de Guayana. Um ano depois de vencer a paralisação, a CVG-ALCASA (Alumínios del Caroní), experimentaria a mais emblemática e duradoura gestão compartilhada de uma empresa entre o Estado e os trabalhadores, com o que foi chamado de *cogestión revolucionaria*.

Por toda parte, a polarização conformou dois blocos claramente definidos em defesa ou contra o *governo bolivariano*, conferindo caráter eminentemente político a cada novo fato. A vitória e a preeminência assumida pela classe operária ensejaria também uma

¹⁶³ Em outras palavras, de organização de cooperativas de trabalho em diversos setores da indústria, do comércio e dos serviços. A co-gestão refere-se à gestão compartilhada entre governo e trabalhadores em empresas estatais. Auto-gestão na maior parte das vezes está relacionada a experiência cooperativista, apenas com uma maior ênfase na questão do controle horizontal sobre a atividade produtiva e da administração geral da empresa. Sobre o controle operário, ver nota 164.

política de nacionalizações em setores que haviam sido privatizados, como o siderúrgico. A Siderúrgica del Orinoco – SIDOR seria reestatizada em abril de 2008, depois de uma persistente mobilização dos trabalhadores. Em outras partes, inúmeras empresas que foram fechadas por seus proprietários e mesmo, depois de quase três meses sem operação, abandonadas pelos mesmos, os trabalhadores ocupavam as instalações fabris e passavam a assumir as empresas, inaugurando diversos processos autogestionários ¹⁶⁴.

Vejamos mais de perto os casos de PDVSA, ALCASA e SIDOR desde a paralisação de dezembro-fevereiro de 2002-2003 até os dias atuais, pois temos o entendimento que essas experiências são significativas para compreendermos a trajetória do próprio *movimiento bolivariano radical de massas* no interior do *proceso* e em relação com o governo bolivarianos no novo período que se inaugura a partir de 2003. Assim, para os efeitos de nossa análise, tomaremos a luta de classes em torno do controle das atividades produtivas como um indicador do embate mais geral em torno dos rumos do país travado pelo conjunto das classes sociais venezuelanas. Começemos pela PDVSA.

3.3 Petroleiros lutam pelo controle da produção

Durante dos meses, contra viento y marea, y contando con el apoyo de las comunidades organizadas, los trabajadores intentaron poner en funcionamiento, sin jefes ni directivos, la industria petrolera, enfrentando las amenazas de los meritócratas golpistas, superando los problemas técnicos y las acciones de sabotaje y terrorismo informático.

Nunca se vio tan nítidamente en el país, un enfrentamiento entre las clases sociales. Por una parte, los propietarios de los medios de producción, despojados de toda máscara y sin intermediario alguno, asumían la responsabilidad directa de la conducción del paro patronal. Mientras que los trabajadores, tratando de sacarse de encima a la burocracia cetevista, también optaban por acercarse hasta las instalaciones petroleras y de forma voluntaria incorporarse al proceso de recuperación de la industria. Los sindicatos clasistas orientaban a los trabajadores a no abandonar los puestos de trabajo y a enfrentar a la vigilancia de las empresas si era preciso con tal que éstas permanecieran abiertas.

En un esfuerzo sobre humano, el 80% de la actividad de la industria petrolera fue pasada a manual, para superar los sabotajes informáticos. Los puertos pasaron a control de los trabajadores de los muelles y los barcos traídos a puerto por los marinos que desalojaron a los oficiales que los tenían secuestrados en altamar. Las refinerías produjeron la gasolina y el gas que hacía falta a la población, y los sindicatos de camioneros garantizaron la distribución de combustible en todo el país. A finales de enero de 2003, era

¹⁶⁴ Interessante também seria reportar o caso de Sanitários Maracay, empresa privada abandonada pelos proprietários e cujos trabalhadores lutaram durante meses para mantê-la em operação, sem qualquer apoio do governo. Este, ao contrário, depois da empresa recuperara apoiou o retorno dos proprietários, obstaculizando a iniciativa dos operários.

evidente que el paro petrolero había sido derrotado, y en febrero comenzó a recuperarse progresivamente, y no sin dificultades, la normalidad en la industria petrolera.

(...)

A raíz del paro-sabotaje petrolero, 250.000 trabajadores de otros sectores fueron despedidos por las empresas que criminalmente cerraron durante aquellos dos aciagos meses, tratando de descargar sobre los hombros de los trabajadores, las pérdidas que les ocasionó la aventura golpista en la que se habían embarcado. A otra cantidad similar se le obligó a renunciar a sus beneficios contractuales o se les desmejoraron las condiciones de trabajo, violando con esto todo el entramado jurídico laboral del país. Es decir, más de medio millón de trabajadores pagaron los costos del irresponsable paro. (CHIRINO, 2005)

Um processo como o venezuelano não se descortina em toda a riqueza da experiência social em dados estatísticos. Estes, ainda que não possam ser desconsiderados, necessitam ser confrontados com o conteúdo vivo e dinâmico das lutas sociais. Assim, se podemos inferir que as políticas do governo bolivariano sequer arranharam as estruturas nada flexíveis da dependência venezuelana no que se refere à exploração da força de trabalho, a análise das contradições engendradas pela própria luta de classes aponta para resultados menos conclusivos, ainda que também problemáticos. O controle direto da produção pelos trabalhadores petroleiros é um exemplo paradigmático neste sentido.

A empresa Petróleos de Venezuela (PDVSA), criada em 1976 como parte da política de nacionalização petroleira levada a cabo pelo governo¹⁶⁵, constituiu-se como um dos pólos centrais do aparato estatal na Venezuela. Responsável pela gestão e captação da renda advinda da principal atividade produtiva do país, a empresa constituiu-se historicamente como um aparato dentro do aparato. Do ponto de vista das organizações dos trabalhadores, desde o início da atividade petroleira no país, em 1917, sempre foi muito difícil atuar nesse setor. Coronil relata que o controle sobre os petroleiros, que foram durante décadas funcionários das transnacionais, se dava com apoio de serviços de inteligência estadunidense:

¹⁶⁵ A atividade de extração petrolífera na Venezuela remonta a 1917, mas a refinação somente começou a ocorrer em território nacional a partir de 1949, com a refinaria de Cardón pertencente a Shell (em 1950 entraria em operação a Amuay, de propriedade da Creole Petroleum Corporation), no estado Falcón. Em abril de 1960, durante a presidência de Rómulo Bentancourt, é criada a Corporación Venezolana de Petroleo, estatal criada para operar diferentes fases da indústria petroleira, desde a prospecção, passando pela exploração, refinação, transporte, compra e venda de hidrocarbonetos em nível nacional e internacional. Mas, somente em 1976 atividade petroleira passou integralmente para as mãos do estado venezuelano, mediante indenizações às empresas estrangeiras, ocasião em que também foi criada a PDVSA, assumindo as funções da antiga CVP e as nacionalizadas.

As transnacionais e o governo estadunidense pensavam que a contenção aos trabalhadores não poderia ficar a cargo de mãos locais. Daí designaram que o FBI e a CIA desempenhassem ações de espionagem, especialmente nas petroleiras, de combate ao comunismo (CORONIL, 2002, p. 207).

Jose Bodas, operador de unidade na refinaria de Puerto la Cruz, Oriente da Venezuela (cf. Mapa 1, I-2, ANEXO C), e Secretário-Geral da Federación Unitária de Trabajadores Petroleros (FUTPVC), relatou as dificuldades para organizar os trabalhadores do setor, particularmente para os grupos de esquerda:

Debemos resaltar que a la izquierda, en general, le fue muy difícil hacer trabajo en PDVSA. Recordemos, todos saben que Venezuela es un país petrolero, en el cual el petróleo, un país que vive de la renta petrolera, es muy importante y ninguno de los movimientos desde la izquierda (...) pudo hacer trabajo sindical de ningún tipo. Ya sea por la represión, ya sea porque los despedían y porque había una burocracia muy fuerte, muy consolidada¹⁶⁶.

Contradictoriamente, como era una burocracia muy fuerte, también, digamos que al resto del país les consideraba a una especie de privilegiados a los trabajadores petroleros. Es decir, tenían una serie de reivindicaciones, tenían escuela, tenían comisariato que eran unos alimentos muy subsidiados, había clínicas, liceos para los hijos de los trabajadores, estabilidad laboral, retroactividad de las prestaciones sociales” (...) “ascenso social, salario justo y estabilidad.¹⁶⁷

Essa situação somente começou a mudar, segundo ele, depois de dois episódios, o *Viernes Negro* de 1984 e o 27 de fevereiro de 1989. A crise, que se tornara geral, despertava toda uma rebeldia que se convertia em conflito com uma direção sindical que não enfrentava os interesses do governo e estabelecia relações de proximidade considerada exagerada com os partidos Acción Democrática e COPEI. Esta direção, conta Bodas, era vista como corrupta.

Después del Viernes Negro [1984], hay una crisis muy grande. Hay una explosión revolucionaria el 27 de febrero del 89. Entonces, el año en el que ingreso en la industria empezó ahí en el 89 esa explosión, muchos trabajadores jóvenes estuvieron como pueblo y no como clase. Estaba la burocracia. Nos empezaron a decir ‘va plantearse la lucha por el sindicato’. No. Era mucha la represión [incomprensible] Lo que empezaron fue canalizarlo vía el voto. (...) Todos los días hablábamos en contra de los adecos, que eran ladrones, etc. Todo mundo empezó con una rebeldía, apesar del aparato de represión, que amenazaba de botar a los trabajadores¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Jose Bodas, entrevista à autora, Caracas, 15 de julho de 2010.

¹⁶⁷ Jose Bodas, entrevista à autora, Caracas, 15 de julho de 2010.

¹⁶⁸ Jose Bodas, entrevista à autora. Caracas, 15 de julho de 2010.

De 1989 até o confronto em torno da paralisação de dezembro-fevereiro de 2003, no entanto, mesmo com o desgaste da direção sindical, PDVSA conformou-se como um espaço hegemônico pelos setores contrários ao governo bolivariano, mantendo suas relações prioritárias com AD. O próprio Presidente Chávez conta, em entrevista, que em seus quatro anos de presidência nunca havia conseguido reunir-se com os gerentes operacionais da empresa:

(...) en 4 años que yo tengo aquí, nunca pude reunirme con los gerentes operacionales de PDVSA. Uno no conocía quién en Occidente, cuáles son los gastos del Oriente, de las regiones, cuáles son los planes, qué ha pasado este año... aquello era una caja negra. Uno se reunía apenas con la directiva y ellos venían con una posición, con un documento, pero no habíamos logrado penetrar a fondo la empresa.¹⁶⁹

Pois, foi somente no bojo da tentativa de paralisação da PDVSA nos eventos de 2002-2003, por meio da ação enérgica dos petroleiros para tomar o controle direto sobre a produção, que, pela primeira vez na história desde a nacionalização, experimentou-se o controle da empresa para além dos grupos políticos afinados com o partido Acción Democrática. A PDVSA passaria ao controle do governo bolivariano pelas mãos da classe operária. O presidente Chávez interpretou esse momento histórico como a verdadeira nacionalização da empresa (BILBAO, 2003). Mas o significado desse episódio extrapolaria os limites de um projeto nacionalizador e foi reivindicado por lideranças sindicais como uma *revolución obrera y popular victoriosa*

(...) el imperialismo y la oposición golpista no entregaron de buena gana el control que tenían sobre PDVSA, sobre las empresas básicas. Se las arrebatamos. No estamos discutiendo que a la patronal le arrancamos un 10% de aumento salarial, ¡¡No!!, estamos diciendo claramente que en cierto modo le “expropiamos” las empresas que tuvieron secuestradas desde hace más de medio siglo. Nada más ni nada menos que se les arrebató el control sobre el 80% de la economía nacional. Si eso no es una revolución, que vengan entonces los especialistas en revoluciones a decirnos: ¿qué fue lo que sucedió entre diciembre de 2002 y febrero de 2003?

Este triunfo revolucionario ha sido el acontecimiento más importante que los trabajadores y el movimiento sindical han protagonizado como clase social, durante estos años de proceso revolucionario. Técnicamente no hubo cuestionamiento al gobierno, no hubo vacío de poder, en ese interregno, no hubo crisis revolucionaria, pero el resultado fue que los trabajadores le

¹⁶⁹ Em entrevista, o Presidente Hugo Chávez relata exemplos de como PDVSA estava desvinculada dos problemas do país. Segundo ele, a Equiven, que pertence à petroleira, possuía uma fábrica de fertilizantes, mas não havia forma de essa empresa vender o insumo a preços mais baratos aos produtores venezuelanos (BILBAO, 2003).

arrancamos por la vía de la confrontación y no de la negociación, la principal arma de los golpistas. En este momento, después de transcurridos dos años y medio de aquella experiencia, hay que retomar esa discusión porque es muy importante que el movimiento sindical, los dirigentes, los activistas y los trabajadores en general estén conscientes de la magnitud de lo alcanzado en aquellos dos meses de dura confrontación de clase.

(...)

Se ha abierto claramente una etapa de cuestionamiento al modelo capitalista y se vislumbra con mayor claridad la perspectiva socialista. Esta situación se ha generado por el proceso de tomas de fábricas por parte de los trabajadores, en su afán por defender el derecho al trabajo, los salarios y otras conquistas laborales. De este proceso de luchas surgió la Unión Nacional de Trabajadores, hija directa de la derrota del paro-sabotaje, tal como también lo son las Misiones, las cuales comenzaron a implementarse a partir del mes de julio del 2003.

(...)

Los trabajadores debemos ver desde una nueva óptica la lucha política y sindical en Venezuela para inscribirnos en una perspectiva que nos conduzca a alcanzar un gobierno de los trabajadores.

E, em seguida, a esta revolução, um retrocesso:

En PDVSA, durante 63 días hubo control obrero, pero muy pocos en la industria lo reconocieron como tal. Derrotado el paro-saboteo patronal se “institucionalizó” la cogestión con el nombramiento de Chávez de dos “representantes” de los trabajadores; pero sin embargo, eso no pasó de ser la vieja fórmula de los directores laborales. Por eso fracasó y por eso hay que evaluar y confrontar el papel cumplido por los supuestos representantes de los trabajadores.

En PDVSA la cogestión sirvió para ratificar que la vieja dirigencia sindical no está ganada para luchar por el control de las empresas. Quienes fueron delegados en esa función, terminaron adaptándose a la tecno-burocracia y no están dispuestos a renunciar a los privilegios que esa ubicación les permite. Pero los trabajadores, más temprano que tarde cobrarán esa factura.

La experiencia de cogestión en PDVSA la podemos catalogar de retroceso y en eso nos cabe una gran responsabilidad a los dirigentes de la UNT, que no acompañamos, alentamos, ni alertamos sobre los problemas que nos podríamos encontrar a cada paso, así como haber apoyado a los trabajadores haciéndolos conscientes del tremendo avance, de la gran conquista que significó haber controlado el funcionamiento de una empresa de alta tecnología como PDVSA. No acompañamos el proceso, no apoyamos lo suficiente a los hombres y mujeres que se echaron a sus hombros la recuperación de nuestra principal industria; no supimos extender la experiencia al conjunto de la clase obrera. Si los trabajadores petroleros logramos gestionar una industria de alta tecnología como PDVSA, todos los trabajadores venezolanos pueden dirigir la industria nacional, y desde allí prepararse para dirigir los destinos del país (CHIRINO, 2005).

O balanço do dirigente máximo da *Corriente Clasista Unitaria y Revolucionaria Autónoma* - C-CURA, Orlando Chirino, organização que talvez seja a que mais longamente vem reafirmando em sua prática a necessidade de autonomia sindical,

tratava de resgatar a experiência de controle da produção sobre a indústria petroléira para a classe trabalhadora. Mas caberia problematizar aqui o fato do acesso às instalações da empresa ter sido garantido pelas Forças Armadas, então em mãos do governo policlassista bolivariano. Esse elemento restringe a evidência de um controle operário¹⁷⁰, enquanto um efetivo poder dual, nestas circunstâncias. A manutenção da força armada nacional por fora do controle dos trabalhadores não é, neste sentido, um fato menor. Mas incide diretamente sobre o aspecto central do controle operário, ou seja

¹⁷⁰ As experiências de controle operário desde a Comuna de Paris (1871), passando pela revolução soviética e outras revoluções sociais, estão inseridas, teoricamente, nos debates em torno da transição do capitalismo ao socialismo, uma vez que os conselhos operários integram os problemas relativos à extinção do Estado burguês, ou seja, referem-se às formas transitórias de poder ou de poder dual que marcam o início da transição ao socialismo. Sobre esse tema, cf. Karl Marx, *A Questão Judaica*, de 1843; *A Guerra Civil na França* e o *Prefácio* à edição alemã de 1872 do Manifesto Comunista. Em Lênin, o poder dual “Es un poder completamente diferente del de la república parlamentaria democrática-burguesa del tipo general que impera ahora en los países avanzados de europa (...). Este poder es un poder *del mismo tipo* que la Comuna de Paris de 1871. Los rasgos fundamentales de este tipo de poder son: 1) la fuente del poder no esta en una ley, previamente discutida y aprobada por el Parlamento, sino en la iniciativa directa de las masas populares desde abajo y en cada lugar, en la “conquista” directa del poder, para emplear un término en boga; 2) sustitución de la policía y del ejército, como instituciones desvinculadas del pueblo y contrapuestas a él, por el armamento directo de todo el pueblo; con este poder guardan el orden público los *proprios* obreros y campesinos armados, el *proprio* pueblo en armas; 3) los funcionarios y la burocracia son sustituidos también por el poder directo del pueblo o, al menos, sometidos a un control especial, se transforman en simples mandatarios no solo elegibles, sino *amovibles* en todo momento, en cuanto el pueblo lo exija; se transforma de casta privilegiada, con una elevada retribución, con una retribución burguesa, de sus “puestecitos”, en obreros de un “arma” especial, cuya remuneración *no excede* del salario corriente de un obrero cualificado” (LENIN, 1985, Vol. 31, p. 153-156). Cf, também, de Rosa Luxemburgo, *Reforma ou Revolução* (1900) e *A Socialização da Sociedade* (1918). Gramsci também abordou o tema diretamente em *Controle Operário* (“L’Ordine Nuovo”, publicado no Brasil nos *Escritos Políticos* (Civilização Brasileira, V. 2, 2004). No texto, Gramsci afirma que “Para os comunistas, pôr o problema do controle significa pôr o maior problema do atual período histórico, significa pôr o problema do poder operário sobre os meios de produção e, por conseguinte, o problema da conquista do Estado”. Cf. também Mandel (1970) e o debate promovido pelo N° 33 dos *Cuadernos Pasado y Presente*, *Consejos Obreros y democracia socialista* (1972). Na introdução desse número dos *Cuadernos*, os organizadores apontam que, distintamente às organizações gremiais e sindicatos que se ocupam de temas econômicos ou de organizações autônomas da classe que emergem ao nível das massas propondo alternativas políticas, o controle operário dissolve na prática a separação entre economia e política (essência do modo de dominação burguês em geral e do regime democrático-liberal em particular), sendo irreduzível às práticas sindicais e parlamentares. Opinião menos otimista foi desenvolvida no mesmo número da revista por Franco Ferri, em seu artigo, *El problema del control obrero*. Ferri afirma que o controle operário é uma estratégia para a tomada do poder em uma situação revolucionária que ainda não coloca a socialização dos meios de produção. Não seria um programa de expropriação, mas de capitalismo de estado. O controle operário sobre a produção e distribuição, de forma orgânica e com planejamento de baixo para cima, teria a capacidade de converter-se de um instrumento de controle econômico em um instrumento de controle do Estado, como ditadura do proletariado. Porém, não teria a capacidade de promover a síntese entre democracia e igualdade substantiva. A unidade entre o político e o econômico permitiria desenvolver o Estado operário centralizado como instrumento de defesa para o avanço da revolução no momento que a precede e ao que a segue imediatamente. Isso significa dizer que seria um instrumento para tomar o controle sobre os bancos, sobre as fábricas (FERRI, 1972). De nossa parte, pensamos que na fase fordista do capitalismo ocidental com suas sociedades industrializadas, a fábrica constituiu-se como lugar por excelência da solidariedade possível do proletariado. Atualmente, na fase pós reestruturação produtiva neoliberal, esse espaço foi alterado em sua qualidade, pois restringido em suas possibilidades de solidariedade, ainda que acrescentado em termos de concentração de poder em um número até mesmo reduzido de trabalhadores. Obviamente, do ponto de vista do trabalho, em nível mundial, a industrialização chinesa em sua fase atual

o controle direto sobre as ações políticas em sua própria esfera de domínio. Neste caso, a manutenção do aparato de coerção do Estado, ainda que simpático aos trabalhadores na circunstância, mantém a cisão entre o econômico e o político, base do esquema geral de dominação do Estado burguês¹⁷¹. Esse “detalhe” talvez ajude a explicar porque foi tão fácil desarticular essa conquista dos trabalhadores. Ruy Mauro Marini, refletindo sobre a experiência da Unidade Popular no Chile de Allende, em debate com aqueles que defendiam estar em gestação um poder dual, afirmava: não há poder dual por dentro do Estado. Confundir *governos populares* e suas tarefas com poder dual consiste em um equívoco teórico que conduz ao erro político de eleger tarefas transicionais em uma fase em que o fundamental é a luta pelo poder político (MARINI, 1976).

Porém, a transcendência alcançada pelo controle da produção da PDVSA não deve ser menosprezada. Naqueles 63 dias, os operários petroleiros demonstraram sua capacidade para operar a atividade econômica estratégica do país. Romperam os esquemas de alienação e subordinação, desfrutando uma experiência que está para além das regras possíveis no interior do Estado nacional. A luta de classes havia conduzido o *proceso* a um limite para além de seus próprios objetivos programáticos iniciais ao colocar a classe trabalhadora em uma posição vantajosa para a luta de classes. Entretanto, a forma

coloca grande parcela dos trabalhadores em uma condição de trabalho *sui generis*, que funde aspectos da dominação tanto da fase pré-fordista, quanto fordista e pós-fordista ou toyotista, com impacto sobre a dimensão quantitativa do operariado em nível mundial. No caso venezuelano, caberia acrescentar que, no contexto pós-reestruturação produtiva e seu mercado de trabalho flexível, para além das fábricas e seu papel estratégico inequívoco — como ficou patente a partir da paralisação de dezembro-fevereiro de 2003—, também os *barrios*, local de moradia dos trabalhadores precarizados, convertem-se em espaços importantes de solidariedade e organização dos trabalhadores em torno não somente de questões relativas à vida comunitária, mas com possibilidades de fundir temas econômicos e políticos. Porém, este espaço de socialização não se localiza em um *locus* de poder concentrado e base nuclear do sistema social como é a fábrica.

¹⁷¹ Em nossa pesquisa de campo observamos um elemento que potencialmente poderia colaborar para a construção de um controle operário mais efetivo. Trata-se da anunciada estratégia de constituição de uma unidade cívico-militar, a qual ganha materialidade por meio da criação de uma Quinta Força no corpo das Forças Armadas Nacionais, a Milícia Bolivariana, juntamente com o Exército, a Armada, a Aviação e a Guarda Nacional. A Lei Orgânica das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (LOFANB) vai buscar a unidade a partir de, um lado, da convocatória à população para receber adestramento militar. Grupos de 30 ou mais pessoas de uma comunidade podem solicitar o treinamento na condição de Milícia Territorial. Também os reservistas podem conformar Cuerpos Combatientes de Reserva em qualquer espaço, de trabalho ou estudo. O treinamento se dá em instalações próprias das FAN. De outro, a FAN obtém direitos políticos aos quais estava limitada: o direito de votar nas eleições de todas as esferas e também nos referendums e lhe é delegada a função de contribuir com as instituições estatais na execução de tarefas vinculadas ao desenvolvimento econômico e social da população. O artigo 11 da LOFANB é explícito quanto as funções das MNB: “contribuir e assessorar na conformação e consolidação dos Comitês de Defesa Integral dos Conselhos Comunitários, a fim de fortalecer a unidade cívico-militar”. Não vamos nos deter aqui na análise das contra tendências que podem surgir dessa proposição, em particular o risco de que se converterem em estruturas de controle do Estado sobre a classe trabalhadora nos espaços de trabalho, estudantis e comunitários. Afinal, não há evidências suficientes de que as FAN venezuelanas tenham sido desconstituídas em sua função de aparato de repressão dos trabalhadores.

particular como aqueles operários acenderam a posição de controle da produção tampouco consiste em componente de menor importância. Em momento algum os operários petroleiros confrontaram com o aparato militar. Ao contrário, foram de certa forma tutelados pelas Forças Armadas Nacionais em seus esforços de controle da produção¹⁷².

De qualquer forma, o que nos parece relevante salientar a respeito do significado histórico desses acontecimentos — a despeito da profusão de análises que apontaram para a desimportância da classe operária no novo mundo do trabalho desestruturado e flexível¹⁷³ — é a reafirmação da centralidade da classe operária industrial como sujeito da mudança social estrutural. Diante do impasse colocado pela luta de classes venezuelana, essa classe oferece e detém em suas mãos uma definição. O controle da PDVSA pelos trabalhadores significou, também, a emergência do proletariado industrial como força política organizada atuando no interior do *proceso bolivariano*, apontando para o seu descolamento da aliança policlassista que caracteriza o *movimiento bolivariano radical de massas* do qual esse setor da classe participava até então “como povo”.

¹⁷² Pensamos que as lições das revoluções operárias do século XX não devem ser desprezadas para a compreensão do processo bolivariano e seus impasses. Um caso que mereceria análise comparativa mais detida com a experiência venezuelana reivindicada por Chirino, neste sentido, é aquele dos mineiros bolivianos, em 1952, a partir das Teses de Pulacayo. Não somente pelo paralelo boliviano relativo ao fator renda como fundamental no processo produtivo do país, mas porque a Revolução Boliviana de 1952 foi a primeira revolução social da América Latina liderada pelo movimento operário, o que nos oferece um caso comparável de revolução social em um país dependente em nosso continente. Andrade (2007) afirma que esse acontecimento aparentemente improvável de uma revolução operária em um país de desenvolvimento industrial reduzido explica-se pela particularidade de contar com um Estado que é muito dependente, assentado sobre um caso extremo de economia de enclave, que não representava mais do que os negócios de três grandes mineradoras. Esta configuração dependente não colaborava para a estruturação de uma forte burguesia nacional. Ao mesmo tempo, uma pequena burguesia que havia se expandido no impulso do setor minerador-exportador, sobre quem recaíam sistematicamente os custos da crise, junto com o operariado mineiro, criaram as condições específicas que desembocaram na experiência de 1952 e, posteriormente, em 1971. Outros paralelos entre a experiência bolivariana e boliviana são possíveis. O fato de que o objetivo de ambos os processos residia em alcançar o controle sobre recursos naturais estratégicos. Outro elemento consiste no fato de que tanto na Bolívia de 1952 quanto na Venezuela da segunda metade do século XX, o regime político não conseguiu incorporar as demandas dos setores populares. Por outro, também há diferenças substanciais. Na Bolívia, a COB havia unificado o movimento operário antes das experiências de controle da produção, sendo que na Venezuela não se verificou uma verdadeira unidade operária até os dias atuais. Mais sobre o controle operário na Bolívia, conferir Mandel (1970), que publicou um balanço daquela experiência publicado pelo economista burguês estadunidense, Cornelius Henry Zontag, o qual aponta a interferência do partido Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) que empregou nas minas mais de 10 mil funcionários entre 1951 e 1956, ao ponto de que havia dois funcionários externos às minas para cada mineiro que penetrava na terra para trabalhar. Além do MNR, outras organizações e organismos foram criados para desempenhar funções de chefia ou controle sobre os mineiros, semeando confusão no seio operário.

¹⁷³ Sobre esse tema cf. Gorz (1982).

Esse fato ofereceria novos horizontes históricos para o *proceso*. Colocaria a possibilidade de ir para além do programa metafísico vocalizado pelo governo em relação ao socialismo. A partir de 2003, a correlação de forças no interior do *movimiento popular radical de massas* sofreria, portanto, uma alteração qualitativa. O movimento operário assumiria protagonismo próprio, abrindo a possibilidade histórica de superação do programa implícito que articulava as forças do *proceso*, como resultado da luta de classes. Vejamos mais de perto as feições do projeto encarnado pelo governo bolivariano.

A proposta mais clara de transição ao socialismo elaborada na esfera alta de influência governamental foi condensada por Jorge Giordani, ministro do Planejamento e de Finanças que acompanha a liderança do Presidente Hugo Chávez desde os tempos da prisão. Giordani em seu *La Transición Venezolana y la búsqueda de su propio camino* (2007) parte de dois pressupostos: o acirramento das contradições do capitalismo sob a crise estrutural do capital, conforme definida por Mészáros (2002), e a incapacidade de reprodução prolongada do capitalismo rentista venezuelano. Logo de apresentar diversas séries históricas estatísticas, o autor prossegue fazendo um balanço dos anos 2003 (“ano duro de roer”), 2004 (“ano de recuperação”), 2005 (“ano de consolidação”) e 2006 (“consolidação e desenvolvimento”) do governo bolivariano e conclui apresentando oito projetos estratégicos para uma nova etapa.

O primeiro projeto, já iniciado, tinha por objetivo o pagamento da dívida social acumulada por meio das *Misiones*, programas sociais que teriam, de acordo com o autor, o mérito de resolver com eficácia no curto prazo os agudos e sérios problemas sociais que atingem “as massas”. Neste caso, caberia perguntar, quais os indicadores que apontariam para essa eficácia, cinco anos depois de lançadas as *misiones*, uma vez que não aparecem nas estatísticas disponíveis nem nos saldos das lutas sindicais melhoras significativas na situação de vida dos trabalhadores. O governo anunciou a erradicação do analfabetismo, mas nos faltam elementos para avaliar a eficiência no médio prazo das melhorias anunciadas, bem como fatores como o analfabetismo funcional etc.

O segundo projeto refere-se ao desenvolvimento produtivo “endógeno”, ou seja, a aspiração de *sembrar el petróleo* criando um circuito de acumulação interno

autosustentável — uma estratégia que mostrou fartamente seus limites estruturais ao longo de todo o século XX dada a constituição estrutural da economia petroleiro rentista¹⁷⁴. O terceiro projeto estratégico tem que ver com a utilização de um modelo de alto consumo energético tendo em vista a demanda prevista para as próximas décadas. O autor não adverte que essa demanda é majoritariamente internacional, ou seja, trata-se de um modelo exportador de recursos energéticos que aperfeiçoaria e aprofundaria a subordinação da estrutura produtiva venezuelana aos parâmetros da divisão internacional do trabalho e suas mazelas de reprodução da dependência¹⁷⁵.

O quarto projeto se define como uma transformação do aparato do Estado o qual é caracterizado como portador de uma herança clientelista. Essa transformação se daria por meio do controle social, e não na constituição de uma estratégia de construção de um poder dual orientado para fazer fenecer as estruturas de dominação burguesa e todo o seu aparato jurídico-político. O quinto projeto estratégico sugerido se refere à soberania e segurança alimentar necessária ao país, embora sem definir o conteúdo desse objetivo que sem dúvida é fundamental.

A sexta proposição aponta no sentido de promover a educação e comunicação dos valores nacionais, enquanto o sétimo projeto tem por objetivo operar uma descentralização e desconcentração das atividades socioprodutivas pelo território nacional por meio da consolidação do poder popular — objetivo que padece de um idealismo *tout court*, pois a superação da divisão campo-cidade torna-se possível como resultado e não como a origem de um proceso de transição de cunho socialista. E, finalmente, o oitavo projeto, que se relaciona com a conformação de alianças que favoreçam a constituição de um mundo multipolar (Giordani, 2007), prevendo, entre outras coisas, alianças com governos de diversas naturezas desde que desconcentre o poder imperialista hoje hegemônico pelos Estados Unidos da América, a despeito de serem estes governos ditaduras anti-operárias. Ou seja, resumidamente, trata-se de um programa de desenvolvimento do capitalismo com maior distribuição de renda, por

¹⁷⁴ Um estudo comparativo dos *Nucleos de Desarrollo Endógeno* (Nudes) com aquele dos Sistemas Locais de Produção (SLPs), que compunham a estratégia do Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE) dos governos da Administração Popular (hegemonizadas pelo Partido dos Trabalhadores), no Brasil, mereceria atenção de futuras pesquisas. Da mesma forma, os paralelos da estratégia “transicional” venezuelana e o que se denomina de Programa Democrático e Popular, no Brasil.

¹⁷⁵ E neste aspecto aproxima-se ao projeto de integração produtiva defendido por pelo economista Enzo del Búfalo, e cujo resultado social seria o fortalecimento de um capitalismo de Estado em benefício das transnacionais e de uma indústria nacional.

meio de uma tentativa de reeditar um Estado benfeitor em um momento em que o sistema do capital, se aceitarmos a tese de Mészáros (2002), vive uma crise prolongada e que, portanto, não está em condições de oferecer concessões de forma mais do que conjuntural em uma economia petroleira.

Já em seu *La transición venezolana al socialismo* (2009), Giordani advoga que a transição venezolana passa em primeiro lugar por una revolución política, onde

Por revolución política, ligada al modelo de desarrollo, entendemos el establecimiento de nuevas relaciones de poder frente al bloque hegemónico imperante. Tales relaciones deben conllevar a la creación de un bloque hegemónico alterno ligado a los intereses de los sectores populares y a los pequeños y medianos productores del campo y la ciudad. En cuanto a la *transformación productiva*, ligada al modelo de acumulación estaría definida por: la modificación de la base productiva del país buscando una mayor democratización del poder económico, el cambio en el rol del Estado para lograr que el proceso acumulativo se oriente a la satisfacción de las necesidades básicas de la mayoría de la población y a la defensa de la soberanía, la incorporación de mecanismos de autogestión productiva en nivel colectivo, la utilización de una planificación democrática como mecanismo regulador de las relaciones productivas, y la ubicación autónoma del país frente a la internacionalización del sistema capitalista
(...)

La puja por la captación del excedente petrolero y su uso posterior tiene hoy día una base dada la propiedad del recurso natural por parte del Estado, de allí el reto que significa plantear en la fase actual lo que llamamos el **socialismo productivo venezolano**. Tal denominación se encuentra fundamentada en la búsqueda de una máxima apropiación colectiva de la renta petrolera y el establecimiento de una justa e incluyente distribución que alcance a la mayoría de la población, y en consecuencia pueda producir un modelo de acumulación sustentable y permanente de tipo reproductivo basado en la lógica del metabolismo del trabajo. (GIORDANI, 2009, p. 23)

E, finalmente, Giordani advoga que as *Misiones* constituem-se em

un elemento de primordial importancia para el logro de esa maduración productiva que incida en el aumento de la productividad del nuevo modelo que se intente construir y que en la actualidad vive momentos de transición. Así como la política de maximización de la renta y su posterior distribución justa y equilibrada entre quienes menos tienen se hace imprescindible, la búsqueda de una máxima eficacia y eficiencia en el uso de los recursos viene a constituirse en una referencia imprescindible para comenzar a construir las bases del nuevo modelo productivo regido por la lógica diferente de la extracción del plus-trabajo por vía económica, típica del capitalismo y en consecuencia del existente en Venezuela del tipo subdesarrollado y dependiente, a otra lógica basada en el metabolismo del trabajo. Sólo las insuficiencias y carencias del nivel de productividad de la economía petrolera actual podrán sostenerse mientras dure el flujo de la renta internacional proveniente del mismo petróleo, pero mientras esa fase de transición pueda ser superada el rol del Estado como propietario y distribuidor de la renta pasará casi de manera inexorable por la fase de lo

que hemos llamado el socialismo productivo venezolano, tal vez orientado a una fase posterior dónde la productividad social, hoy en plena conformación, madure significativamente a niveles que le permitan un nuevo modelo de acumulación de tipo socialista no petrolero y autosustentable (GIORDANI, 2009, p. 81-82)

O problema que parece não advertir Giordani nos parece ser de duas ordens. Em primeiro lugar, relativo à classe social ou aliança que ele pretende que se constitua como base de sustentação dessa transição venezuelana ao socialismo. O autor menciona genericamente setores populares e pequenos e médios produtores do campo e da cidade. Estaria o ministro sustentando uma aliança entre os trabalhadores precarizados urbanos e a pequena burguesia proprietária para operar essa particular transição? Em momento algum Giordani afirma explicitamente serem esses os setores que sustentarão essa transição, mas tampouco trata de esclarecer afinal de contas quais classes sociais sustentam seu eclético projeto de revolução política. De qualquer forma o operariado venezuelano não é considerado sequer como parte constitutiva dessa aliança, não como classe. Nesse caso, haveríamos de perguntar a razão dessa exclusão. Ou, dito de outra forma, que tipo de socialismo é esse que não inclui em seu projeto político transicional os produtores da riqueza material?

Em segundo lugar, para o ministro, o desenvolvimento de um capitalismo de Estado que distribuiria de forma mais justa a renda petrolreira poderia, talvez, amadurecer de tal forma a estrutura produtiva do país que permitiria ensejar um novo modelo de produção de excedentes de tipo socialista. Ou seja, ele reconhece não estar em curso uma transição de tipo socialista na Venezuela bolivariana e propõe uma sorte de “transição para a transição”. Por isso é que o primeiro aspecto, mencionado no parágrafo acima, é tão relevante. Uma transição ao socialismo que é pensada sem contar com o protagonismo operário simplesmente tende a não se consumir como tal. Essa é a questão que em meio a muitas manifestações de boa fé Giordani não resolve. Trata-se de um tema que repõe um debate ocorrido no Chile, em 1971, sobre a transição ao socialismo ou uma suposta “transição para a uma transição” socialista, a qual redundaria em transição alguma¹⁷⁶.

¹⁷⁶ Cf. PIZARRO e GARRETÓN (1972).

A propósito dos paralelos com a experiência da *Unidad Popular*, no Chile (1970-1973), o Presidente Hugo Chávez afirmou reiteradamente que, distintamente, a Revolução Bolivariana, apesar de pacífica, não estava desarmada¹⁷⁷. Porém, talvez o aspecto que aproxime mais diretamente o processo bolivariano com o chileno dos anos 1970-73 reside não no fato de haver uma neutralização das Forças Armadas Nacionais em suas possibilidades de repressão ao movimento popular e dos trabalhadores, mas no fato cada vez mais evidente de uma ausência efetiva de aliança com o conjunto da classe trabalhadora, tratando de apoiar-se apenas em alguns de seus setores. Venezuela e Chile, neste caso, inverteram os setores sobre os quais se apoiar.

Assim, se a sustentação política do governo bolivariano toma em conta os setores precarizados da classe trabalhadora moradora dos *barrios*, no Chile de Allende, essa aliança não se consumou com os *pobladores*, ficando restrita ao operariado, ainda que em ambas as experiências históricas, dada a configuração do capitalismo dependente e o peso relativo do Estado, a pequena burguesia exerça papel importante. Marini (1976) sustentou a tese de que o governo da UP não conseguiu entrever o fato de que somente uma aliança proletária, urbana e rural, com aqueles setores excluídos do povo poderia conferir-lhe a posição de força para enfrentar a burguesia e o imperialismo e dar condição de continuidade para seu projeto estratégico de transição ao socialismo, fazendo a situação revolucionária em curso avançar para de um governo popular para um governo operário que colocasse a classe trabalhadora em uma situação mais favorável para a luta pelo poder.

No Chile do interregno entre 1970 e 1973 estes setores empobrecidos da classe trabalhadora haviam avançado muito em organização depois da experiência das

¹⁷⁷ A título de registro, nos parece que a ação governamental da Unidad Popular conseguiu fazer em 1 ano e meio o que o governo bolivariano não conseguiu realizar em 12 anos: (a) comprou as minas de carvão, as minas de ferro de Bethlehem Steel e a única siderúrgica do país, bem como nacionalizou as minas de nitrato de propriedade dos EUA e as minas de cobre de propriedade estrangeira; (b) passou a controlar 90% do setor bancário mediante uma oferta agressiva de compra de ações dos bancos privados através da Corporación de Fomento de la Producción (CORFO); (c) aplicou integralmente a lei de reforma agrária existente desde de 1967, com 70% ou 3 mil fazendas expropriadas pelo governo, das quais as mais modernas e com alta tecnologia foram reservadas ao governo e a esmagadora maioria expropriadas para os trabalhadores que nela trabalhavam sob a forma de cooperativas (e não como propriedade privada), da qual participavam também as mulheres com direito a voto; (d) controlou os principais setores da economia, com 70 das 91 empresas que figuravam no programa da UP nas mãos do estado. A estratégia neste caso foi criar uma Área de Propriedade Social e Mista (APS), dirigida pela CORFO, no caso das maiores e mais estratégicas empresas chilenas, e, mediante intervenções do estado, pressionar seus proprietários a vender as empresas para o governo – ainda que poucas dessas grandes empresas tenham sido realmente compradas (WINN, 2010).

ocupações urbanas e rurais. A *población* de Nueva Habana, por exemplo, organizava nove mil pessoas em 24 quadras nas quais vigoravam a autoorganização enquanto outras 300 ocupações somente na Capital em finais de 1971 organizavam *consejos comunales* e cerca de meio milhão de pessoas (1/6 da população chilena) vivendo em acampamentos temporários e dispostos a armar-se para manter as conquistas do governo Allende realizadas até ali, além de querer avançar na conquista de seus direitos a um teto e trabalho dignos. Os *mapuches* da mesma forma haviam recuperado suas terras e organizado *consejos campesinos* depois de correr as cercas até os limites ancestrais. E os trabalhadores industriais, sem limites à grande indústria como era o projeto da UP, haviam se organizado em 18 *cordones industriales*, que faziam um verdadeiro cerco a Santiago unindo os trabalhadores de todas as fábricas em uma organização territorial que transcendia a divisão por categoria profissional e sobrepassava o controle da CUT, dominada pelos comunistas e sua política de alianças com a pequena e média burguesia. Os *cordones* organizavam-se para enfrentar o desabastecimento, garantir a produção de bens necessários e apoiar-se mutuamente. A organização de trabalhadores urbanos, rurais e *pobladores* nos *consejos* constituiu na prática embriões de poder dual e atingiu uma articulação mais avançada na “*asamblea del pueblo*”, ocorrida em Concepción (WINN, 2010).

O governo da UP preferiu, no entanto, insistir em sua aliança com os setores de pequenos e médios proprietários que se beneficiavam do mercado negro e da inflação enquanto estes mesmos fatores corroíam os salários dos trabalhadores e deixavam recair sobre os mais pobres o peso da especulação com os produtos de primeira necessidade. Preferiu insistir também na aliança com a pequena burguesia não proprietária e burocrática chilena, particularmente sua fração nas Forças Armadas, o que gerou uma ausência ou atraso em uma estratégia de sustentação armada autônoma das transformações em curso, mediante a consolidação de um setor revolucionário no interior das próprias FAN e/ou a construção de um exército popular. Esta debilidade no campo militar da estratégia chilena de transição resultou fatal para o processo em curso, em particular para os trabalhadores e a esquerda revolucionária que foram massacrados pela reação brutal engendrada pelo golpe militar liderado pelo então comandante constitucionalista das forças armadas, Gal. Augusto Pinochet.

A razão para essa debilidade da UP também deve ser buscada em fatores históricos e em uma peculiaridade do desenvolvimento capitalista chileno segundo a qual a pequena burguesia obtivera vantagens e privilégios que permitiram a ela constituir-se como uma verdadeira classe reinante¹⁷⁸. É esta característica histórica que gerou a percepção da UP de que seu governo era um corpo independente e contraposto ao Estado e não parte dele e de suas contradições de classe, e ainda a ilusão de que as FAN chilenas funcionavam como árbitros do processo democrático (MARINI, 1976). Eis aí outro paralelo passível de estabelecer entre a Venezuela do *proceso* e o Chile da UP. O fato é que, tanto no Chile quanto na Venezuela, o poder dual apenas se insinuou.

el grado relativamente avanzado de la politización de las masas, conjuntamente con la creciente desorientación de la burguesía dependiente, en conjunto con la existencia de una tradición de ‘profesionalismo’ en las fuerzas armadas, ha traído como resultado una situación especial, en la cual las organizaciones políticas populares han ganado el control de la administración del Estado. Sin embargo, este acceso al poder no ha estado acompañado por una capacidad para ejercer una genuina hegemonía política, puesto que los agentes de la burguesía todavía tienen una amplia esfera de influencia y poder político. Por consiguiente, la situación es precaria y sólo un cambio profundo en la alineación de fuerzas políticas, por encima y más allá de los afrontamientos electorales puede darle una condición estable (QUIJANO, 1971, p. 8-9).

Assim, não existe poder dual sem o exercício direto do poder político pelos trabalhadores, em um momento em que a classe trabalhadora com seus mecanismos de democracia contribui para a extinção das hierarquias sociais, como condição para inaugurar-se um processo transicional de tipo socialista. Esta clara distinção do que caracteriza ou não uma transição de tipo socialista não emana puramente da teoria, mas também da experiência revolucionária da classe trabalhadora, uma vez que

¹⁷⁸ “Llamamos de clase reinante al personal de Estado que ocupa las posiciones cúspides dentro del aparato de Estado, tales como presidentes, secretarios de Estado, el personal de los cargos superiores de las secretarías, autoridades parlamentarias, ministros de la corte, altos mandos militares, etcétera. Desde el punto de vista de su procedencia social, la clase reinante no pertenece necesariamente a la clase dominante, si bien, por su posición en el aparato de Estado, tenderá a definirse por los intereses de aquéllas en los grandes debates y definiciones políticas. El ocupar posiciones dentro de una estructura fuertemente jerarquizada y con roles y funciones definidas hace que la clase reinante tenga límites precisos dentro de los cuales puede desplazarse. Esas jerarquizaciones y roles están delimitados por el carácter de clase del poder del Estado. De esta forma, *la clase reinante puede otorgarle a su gestión un estilo personal de gobernar, pero estará limitada para sobrepasar las fronteras marcadas por los intereses de clase que el Estado representa*” (OSORIO, 2009, p. 38).

siempre las clases dominadas han debido generar embriones de un nuevo Estado fuera del Estado capitalista (dando paso a la llamada dualidad de poderes) que exprese de la mejor forma su fuerza social y las nuevas condensaciones de relaciones de poder, llámense ejércitos revolucionarios, consejos de obreros y campesinos, etc. (OSORIO, 2009, p. 48)¹⁷⁹.

Feitas essas considerações teóricas e históricas mais gerais, e, retomando o curso do processo venezuelano, o fato é que até 2007, dirigentes como Orlando Chirino e José Bodas estavam alinhados politicamente com o governo bolivariano, ainda que mantendo posições autônomas. Isso não impediu Chirino de apontar sua opinião sobre o retrocesso que representava a co-gestão entre trabalhadores e o Estado em PDVSA, depois de 63 dias de controle direto dos trabalhadores sobre a produção. José Bodas, dirigente petroleiro da mesma corrente, afirmaria sobre o significado desses eventos:

¹⁷⁹ O poder dual, neste caso, foi verificado em todas as experiências que iniciaram transições de tipo socialista, desde a Revolução de Outubro (1917), passando pela Chinesa (1949), a Vietnamita (1951) ou a Cubana (1959). Assim, a Revolução de Outubro se define como operária e camponesa e teve como fundamento a democracia dos soviets de operários, camponeses e soldados. Lisa Foe (1972), inclusive, interpretou a degeneração burocrática da Revolução de 1917 como resultado em grande parte do equívoco em considerar a separação entre o “aparato de repressão” do Estado e seu “aparato de estatística”, o qual, acreditou Lênin, poderia ser tomado tal como estava pelos trabalhadores, enquanto que o de repressão deveria ser totalmente destruído. Daí a incompreensão que levou a direção bolchevique a não manter acesas as células primárias da democracia operária, abrindo com isso as portas para a supremacia da burocracia, única força social que se manteve organizada e ativa durante todo o processo. No caso da Revolução Chinesa, no bojo da tripla revolução (primeiro como revolução democrática, em 1911; depois como operária e camponesa, em 1919; e a terceira, agrária e socialista, com ofensiva que começa em 1946 e culmina em 1949), uma grande importância foi dada ao aspecto militar. Na China revolucionária, o movimento das comunas patrióticas camponesas de resistência ao invasor japonês tornou-se, como consequência da guerra civil, uma revolução dos camponeses pobres contra os ricos, pela reforma agrária. A degeneração burocrática maoista, por sua vez, é um fenômeno político diverso daquele experimentado pela Revolução de Outubro. Na China o atraso dos camponeses sem terra, as influências pequeno-burguesas, a debilidade do marxismo, o atraso do proletariado industrial e as pressões do stalinismo resultaram em um governo bonapartista pessoal baseado no partido e no exército, mas que manterá um caráter operário e popular do ponto de vista social por um longo período (Moreno, 1971, p. 49. Assim, a transição chinesa ao socialismo não prescindiu da constituição de territórios liberados sobre os quais o novo Estado foi erigido. No caso do Vietnã, foi sobre a base de um movimento antiimperialista, de luta de resistência anti-facista (França de Vichy e Japão) e de liberação nacional, inicialmente estimulado pela China dirigida por Chiang Kai Chek frente a ocupação militar japonesa do Vietnã, mas, em seguida seguindo seus próprios caminhos, que se constituíram as milícias de autodefesa do Viet Minh. Este movimento, como braço armado de uma frente antiimperialista e no bojo de greves operárias, de funcionários e mobilizações estudantis que, primeiro expulsou os franceses e depois os japoneses, é que constituiu a base do poder dual que destruirá toda a estrutura estatal anterior. A Frente Nacional de Libertação enfrentará logo adiante a escalada estadunidense (1954-1965) e a II Guerra da Indochina (1965-1975), quando declarará a “guerra total do povo inteiro”, sendo que em 1968 desencadeia a Ofensiva do Tet, atacando simultaneamente todas as cidades do Vietnã do Sul e a maioria das bases estadunidenses. E, em 30 de abril de 1975 “os tanques cruzaram os portões do Palácio Presidencial e completaram a unificação do país, pondo termo a 35 anos de luta quase ininterrupta” (Vizentini, 1988, p. 82). Em Cuba, a ação do M-26 operando para muito além da condição de “braço logístico”, não dispensou tampouco a guerrilha como um elemento fundamental de poder dual. Assim, a prolongada ação urbana que predominou até abril de 1958, cedeu prioridade para a guerrilha rural em duas colunas invasoras que se deslocaram em direção à planície, combinando múltiplas formas de luta militar e de massas que constituíram um outro caso paradigmático para a América Latina em que uma ação guerrilheira assume territórios, se constitui como poder dual e, a partir da ampliação deste poder territorial, faz o enfrentamento com o exército convencional do Estado burguês. Mais sobre a estratégia de chegada ao poder da Revolução Cubana em Bambirra (1974).

Si nosotros observamos lo que significó el paro/sabotaje del 2002, y el gran aporte [de] la clase obrera en toda la lucha desde el 1998 de votar por Chávez, [esta] fue diluida como pueblo. En toda esa lucha antiimperialista como pueblo, pero que irrumpe, para decirte claramente, esta política, que esto lo plantea el chavismo, a hacernos reformistas y decir que la clase obrera ... no ha hecho nada! eso es una gran mentira! Lo primero, quien enfrentó el paro/sabotaje en este país fue la clase obrera. Quien derrotó el paro/sabotaje de diciembre de 2002 fue la clase obrera. La clase obrera construyó una herramienta política sindical, la Unión Nacional de los trabajadores, para dar en mejor condición unificada esta batalla (...). Entonces, eso es totalmente falso, además del aporte económico de la clase obrera [para o processo].

A reflexão de Bodas sobre a classe operária “como povo” e como classe propriamente dita remete a uma reflexão necessária sobre a participação da classe operária no *proceso*. Desde 1989, a classe operária participou como parte do “povo”, diluída com o restante dos trabalhadores precarizados no *Sacudón*, no conjunto da sociedade nos processos políticos dos anos 1990, constituindo-se como parte do *movimiento bolivariano radical de massas*. Foi nessa condição que participou das contendas eleitorais, nos referendos, enfim, dos embates políticos do país sem a necessidade de organizar-se como classe social com responsabilidades específicas.

A classe operária experimentou nesse período uma diversidade grande de posições políticas pró e contra o próprio governo bolivariano. Porém, quando ocorre a paralisação de dezembro-fevereiro de 2003, essa classe, mediante sua própria práxis atua como um ator orgânico que utiliza toda a sua musculatura social para lograr seus objetivos de manter as atividades produtivas do país em funcionamento, em apoio a um determinado projeto político. E somente essa classe poderia assumir esta tarefa. Somente os operários da PDVSA, das estatais básicas ou privadas poderiam assumir a tarefa de manter o país de pé em um contexto de luta política de grandes proporções.

E foi precisamente a conquista prévia do aparato de Estado pelo *movimiento bolivariano radical de masas* que abriu caminho para a emergência da classe operária industrial e, com ela, a possibilidade da conformação de um governo popular mais claramente posicionado que pudesse oferecer uma condição mais favorável de luta pelo poder político aos trabalhadores. Um governo popular é aquele que coloca em jogo o poder político e atua no sentido de (1) dificultar a dominação burguesa; (2) jogar contra a burguesia os instrumentos legais e

materiais que dispõe exercendo contra ela um certo grau de coerção no limite do aparato estatal burguês; (3) reforçar a organização dos trabalhadores e facilitar sua constituição como força política com o objetivo de conformar uma aliança social revolucionária e (4) favorecer por todos os meios o controle das massas sobre a produção e a distribuição da riqueza (MARINI, 1976).

Porém, no caso venezuelano em tela, de 2003 para cá as contradições entre os interesses dos trabalhadores e do governo policlassista não deixaram de dominar a agenda do país. Em 2007, a unificação das organizações do sindicalismo petrolero em uma mesma federação tentou tornar-se realidade, com a criação da *Federación Unitaria de Trabajadores Petroleros de Venezuela* (FUTPV). No entanto, uma clivagem interna logo se faria sentir. A principal divergência envolvia o tema da autonomia sindical. Já no ano anterior, o II Congresso da UNT terminou sem uma resolução acordada entre as diferentes forças políticas. De um lado, a corrente liderada por Marcela Maspero afirmava que a prioridade máxima deveria ser a campanha para reeleger o Presidente Hugo Chávez no pleito de novembro de 2006, chegando a propor o adiamento do Congresso. De outro, a C-CURA, sustentando que, precisamente, aquele era o momento de definir o projeto da classe trabalhadora venezuelana e de incidir nos rumos do Proceso Bolivariano, no caso da reconfirmação de Chávez como Presidente. A implosão do II Congresso da UNT, com a decisão do grupo de Maspero de se retirar, provocou uma crise interna na UNT. De qualquer forma, foi a própria Marcela Maspero, membro do *Colectivo de Trabajadores en Revolución* que, em 2008, declarava:

— Sí, ahora es distinto, especialmente en cuanto al programa de los sindicatos o de la clase trabajadora, que sí puede coincidir con el programa del proceso revolucionario. En la práctica hoy, en Venezuela, los trabajadores coincidimos con el programa de liberación nacional, de erradicación de la explotación, de justicia social, igualdad, participación protagónica, mundo multipolar, socialismo, que expresa el Presidente Chávez. Pero hay un sector muy grande del Gobierno que dirige el proceso hacia el gatopardismo, cambiar para que nada cambie y son los principales violadores de los derechos de los trabajadores y el pueblo venezolano.

— [El Viejo Topo] Por qué?

— Fundamentalmente porque a esta nueva casta burocrática simplemente le aterroriza que la clase trabajadora se convierta en sujeto histórico, porque eso acabaría con los enormes privilegios y cuotas de poder que hoy mantienen. Por ello, dividen, secuestran, anulan cualquier posibilidad de participación realmente independiente de los trabajadores o movimientos sociales. (MASPERO, 2008).

Já no final de 2007, Orlando Chirino, então coordenador nacional da UNT, seria demitido de PDVSA¹⁸⁰. À sua denúncia da instalação de empresas mistas na atividade petrolífera, com capital transnacional e estatal, e das práticas de corrupção que esta política proporcionava, foi acrescentada sua posição em defesa do voto nulo no referendo à proposta de Reforma Constitucional apresentada em dezembro de 2007 pelo governo bolivariano. Sua demissão representou um recado claro de que o dissenso estava restringido entre as filas bolivarianas. As constatações de Ellner e López Maya, referidas anteriormente, sobre a ausência de uma hierarquia rígida entre o líder e o amplo movimento de massas que o sustentava não alcançaria a classe operária industrial do setor petrolífero e suas lideranças na altura do final do ano de 2007.

Assim, a rejeição da proposta de reforma constitucional apresentada a referendo provocou retaliações de parte do governo não somente contra lideranças do movimento popular dos *barrios*¹⁸¹, mas entre as lideranças operárias. Passava a vigorar a lógica “ou estás comigo ou contra mim”. Esse foi um fator que levou a fissuras também no interior das diversas correntes sindicais marxistas, as quais se dividiram entre posições favoráveis (*Marea Socialista y Clasista; Militante*), pela anulação do voto (*C-CURA; Juventud de Izquierda Revolucionaria* — seção da IV Internacional Trotskista) ou contrárias à reforma (*Unidad Socialista de los Trabajadores*). Contra a reforma, mas com uma estratégia de anulação de voto, argumentou Chirino:

Los Consejos Laborales, además de no ser organizaciones creadas en forma genuina por los trabajadores ni nacidos de su lucha diaria, son organismos que nacen tutelados y controlados en forma absoluta por el Ejecutivo, lesionando la independencia y la autonomía de los trabajadores y sus organizaciones. Ejemplo palpable de lo que afirmamos es lo que se vive en el Ministerio del Trabajo donde se ha creado un Consejo Laboral por indicaciones del Ministro, pero ese organismo sirve para cualquier cosa, menos para reclamar el derecho a la negociación de contrato colectivo en una institución que lleva 14 años sin firmarse una nueva convención colectiva de trabajo.

¹⁸⁰ A reação à demissão de Chirino foi nacional e internacional. Mas não alterou a decisão do governo.

¹⁸¹ A proposta de reforma constitucional apresentada pelo governo bolivariano em 2007 foi analisada por Denis, assim: “Para decirlo secamente compañer@s, considero que el esquema de hiperconcentración de poderes territoriales en manos de la figura presidencial, la cooptación y delimitación “constitucionalizada” del poder popular, la asimetría descomunal en los derechos al manejo directo de la renta de estado entre los poderes centrales, representativos y populares, la igual asimetría entre los espacios y atributos de las distintas formas de propiedad, entre otros (y no quisiera agregar algunos componentes de “derecho propio” hechos en anexo por la asamblea nacional, que sencillamente dan asco), no es una propuesta socialista y menos libertaria y emancipadora, es una propuesta que nos lleva directo al encajonamiento constitucional dentro del mas puro ‘capitalismo de estado del siglo XXI’”. DENIS, 4 de dezembro de 2007.

Se nota entonces el interés del Gobierno Nacional en seguir promoviendo la división en las filas de los trabajadores, anteponiendo organismos que no son autónomos y mantener la política anti-sindical desatada en el presente año, expresada en el desconocimiento de la Unión Nacional de los Trabajadores, de los dirigentes legítimos de los sindicatos petroleros y de los trabajadores del sector público, quienes llevan 36 meses esperando la firma de un nuevo contrato marco.

No menos podemos decir del artículo 141 reformado, con el cual se pierde el carácter de empleado público al servicio de los ciudadanos y ciudadanas para convertirse en instrumento del Poder Público central, medida con la cual se pone en riesgo el derecho a huelga, la estabilidad laboral, el derecho de organización sindical y de contratación colectiva, al convertir a los empleados de la administración pública en empleados de manejo y confianza (CHIRINO, 2007).

A Reforma Constitucional proposta pelo governo sob o anúncio de avançar na construção do socialismo previa estabelecer uma jornada de trabalho de 36 horas e criava um fundo de estabilidade social para os trabalhadores e trabalhadoras que laboram por conta própria. Esses dois artigos progressivos, que poderiam ser objeto de lei regulamentar, no entanto, não compensavam outros que preocupavam aos dirigentes sindicais como a co-responsabilidade entre patrões e empregados na garantia das condições de segurança, higiene e ambiente de trabalho adequados (que restringem a superexploração da força de trabalho ao impor respeito às condições mínimas de reprodução da força de trabalho em condições normais). A lei anterior estabelecia a responsabilidade e penalização patronal nesta matéria, e estes ainda eram lenientes no cumprimento dessa obrigação. Agora, se a reforma fosse aprovada, como seria? Os trabalhadores também deveriam responder judicialmente por acidentes sofridos no exercício do seu trabalho por falta de condições de segurança, higiene etc?

A reforma também não cumpria com um antigo compromisso do governo bolivariano de reverter a retroatividade sobre o cálculo das aposentadorias, direito histórico retirado pela reforma previdenciária aprovada durante o governo de Rafael Caldera, em 1997. Desde então, as aposentadorias eram calculadas sobre cada mês trabalhado e não com base no último salário recebido. Com isso, o valor das aposentadorias incorporavam as perdas inflacionárias acumuladas nos anos neoliberais. Mas a proposta de reforma silenciava sobre esse tema. Os sindicatos também queriam o respeito à autonomia sindical. Defendiam, sobretudo, uma reforma construída sobre outras bases, por meio de uma *Asamblea Popular Libre y Soberana* com delegados de trabalhadores, camponeses,

integrantes das forças armadas que revisasse e reformasse a CBRV para uma transição ao socialismo¹⁸².

Por outro lado, outra corrente sindical membro da UNT, *Marea Socialista*, em cujas filas militava o dirigente Stálin Pérez Borges, também lutador histórico do movimento dos trabalhadores na Venezuela, advogava pela aprovação da proposta de reforma no referendo. Mas vejamos como se sustentava essa posição:

Las conquistas que podremos obtener los trabajadores como las 6 horas de trabajo y la inclusión social a los trabajadores son de verdad hechos importantes.

(...)

Las definiciones contra los monopolios abrirán nuevos conflictos y de hecho es progresiva su inclusión en la Constitución, aunque sea en forma general y no se especifique qué pasará con los monopolios actuales del país. Lo mismo sucede con el latifundio que pasa ahora a estar prohibido a nivel constitucional.

Para este martes 16 de octubre está anunciado que la Comisión Mixta de la Asamblea Nacional informará ante el país sobre el resultado de las deliberaciones hechas con la propuesta de reforma presentada por Chávez. La prensa ya ha filtrado la información de que incorporarán 25 nuevos artículos más. Esto daría un total de 58 nuevos artículos. Entre éstos hay unos que parecen mejorados y otros tantos no. De las observaciones que nosotros hicimos en el documento que presentamos ante la Asamblea Nacional, están algunas recogidas entre las modificaciones hechas. Nos referimos a la intervención del Consejo Nacional Electoral (CNE) en la realización, fiscalización y legalización de las elecciones sindicales, que ahora pasará a ser sólo asesor. Porque había un involucramiento excesivo del Estado en los procesos electorales. Hay dualidad de funciones del CNE y el Ministerio de Trabajo en las elecciones sindicales. Esta dualidad la vienen utilizando para invalidar elecciones o retardarlas.

(...)

Y entre lo que no nos gusta está: que ahora se eleva el porcentaje del 12% de electores para promover enmiendas o reformas a un 12%, de 15% a un 30% para convocar a Constituyente; se incrementa del 10% al 20% de electores para referéndum consultivos y del 20% al 30% para referéndum revocatorio y del 25% al 40% del electorado para participar en consulta popular; y admitir que los diputados mantendrán su investidura mientras ejercen otros cargos públicos (PEREZ BORGES, 2007).

Cabe aqui um comentário sobre as afirmações de que a proposta trazia avanços em relação à Constituição Bolivariana de 1999 ao condenar de forma geral os monopólios e proibir o latifúndio. A CRBV, em seu Artigo 113, afirmava expressamente

“No se permitirán los monopolios. Se declaran contrarios a los principios fundamentales de esta Constitución cualesquier acto, actividad, conducta o acuerdo de los y las particulares que tengan por objeto el establecimiento de un monopolio o que conduzcan, por sus efectos reales e independientemente de la voluntad de aquéllos o aquéllas, a su existencia, cualquiera que fuere la

¹⁸² *Voz de los Trabajadores*. Caracas, octubre de 2007.

forma que adopte en la realidad. También es contraria a dichos principios el abuso de la posición de dominio que un o una particular, un conjunto de ellos o de ellas o una empresa o conjunto de empresas adquiera o hay adquirido en un determinado mercado de bienes o servicios, con independencia de la cauda determinante de tal posición de dominio, así como cuando se trate de una demanda concentrada. En todos los casos antes indicados, el Estado adoptará las medidas que fueren necesarias para evitar los efectos nocivos y restrictivos del monopolio, del abuso de la posición de dominio y de las demandas concentradas, teniendo como finalidad la protección del público consumidor, de los productores y productoras, y el aseguramiento de condiciones efectivas de competencia en la economía. Cuando se trate de explotación de recursos naturales propiedad de la Nación o de la prestación de servicios de naturaleza pública con exclusividad o sin ella, el Estado podrá otorgar concesiones por tiempo determinado, asegurando siempre la existencia de contraprestaciones o contrapartidas adecuadas al interés público (CRBV, 2002, p. 119).

Assim, se o texto da Constituição de 1999 era categórico na proibição dos monopólios e ainda considerava ilícita a especulação, o desabastecimento por sonegação de produtos necessários à população (*acaparamiento*), a cartelização e outros delitos conexos, também já afirmava em seu Artigo 307 que “el régimen latifundista es contrario al interesse social” (CRBV, 2002, p. 328), dispondo que a lei deveria prever as penalidades para punir quem mantém terras ociosas. Em outras palavras, analisando a aceitação da reforma que preconizava Stálin Pérez e sua corrente, verificamos que não havia maior razão do que a jornada de 36 para apoiá-la, enquanto as razões de preocupação pareciam predominar de fato, particularmente nos aspectos que tornavam maiores os obstáculos para acionar os mecanismos de participação direta sobre temas relevantes para o país, mencionadas na parte final da análise de Pérez, com a elevação dos percentuais exigidos para impor os mecanismos legais de democracia direta, tais como os referendos revogatórios.

A divisão entre um sindicalismo que se confunde com o oficialismo e outro de caráter classista lutando por autonomia marcou a eleição da FUTPV, em 2009. Apesar de nove chapas terem sido inscritas, as eleições foram polarizadas entre a chapa que assume posições oficialistas, da corrente *Vanguardia Obrera Socialista* (VOS), de Wills Rangel, e a encabeçada por José Bodas, da C-CURA. A votação elegeu Rangel, primeiro colocado, ao posto de presidente da Federação, e Bodas, segundo mais votado, ao cargo de Secretário Geral. Assim, a permanente interferência do governo bolivariano e conflitividade com o movimento operário petrolero tem provocado, ao final, dois tipos de resultados. Ou o imobilismo de uma direção que não consegue unificar o movimento

em torno de pautas claras. Ou o risco de divisões que causam o enfraquecimento das organizações e lutas dos trabalhadores.

Mas, enquanto o controle da produção petroleira pelos trabalhadores sofria reverses, uma outra experiência política ganharia terreno.

3.4 A indústria do alumínio CVG ALCASA e a *cogestión revolucionaria*

Estamos convencidos que con el protagonismo de los trabajadores con justicia y corresponsabilidad, se desatarán fuerzas revolucionarias y transformadoras de nuestra sociedad que demolerán cualquier obstáculo e intento de sabotaje de este proceso cogestionario que llevará a CVG Alcasa a un sitio de honor y ejemplo para el resto de las empresas básicas del país¹⁸³.

Quase que simultaneamente ao anúncio pelo Presidente Chávez de que era necessário transitar para o Socialismo do Século XXI, durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2005, os trabalhadores da CVG-ALCASA juntamente com seu novo Presidente, o ex-guerrilheiro e fundador do *Desobediencia Popular*, Carlos Lanz Rodríguez, lançaram-se na experiência que ficou consagrada como *cogestión revolucionária*. A gestão compartilhada entre trabalhadores e governo bolivariano na CVG-Alcasa é, em nosso entender, a mais profunda e bem sucedida experiência de controle produtivo pelos trabalhadores no interior do processo bolivariano até o momento. Colaboraram para isso o fato da empresa não estar situada em torno do negócio petroleiro, considerado prioritário pelo governo, e a disposição de Lanz de testar os limites possíveis ao aprofundamento do *proceso* de empoderamento dos trabalhadores por dentro do aparato estatal. Vejamos como se deu isso.

Em 2005, a empresa ALCASA era uma estatal sucateada pela falta de investimentos produtivos, sem o controle de tecnologias de processamento, envelhecida pela falta de modernização e endividada com o próprio Estado em US\$ 403,35 milhões de dólares, sendo que desse empréstimo US\$ 258 milhões estavam vencidos, o que equivalia a nove meses de faturamento da empresa. Além disso, tinha uma utilização baixa da capacidade instalada (90% da Planta de Carvão, 91% na Redução, 81% da Produção de cilindros e

¹⁸³ COGESTIÓN nº 25. Caracas, 12 de abril de 2005.

73% na Planta de Laminação), considerando a natureza da atividade, pois a produção de alumínio é um negócio que utiliza energia intensiva¹⁸⁴.

Uma alta conflitividade laboral provocava elevado índice de paralisação da empresa. Somente em 2004, foram 266 horas paradas, contra 107 horas em 2003 e apenas 37 em 2002. Como veremos, em 2005, esses conflitos seriam reduzidos a apenas 4h ao longo de todo o ano, com a implantação de um novo modelo de gestão. Porém, outros problemas da empresa seriam de mais difícil solução.

O sobretempo e o excesso de faltas, os elevados custos com serviços terceirizados e distorções no esquema de comercialização do alumínio agravavam a já baixa produtividade da indústria. Esta, por sua vez, concentrava suas atividades no fornecimento de matéria-prima semi-elaborada (lingotes de alumínio sobretudo), os quais eram fornecidos tanto para o mercado interno (35% da produção) quanto para o externo (65% da produção, sendo que 66% deste percentual era dirigido apenas ao mercado estadunidense) mediante uma rede de distribuidores e revendedores¹⁸⁵. A CVG ALCASA era um caso típico de empresa sem tecnologia própria, com baixa produtividade do trabalho, sem acesso a recursos financeiros para investimentos produtivos e com um esquema de comercialização subordinado aos interesses de monopólios industriais dos países centrais. Reproduzia, assim, na esfera produtiva, um caso extremo da dependência característica dos países subordinados à divisão internacional do trabalho.

A nova gestão da empresa emergiria de um acordo entre governo com os diversos setores sindicais pela cogestão na empresa. Em documento que foi assinado pelo Ministério de Industria Básicas y Mineras (órgão ao qual a CVG está subordinada), na pessoa de Carlos Lanz, e por 13 lideranças dos trabalhadores da empresa ALCASA, foram apontados as seguintes políticas:

- Reestructuración interna, cambios en el modelo de gestión
- Saneamiento financiero
- Adecuación tecnológica, alcanzar y mantener la capacidad instalada de producción
- Detección de necesidades de formación profesional

¹⁸⁴ *Resumen Ejecutivo sobre el proceso de Cogestión en CVG ALCAS, 19 de noviembre de 2005.* MIBAM, 2005.

¹⁸⁵ *Id., Ibidem.*

O impulso à cogestão foi marcado imediatamente por duas medidas iniciais. A primeira delas foi a realização de auditorias nas áreas tecnológica, produtiva, operativa, financeira e administrativa, de pessoal, comercialização, compras e apoio logístico¹⁸⁷. Há indícios de que esta auditoria seria utilizada em diversos momentos do processo de cogestão para a abertura de segredos da empresa e de livros-caixa, por exemplo, subsidiando discussões como a destinada a conformar um novo modelo para a elaboração do orçamento da empresa, baseado na experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre - Brasil. Ao final de 2005, um resumo executivo divulgaria dados importantes sobre *La CVG que heredamos*¹⁸⁸ e, em 2007, quando a cogestão já não poderia mais ser considerada uma realidade plena, um informe sobre o *Cartel del Aluminio* seria publicado no portal internet de *Aporrea*, certamente trazendo dados levantados por aquela iniciativa.

A segunda medida, foi a alteração do processo de gestão que agora deveria ser compartilhada pelos trabalhadores das diversas áreas da empresa. Em 25 de fevereiro, uma assembléia geral dos trabalhadores industriais discutiu o processo de cogestão e elegeu seus porta-vozes provisórios para as mesas de trabalho¹⁸⁹. Em 3 de março, depois de três dias de assembléia, os trabalhadores definiram o perfil de seus novos gerentes a serem eleitos para codirigir a empresa. Nos *requisitos para optar al cargo de gerente* constavam as seguintes exigências:

1. – Estar comprometido con el proceso de cambio, con la revolución.
2. – Tener competencia técnica en el área.
3. – Honestidad.
4. – Un enfoque de gerencia participativa, es decir, que involucre a todos los actores.¹⁹⁰

* Pequeñas e Médias Empresas.

¹⁸⁶ *Declaración de Macagua*, 29 de janeiro de 2005. MIBAM, 2005

¹⁸⁷ *COGESTIÓN* nº 01, 23 de febrero de 2005.

¹⁸⁸ *Resumen Ejecutivo sobre el proceso de Cogestión en CVG ALCASA*. 19 de Noviembre de 2005. MIBAM, 2005.

¹⁸⁹ *COGESTIÓN* nº 02, 25 de febrero de 2005.

¹⁹⁰ *COGESTIÓN* nº 05, 03 de marzo de 2005.

No dia 04 de março, em Assembléia Geral iniciada às 6h30min da manhã, em frente ao portão principal da empresa, os trabalhadores decidiram que o método a ser utilizado para a escolha de quadros gerenciais da empresa seria o referendo em eleições livres e democráticas. Nos dias seguintes, o presidente Carlos Lanz anunciou que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e a Defensoria do Povo ofereceriam assessoria ao processo de escolha que seria feito pelos trabalhadores da empresa. E, na segunda sexta-feira de março, os operários industriais elegeram seus porta-vozes nas mesas de trabalho para a cogestão:

Conformada mesa de trabajo para la cogestión

El pasado viernes, 11 de marzo, trabajadores de la gerencia de Servicios Industriales, en el impulso de la cogestión obrera y el relanzamiento de CVG Alcasa, nombraron sus voceros, en las mesas de trabajo para la Cogestión, quedando conformado por 34 trabajadores. Son ellos:

Victor Silva, Wilfredo Martínez, José Rodríguez, Jon Dennis, Juan Feliz, Ángel Gómez, Argelio Figueredo, Carlos Gregorio, Alcides Rivero, Ramón Blanca, Yasaira Carrión, Ángel Sánchez, Alexander Valecillos, Hugo Favero, Octavio Pacheco, Luis Sanguino, Midsan Salmerón, Julio Maita, Rafael Yobino, Oreste Valderrey, Vicente Polanco, Oswaldo Ramírez, Luis Garzón, José Rivero, José Mejías, Jesús Henriques, Ángel Girón, Ruben González, José Dimas, Rafael Zambrano, César Martínez, Arquímedes Guilarte, Luis Fermín y Livio Berti.

As eleições nos demais setores da empresa (laminação, redução, planta de carvão, ambiente, saúde e proteção integral, setor técnico, administrativo, serviços gerais, setor de pessoal) seguiram até início do mês de maio¹⁹¹. Enquanto isso, em 12 de abril, um comunicado aos trabalhadores informava um aumento de 15% nos salários a partir de 15 de abril a serem pagos no dia 22 do mesmo mês. Ao encerrar o mês de março, a produção de alumínio apontaria um incremento de 11% acima das metas que tinham sido planejadas para o período. O anúncio foi feito pelo Presidente da empresa, Carlos Lanz, na reunião que todas as quintas-feiras reunia a comunidade e os trabalhadores da ALCASA na Plaza del Hierro da cidade de Puerto Ordaz para discutir e prestar contas sobre o processo de cogestão¹⁹². Essa modalidade de reunião, que foi documentada pela série *Construyendo República – experiencia de organización con los trabajadores de CVG y ALCASA*, exibida no canal Vive TV, apontava o grau de democratização que havia alcançado esse processo, envolvendo a comunidade de Puerto Ordaz, cidade sede da empresa, estimulando a ativação da economia local tendo como âncora a empresa

¹⁹¹ COGESTIÓN n°s 16, 17, 19, 20, 21, 22,23 e 24, marzo y abril de 2005.

¹⁹² COGESTIÓN n° 28, de 25 de abril de 2005. Essas reuniões foram também reportadas pelo Canal público Vive TV.

básica de alumínio. Chama a atenção que em abril, depois de diversas vezes anunciado no jornal *Cogestión*, mais uma vez era informada a previsão de uma visita do Presidente Hugo Chávez. Porém, as edições do periódico seguiram sendo publicadas ao longo dos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro daquele ano sem que essa visita tão esperada se consumasse.

Imediatamente após essas iniciativas que sentavam as bases para avançar no processo de cogestão, outras ações foram tomadas em três outras direções: (a) a busca de acordos de cooperação tecnológica com diferentes empresas e países; (b) a formação técnico-política do conjunto dos trabalhadores da empresa e o fomento em nível nacional à *cogestión revolucionaria*; (c) o impulso ao desenvolvimento regional, chamado de “desenvolvimento endógeno”, com o apoio na organização de *Empresas de Producción Social* (EPSs)¹⁹³. Vejamos como se deu cada uma dessas linhas de ação.

Ainda no final do mês de maio, um comunicado aos trabalhadores e à comunidade ligada à empresa denunciou o que foi chamado de campanha de manipulações lançada pelo Cartel do Alumínio, que estaria difundindo informações inverídicas sobre a paralisação de um projeto de ampliação da empresa (a *Línea V*) e sobre uma queda na produção de alumínio. O Cartel do Alumínio foi identificado nesta ocasião como composto genericamente por grupos monopolistas, nacionais e estrangeiros, que se beneficiariam da compra e venda de alumínio, controlando postos e mercados, bem como por empresas transnacionais que realizariam no período anterior à *cogestión revolucionaria* negócios de venda de tecnologias, lesionando o patrimônio da empresa e gerando maiores níveis de dependência¹⁹⁴.

Após a publicação dessa denúncia, a direção da CVG lançou uma ofensiva em duas frentes: a diversificação de acordos de cooperação com empresas e países detentores de tecnologias de processamento do alumínio e a formação técnico-política dos trabalhadores. Os acordos estavam articulados com o objetivo de recuperação e

¹⁹³ A Produção Social é uma figura jurídica prevista emarcada no âmbito do artigo 308 da Constituição Bolivariana que prevê que “El Estado protegerá y promoverá la pequeña y mediana industria, las cooperativas, las cajas de ahorro, así como también la empresa familiar, la microempresa y cualquier otra forma de asociación comunitaria para el trabajo, el ahorro y el consumo, bajo régimen de propiedad colectiva, con el fin de fortalecer el desarrollo económico del país, sustentándolo en la iniciativa popular. Se asegurará la capacitación, la asistencia técnica y el financiamiento oportuno” (CRBV, 2000, p. 329-330)

¹⁹⁴ *COGESTIÓN* n° 38, 15 de mayo de 2005.

refundação da CVG ALCASA, sua modernização e reorientação estratégica. Entre esses acordos, um primeiro esteve orientado para a modernização da planta de laminação, com uma empresa italiana, prevendo a transferência tecnológica e treinamento de pessoal por parte da empresa italiana para a CVG ALCASA¹⁹⁵. Um segundo foi firmado em meados de agosto, com a empresa suíça C-Holding Group, prevendo a instalação de uma planta processadora, e tinha por objetivo acelerar a produção de maior valor agregado no país¹⁹⁶. Um terceiro acordo envolveu a empresa suíço-americana Gerald Metals. Inc., com expectativa de financiamento chinês, para instalar uma planta extrusora de alumínio, também dirigida a fortalecer a transformação da matéria-prima em território nacional¹⁹⁷. Em outubro, a parceria foi com a australiana Aluminium Company (Inalco), com a finalidade de adequar e modernizar as Linhas de Redução I e II¹⁹⁸. E, em novembro, com a brasileira Vamtec S. A, com o objetivo de obter máquinas e equipamentos processadores de excedentes industriais derivados da modernização¹⁹⁹. Em setembro, a *Equipo de Investigación y Desarrollo del Aluminio de CVG ALCASA (EIDA)*, composta por engenheiros e pessoal técnico a partir do “permanente diálogo de saberes con los trabajadores experimentados”, apresentou projetos de inovação para a empresa:

Hasta los momentos, se han presentado los proyectos de hermetizado de celdas, carbón R-19, calibración de equipos, así como recuperación de cilindros y sellos neumáticos, fijación de carro de medir ánodos y evaluación de consumo de hierro y manganeso en las celdas electrolíticas²⁰⁰

Não sabemos se essa equipe estava ativa antes de iniciada a experiência da cogestão. Aqui nos interessa apenas registrar que, para além dos acordos, foram valorizados os esforços dos trabalhadores em produzir inovações a partir de suas experiências produtivas, o que sem dúvida implica em mais do que produzir, mas pensar sobre o quê e como se está produzindo. E que, em outubro, a liberação de recursos pelo governo federal para inovação destinou 104 milhões de dólares para a empresa. Cada área apresentou os projetos que deveriam receber os recursos, totalizando 24 projetos:

¹⁹⁵ COGESTIÓN nº 55, 14 de julio de 2005.

¹⁹⁶ COGESTIÓN nº 62, 22 de agosto de 2005.

¹⁹⁷ COGESTIÓN nº 63, 26 de agosto de 2005.

¹⁹⁸ COGESTIÓN nº 72, 03 de octubre de 2005.

¹⁹⁹ COGESTIÓN nº 91, 18 de noviembre de 2005.

²⁰⁰ COGESTIÓN nº 67, 5 de setembro de 2005.

En la planta de reducción, se realizará la adecuación del manejo de alúmina primaria y secundaria, rectificadores línea IV, sistema de grúas líneas III y IV, montacargas, compresores, entre otros.

En el área de fundición, será adquiridas mesas de colada y máquina de titânio boro, torre de enfriamiento nº 9 y compactadoras de recortes...²⁰¹ [e assim por diante nas diversas áreas da empresa]

Mas será apenas em novembro que uma comissão do Ministério de Ciência e Tecnologia irá visitar a empresa para começar a analisar suas necessidades. Como disse a coordenadora da equipe multidisciplinar da *Fundación Instituto de Ingeniaria*, María Helena Fernandez, esta visita “es un primer acercamiento que permitirá conocer en sitio los problemas puntuales que requieren asistencia tecnica del Ministerio”. Ou seja, o principal órgão de ciência e tecnologia do país ainda não estava inteirado dos graves gargalos tecnológicos de uma das indústrias consideradas estratégicas para a nação²⁰².

Se a superação da dependência tecnológica demonstrava-se um terreno árido e difícil de transpor, o campo da formação técnico-política dos trabalhadores alcançou resultados mais imediatos. Uma série de documentos publicados para discussão no jornal *Cogestión*, fóruns, jornadas e encontros marcaram momentos específicos de um debate que, conforme se pode depreender da leitura do periódico, configurou-se como um processo permanente de formação técnico-política no interior da empresa ao longo de todos os meses em que foi publicado o jornal. O debate aberto havia sido inaugurado ainda em fevereiro, nas assembléias de trabalhadores²⁰³ e prosseguiria nas assembléias seguintes.

Já no dia 08 de março uma edição especial *Cogestión* trazia um comunicado do Presidente da empresa, Carlos Lanz, a todos os trabalhadores e a comunidade alcasiana que, explicitamente, trata de esclarecer certos conceitos a respeito da cogestão como mudança das relações de produção. Neste documento, Lanz dá especial atenção ao tema da divisão social do trabalho como o pilar central da “enajenación política, de la tutela

²⁰¹ *COGESTIÓN* nº 79, 25 de outubro de 2005.

²⁰² O economista venezuelano Enzo del Búfalo (UCV), em entrevista concedida a autora em 20 de julho de 2010, em Caracas, dissertou sobre a viabilidade econômica de ALCASA e das demais atividades que demandam energia intensiva como um setor industrial capaz de prosperar uma vez que apresenta vantagens competitivas frente a outras indústrias no mercado mundial. Ora, compreendemos que seguir a divisão internacional do trabalho pode ser uma forma viável de integração ao mercado mundial, como já argumentaram Cardoso e Falletto (2004). Porém, certamente, não enfrenta os paradoxos das economias dependentes. Na verdade, os aprofundam. Sobre a reprodução da dependência, conferir Marini (2000).

²⁰³ *COGESTIÓN* nº 01, 23 de febrero de 2005.

burocrática y el secuestro de la soberanía de la gente” que caracterizam a produção capitalista:

Colocar en cuestión a la división social del trabajo, es decir, la separación entre el trabajo manual e intelectual, que enajena al trabajo:

-Crítica al monopolio y la jerarquía del saber, que se materializa en la expertocracia o en las modalidades tecnocráticas.

-Cuestionamientos la fragmentación del saber que surge de la especialización.

-Darle dignidad teórica al trabajo manual, reivindicando el saber popular, propugnando el dialogo de saberes.

-Asumir la democratización del saber y el pensar con cabeza propia, como requisitos básicos de la democracia en fábrica.

(...)

Esta inserción del los trabajadores en la cogestión de CVG ALCASA y su reestructuración, demanda la democratización del saber en los siguientes ámbitos técnico-productivos:

-Costos de producción y sistemas de contabilidad y regulación de los precios.

-Régimen de compras, insumos y servicios.

-Eficiencia productiva y calidad de la producción.

-Estructura tecnológica, su incidencia en el patrón de empleo, en la jornada, en el puesto de trabajo y los requerimientos de formación laboral.

-Autodisciplina en el trabajo, sistema salarial y seguridad social.

-Interrelaciones y transacciones con el mercado nacional e internacional y vínculos con la economía popular.

-Mantenimiento preventivo y correctivo.

-Impacto ambiental y sustentabilidad de la industria

(...)

En todas las instancias organizativas deben aplicarse métodos y procedimientos de la democracia obrera:

-Elección directa de los voceros

-Rendición de cuenta

-Revocatória del mandato

-Rotación en los cargos

-Delegación funcional, en el sentido que nadie está autorizado para decidir cuestiones que no han sido aprobadas por la base.²⁰⁴

Foi sob essas diretrizes da eleição direta dos porta-vozes nas funções gerenciais, prestação de contas, revogação dos mandatos, rotação dos cargos e delegação funcional que se organizou o processo de cogestão. E o mecanismo utilizado para fazer valer essas práticas foram (a) as assembléias realizadas antes do horário de expediente mantendo os trabalhadores em uma espécie de assembleia permanente; (b) as reuniões públicas semanais da direção da empresa com a comunidade, realizadas na Plaza del Hierro de Puerto Ordaz; e (c) a publicação do *Cogestión*, um periódico que tinha a função de disseminar informação e promover o debate entre os trabalhadores e comunidade alcasiana, apesar de haver se mantido durante todo o período estudado como um jornal

²⁰⁴ *COGESTIÓN* n° 07, 8 de marzo de 2005.

elaborado pelo MIBAM, ou seja, não passou ao controle dos trabalhadores. Ao contrário, chama a atenção a insistência com que aparece a fotografia do Presidente da empresa, sociólogo Carlos Lanz nas páginas do jornal. De qualquer forma, consideramos o jornal *Cogestión* uma fonte fundamental para o estudo do primeiro ano da experiência de administração compartilhada entre o Estado e os trabalhadores.

Assim, em 20 de junho, o *Cogestión* informa sobre o *I Encuentro Regional de Cogestión y Desarrollo Endógeno*, ocorrido entre os dias 16 e 18 desse mês, na sede do Sintraelectric de San Félix, reuniu organizações e indivíduos dos estados Amazonas, Carabobo, Aragua, Lara, Miranda e da região metropolitana de Caracas. O encontro decidiu em suas 14 mesas de discussão apontar para a mudança definitiva nos esquemas de produção, com a garantia do controle operário, o impulso ao desenvolvimento endógeno, a estabilidade dos trabalhadores, a socialização dos excedentes das empresas cogestionadas e a realização de uma plenária nacional de cogestão ainda no ano corrente de 2005²⁰⁵.

Em maio, na ALCASA, a formação esteve orientada aos debates sobre o orçamento, seja na revisão do vigente seja sobre o método para a construção da nova peça para o ano de 2006, discutido em uma Jornada em que foi proposto aprender com os ensinamentos do Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre. Ocupou-se também em estimular a reflexão sobre a defesa da empresa em caso de um conflito bélico. Na discussão sobre o orçamento, o OP é reinterpretado como parte de uma nova cultura política necessária ao Socialismo do Século XXI:

En esta ocasión, cuando el mandato de la CVG nos demanda aplicar estas herramientas para implicar a los trabajadores en la elaboración de nuestro presupuesto, tal orientación se convierte en una oportunidad para profundizar el proceso cogestionario, ya que *en el PRESUPUESTO PARTICIPATIVO, se materializan los diversos puntos de vista sobre los problemas a resolver, iniciativas de cambio, aportes e innovaciones del colectivo alcasiano, todo ello en función de recuperar, normalizar y relanzar la empresa.*

También es una ocasión propicia para seguir profundizando la discusión sobre el presupuesto participativo, en la perspectiva de la Nueva Cultura Política que demanda hoy el Socialismo del Siglo XXI.

En esa dirección, vamos a reseñar las principales enseñanzas que han surgido de la experiencia de la Municipalidad de Porto Alegre – Brasil,

²⁰⁵ COGESTIÓN nº 51, 20 de junio de 2005.

pioneros en nuestra América en la aplicación de estas herramientas de participación ciudadana.

(...)

La discusión sobre el presupuesto participativo es una buena ocasión para reivindicar los postulados martianos: “SER CULTO PARA SER LIBRE”, “LA FUERZA ESTÁ EN SABER MUCHO”. Solo nos queda asumir el reto de producir conocimientos a partir de la práctica de los trabajadores, de la sistematización de las experiencias, de las reflexiones y discusiones colectivas. Ningún alcasiano puede excusarse de esta responsabilidad, que emancipa y compromete nuestras energías en función de la COGESTIÓN CON PRODUCCIÓN²⁰⁶.

À diferença do OP do município de Porto Alegre, o orçamento participativo de ALCASA promovia o controle orçamentário dos trabalhadores na esfera produtiva. Tratam-se de esferas do aparato estatal que conservam naturezas bastante distintas e que incidem em setores sociais diferenciados. A prefeitura consiste em uma parcela do executivo mais subordinada às pressões sociais locais. O OP nesta esfera resulta de uma conquista democrática sobre os recursos disponibilizados para investimentos (um percentual variável em torno de 6% do PIB municipal, no caso de Porto Alegre), na fase de circulação do capital, já como resultado da exploração do trabalho em outra esfera. A discussão sobre o orçamento de uma indústria, por sua vez, coloca a questão a própria origem dos recursos produzidos ali mesmo, ou seja, a exploração da força de trabalho. Daí seu potencial disruptivo sobre a ordem do capital.

O OP na ALCASA tratava de submeter toda a contabilidade de uma atividade produtiva aos produtores diretamente envolvidos. Uma experiência que, sem dúvida, se mantida, poderia repercutir fortemente sobre uma cultura extremamente centralizada de poder para muito além dos muros da empresa, da cidade, região e país.

Outro aspecto da formação também demonstrou seu potencial anti-sistêmico: o tema da defesa militar. Em 12 de maio foi publicado no jornal um resumo de uma palestra de Carlos Lanz aos reservistas da empresa, ou seja, aos alcasianos que compunham a reserva militar do país. O resumo dizia assim²⁰⁷:

²⁰⁶ COGESTIÓN nº 42, 30 de mayo de 2005.

²⁰⁷ Esta edição do *Cogestión* mereceu nota em matéria publicada na edição da revista *Veja* de 4 de novembro de 2009, sob o título “Nosso sócio é um desastre”, onde estava escrito: “VEJA foi ver de perto o processo de cubanização em curso no país que aceitamos como sócio. Durante sete dias, uma equipe de jornalistas visitou indústrias e fazendas cubanizadas em oito cidades. Um caso exemplar é a Alcasa, fábrica de alumínio em Cidade Guayana, polo industrial a 530 quilômetros de Caracas. Em 2005, o controle da estatal foi entregue aos trabalhadores em regime de cogestão. A primeira providência deles foi realizar uma eleição para a escolha dos cargos de direção. A título de preparação para os novos cargos, os

1. La experiencia operativa y el empleo de la tecnología militar, le ha permitido al imperio desarrollar un alto nivel de capacidad destructiva, impacto psicológico, precisión y eficiencia en la confrontación con fuerzas en el terreno, edificios e instalaciones.
2. Los pueblos e fuerzas populares que en los últimos tiempos han enfrentado con éxito esta capacidad militar de la contrarrevolución, se ha apoyado en la memoria histórica y en la larga resistencia desplegadas por fuerzas que han empleado en ingenio y la creatividad, el dominio del terreno y el apoyo del conjunto de la población para neutralizar la superioridad de las fuerzas utilizadas por enemigo.
3. De estas últimas enseñanzas se desprenden un conjunto de lecciones que son de gran utilidad en la conformación de una estrategia que de cuenta de la complejidad del tipo de combate que tenemos que desarrollar en la actual conyuntura:
 - a. Se trata de una confrontación político-cultural, que rebasa en consecuencia cualquier reduccionismo de lo "militar". La política manda el fusil. La defensa nacional es una tarea de todo el pueblo. Toda la capacidad de movilización y lucha de la gente debe ser canalizada, planificada y empleada en una estrategia militar global.
 - b. De esta perspectiva de guerra popular, se desprenden un conjunto de lineamientos, tanto operacionales como organizativos:
 - Línea militar de masa, concretada en la lucha de calle, barricadas o trancas contra fuerzas ocupantes, empleando todos los medios y recursos al alcance del pueblo.
 - Control territorial, donde la comunidad y las Fuerzas de Defensa ejercen un poder real sobre determinados espacios, corredores viales, puentes, autopistas, ríos.
 - Desarrollo y empleo de la inteligencia social, que permite mantener la iniciativa, preservar las fuerzas y golpear sorpresivamente.
 - c. Esta línea militar de masas se articula con la confrontación y preparación de fuerzas que puedan emplear técnicas de defensa (urbanas, suburbanas y rurales).
 - d. En la misma dirección estratégica, se plantea la estructuración y adiestramiento de fuerzas especiales, las cuales puedan actuar como comandos, altamente descentralizados, basados en la guerra de movimientos y en los combates de decisión rápida, que impida la fijación en el terreno y la vulnerabilidad ante las fortalezas de las fuerzas contrarias.
 - e. De aquí se desprende también la conformación de pequeñas unidades, tipo comando, que puedan emplear un armamento básico: fusiles y lanza cohetes, o en su lugar explosivos en mayor escala, minas, trampas, etc.
 - f. Constitución de bases de apoyo de carácter rural o subalterno para una resistencia prolongada, lo cual implica el manejo táctico del terreno, la construcción de infraestructura, la organización de la población, etc.
 - g. Tales lineamientos deben adecuarse a los diversos escenarios y especificidades locales y regionales, lo cual demanda diagnósticos y planes también específicos.

Tomado del documento: "Premisas básicas para el desarrollo de la estrategia político-militar en la perspectiva de la defensa asimétrica".²⁰⁸

eleitos receberam cursos sobre o "Pensamento econômico de Che Guevara" e de guerrilha, pomposamente rebatizada de "guerra assimétrica contra o imperialismo". Na visão do então presidente da companhia, o professor de educação física Carlos Lanz, a prioridade nunca foi produzir, e sim "criar pequenas unidades que possam empregar armamentos básicos: fuzis e lança-foguetes, ou em seu lugar explosivos de maior escala". A matéria da revista VEJA, em nossa opinião, não merece comentário, apenas registro.

²⁰⁸ COGESTIÓN n° 36, 12 de mayo de 2005.

O conteúdo da dissertação de Lanz evidencia a crença em um aprofundamento do processo revolucionário e suas prováveis consequências conflitivas, sobretudo em um país que é o segundo maior fornecedor de petróleo para a maior potência militar do planeta, os Estados Unidos da América. Menos de um mês depois da palestra de Lanz sobre o tema da guerra assimétrica, ocorreu uma visita do Tenente Coronel Omar Atilio Sayago Medina, comandante da *Uniad de Reserva Activa de Batalla San Felix*, do estado Bolívar. Consultado pelos trabalhadores sobre treinamento dos reservistas vinculados à empresa, o Tenente Coronel informou que essa decisão dependia do General de División comandante da reserva. Os trabalhadores demandaram treinamento para a reserva tendo sido marcada uma reunião para 7 de junho com os reservistas de CVG ALCASA, nas instalações da empresa e, em 11 de junho, foi dado início ao treinamento militar dos reservistas:

En su primer día de entrenamiento, los trabajadores de CVG Alcasa recibieron información sobre el funcionamiento de la reserva, la misión Miranda, el órgano regular castrense, adoctrinamiento militar, información sobre la guerra asimétrica, disposición para el combate, ejercicios militares y orden cerrado por parte de los oficiales y sargentos que comandan los diferentes pelotones que conforman la unidad.

Estos entrenamientos y prácticas militares, están sujetas a las directrices de la misión Miranda, enmarcados dentro del nuevo concepto de Defensa Integral de la Nación, puesto en práctica por el Gobierno Nacional²⁰⁹.

A importância atribuída à formação técnica e política evidenciou-se ao longo desse processo pelo conjunto de debates, mas também com a inauguração, nas dependências da área industrial da empresa, do *Centro de Formación Socio Político Negro Primero*, no dia 25 de julho:

El centro contará con equipos para la formación en las áreas de investigación e innovación tecnológica, comunicación y tecnología educativa, evaluación y sistematización, acompañamiento pedagógico y desarrollo curricular, tomando como ejes temáticos la democracia protagónica, valores bolivarianos y modelos de economía popular y núcleos de desarrollo endógeno, educación ambiental, entre otros temas.

La bendición del recinto educativo, fue realizada por el padre Matías Camuñas de la parroquia San Buenaventura del Roble. Asimismo, se contó con la participación del grupo Cultural Caleb.²¹⁰

²⁰⁹ COGESTIÓN n° 46, 13 de junio de 2005.

²¹⁰ COGESTIÓN n° 56, 26 de julio de 2005.

Em agosto, o documento que fez circular o MIBAM sob o título *Lineamientos Estratégicos para la Refundación de la CVG*, assinado por Carlos Lanz, analisava, em seis eixos, (I) os nexos existentes entre os planos de desenvolvimento econômicos e social 2002-2007 e os objetivos estratégicos da revolução bolivariana; (II) a relação entre os objetivos da revolução bolivariana e do desenvolvimento regional a ser promovido pela CVG; (III) as características das EPSs na perspectiva do novo modelo produtivo em construção; (IV) os critérios que podem orientar a seleção das EPSs; (V) os aspectos essenciais que permitem viabilizar as EPSs e (VI) uma proposta metodológica para a construção das EPSs. Desse documento, destacamos em cada eixo:

[eixo I]

El proposito es de ampliar y profundizar la democracia económica que enfatice la cultura del trabajo y la producción, que elimine progresivamente nuestra dependencia del rentismo petrolero. Se propone diversificar la economía petrolera y estimular la economía social;

(...)

[eixo II]

En la Región Guayana, encontramos materializada las deformaciones estructurales que hemos heredado de la IV República:

- Exclusión e injusticia social
- Desproporción entre los sectores económicos: agricultura atrasada, industria monoprodutora, hipertrofia del comercio
- Ocupación distorcionada del territorio: concentración poblacional en San Felix-Pto Ordaz
- Economía de puerto o enclaves económicos
- Burocratismo e ineficiencia en las empresas básicas.

(...) [Para enfrentar esta herança da IV República, propunha:]

- Ocupación equilibrada del territorio guayanés, promoviendo la desconcentración productiva hacia áreas deprimidas y abandonadas. Impulso a los Polos y Núcleos de Desarrollo Endógeno en el espacio local y regional, constitución de las Empresas de Producción Social (EPS) como concreción del nuevo tejido productivo.
- Desarrollo de las cooperativas, las formulas cogestionarias y autogestionarias contempladas en la CRBV, como parte de las nuevas relaciones de producción en construcción, en el proceso de transición hacia al Socialismo del Siglo XXI.

(...)

[eixo III]

La distribución del excedente producto del esfuerzo colectivo, se realiza a través de fondos solidarios:

- Un fondo de carácter social, para devolverle a la sociedad en su conjunto los beneficios de la producción
- Otro fondo para cubrir gastos, amortizar deudas, hacer nuevas inversiones
- Fondo rotatorio para las contingencias
- Y un fondo para la seguridad social integral de los miembros de la empresa y la remuneración básica

El conjunto de los trabajadores deben discutir y decidir el monto y las prioridades de cada fondo, debate éste que forma parte de los contenidos del presupuesto participativo.

Como ya indicamos esta forma de entender la distribución del excedente, se inscribe por supuesto en el marco del nuevo modelo económico en construcción:

I. Ya no se trata del afán del lucro y la máxima ganancia como móvil, sino la satisfacción de necesidades colectivas.

II. Primacía de los valores de uso sobre los valores de cambio.

(...)

[eixo IV]

Para conjurar errores en la constitución de las EPS, es indispensable aprender de las experiencias donde se han formulado y propuesto proyectos “pote de humo” o formalidades para el cumplimiento (“cumplimiento y miento”).

(...)

[eixo V]

Sectores con los cuales se va intercambiar lo que se produce, para formar cadenas o redes productivas.

(...)

[eixo VI]

De la sistematización de proyectos institucionales o iniciativas populares truncadas en el año 1990, comenzamos a tomar en cuenta un conjunto de aspectos que permitían comprender por que no se logró incorporar a las comunidades o por que los niveles de participación se debilitó por los conflictos de intereses, la resistencia al cambio, la desconfianza o apatía. De allí surge un paradigma explicativo-comprensivo que denominamos entonces de INVEDECOR, que resume las primeras letras de INVESTIGAR, EDUCAR, COMUNICAR [Y ORGANIZAR]²¹¹.

(...)

- Conocer adecuadamente la realidad que vamos a transformar, construyendo mapas de conflictos y de actores involucrados. El diagnóstico participativo y las herramientas de la investigación-acción han demostrado se la opción epistemológica que más se adecua al cambio revolucionario en curso.

- Impulsar planes formativos, que permitan elevar el nivel de conciencia y compromiso de los participantes de las EPS. Los proyectos de aprendizaje, la flexibilidad curricular y la combinación de modalidades no convencionales (educación abierta, semi-presencial, con diversos horarios y ambientes, variados recursos al estilo de las misiones educativas).

- Desarrollar una estrategia comunicativa integral, que combine variados medios comunicativos: volantes, afiches, videos, periódicos, murales, radio, televisión, conversatorios, etc.

- Promoción de formas organizativas que puedan concretar la participación y el protagonismo del pueblo: asambleas comunitarias, colectivos de trabajo, UBES, Círculos Bolivarianos, Consejos Comunales, mesas de trabajo, CTU, etc.²¹²

Assim, como se pode ver, a estratégia estava orientada à superação da dependência do rentismo petrolero e sua materialização regional sob a forma de desigualdades e injustiça social, agricultura atrasada, indústria monoprodutora e hipertrofia do comércio, concentração urbana, burocratismo e ineficiência. Isso implicava, segundo Lanz, em orientar os esforços para a satisfação das necessidades coletivas e impulsionar iniciativas de desenvolvimento endógeno por meio de Empresas de Produção Social que

²¹¹ A palavra “organizar”, que compõe a sigla, estava ausente nesta primeira menção, mas esteve repetida logo em seguida. Optamos por incluí-la aqui para facilitar a compreensão. O método INVEDECOR resulta do trabalho junto aos *barrios* desenvolvido pelo *Desobediencia Popular* ao longo dos anos 1980-1990 e foi sistematizado por Lanz Rodríguez (INVEDECOR, 2005).

²¹² *Lineamientos Estratégicos para la Refundación de la CVG*. Os eixos I e II deste documento foram originalmente escrito em Março de 2005, por Carlos Lanz Rodríguez. Os demais eixos aparecem apenas na versão publicada para os trabalhadores de ALCASA, publica Agosto de 2005 e assinado “E/CLR”.

formariam um novo tecido produtivo em um processo de transição para o Socialismo do Século XXI. Lanz apresentava um projeto que se apresentava como transicional. Apenas parecia esquecer-se de fazer um balanço das experiências do século XX não somente dos trabalhadores, mas também da burguesia latino-americana que em algum momento pensou em romper com a divisão internacional do trabalho e formular um projeto próprio. Mas retomaremos esse tema mais adiante. Prossigamos com a *cogestión revolucionaria*.

Em outubro, ALCASA apóia a colocação da pedra fundamental do *Centro de Formación Permanente Cruz Villegas*, uma EPS, localizada na Villa Betania, em Puerto Ordaz, organizada por desempregados das empresas básicas. O Centro Cruz Villegas estava orientado à promoção do setor da construção civil, formando os trabalhadores para a fabricação de tijolos, aberturas e os demais elementos necessários à *Mision Vivienda* e os planos habitacionais da CVG Ferrocasa.²¹³

De outra parte, desde junho e julho, os esforços de gestão estiveram orientados para gerar economia de custos²¹⁴, como também para impulsionar as EPS. Inicialmente houve um processo de fortalecimento e revisão do papel das cooperativas que prestavam serviços a ALCASA anteriormente ao processo de cogestão, com o objetivo de corrigir distorções comuns a este tipo de organização que, quase sempre, consiste em uma empresa terceirizada que submete seus “sócios” ao trabalho precário, sem direitos laborais. Discutiui-se ainda o impulso às cooperativas de trabalhadores desempregados como parte da ativação dos núcleos de desenvolvimento endógeno a serem articulados em torno às 18 indústrias básicas pertencentes à CVG, entre elas, ALCASA:

A los desempleados, el presidente de CVG Alcasa les indicó que ciertamente habrá oportunidad de trabajo en la Línea V, pero no a gran escala, por lo que la CVG está fomentando nuevas alternativas de empleo, para lo cual – por ejemplo – cada empresa básica tiene la misión de instalar siete núcleos de desarrollo endógeno, en el entendido de que “no queremos que los venezolanos sigan con la mentalidad de ser asalariados, sino dueños de las fábricas y, en Guayana, vamos desarrollar diversos puntos de Estado Bolívar, por mandato del presidente de la República, fortaleciendo las cooperativas, las Pyme y generando empleo”, puntualizó Carlos Lanz²¹⁵.

²¹³ *COGESTIÓN* nº 82 e 83, de 31 de outubro e 01 de noviembre de 2005.

²¹⁴ *COGESTIÓN* nº 53, de 30 de junio de 2005 e Nº 54, de 11 de julio de 2005.

²¹⁵ *COGESTIÓN* nº 07, 08 de marzo de 2005.

Em junho, os aposentados ou pensionistas da empresa se integravam ao processo cogestionário apresentando projetos de produção social²¹⁶, bem como na condição de assessores da transformação da empresa, uma vez terem sido considerado um capital humano de grande valor. Nos dias 16, 17 e 18 do mesmo mês, o *I Encuentro Regional de Cogestión y Desarrollo Endógeno*, como mencionado anteriormente, reunia organizações e indivíduos interessados na constituição de EPSs. Dias depois, os cooperativados que trabalhavam na empresa receberiam treinamento com a finalidade de melhorar seus processos democráticos²¹⁷. E, em 13 de agosto, um esforço conjunto das empresas da CVG Venalum, Proforca, Carbonorca e Alcasa, juntamente com a prefeitura do município de Piar, desenvolveram uma operação de resgate e recuperação da Piedra Santa María, monumento natural, com a finalidade de sentar as bases para um complexo turístico orientado à conformação de uma EPS:

Durante la jornada, a la cual se sumó la comunidad de la población de Upata, protagonista de este modelo de desarrollo socio económico, se realizó una charla la cual estuvo dirigida a explicar al colectivo sobre el significado de las Empresas de Producción Social.²¹⁸

Em setembro foi anunciado que CVG ALCASA estava apoiando 18 cooperativa que, associadas na *Fundación de Reservistas Productivos, Indígenas, Rural y Urbano por la Patria (Furepirupa)*, trabalhavam na fabricação de carrocerias de micro-ônibus para transporte público na cidade de Guayana, o “minibus alcasiano”. Román Medina, presidente da Fundação, na ocasião, afirmou que “este proyecto partió de la necesidad de prestar un servicio digno a la ciudadanía y, al mismo tiempo, presentar una opción de mejora a los trasportistas”. Se informou, ainda, que o projeto seria financiado pelo *Fondo de Producción Social*, com um contrato de suprimento de matéria prima de CVG ALCASA, “lo que significa agregación de valor al aluminio y desarrollo aguas abajo”²¹⁹. Mas a ação mais concreta referente às EPS foi anunciada apenas em outubro:

Primeros pasos de EPS textileras en CVG ALCASA

²¹⁶ COGESTIÓN nº 50, 16 de junio de 2005.

²¹⁷ COGESTIÓN nº 52, 23 de junio de 2005.

²¹⁸ COGESTIÓN nº 59, 15 de agosto de 2005.

²¹⁹ COGESTIÓN nº 68, 07 de septiembre de 2005.

Los integrantes de las Empresas de Producción Social textiles impulsadas por CVG ALCASA, comenzaron a dar sus primeros pasos, ya que luego de haber sido conformadas lograron el financiamiento de la materia prima por la reductora, es decir, las telas cortadas que recibirán en noviembre para confeccionar uniformes.

Es importante resaltar que, para perfeccionar la actividad de estas EPS textiles, vendrán desde el Instituto Nacional de Cooperación Educativa (INCE) de Caracas un grupo de personas con experiencia en este trabajo, quienes orientaran en la fabricación de los uniformes para los alcasianos.²²⁰

E, em novembro, uma outra empresa, com 37 associados, a Alumínio Fénix (Alumifenix), fabricante de utensílios de cozinha doméstica e industrial, empregava 15 pessoas da comunidade, com apoio da CVG no fornecimento de alumínio. As EPSs apoiadas por ALCASA atingiram um número de 24 até novembro, mas apresentavam um desenvolvimento lento. A destinação de recursos financeiros e capital de giro, por exemplo, não foram anunciados pelo governo federal ao longo daquele ano. Sem investimento direto nessas iniciativas, as *Empresas de Producción Social* pareciam converter-se em quimeras, apesar de todo o esforço que se evidenciou por parte dos protagonistas da cogestão na ALCASA e das comunidades lindeiras à empresa.

O *Resumen Ejecutivo sobre el Proceso de Cogestión em CVG ALCASA*, divulgado em 19 de novembro de 2005 sintetiza em grande parte o alcance do processo cogestionário experimentado na empresa básica de alumínio²²¹. Em um ano, com apenas promessas de recursos, sem apoio dos órgãos de ciência de tecnologia vinculados ao governo federal, sem injeção de recursos para superar as dificuldades financeiras da empresa como também para fomentar as EPS da região, a vontade férrea dos protagonistas da cogestão pouco podia fazer. O maior avanço alcançado talvez tenha sido a consciência dos limites impostos para uma *cogestión revolucionária* quando se oferece aos trabalhadores uma empresa praticamente falida para ser reerguida sem recursos financeiros nem um efetivo processo de transformação política mais geral e profundo em andamento²²².

Daquele ano intenso de 2005 até os dias de hoje, as notícias que nos chegam dão conta de uma dificuldade crescente em garantir o aprofundamento da cogestão no âmbito da ALCASA. A edição 154 do *Cogestión* serve de indício dessa tendência. Em 16 de

²²⁰ *COGESTIÓN* nº 77, 18 de octubre de 2005.

²²¹ *Resumen Ejecutivo sobre el Proceso de Cogestión em CVG ALCASA*. 19 de Noviembre de 2005.

²²² De novembro de 2005 até hoje não dispusemos da série completa do jornal *Cogestión* como fonte de análise. Optamos por tentar suprir este período com notícias, artigos e documentos publicados no portal internet Aporrea.

janeiro de 2007, o periódico publicava um informe reduzido que não oferecia qualquer informação qualitativamente distinta ou superior àquelas divulgadas há dois anos como imperativas para avançar o processo:

Estos desarrollos estratégicos de la Cogestión, como cambio en las relaciones de producción, se combinan con otros lineamientos de decisiva importancia en esta nueva etapa:

- Concreción de las adecuaciones tecnológicas, que permitan continuar con la recuperación operativa de nuestra empresa y, seguir elevando las condiciones de vida y de trabajo de los trabajadores (reducción de la jornada laboral, mejoramiento ambiental y la creación de espacios para la ejecución de actividades socio recreativas).
- Impulso de una nueva cultura organizacional, a través de la cual los problemas de la planta son vistos integralmente, incorporando a las soluciones sus implicaciones laborales, sociales y de educación, igualmente la desburocratización con la simplificación de trámites y la reestructuración organizativa creando nuevas gerencias, fusión e integración de otras.
- Desarrollo de la democracia de los trabajadores y la humanización del trabajo en la perspectiva de los Consejos de Fábrica consagrado en la cláusula 145 del Contrato Colectivo, actualmente sometido a evaluación por parte de las instancias nacionales. Esto implica fortalecer las estructuras de base de la cogestión: **mesas de trabajo, consejo de delegados y voceros.**
- Articulación con los Consejos Comunales y los NUDES en función del nuevo modelo productivo y de ocupación territorial.²²³

Isso indicava que pouco havia mudado desde o final de 2005 até o início de 2007. O processo parecia estancado. Ainda em 2007 Carlos Lanz foi afastado da direção da empresa e uma série de outros presidentes foram nomeados pelo executivo nacional²²⁴. Em 23 de janeiro de 2009, o *Colectivo Control Obrero* denunciava o então presidente da empresa, Cesar Aguillar, por práticas ilícitas com a venda do alumínio em benefício das transnacionais, em particular, a Genclore, de Roberto Jorge Wellisch²²⁵. Em março de 2012, o *Correo del Caroní*, publicava matéria intitulada *Presidente de Alcasa arrasa con gerentes del control obrero*. Nesse texto, havia a notícia de que o Presidente Chávez havia “batizado” o controle operário em visita a ALCASA em 15 de maio de 2010. Parece irônico, mas, passados cinco anos desde o primeiro anúncio da visita presidencial, com um processo que tudo indica estava estancado há cerca de quatro anos

²²³ COGESTIÓN nº 154, de 16 de enero de 2007 in: Aporrea, 17 de enero 2007.

²²⁴ Durante o nosso trabalho de campo, Carlos Lanz encontrou-se a maior parte do tempo no exterior. Devido a isso, não foi possível entrevistá-lo.

²²⁵ Comunicado do *Colectivo Control Obrero*. Disponível em www.aporrea.org. Acesso em janeiro de 2009. A Genclore é uma das principais empresas apontadas como integrante do Cartel do Alumínio, denunciado no processo de cogestão revolucionária.

— pelo menos desde 2006²²⁶—, o Presidente vinha finalmente dar sua “bênção” ao processo de cogestão.

Agora, em 2012, o atual presidente da empresa, Ángel Marcano²²⁷, era denunciado pelos trabalhadores por haver subvertido as regras da cogestão. Nomeara por conta própria o gerente da área de fundição e arrogava para si essa prerrogativa. Uma revolta percorreu o chão da fábrica²²⁸. Uma crescente conflitividade entre as diferentes correntes do movimento sindical pode ser percebido desde então, mediante diferentes comunicados, com informações desencontradas. O controle por parte dos trabalhadores ocorrido com a *cogestión revolucionaria* parecia sucumbir a interesses cuja origem é difícil determinar. Enquanto isso, a parceria com a China, planejada em 2005, sete anos depois, começava a dar seus primeiros resultados:

La industria CVG-Alcasa recibió una inyección de 9,4 millones de dólares para la materia prima en este semestre, dijo Menéndez. En este caso, el Fondo conjunto Venezuela-China aplicó 403 millones de dólares para el plan de inversión de Alcasa, donde avanzan las obras civiles para generar aluminio y productos intermedios²²⁹.

Mas esses resultados não parecem ser muito diferentes dos esperados por qualquer investimento privado em um negócio que pode ser lucrativo. De qualquer forma, resta em aberto os rumos que tomarão os trabalhadores alcasianos depois de acumulada essa experiência.

3.5 Siderúrgica del Orinoco (SIDOR), nacionalização com precarização

Em sua canção *Perdóname Tío Juan*, o compositor e militante cultural Alí Primera protestava em versos contra o despojo da riqueza acumulada com a exportação do minério de ferro venezuelano: “nos pagan la tonelada por menos de tres centavos/vamos

²²⁶ Não conseguimos determinar a data mais precisa em que os avanços no processo de cogestão foram contidos, ainda que mesmo ao longo do ano de 2005 os problemas mais estruturais nunca tenham sido enfrentados como uma tarefa pelo conjunto do governo bolivariano, como ficou evidente pela análise das fontes.

²²⁷ Nomeado havia uma semana, depois da destituição de Elio Sayago do cargo.

²²⁸ *Correo del Caroní*. Disponível em www.aporrea.org, 7 de março de 2012. Acesso em abril de 2012.

²²⁹ *El Correo del Orinoco*, em 29 de maio de 2012. Disponível em www.correodelorinoco.gob.ve/nacionales/invertidos-mas-600-millones-dolares-para-impulsar-desarrollo-economico-y-productivo-pais/. Acesso em junho de 2012.

a pelear carajo, o nos quedamos sin cerro” (PRIMERA, 1974). A empresa Siderúrgica del Orinoco – SIDOR, ainda que a descoberta das minas de ferro no Cerro El Pao (1927) e Bolívar (1947) tenham ocorrido desde a década de 1920, e tenham sido ensejados esforços privados para iniciar a transformação do ferro em aço desde 1951, será inaugurada apenas em 1964, como parte da iniciativa estatal de promover as indústrias do setor básico pela Corporación Venezolana de Guayana (CVG). Porém, em 18 de dezembro de 1997, a empresa é vendida para o consórcio privado Amazonia, integrado por empresas do México (Hylsa), Argentina (Siderar), Brasil (Usiminas) e Venezuela (Sivensa).

Até 2003, SIDOR figuraria entre as três maiores produtoras de aço da América Latina e maior exportadora de aço finalizado do continente. Em 2004, 20% das ações que ainda pertenciam ao Estado foram vendidas aos trabalhadores da empresa. E, em 2005, o grupo Techint (Ternium), de capital argentino, adquiriu a totalidade das ações que antes eram divididas entre outras empresas do consórcio. Então, em 9 de abril de 2008, o governo bolivariano renacionaliza a empresa. Vejamos como foi o processo que levou à nacionalização.

Um balanço dessa experiência foi realizado por diferentes correntes sindicais e publicado na revista *Comuna, pensamiento crítico en la revolución*, editada pelo Centro Internacional Miranda. Ali aparecem quatro fatores considerados fundamentais para a conquista da nacionalização pelos trabalhadores:

“Los trabajadores la sentían suya a la anterior estatal SIDOR, pero a la mayoría de ellos les molestaba el despilfarro, la burocracia, la dejadez y la corrupción de aquellos que se aprovechaban de una situación sin control que estaba derrumbando a la empresa. Tuvieron que pasar años y soportar la sobreexplotación de la trasnacional para sacar esas conclusiones, siempre acompañados de la predica constante de aquel pequeño grupo de luchadores que se fue ampliando y ampliando.

(...)

Así, con la síntesis entre los viejos luchadores consecuentes y los nuevos fue creándose un equipo. Un equipo que no estaba inspirado sólo en la pelea sindical, reivindicativa que es fundamental y no hay que negarlo, sino que en su proceso de formación, con errores y derrotas, fue sacando la conclusión de que la lucha era política. Un equipo que nació bajo el aliento de la revolución bolivariana...

(...)

Los patronos, y sobre todo los de las trasnacionales que tiene años de dominación de nuestra clase, saben esto, por eso siempre buscan dividirnos. En esta lucha se comprobó que los trabajadores se escuchaban, intentaban comprender el pensamiento de aquel que presentaba dudas, muchos sentían

temor de perder lo poco que tenían o que les ofrecían, a pesar de dejar la vida en la fábrica. La unidad fue un factor decisivo y se logró porque algunos de los dirigentes la tomaron con una gran importancia.

(...)

Esta lucha mostró una gran participación protagónica de los trabajadores en la conducción de su propio destino. Y fue porque se logró eso que se fortaleció la unidad de los Sidoristas. Sólo fue posible porque ninguna medida, ningún acuerdo, ninguna propuesta fue aceptada sin que se realizara asamblea y lo decidiera la mayoría. Cuando se habla de unidad no se puede sólo hablar de ello, es necesario que la clase obrera con su práctica democrática, cuestionadora y participativa, vaya obligando, así como obligó en SIDOR, a sostener la unidad con el respecto del único camino acertado para tomar decisiones, el de mayorías y minorías.

Esse balanço da vitória salientava a importância de uma liderança que havia persistido dez anos em uma mesma luta e que buscou ampliar-se e conformar-se como uma equipe unificada com base na democracia operária da assembléia. Essa avaliação, no entanto, para ser completa, deveria incorporar também o fator enfrentamento político. Pois, os trabalhadores vinculados à SIDOR resistiram tanto às medidas da empresa quanto da estrutura burocrática, principalmente aqueles que eram trabalhadores precários, os *contratistas*. Se o candidato Chávez havia incluído em seu discurso de campanha reverter as privatizações, desde 1999, muitos embates foram necessários para garantir essa medida. E, o fato é que, até os dias de hoje, algumas das mais importantes reivindicações dos trabalhadores das empresas nacionalizadas seguem sem perspectivas de solução.

Assim, a luta pela nacionalização, ainda que remanesça da resistência à privatização deflagrada em 1997, experimentou duas fases distintas desde o início do governo bolivariano. Em um primeiro momento, a expectativa de que o governo decretasse a renacionalização como resultado de seus compromissos de campanha. Essa medida, no entanto, não se confirmou. Assim, em um segundo momento, passados diversos anos, e diante da negativa da empresa em atender às reivindicações dos trabalhadores em torno a renovação do contrato coletivo, os trabalhadores passaram a uma ofensiva nacional, desde os primeiros meses de 2007. Foram 15 meses seguidos de intensas mobilizações, paralisações, petições e denúncias. Destaque merece o fato de que essas denúncias eram apresentadas ao Presidente Chávez, e incluíam reclamações dos trabalhadores entre os denunciados altos dirigentes do Ministério do Trabalho e o governador do Estado Bolívar, Francisco Rangel Gómez, candidato chavista nas últimas eleições.

Três eventos desse conflito dos trabalhadores com a transnacional, os representantes do Ministério do Trabalho e do governo do Estado Bolívar merecem destaque. O primeiro deles foi a articulação de um *Comité Nacional de Solidaridad con los Trabajadores de Ternium* integrado por mais de 100 sindicatos do país. A capacidade dos trabalhadores de nacionalizar sua luta, a forma como eles se fizeram presentes constantemente em Caracas, com insistentes manifestações, apoiados por outros sindicatos, nos parece que foi fundamental para romper o isolamento histórico que os operários industriais sofrem por estarem concentrados em regiões distantes do centro político do país.

O segundo evento desse conflito, que ganhou grande repercussão à época, ocorreu ao meio dia de 14 de março de 2008, com a repressão por parte da Guarda Nacional e da polícia estadual a um grupo de 200 ou 300 trabalhadores que se manifestavam nas imediações da empresa, e que culminou com a detenção de 53 trabalhadores até o dia seguinte. O advogado Edwin Sambrano Vidal, vinculado ao Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV)²³⁰, escreveu um artigo no qual relatou os acontecimentos:

LOS TRABAJADORES CONGREGADOS PACÍFICAMENTE EN LAS INMEDIACIONES DE LAS INSTALACIONES DE LA EMPRESA FUERON DISUELTOS MEDIANTE UNA FERAZ Y CRUENTA ARREMETIDA DE LA GUARDIA NACIONAL Y DE LA POLICÍA ESTADAL. Fueron perseguidos y hostilizados por los cuerpos armados, maltratados y heridos, vejados y finalmente detenidos, según relatan los testimonios individuales rendidos ante el juez por una docena de los detenidos con la confirmación de todos los demás. Los vehículos de muchos trabajadores y de otras personas fueron destrozados deliberadamente por los uniformados, incluso muchos de ellos en el estacionamiento del comando de una compañía de la Guardia Nacional ubicado dentro de las instalaciones de la empresa. Las detenciones se produjeron mediante una especie de **cacería humana** desatada contra los que portaban el uniforme de la Empresa y otros que transitaban por el lugar y fueron confundidos con ellos.

Es muy grave y revela una saña impropia de fuerzas del orden en una República y más en una revolución Bolivariana, que todas, absolutamente todas, las detenciones se produjeran después de disuelta la concentración, mediante un intenso y meticuloso patrullaje motorizado de los uniformados por decenas de cuadras a la redonda y con la instalación de retenes (alcabalas) en sitios adyacentes, pero a distancia de unos 3 a 6 KM del sitio, cuando fueron deteniendo a los que portaban el uniforme o suponían que eran trabajadores de SIDOR, algunos de ellos fueron detenidos horas después, cuando fueron a buscar sus vehículos que se encontraban estacionados en la vía.

Otros fueron sacados a golpes y patadas de los vehículos sin ningún tipo de consideraciones y a algunos les dispararon estando dentro de los vehículos. Los vehículos quedaron abandonados con las llaves y muchos encendidos.

²³⁰ O Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) é um partido de massas fundado pelo Presidente Chávez no final de 2007.

Más de una docena de estos detenidos recibieron heridas por **disparos de escopetas con perdigones de caucho hechos a quema ropa**, sus heridas estaban sangrantes en la audiencia y fueron mostradas al Juez. Todos, sin excepción, fueron golpeados brutalmente con los bastones, culatas, escudos y cascos, pateados, muchos en el rostro. **Los trabajadores y personas no ofrecieron ninguna resistencia** y aún así recibieron brutales golpizas. A varios de los trabajadores les arrojaron *spray* líquido con químicos ahogantes simplemente para hacerlos callar cuando preguntaban por la causa de la detención. **CON LOS DETENIDOS DENTRO DE LAS PATRULLAS, TOTALMENTE SOMETIDOS, LES ARROJARON LÍQUIDOS EN LOS OJOS, BOMBAS LACRIMÓGENAS Y LOS GOLPEARON REPETIDAMENTE CON EVIDENTE SADISMO.**

Los detenidos fueron arrojados en una cancha deportiva en medio del sol desde las 11 o 12 del día. LOS HERIDOS NO FUERON ATENDIDOS DE INMEDIATO, SINO DESPUÉS DE VARIAS HORAS por el ruego insistente de los detenidos y la intervención de Pastora Medina, diputada nacional y funcionarios de la Defensoría del Pueblo que fueron instados con persistencia por familiares, abogados y dirigentes sindicales para que asistieran al lugar de la detención. Por cierto, la actuación de la Defensoría del Pueblo fue totalmente negligente y complaciente con el atropello, no se hizo presente en la audiencia ni ha hecho ninguna declaración pública y no sabemos que haya dirigido ninguna solicitud ante el Ministerio Público. **El fiscal del Ministerio Público para Derechos Fundamentales no apareció nunca.**

Según todos los testimonios concordantes, los uniformados atacaron y detuvieron a los trabajadores sin mediar palabras en una actitud agresiva y aparentemente predeterminada. **Cerca de 200 efectivos**, según los propios informes de los organismos, fuertemente apertrechados, fueron los que atacaron en una especie de operación tenaza, mientras el grupo de trabajadores no llegaba a 300 personas en una desproporción notable. Los detenidos fueron puestos en libertad plena después de casi cuarenta horas de detención por el Juez Penal de Control. A las puertas del edificio de los Tribunales (Palacio de Justicia) se encontraban congregados más de 2000 personas entre familiares y trabajadores de la acería que rechazaron enérgicamente la conducta gubernamental, muchos de ellos con lágrimas en los ojos y manifestaban gran decepción. Allí se improvisó **una gran asamblea proletaria y popular** en la cual se hicieron cortas intervenciones de los Abogados defensores, dirigentes sindicales de **SUTISS**, dirigentes sindicales de otras empresas de la industria básica, algunos de los trabajadores detenidos y familiares, entre otros²³¹.

E, um trabalhador da empresa, em entrevista para Vive TV, declarava sobre o ocorrido:

lo que queremos decir es que eso que pasó aquí fue una violación de los derechos humanos (...) Eso nunca se había visto ni en la IV República (...) Más de 53 trabajadores detenidos (...) Todos los días se violan condiciones de seguridad²³²

²³¹ Sambrano, E. *Crónicas proletarias en la Revolución Bolivariana*. Disponível em www.aporrea.org . Acesso em março de 2008 (mantidos os grifos do texto original).

²³² *Informativo Laboral: lucha por la nacionalización de Sidor e Informativo Laboral: trabajadores de Sidor*. Documentário. Disponibilizado por VIVE TV para a autora, julho de 2010.

As práticas relatadas por Sambrano e, conforme relato acima, jamais vistas pelos trabalhadores sidoristas mesmo na IV República, não se coadunam com as esperadas por um governo dos trabalhadores. Revelam certamente um comprometimento do Estado em defesa dos interesses da transnacional de capital argentino. No balanço realizado pela revista *Comuna* com os líderes sindicais da SIDOR e da UNT, aparece uma interpretação das razões do Estado venezuelano que estiveram implicadas nesse prolongado impasse:

Aquí el factor fundamental fue el problema político: la política errada del gobierno bolivariano en sus relaciones internacionales. La posición de Chávez frente a los gobiernos de los Kirchners, reivindicados como gobiernos populares, pero detrás de los cuales están grupos de poder económico poderosos como Techint, hizo que, para no crear malestar, el gobierno pusiera fuera de la discusión la posibilidad de la renacionalización de SIDOR. Pero con amigos como Techint e los Kirchner, no se puede construir el socialismo.²³³

A repercussão nacional e até mesmo internacional desses acontecimentos causou, no entanto, efeitos sobre a estratégia do governo. Ao final da primeira quinzena de abril, o Presidente Chávez anunciaria a renacionalização de SIDOR. Uma euforia dominou a comunidade de Guayana e os trabalhadores da empresa. Mas, a renacionalização não significou a garantia das demandas trabalhistas que haviam ensejado as mobilizações. Uma das principais reivindicação dos trabalhadores, relativa a incorporação aos quadros fixos daqueles trabalhadores terceirizados que não contavam com direitos básicos prosseguiu sem uma solução.

Cabe mencionar a respeito disso que, antes da privatização, SIDOR contava com 18 mil trabalhadores. No momento da privatização, esse contingente fora reduzido para 12 mil e

diez años más tarde, al momento de la reestatización, cuenta con sólo 6 mil; en contrapartida, la producción casi se había duplicado. Aquí cuenta, por un lado, la puesta en ejercicio de innovaciones organizacionales y tecnológicas, pero lo verdaderamente más efectivo en la reducción de la plantilla ha sido la subcontratación que alcanzaba, para 2008, a más de 10 mil trabajadores” (LUCENA, op. cit., p.389).

²³³ Revista *Comuna.Trabajadores en revolución*. nº 1. Centro Internacional Miranda. Caracas, 2009. p. 37.

Assim, quando da nacionalização, em maio 2008, a principal reivindicação dos trabalhadores, em sua maioria terceirizados, era sua incorporação à empresa, quando esta voltava para as mãos do Estado. No ato de nacionalização, o Presidente Chávez declarava a respeito do caráter da nacionalização:

Todo eso lo vamos a reordenar en función del proyecto socialista. No se trata de que SIDOR vaya volver a ser lo que era antes de la privatización. SIDOR era una empresa capitalista de Estado. Con un Estado capitalista. Hoy, yo no presido a un Estado capitalista. ¡No! un Estado Socialista. Así que SIDOR tiene que convertirse en una empresa socialista. He designado presidente de la nueva siderúrgica socialista del orinoco al ministro Rodolfo Sáenz, Ministro para las Industrias Básicas y Minería. Mi camarada, compañero, luchador, le deseo suerte, Rodolfo. No podemos fracasar. Y pido para él el apoyo de todos los trabajadores, de todas las trabajadoras, del pueblo de Guayana. Unidos! Solo unidos lo lograremos!²³⁴

Sobre o contrato coletivo assinado com o sindicato dos trabalhadores siderúrgicos, SUTIS, Chávez afirmava “Es ya oficial, el contrato colectivo por el cual ustedes tanto lucharon. Yo les felicito por esa batalla que ustedes han dado para lograr justicia. ¡Es el mejor contrato colectivo de la historia desta siderurgica!” Porém, esse contrato, é preciso dizê-lo, atingia apenas a 4 mil trabalhadores. Aos demais, o discurso do Presidente declarou o seguinte:

Por otra parte hay condiciones internas que hay que revisar. Comedores para todos, por ejemplo, somos todos seres humanos... agua fresca para todos... hasta ahí hay fallas aquí, ¡imaginate tu! instalaciones sanitarias suficientes para todos, transporte suficiente para todos. Igualdad entre los trabajadores, igualdad entre las mujeres y los hombres. Enfin, este principio de la igualdad es fundamental para criar la nueva SIDOR.²³⁵

Porém, em setembro de 2009, um terceiro evento iria marcar a história do conflito pelo controle de SIDOR. O dirigente do sindicato de Ferrominera del Orinoco, Rubén González, era preso por haver liderado uma greve de duas semanas e haver defendido em assembléia violar uma zona de segurança definida pelo Estado. Em 1º de março de 2011, González seria condenado a sete anos de prisão e, um dia depois da condenação,

²³⁴ *Informativo Laboral: Lucha por la nacionalización de Sidor*. Audiovisual. Disponibilizado a autora por VIVE TV. Caracas, julho de 2010.

²³⁵ *Idem*. O Presidente refere-se ao fato de os trabalhadores contratados de SIDOR serem proibidos de utilizar os sanitários, refeitórios e inclusive de tomar água na empresa durante toda sua jornada de trabalho.

seu processo judicial seria anulado, após forte mobilização dos trabalhadores e de uma campanha nacional e internacional de solidariedade que chegou a convocar uma greve geral nacional.

Ao completar três anos de nacionalização, portanto, aquelas “condições de igualdade” entre os trabalhadores da empresa, fixos e contratados seguiam pendentes. Ao contrário, em setembro do mesmo ano da nacionalização, uma proposta de constituir EPSs com os trabalhadores terceirizados emergiu da direção de SIDOR. Meses depois, deputados do partido do governo bolivariano passaram a declarar que o *problema de los contractistas* deveria ser resolvido pelas empresas que os contrataram²³⁶. Enquanto isso, grupos de terceirizados de SIDOR mantiveram as manifestações na Capital em busca de sua incorporação à empresa, convertendo-se praticamente em parte da paisagem da caraquenha, tal a sua frequência, sem que uma solução para sua demanda se apresente. Exemplo dessas manifestações foi o trancamento da Avenida Urdaneta, em 21 de outubro de 2011. Durante essa manifestação, o presidente do *Sindicato de Trabajadores Tercerizados de la Siderúrgica del Orinoco* (Sidor), Jesús Pinto, declarou:

fuimos sorprendidos el día domingo a la madrugada por un pelotón de la policía metropolitana²³⁷. Al mando estaba el Comisario Manuel Romero. Nos agredió de una forma violenta ahí, sin mediar palabra nos rompieron la comida, detuvieron a seis compañeros, se los llevaron por un espacio de cuatro horas. Esta madrugada nos sorprenden nuevamente a las tres de la mañana con un pelotón de aproximadamente trescientos policías ahí y me tuvieron detenido en una patrulla por un espacio de veinte seis minutos. Nosotros estamos aquí reclamando nuestros derechos. Queremos que se nos haga justicia. [...] Aquí estamos nosotros ¡patria socialista o muerte! [...] Nosotros tenemos tres reclamos puntuales. El ingreso a nómina de SIDOR. [...] Bueno, simplemente, el ministro Rodolfo Sáenz, al momento de la nacionalización nos prometió que íbamos a ser reinsertados a la nómina de SIDOR. Pero, sin embargo, no fue así. [...] El otro punto es el pago de nuestras prestaciones sociales. Aquí hay trabajadores que tuvieron 15, 16 años con estas contratistas. Sin embargo esas contratistas se las dejaron ir, no nos cancelaron. [...] La bonificación de ocho mil Bolívares Fuertes que se les dio a todos los tercerizados y nosotros fuimos borrados del listado.²³⁸

²³⁶ Cf. Declarações do Dep. Orlando Castillo (PSUV), também coordenador da corrente *Autonomia Sindical Socialista*, 2009.

²³⁷ Nota da autora: aqui uma ressalva. A Polícia Metropolitana de Caracas, em outubro de 2011, estava sob o comando do Alcalde Metropolitano, Antonio Ledezma, uma liderança de oposição ao governo bolivariano e ao Presidente Hugo Chávez.

²³⁸ *Trabajadores de SIDOR trancan la Av. Urdaneta por salarios atrasados*. Documentario disponibilizado a autora por VIVE TV. Caracas, julho de 2010.

O problema dos *contratistas* de SIDOR seguiria pendente. E, frente a permanência dos conflitos envolvendo a empresa siderúrgica, o Presidente Chávez declarava em ato realizado em 2011:

el tema de los tercerizados de SIDOR: deben saber los trabajadores de SIDOR que cuenten conmigo (...) pero a mí no me pueden pedirme que arregle de un plumazo de lo que allí ocurrió no sé durante cuantos años y ellos aceptaron, además, el sector privado. Se lo aceptaron. Y muchas veces lo cohonestaron. Algunos líderes sindicales que se pusieron de acuerdo con los patronos privados de entonces ahora pretenden – algunos, no todos – que venga yo y arregle todo eso ya, en menos de un año. Hace poco yo llamé a uno de ellos y le dije algunas cosas. Porque estaban parando la producción de las cabillas. Y haciendole daño aquí al pueblo, a la gran Misión Vivienda Venezuela. Yo dije: ¿ustedes no se dan cuenta de lo que están haciendo? Incluso les dije, mira: si quieren ustedes quemar eso, quémelo. Pero así no trabajo. Yo no voy a gobernar así bajo chantaje. No lo voy hacer. No voy a ser chantajeado por quienes dicen que me apoyan. No! *O tú estás conmigo o tú estás contra mí! – le dije (...) O están con la revolución o no!*²³⁹

Assim, mesmo evitando o método das comparações fáceis da experiência venezuelana atual com fenômenos históricos que se diferenciam pelas próprias características do desenvolvimento do capitalismo dependente na América Latina entre os anos 1950 e os atuais, esse modo de abordar as demandas do movimento sindical autônomo possuem um paralelo inegável com a maneira como o governo Perón tratava os conflitos da mesma natureza. Por ocasião da greve dos ferroviários de 1950, Eva Perón percorria pessoalmente as estações de trem, falando aos trabalhadores que uma greve contra o governo Perón era uma greve contra o povo. A Constituição argentina de 1949, que Perón fez aprovar, restringia o direito de greve (CULLÉN, 2008).²⁴⁰ E sob a mesma justificativa utilizada por Chávez: estar em greve, parar as atividades produtivas é um ato contra o governo e se o governo é o guia que conduz a “revolução” – bolivariana ou justicialista – no rumo autoproclamado certo, torna-se pois um ato contrarrevolucionário.

Na Venezuela, a atribuição do status de “setor estratégico” às empresas estatizadas tem sido utilizada para frear a autonomia sindical e criminalizar o movimento autônomo dos trabalhadores. Não somente mediante a constituição de sindicatos paralelos que são beneficiados de diversas formas pelo aparato do Estado, mas também porque realizar

²³⁹ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=72PJc3faRKg&feature=related>. Grifo nosso.

²⁴⁰ No governo Perón, sindicatos mais vinculados ao governo foram inclusive favoráveis à supressão do direito de greve, previsto na Constituição de 1949.

greve em setores estratégicos significa, na interpretação do governo bolivariano, atuar contra os interesses nacionais. Lembremos a declaração do dirigente sindical José Bodas sobre o tratamento diferenciado que recebem as greves no setor público e aqueles do setor privado. Se os trabalhadores da empresa Polar, que produz o alimento mais importante do país, a farinha de milho com que se faz a *arepa*, decidem parar – enquanto ela seja empresa de propriedade do grupo capitalista privado Mendoza – os trabalhadores serão tratados de uma maneira: “*hoy si los trabajadores de la Polar paran son unos heroes*”. No entanto, a condição de liberdade sindical mudará na hipótese de a empresa passar para o controle do Estado: “*pero el día de mañana, si paran, ‘usted esta quitando la arepa a los niños, está quitando la arepa a los viejitos’ (...) usted no va a estar votado²⁴¹, va a estar preso!*”.²⁴² Na visão de Bodas, está em marcha a eliminação do direito de greve, em um regime que se proclama de transição para o socialismo, mas que preserva o poder de classe da exploração capitalista:

yo reivindico aún en una revolución socialista, en un Estado socialista, el derecho sagrado a la huelga. (...) No se puede hacer una revolución socialista que elimine el derecho a la huelga para eliminar la autonomía de los movimientos de masa (...). En un sistema capitalista como el de Venezuela simplemente está proscrito. Quien hace el derecho de huelga va preso, como Ruben González .²⁴³

A crítica frontal de Bodas coaduna-se com a posição política trotskysta pela exigência de uma direção operária. Na experiência da Revolução Nicaraguense, um coletivo internacionalista de militantes trotskystas, a Brigada Simón Bolívar, enfrentara a cúpula da direção sandinista, que se recusara a reconhecer o direito de greve, sob a justificativa de evitar desestabilizações que tornariam o país mais vulnerável a agressões imperialistas. Mas a ruptura com o governo Chávez por parte dos trabalhadores que se organizam na C-CURA deve ser entendida para além de diferenças de tradições teóricas da esquerda mundial e latino-americana. As divergências de concepção em torno da teoria e política revolucionárias não são, em nosso entender, suficientes para explicar o alijamento de forças políticas como a representada por Chirino e Bodas, mas também de Lanz, demitido do governo, e Denis²⁴⁴, no campo popular dos *barrios*. Esses quatro personagens são intelectuais orgânicos que sintetizam setores mais amplos do *proceso*.

²⁴¹ O significado da palavra *votado* é demitido, em português.

²⁴² Jose Bodas, entrevista à autora, Caracas, 15 de julho de 2010.

²⁴³ Jose Bodas, entrevista à autora, Caracas, 15 de julho de 2010.

²⁴⁴ Lembremos que Roland Denis foi Vice-Ministro de Planejamento do governo Chávez em 2001-2002.

Refletem, portanto, algo mais significativo: uma tendência à cristalização do Processo Bolivariano pelo peso exercido pelo aparato Estatal sobre seus rumos. Pois, é por intermédio da atuação da estrutura hierárquica de comando, da burocracia e das leis vigentes que são sistematicamente obstaculizados os espaços e iniciativas de construção de poderes autônomos. Por meio desses mecanismos se opera o alijamento de sujeitos como os coletivos dos barrios e as lideranças sindicais independentes que não se convertem em operadores da política decidida centralmente por Chávez e o círculo de influência restrito que hoje o cerca. Mais do que isso, criticaram a criminalização do movimento sindical e dos protestos e manifestações populares, ousando discordar do projeto do referendo constitucional, entre outras posições²⁴⁵.

Observando os tempos em que ocorrem esses acontecimentos, podemos admitir que o final do ano de 2007 e os primeiros meses de 2008 marcam uma nova transformação qualitativa no *Proceso* bolivariano. Se desde meados de 2003 já se fazia sentir a reação anti-operária por parte do aparato estatal, com o restabelecimento da direção hierarquizada em PDVSA e a desconstituição do controle da produção pelos trabalhadores, foi apenas com o projeto de reforma constitucional²⁴⁶ que ficou mais clara a disposição do governo bolivariano em manter a aliança policlassista que estava em sua origem em detrimento do avanço do poder dos trabalhadores, incorporando inclusive retrocessos do ponto de vista da democracia protagônica e de conquistas consagradas pela Constituição Bolivariana de 1999, como ficou patente com a análise do projeto de reforma constitucional apresentado pelo governo bolivariano

O golpe de Estado de abril de 2002, revertido pelo conjunto do povo com apoio de um setor das forças armadas, foi seguido meses depois pela paralisação de dezembro-fevereiro de 2003 gerando inatividade de parte significativa das atividades econômicas do país. Neste segundo e mais duro ataque ao processo, com o povo sabotado em suas condições de sobrevivência, sem gás para cozinhar e combustível para manter as demais atividades do país, foi a posição privilegiada, a disciplina e a ação decisiva dos

²⁴⁵ Outros setores que sofrem com confrontos com o governo são os indígenas, sempre que suas áreas ou culturas afetam interesses do Estado. Ver caso do cacique Sabino Romero em www.aporrea.org.

²⁴⁶ Não pudemos analisar no âmbito dessa pesquisa o impacto sobre as diversidade política do *Proceso* da proposição e fundação do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), 2007. Mas, recolhemos indícios os quais ainda necessitam ser melhor explorados de que a constituição deste instrumento foi um divisor de águas no processo de burocratização que aparentemente está em andamento no seio do *proceso bolivariano*.

trabalhadores petroleiros e das empresas básicas que fizeram recuar o golpe econômico, garantindo a continuidade do processo bolivariano. Foi neste entroncamento da história que se verificou objetivamente o papel decisivo do operariado industrial na sustentação do projeto bolivariano. Porém, foi a partir daí, também, que, depois de livrar-se dos setores anti-chavistas no interior da estatal do petróleo, o governo optou por constituir uma nova burocracia (às vezes nem tão nova assim, ressuscitando antigos gerentes) em detrimento do controle dos trabalhadores sobre a indústria.

Assim como os petroleiros, os trabalhadores de ALCASA e da SIDOR, como também aqueles que retomaram empresas abandonadas por seus patrões desde a paralisação de dezembro-fevereiro de 2003²⁴⁷, todos eles, foram sistematicamente combatidos pela burocracia estatal. A tal ponto que setores operários que tradicionalmente estiveram como parte do *proceso* decidem que não é mais possível seguir lutando pelo socialismo e pelos direitos dos trabalhadores permanecendo no interior do diverso movimento bolivariano. Essa é a posição atual de dirigentes como Orlando Chirino e José Bodas e, no campo popular, de Roland Denis. Neste contexto, foi também emblemático o rompimento de importantes intelectuais de esquerda com o governo Chávez, com destaque para a historiadora especialista em movimentos sociais e internacionalmente reconhecida como uma das vozes mais rigorosas na análise dos processos políticos e sociais de seu país, Margarita López Maya.

Assim, frente à ofensiva burocrática, que nos últimos anos foi inclusive avançando para uma crescente criminalização do protesto, é a classe operária industrial a que se mantém na linha de frente pela manutenção dos direitos conquistados. É certo que essa ofensiva também deve buscar suas causas determinantes em fatores estruturais históricos como o peso extraordinário do Estado como empregador direto, seja mediante empregos fixos ou temporários (bolsas de programas do governo, subcontratação de cooperativas ou empresas que superexploram os trabalhadores etc). Porém, também concorrem para esta cristalização o crescimento rápido de uma nova elite política e de um conjunto de empresários que fazem negócios milionários com o Estado, realidade que, articulada

²⁴⁷ Entre elas destacamos Sanitarios Maracay, que teve a empresa devolvida aos empresários pelo governo depois de este negar-se a conceder financiamento para recuperação da empresa enquanto estava sob controle operário. Mas há também os casos de Constructora de Válvulas, Perfumes Cristian Carol, Textiles Fénix, Empresa de Plásticos Vinílicos, entre outros. Cf. BODAS, Jose, GALHARDO, Richard e BARRETO, José Joaquín, 2007.

com os elevados índices de desemprego e a manutenção dos mecanismos de exploração do trabalho, mantém todos os instrumentos de dominação intactos.

Ainda assim, tais fatores estruturais não são suficientes para explicar a forma que assume esta contra-ofensiva. Neste aspecto, a liderança carismática de Chávez, com seu discurso radicalizado, joga um papel fundamental na manutenção de uma divisão no interior dos trabalhadores, mantendo apartados, de um lado, a maioria do povo morador das favelas e trabalhadores precários, beneficiados ainda que de forma cada vez menos eficiente pelas políticas sociais compensatórias, e de outro lado, — também divididos entre si — os trabalhadores industriais que travam uma dura batalha por direitos e liberdade sindical, com diversas prisões, assassinatos e declarações de ilegalidade de greves. Neste contexto, as lutas sociais vem assumindo um caráter cada vez mais confrontativo, com greves de fome, concentrações, marchas e paralisações e o movimento sindical tem denunciado a criminalização do protesto social no país.

Como resposta a condenação de Gonzáles e a dezenas de assassinatos de sindicalistas que lideraram a organização dos trabalhadores em empresas como Mitsubishi, Toyota, Coca-cola, Heiz, Pielli, Garzon, Vidoso, Tencua, SM Pharma, Metro de Maracaibo, Azulejos Venezolanos, além da perseguição e atentados a diversos dirigentes de UNETE²⁴⁸, como Marcela Máspero, declaradamente chavistas e, inclusive, integrante de um setor já bastante comprometido com cargos no governo bolivariano, os trabalhadores venezuelanos lançaram um comunicado internacional e um chamado a diversas instituições do país intitulado *Ni un muerto más de la clase obrera, unidad y movilización contra el capital!*, em 2 de março de 2011. No documento, citam os nomes de diversos trabalhadores assassinados ou perseguidos, demitidos, presos, baleados, além do assassinato de mais de 200 camponeses em conflitos pela implantação das reforma agrária impulsionada pelo governo e cujos assassinos nunca foram detidos e menos ainda condenados.

La violencia en nuestro país ha venido aumentando, producto de la profundización de la contradicción capital-trabajo, por lo que los trabajadores, campesinos y luchadores populares, somos los blancos directos de esta política de la burguesía, que se profundiza con la presencia de paramilitares colombianos y una posible “colombianización” de la lucha sindical y social en Venezuela.

²⁴⁸ A nova central fundada sob os auspícios do governo bolivariano.

Funcionarios policiales pertenecientes a las Policías Regionales, DISIP, CICPC, Guardia Nacional, Ejército y otros. Fiscales, tribunales, funcionarios de Instituciones Públicas, Alcaldes, Gobernadores, son agentes de la burguesía, y se organizan para cobrar al pueblo, a los trabajadores, campesinos y movimientos populares que día a día y cuerpo a cuerpo libramos la batalla contra la exclusión, por la liberación, por el socialismo en el marco de este nuestro proceso revolucionario, donde hasta los muertos los ponemos los revolucionarios. Los dirigentes sindicales asesinados son todos de sindicatos afiliados a la UNETE.

(...)

Otras modalidades que se vienen implementando, tienen que ver con el uso indiscriminado y abusivo por parte los empresarios públicos y privados, de funcionarios de los diferentes Cuerpos de Seguridad, Fiscalía y Tribunales, que se prestan a ser utilizados por los patronos sin escuchar a los trabajadores, para penalizar la protesta social y laboral, así como amedrentar a los trabajadores que se movilizan para reclamar sus derechos laborales y humanos.

(...)

Entre los casos emblemáticos que tienen dirigentes de UNETE y trabajadores afiliados a nuestros sindicatos están: juicio a Juan Valor y otros trabajadores de SIDOR, por denunciar riesgos laborales en Transporte Camila; orden de presentación de Fructuoso Garay de UNETE en el caso de la huelga en INICA; la acusación contra Lily Rincón de FETRAMECO y UNETE ZULIA en la reclamación contra SM PHARMA; STALIN PEREZ BORGES de UNETE NACIONAL y trabajadores de URT-Carabobo; la amenaza de muerte que hizo contra Marcela Máspero en la Inspectoría del Trabajo de Barinas el abogado Armando Díaz de la Empresa Garzón²⁴⁹

Além disso, a condenação de Rubén González, não sendo um caso isolado, produziu tal consternação entre as lideranças sindicais do campo bolivariano que ofereceu uma oportunidade inédita para a unidade dos trabalhadores em torno à defesa do direito à greve. Um dia após a condenação de González, mobilizações em quase todas as principais cidades do país protagonizadas por trabalhadores industriais, em sua maioria, ameaçaram organizar uma greve geral nacional operária contra o governo. Essa seria uma greve distinta daquela do ano 2000, dos petroleiros, dirigida por sindicalistas simpatizantes da Acción Democrática. Seria uma greve que, no espectro político nacional, estaria à esquerda do perfil que assume atualmente o governo bolivariano. Frente ao risco de paralisação das atividades produtivas do país, o efeito foi imediato, e, em menos de 24 horas do início dessas movimentações, a sentença condenatória a Rubén González foi anulada, marcando uma vitória pontual porém muito significativa do poder que detém os trabalhadores e seu papel estratégico no rumo do processo de transformações em curso na Venezuela.

²⁴⁹ UNETE: *¡Ni un muerto más de la clase obrera, unidad y movilización contra el Capital!*, de 02 de março de 2011. Disponível em www.aporrea.org. Acesso em março de 2011. No restante do documento, seguem-se a essas denúncias mais cinco páginas com outros casos.

Assim, o que se descortina a luz desses acontecimentos é a ascensão da classe operária na luta política, apontando para a superação daqueles limites programático expressos pelo heterogêneo *movimento bolivariano radical de massas* e ao mesmo tempo esbarrando não somente no aparato estatal, mas com os próprios limites da liderança chavista. Desde 2003, colocou-se na pauta do *proceso* de forma socialmente significativa a possibilidade de uma ruptura com as estruturas do capitalismo na Venezuela. Evidenciou-se de outra parte, a partir daquele momento, os limites do aparato estatal e, conseqüentemente, do governo bolivariano, para impulsionar um processo de transformação mais profundo.

Porém, essa situação controversa não representa necessariamente um caminho inequívoco de retrocesso de todo o *proceso*. O própria liderança chavista exercida a partir do aparato estatal contribuiu em grande parte para o acirramento do conflito e, principalmente, para a elevação da consciência social com relação à origem dos problemas da maioria dos trabalhadores. Chávez com sua prédica incansável foi um educador mais em favor do socialismo e da revolução do que qualquer um dos que lhe adversam no espectro político a sua esquerda. As dificuldades que o Processo Bolivariano enfrenta não são estranhas a outras lutas levadas a cabo pelos trabalhadores que tiveram lugar em nosso continente ao logo do século XX e neste principio do XXI. Alguns dos antigos problemas estão sendo repostos sob o novo contexto histórico do capitalismo latino-americano, mas certamente impõem novas questões e respostas. Se a cristalização burocrática vem acumulando força na Venezuela bolivariana, também a consciência sobre os limites do aparato estatal para lograr as conquistas esperadas pela classe trabalhadora poderá apontar caminhos novos a serem perseguidos. De qualquer forma, somente o tempo, neste caso, poderá nos dizer.

CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho procuramos demonstrar as origens e desenvolvimento do Processo Bolivariano como um conjunto de acontecimentos sociais e políticos articulados entre si que marcaram o final do século XX e início do XXI, na Venezuela, e cuja particularidade histórica reside na emergência de um *movimento bolivariano radical de massas* como sujeito político em nível nacional. Esse movimento se desenvolve a partir do comparecimento de um setor da classe trabalhadora precarizada moradora dos *barrios* das principais cidades do país no contexto de aprofundamento da crise do capitalismo dependente, petrolero e rentista venezuelano.

Em aliança com um setor reformista bolivariano das Forças Armadas Nacionais, os moradores dos *barrios* opuseram-se frontalmente às políticas neoliberais levadas à cabo por sucessivos governos venezuelanos desde meados dos anos 1980. Na condição de elo mais fraco da estrutura social do capitalismo dependente petrolero-rentista, os trabalhadores precarizados viram-se fortemente afetados pelo fim dos subsídios ao consumo que tornavam sua sobrevivência possível no interior do esquema de dominação venezuelana. Sua luta os lançaria na cena política do país protagonizando episódios de envergadura histórica.

Assim, na busca por compreender as origens sociais deste vasto setor da classe trabalhadora venezuelana composto por jovens e adultos desempregados, trabalhadores temporários, terceirizados (os *contratistas*), ocupados urbanos em setores de baixa produtividade como biscateiros, ambulantes, diaristas, operários de empresas terceirizadas que prestam serviços ao Estado, na administração direta e indireta, bem como de empresas de médio e grande porte, funcionários públicos, merendeiras, trabalhadores de serviços gerais e vigilantes, motoboys (*motorizados*), cobradores de ônibus, aposentados e pensionistas das mais variadas profissões, etc, que são ao mesmo tempo moradores dos *barrios*, encontramos na própria estrutura do capitalismo dependente e em sua especificidade petrolero-rentista a resposta. A Venezuela havia exacerbado a superexploração do trabalho característica das economias dependentes, sobre a base de um agigantado Exército Industrial de Reserva. E, sob as condições da reestruturação produtiva que tem no EIR seu pressuposto fundamental, experimentaria

como efeito contraditório de seu desenvolvimento a reação política dos trabalhadores precarizados que não encontra precedentes na história Latino-americana.

Ao longo do Capítulo 1, procuramos evidenciar consciência existente a respeito dos limites estruturais do esquema petroleiro-rentista para o desenvolvimento venezuelano, mesmo por parte da classe dominante do país. *Sembrar el petróleo* converteu-se, ainda assim, em uma verdadeira obsessão de sucessivos governos e em uma unanimidade nacional que tentava fazer uso da renda petroleira em esforços diversificadores e industrializadores. A falência nestas tentativas levou ao fortalecimento da tese ultraliberal de retirada do Estado como estratégia para escapar a lógica rentista, permitindo a livre atuação das forças do mercado que, segundo essa hipótese, favoreceria o desenvolvimento da indústria nacional. Porém, uma vez testado esse caminho, desde 1984 até 1999, os problemas sociais e econômicos do país só se fizeram avultar.

É no bojo do agravamento desses problemas que emerge o *movimento bolivariano radical de massas*, que analisamos no Capítulo 2. O *proceso bolivariano* da Venezuela, neste sentido, refere-se a um conjunto de acontecimentos que marcam o período histórico de emergência desse movimento, e, sendo mais amplo que o *movimento bolivariano radical de massas*, incorpora em seu interior uma aliança policlassista que extrapola não somente a classe trabalhadora e a parcela da pequena burguesia não-proprietária que ocupa o centro do aparato estatal, os militares bolivarianos, mas outros setores burgueses cujo detalhamento não foi possível realizar no âmbito dessa pesquisa. Daí a distinção que buscamos estabelecer ao longo do trabalho entre *proceso bolivariano*, como o conjunto de acontecimentos de um período histórico no qual emerge o *movimento bolivariano radical de massas* resultado de uma aliança policlassista que incorpora os trabalhadores precarizados urbanos moradores dos *barrios* em seu projeto, e *governo bolivariano*, expressão da conquista do aparato do Estado por setores do *movimento bolivariano* a qual engendra um conjunto de novas contradições políticas e sociais no interior do *proceso*. Assim, *proceso*, *movimento* e *governo* configuram-se ao longo do trabalho como fenômenos de naturezas distintas.

Avançando sobre as raízes históricas do *proceso* encontramos relações que penetram os anos de resistência à ditadura do Gal. Pérez Jimenez (outubro de 1948 a 23 de Janeiro

de 1958) e experimentam um antecedente no ascenso de massas que levou a sua queda e subsequente resistência ao caráter antidemocrático e repressor do governo de Rómulo Betancourt (dezembro de 1958). Como vimos, o regime assentado sobre o *Punto Fijo* previu desde seu início uma divisão desigual da renda petroleira entre a classe dominante e os trabalhadores assalariados como sócios menores. Definiu também a regra sobre quem deveria recair os custos de uma eventual crise. Neste sentido, o aprofundamento das dificuldades do esquema rentista observado desde o final dos anos 1970 teve em 1984, com o *Viernes Negro*, seu marco inicial de aplicação da regra. Desde então, o preço da crise a ser pago pela classe trabalhadora afetou particularmente os setores da classe trabalhadora composta pelos precarizados urbanos.

Foi bebendo na tradição de práticas insurgentes fomentadas por militantes de formação marxista egressos da guerrilha das décadas de 1960 e 1970 que este movimento de massas conformou-se como radical em seus métodos de luta. As atividades desses militantes operaram-se mediante duas rupturas. Em primeiro lugar, através do *Viraje Táctico*, o qual os fez abandonar a estratégia de luta centrada nos setores camponeses e no meio rural e reorientar-se para as cidades, onde atuariam junto ao movimento estudantil e aos *barrios* que abrigavam o setor dos trabalhadores precarizados. Em segundo lugar, pela renúncia à “pacificação” que implicava restringir-se à luta política institucional e que opera a separação entre as esferas do econômico e do político sob a forma da disputa parlamentar, para manter-se no campo da luta revolucionária.

No entanto, foram os confrontos em torno de uma vastíssima pauta de reivindicações por direitos ao longo das décadas de 1980 e 1990 que deram forma concreta ao *movimento bolivariano radical de massas*. Dessa experiência é que emerge a liderança de Hugo Chávez e a própria opção pela via institucional de acesso ao aparato de Estado como via de enfrentamento da crise. Neste processo, destacam-se alguns marcos temporais. O 27 de fevereiro de 1989 foi, neste sentido, transcendental. Ele marca a irrupção de uma crise pré-revolucionária na Venezuela em que o conjunto da classe trabalhadora compareceu no cenário político confrontando o sistema vigente. Em seguida, o 4 de fevereiro de 1992, representou uma crise no interior do aparato estatal que provocou o descolamento dos chamados “militares bolivarianos” do conjunto da classe reinante, assumindo um projeto político de reformas anti-neoliberais. Assim, depois de renunciar à via revolucionária de acesso ao poder, em 1997, a eleição de Hugo

Rafael Chávez Frías à Presidência, inauguraria o *gobierno bolivariano* que engendraria novas ordens de contradições ao *proceso*.

Como procuramos demonstrar, foi somente no *début* deste governo que se alcançou a elaboração de um programa que sintetizou aquela novidosa aliança policlassista, com a aprovação em referendo popular da *Constituição da República Bolivariana da Venezuela*, em 1999. Daí o caráter democratizante do texto constitucional no que se refere aos mecanismos de participação popular. Outro elemento que não deve ser desprezado nesta fase do processo foi o fato de que a reação da classe dominante a reformas propostas pelo governo bolivariano levou a enfrentamentos políticos de grande envergadura. Dois dos mais significativos desses embates foram: (1) o golpe de Estado ocorrido entre 11 e 13 de abril de 2002, derrotado por uma vasta mobilização popular com apoio de setores militares; e (2) a paralisação das atividades produtivas do país entre 10 de dezembro de 2002 e 10 de fevereiro de 2003, que causou a queda em 27% do PIB no ano de 2003, e abriu um novo período histórico no interior do *proceso*.

Como procuramos demonstrar no Capítulo 3, se até os eventos da paralisação de 2002-2003, os trabalhadores haviam participado “como povo” do processo político em andamento, nas eleições, referendos e mobilizando-se em torno de suas pautas sindicais, daquele momento em diante o setor operário passaria a comparecer como classe social com um projeto político cada vez mais claro para o país. As experiências de controle da produção petroleira pelos trabalhadores por 63 dias ininterruptos na PDVSA, em 2002-2003, de *cogestión revolucionaria* no complexo estatal das indústrias básicas CVG-ALCASA, em 2005, e a luta dos metalúrgicos pela nacionalização da Siderúrgica del Orinoco – SIDOR, em 2008, apontaram para um confronto cada vez mais explícito entre os interesses presentes no aparato estatal e aqueles do operariado industrial.

Nesse contexto, as séries históricas estatísticas analisadas apontam indícios da persistência da dependência e de difíceis condições de reprodução da força de trabalho com variações relativas e até mesmo de seu aprofundamento em alguns itens. Observamos, nesse sentido, a persistência da tendência de queda da participação das manufaturas no PIB venezuelano, a qual foi reduzida de 19,9% do PIB total, em 1990, para 18,5% em 2000, a 16% em 2008, segundo a CEPAL, apesar dos inúmeros anúncios de iniciativas governamentais para incrementar as atividades de maior valor agregado

no país. Verificamos, também, a manutenção de taxas elevadas de desemprego por período prolongado e que somente começaram a ser revertidas a partir de 2005 (quando estava em 12,4% da PEA, depois de ter atingido 18% em 2003, ano da paralisação liderada pela oposição), atingindo 6,4% em 2012, taxa ainda superior aos 6% observados em 1980, acompanhado a tendência de queda observada em quase todo o continente. Ainda, a manutenção de elevada parcela da classe trabalhadora ocupada por conta própria, que ainda representava 29,8% da PEA em 2007, um percentual apenas dois pontos mais baixo do que o apresentado no difícil ano das políticas de reestruturação de 1994, associado ao índice de 49,8%/2008 contra 39,1 em 1990, e 45,7% em 1994, permitem-nos inferir a persistência de condições severas de precarização do trabalho. Cabe ressaltar que, não somente por serem inconclusivos, mas pela própria característica da história do tempo presente, esses e outros dados exigem acompanhamento e detalhamento futuros.

De qualquer forma, a abundância de recursos gerados pelo petróleo, mediante o mecanismo da renda e seus ilusionismos, permitiu a ampliação do consumo, mesmo com o crescimento do desemprego e o encolhimento lento da força de trabalho empregada na indústria. Isso foi possível em parte pelo incremento do gasto público social por habitante de 377 dólares por habitante, em 1990, para 722, em 2006 (a preços constantes de 2000, segundo a CEPAL). Além disso, os índices elevados de inflação e o quadro de desmonte dos setores que produzem produtos de maior valor agregado na indústria apontam uma situação de aprofundamento dos problemas estruturais da dependência os quais são de difícil solução — mesmo nos padrões capitalistas normais, e sem dúvida tornam ainda mais tortuoso o caminho para o projeto socialista do século XXI que se anuncia como objetivo explícito, ainda que pouco definido, do governo bolivariano da Venezuela.

Em 2011, mesmo com o incremento das políticas sociais por meio das *misiones* e da maior distribuição da renda verificados, uma vez que a Venezuela bolivariana reduziu em 50% a razão entre os quintis 5 (20% que recebem mais altos salários) e 1 (20% dos assalariados que recebem salários mais baixo), enquanto a redução observada pelos governos brasileiros de Lula a Silva e Dilma Roussef entre os mesmos quintis ficou em 32%, podemos afirmar que o prolongamento desses programas sociais no tempo, sem uma concomitante ação de enfrentamento eficiente dos paradoxos da estrutura produtiva

do país, converteu esses programas em mecanismos de reprodução da pobreza no longo prazo. Criou, ainda, um novo mecanismo de subordinação de uma imensa quantidade de trabalhadores que dependem de bolsas para sobreviver e que, portanto, estão mais vulneráveis a pressões e aos interesses políticos do governo e da burocracia que se cristaliza no aparato estatal. Reproduz, assim, de forma ampliada, o clientelismo já característico da sociabilidade petroleiro-rentista.

A pesquisa aponta, em linhas gerais, para o caráter novidoso e progressivo do *proceso bolivariano* da Venezuela e seu *movimiento bolivariano radical de massas*, ao mesmo tempo em que procura reconhecer os elementos que pesam como um verdadeiro fardo histórico sobre os sujeitos que estão fazendo esta história. Nesta encruzilhada da história latino-americana, vemos cada vez mais explícito como o aparato estatal, com a hipertrofia da burocracia, concorre para manter de pé as estruturas de dominação, convertendo-se em poderoso entrave engravado em todos os poros desta formação social.

Vemos, também, de forma cristalina, depois de décadas de reestruturação produtiva e fragilização das organizações dos trabalhadores, ser reafirmado o papel estratégico da classe operária industrial nas lutas políticas que colocam em pauta projetos com pretensões hegemônicas, e cujo êxito não pode prescindir em primeiro lugar de uma aliança do conjunto da classe trabalhadora, empregada e desempregada. Os próximos anos, no entanto, nos farão ver o desenvolvimento dessas contradições, as quais serão, sem lugar a dúvidas, decisivas para o conjunto da luta de classes em nosso continente.

FONTES

ÁUDIOS

Entrevista com o Presidente da FEGAVEN. Programa de rádio. Rádio ALBA Caracas. 16 de março de 2010.

Hugo Chávez. “*Por Ahora*” (discurso em rede nacional de rádio e televisão. Caracas, 5 de fevereiro de 1992). Disponível em: <<http://www.analitica.com/bitbiblioteca/hchavez/4f.asp>>. Acesso em outubro de 2008.

CANÇÕES

PRIMERA, Alí. *Sangueo para el regreso*. Caracas, Cimarrón Records, 1981.

_____ *Perdóname Tío Juan*, 1974.

DOCUMENTOS OFICIAIS

CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA 1999. Imprenta Nacional, Caracas, 2001.

PROJETO DE REFORMA CONSTITUCIONAL DE 2007. Despacho Del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela. Oficio No. MPPDP-DGSCM 0716, de 15 de agosto de 2007. Caracas. 2007.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Ley Orgánica de las Fuerzas Armadas. Caracas, Imprenta Nacional, 2008.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. LEY DE LOS CONSEJOS COMUNALES. Colección Textos Legislativos. Abril, 2006.

Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela. Miércoles, 17 de Junio de 2009. Número 39.202. Disponível em <<http://www.mpcomunas.gob.ve/contenido.php?id=3>>. Acesso em abril de 2011.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Ley de los Consejos Comunales, Artículo 4.4. *Base poblacional de comunidad*. Asamblea Nacional, 9 de abril de 2006.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Ley Especial de Regularización Integral de la Tenencia de la Tierra de los Asentamientos Urbanos Populares. *Gaceta Oficial* N° 38.480 del 17 de julio de 2006.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. MINISTERIO DE INDUSTRIAS BÁSICAS Y MINERÍA. *Lineamientos Estratégicos para la Refundación de la CVG*. Agosto de 2005. MIBAM/CVG ALCASA. Crónica y documentos del proceso de cogestión en CVG Alcasa. Noviembre 2005. 3ª ed.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. MINISTERIO DE INDUSTRIAS BÁSICAS Y MINERÍA. *Resumen Ejecutivo sobre el Proceso de Cogestión en CVG ALCASA*. 19 de Noviembre de 2005. In: MIBAM/CVG ALCASA. Crónica y documentos del proceso de cogestión en CVG Alcasa. Noviembre 2005. 3ª ed.

ENTREVISTAS

DENIS, Roland. Entrevista à autora. Caracas, julho de 2010.

MARTÍNEZ, Emanuel (Manolín). Entrevista à autora. Caracas, julho de 2010.

JOSE BODAS. Entrevista à autora. Caracas, julho de 2010.

ORLANDO CHIRINO. Entrevista à autora. Caracas, julho de 2010.

ENZO DEL BÚFALO. Entrevista à autora. Caracas, abril de 2010.

ESTADÍSTICAS

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. CEPALSTAT. <<http://www.cepaldestad.cl>>. Acesso em fevereiro de 2011.

INE. Instituto Nacional de Estadísticas. Venezuela. IV Censo económico. 2007-2008. Disponível em <www.ine.gob.ve>. Acesso em novembro de 2010.

INE. Instituto Nacional de Estadísticas. Venezuela. Censo 2001. Disponível em <www.ine.gob.ve>. Acesso em novembro de 2010.

PANFLETOS POLÍTICOS

CIRCULOS BOLIVARIANOS. Comando Supremo Revolucionário Bolivariano. Palácio Miraflores. Caracas, s/d.

PERIÓDICOS E OUTROS DOCUMENTOS DO MOVIMENTO SINDICAL E POPULAR

Cogestión. Todo poder para los trabajadores. Vários números. In: MIBAM/CVG ALCASA. Crónica y documentos del proceso de cogestión en CVG Alcasa. Noviembre 2005. 3ª ed.

Colectivo control obrero. Informe confidencial sobre el Cartel del Aluminio y sus actividades en Venezuela. Disponível em <www.aporrea.org/internacionales/a30725.html>. Acesso em janeiro de 2009.

Correo del Caroní. Presidente de Alcasa arrasa con gerentes del control obrero. Disponível em <<http://www.aporrea.org/endogeno/n200322.html>>. Acesso em abril de 2012.

INVEDECOR. Aportes para la sistematización teórica del método Invedecor. Carlos Lanz Rodríguez (comp.). Mimeo, Nov. 2005.

MIBAM. Declaración de Macagua. 29 de janeiro de 2005. In: Crónica y documentos del proceso de Cogestión en CVG ALCASA. Caracas, 2005.

Periódico Proceso. Caracas, n. 54, 20 de julio 2010, pp. 16-7.

Revista *Comuna*, *Trabajadores en revolución*. Caracas, Centro Internacional Miranda, n.1, 2009.

Revista digital *Plomo*, dez 2010, p, 33-4. Disponível em <<http://www.behance.net/gallery/Revista-Plomo/1522885>>. Acesso em agosto de 2011.

VOZ DE LOS TRABAJADORES. Movimiento por la construcción de um Partido de los Trabajadores, octubre de 2007.

RELATÓRIOS

CIDH. *Corte Interamericana de Derechos Humanos. Resolución de 4 de febrero de 2010. Caso El Amparo Vs Venezuela*. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Corte IDH 506(22340584), nº 8435, disponível em <<http://www.derechos.org.ve/pw/wp-content/uploads/Resolucion-de-la-Corte-16.02.20101.pdf>>. Acesso em junho de 2012.

PROVEA. Informes anuales derechos humanos. Vários Anos (1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998). Disponível em <<http://www.derechos.org.ve>>. Acesso em maio de 2011.

PROVEA. Informe anual derechos laborales. Vários anos. Disponível em <<http://www.derechos.org.ve>>. Acesso em maio de 2012.

NAÇÕES UNIDAS. ONU-HABITAT, *The Challenge of Slums*, 2003.

VÍDEOS

Chávez sobre los tercerizados de Sidor. 2011. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=72PJc3faRKG&feature=related>>. Acesso em maio de 2012.

Informativo Laboral: lucha por la nacionalización de Sidor e Informativo Laboral: trabajadores de Sidor. Documentário. Disponibilizado por VIVE TV para a autora, julho de 2010.

Trabajadores de SIDOR truncan la Av. Urdaneta por salarios atrasado. Vídeo disponibilizado por VIVE TV para a autora. Caracas, julho de 2010.

Venezuela, Febrero 27 (de la concertación al des-concierto). Documentário. 1990. 20 min.

Hugo Chávez. "Por Ahora" (discurso em rede nacional de rádio e televisão. Caracas, 5 de fevereiro de 1992). Disponível em: <<http://youtube.com/watch?v=vbuopyevfq>>. Acesso em outubro de 2008.

La revolución no será televisionada. Dir. Kim Bartley (Venezuela/Irlanda). 2003.

BIBLIOGRAFIA

AGENCIA BOLIVARIANA DE NOTICIAS. ABN. Diputado Orlando Castillo: Empresas contratistas de Sidor son las que deben cumplir con demandas de sus trabajadores. 03/01/2009. Disponível em <www.aporrea.org> <http://www.aporrea.org/trabajadores/n126474.html>>. Acesso em junho de 2012.

_____. Sidor y ex trabajadores contratistas llegan a un acuerdo. 19/09/2008. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/trabajadores/n120924.html>>. Acesso em junho de 2012.

ANDERSON, Perry. *Las antinomias de Antonio Gramsci. Estado y revolución en Occidente.* Barcelona, Editorial Fontamara, 1978.

ANTILLANO, Andrés. "La lucha por el reconocimiento y la inclusión en los barrios populares: la experiencia de los Comités de Tierras Urbanas". *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 11, n. 3, 2005, pp. 205-218.

ARANTES, Paulo. *Alarme de incêndio no gueto francês.* Margem Esquerda Nº 12, Nov 2008, p. 32-36. São Paulo, Boitempo Editorial.

- ARCARY, Valerio. As esquinas perigosas da história. Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista. FFLCH-USP. Tese de Doutorado em História. 2000. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24052002-150419/pt-br.php>. Acesso em novembro de 2011.
- ARAUJO, Orlando. La industrialización de Venezuela. MAZA ZAVALA et al. Venezuela. Crecimiento sin desarrollo. Cidade do México, UCV/Editorial Nuestro Tiempo, 1982.
- ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim. Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo, Boitempo, 2008.
- ASTORGA, Pablo. La industrialización en Venezuela 1936-1983). El problema de la abundancia. In: CÁRDENAS, H, OCAMPO, J. A, THORP, R (orgs). Industrialización y estado em América Latina. México, Fondo de Cultura Económica, 2003.
- BALOYRA, Enrique. Oil prices and budgets in Venezuela. 1938-1968. *Latin American Research Review*, vol. 9, n.2, 1974, pp.28-72.
- BAMBIRRA, Vania. La revolución cubana, una reinterpretación. Editorial Nuestro Tiempo. México, 1974.
- _____. El capitalismo dependiente latino-americano. Siglo XXI. México, 1978.
- BAPTISTA, Asdrúbal. 2006. El relevo del capitalismo rentístico. Hacia un nuevo balance del poder. Caracas, Fundación Empresas Polar, 2006.
- BARAN, Paul, SWEEZY, Paul. El capital monopolista. 14ª ed. Cidade do México, Siglo XXI, 1979.
- BATTAGLINI, Oscar. El betancourismo 1945-1948: rentismo petrolero, populismo y golpe de Estado. Caracas, Monte Ávila, 2008.
- BELL, P. L. Venezuela: A commercial and Industrial Handbook. Washington, US Department of Commerce, 1922.
- BIARDEAU, Javier. ¿El proceso de transición hacia el nuevo socialismo del siglo XXI? Un debate que apenas comienza. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, 2007, v.13, n.2, mayo-agosto, pp.145-179.
- BILBAO, Luis. Venezuela en revolución: renacimiento del socialismo. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2008.
- _____. Chávez después del golpe y el sabotaje petrolero. Conversaciones con Luis Bilbao (II). Buenos Aires, Capital Intelectual, 2003.

- _____. Chávez y la Revolución Bolivariana. Conversaciones con Luis Bilbao. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2002. .
- BLANCO MUÑOZ, Agustín. Habla el comandante. Caracas, UCV, 1998.
- _____. La lucha armada: hablan 5 jefes. Caracas, UCV, 1980.
- BOBBIO, Norberto. Marx, el Estado y los clásicos. In: SANTILLÁN, José Fernández (org.). Norberto Bobbio: el filósofo y la política. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1996.
- BODAS, José, GALLARDO, Richard, BARRETO, José Joaquín. Control obrero, cogestión y cooperativas. Revista Paradigmas y Utopías, Cidade do México, n.8, 2007. pp.405-438.
- BORJAS, Beatriz, RODRÍGUEZ, Juan, ROMERO, Juan E. Las relaciones entre el poder civil y el poder militar en Latinoamérica: el caso venezolano, 1958-1998. *Revista de Historia de América*, n.125, México, Secretaría General del Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1999.
- BRITO FIGUEROA, Federico. Tiempo de Ezquiel Zamora. Caracas, Ediciones UCV, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2001.
- CALCANO, Luis Gómez. Crisis de legitimidad e inestabilidad política em Venezuela. *Revista Venezolana de Economía y Ciências Sociais*, Caracas, vol, 2, n. 3, abril-septiembre 1995, pp..
- CANO, Wilson. Venezuela: imites para uma nova política econômica. Campinas: *Economia e Sociedade*, V. 11, n. 1 (18), p. 95-127, jan./jun. 2002.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In FERREIRA, Jorge (Org.) . O populismo e sua história. Debate e crítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, V.1.
- CAPUTO, Orlando, PIZARRO, Roberto. Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales. CESO, Santiago do Chile, 1971.
- CARVALHO, José M. de, DORNAS, Danilo S. O lugar de Spinoza na história da filosofia, o modelo interpretativo de Joaquim de Carvalho. Artigo que serviu de base para o relatório final entregue à Divisão de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação da FUNREI como resultado do PIBIC/CNPq, anos 2000/2001. <<http://www.consciencia.org/spinozadanilo.shtml>>, Google Academics consultado em 1 de julho de 2011.

- CHESNAIS, François. Dez teses sobre a mundialização do capital. In: FERREIRA, Carla e SCHERER, André. A ditadura do capital financeiro no Brasil: reflexões e alternativas. Lajeado, Univates, 2005.
- CHIRINO, Orlando. *El Paro Saboteo Patronal. Una acción contrarrevolucionaria para derrocar al gobierno y cambiar el curso de la revolución en Venezuela*. Ponencia presentada en el IV Encuentro Iberoamericano sobre Derechos Laborales y Seguridad Social (Caracas, outubro de 2005). Disponível em:
< <http://www.aporrea.org/trabajadores/a17554.html>>. Acesso em junho de 2012.
- CASTELLANO, Alberto e MACHADO, Gustavo. La Tasa de Interés real y la inversión privada em Venezuela: una relación causal?Período 1978-2002. Maracaibo: Revista de Ciencias Sociales v.11 n.3, set. 2005.
- CASTRO GOMES, Angela. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Danial Aarão (orgs.). As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. V.1.
- CHAVEAU, Agnés e TÉTART, Philippe. Questões para a História do Tempo Presente. EDUSC. Bauru, 1999.
- CHIRINO, Orlando. *Los socialistas revolucionarios somos la Tercera Opción. El 2 de diciembre rechazamos la Reforma Constitucional. Vota Nulo*. Disponível em <http://www.marxismo.org/?q=node/1207>. Acesso em janeiro de 2012.
- COFAE. Fabricio Ojeda, dignidad y firmeza revolucionaria. Colección Historia. Caracas, n° 3, 2007.
- CORDOVA, Armando. La estructura económica tradicional y el impacto petrolero em Venezuela. Caracas In: CORDOVA, A., SILVA MIQUELENA, Hector. Aspectos teóricos del subdesarrollo. Caracas, UCV, 1977.
- _____. Consideraciones acerca del tipo de desarrollo alcanzado por la economía venezolana In: CORDOVA, A., SILVA MIQUELENA, Hector. Aspectos teóricos del subdesarrollo. Caracas, UCV, 1977b.
- CORONIL, Fernando. *El estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Caracas: Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela / Editorial Nueva Sociedad, 2002.
- CORREO DEL ORINOCO. *Inverten más de US\$ 600 millones para impulsar el desarrollo económico y productivo del país*. Caracas, 29 de maio de 2012. Disponível em < <http://www.correodelorinoco.gob.ve/nacionales/invertidos-mas->

- 600-millones-dolares-para-impulsar-desarrollo-economico-y-productivo-pais/>.
Acesso em junho de 2012.
- CRAZUT, Ramón. La siembra del petróleo como postulado fundamental de la política económica venezolana. Esfuerzos, expectativas y frustraciones. Caracas, UCV/BCV, 2006.
- CUEVA, Agustín. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina. São Paulo, Global, 1977.
- DAVILA, Luis Ricardo. Imaginário político venezolano. Ensaio sobre el trienio octubrista. Caracas, Alfadil, 1992.
- DAVIS, Mike. Planeta favela. São Paulo, Boitempo, 2008.
- DAHL, Robert. Poliarquia. Participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.
- DEMIER, Felipe Abranches. Do movimento Operário para a Universidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPG-UFF. Orientação: Marcelo Badaró, janeiro, 2008.
- DENIS, Roland. Los fabricantes de la rebelión. Movimiento popular, chavismo y sociedad en los años noventa. Caracas, Editorial Primera Línea y Editorial Nuevo Sur, 2001.
- _____. *Por unas Comunas 'sin ley'*. Aporrea, 19/10/2010. Disponível em < <http://www.aporrea.org/ideologia/a110539.html>>. Acesso em abril de 2011.
- _____. Consideraciones sobre el “Partido Único” Aporrea, 03/10/2006. Disponível em www.aporrea.org/poderpopular/n25837.html>. Acesso em maio de 2012.
- _____. Llegó la hora del pueblo. Aporrea, 04/12/2007. Disponível em <www.aporrea.org/ideologia/n46306.html>. Acesso em maio de 2012.
- _____. Los tres movimientos de la reforma: el andar contínuo de la conspiración, el fortalecimiento de la derecha roja, el despertar del movimiento popular. Aporra, 15/11/2007. Disponível em www.aporrea.org/actualidad/n44760.html>. Acesso em maio de 2012.
- _____. Rebelión en Proceso, dilemas del movimiento popular luego de la rebelión de 13 de Abril. Caracas, Ediciones Nuestra America Rebelde, s/d.
- DIETERICH, Heinz. Hugo Chávez: Un nuevo proyecto latinoamericano. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2001.
- Sur, 2001.
- _____. Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI. Buenos Aires, Nuestra América, 2005.

- DI TELLA, Torcuato. Para uma política latino-americana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- DOS SANTOS, Theotonio. Economia política da dependência. In: Democracia e socialismo no capitalismo dependente. Petrópolis. Vozes, 1991.
- DOSSE, François. A História em Migalhas, dos Annales à Nova História. São Paulo, EDUSC, 2003.
- EL TROUDI, Haiman. La Política Económica Bolivariana y los dilemas de la transición socialista en Venezuela. Caracas, CEPES/Monte Ávila, 2010.
- ELIZALDE, Rosa Miriam e BÁEZ, Luis. Chávez Nuestro. Testemonios inéditos. La Habana, Casa Editorial Abril, 2004.
- ELLNER, Steve, SALAS, Miguel Tinker (orgs.). Hugo Chávez and the decline of an “Exceptional Democracy”. Raanan Rein Tel Aviv University, Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2007. Disponível em <http://www1.tau.ac.il/eial/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=246>, acesso em outubro de 2008.
- ELLNER, Steve. Las estrategias «desde arriba» y «desde abajo» del movimiento de Hugo Chávez. Caracas: Cuadernos del Cendes v. 23, n.62, maio 2006.
- _____. Neoliberalismo y antineoliberalismo en América Latina: el debate sobre estrategia. Caracas, Editorial Tropykos, 2005.
- _____. Hugo Chávez y Alberto Fujimori: análisis comparativo de dos variantes de populismo. Caracas: Rev. Venez. de Economía y Ciencias Sociales. 2004, vol. 10, no. 1 (ener-abr), pp. 13-37.
- _____. Tendencias recientes en el movimiento laboral venezolano: autonomía vs control político. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol. 9, n.3, Universidad Central de Venezuela, septiembre-diciembre 2003, p. 157-178.
- ENGELS, Federico. La situación de la clase obrera en Inglaterra. In: MARX, Karl, ENGELS, Federico. Obras Fundamentales. V. 2. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1981.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In FERREIRA, Jorge (Org.) . O populismo e sua história. Debate e crítica. 1. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. V. 1.
- FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Danial Aarão (Org.). As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). 1. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. V. 1.

- FERREIRA2, Carla C. C. Ideologia bolivariana: as apropriações do legado de Simon Bolívar em uma experiência de povo em armas na Venezuela. O caso da Guerra Federal (1858-1863). Dissertação de Mestrado em História. IFCH-PPGHIST-UFRGS. Porto Alegre, 2006.
- FERREIRA2, Carla, OSORIO, Jaime, LUCE, Mathias Seibel. Padrão de Reprodução do Capital. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012.
- FERREIRA2, Carla, SCHERER, André Forti. A ditadura do capital financeiro no Brasil, reflexões e alternativas. Lajeado, Univates, 2005.
- FERRI, Franco. El problema del control obrero. In: GERRATANA et al. Consejos obreros y democracia socialista. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, n.33, 1972.
- FOA, Lisa. Los soviets y octubre. In: GERRATANA et al. Consejos obreros y democracia socialista. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, n.33, 1972.
- FOSTER, John Bellamy. The new age of imperialism. *Monthly Review*, Nova York, 2003, vol. 55, n.3, julho-agosto. Disponível em <<http://monthlyreview.org/2003/07/01/the-new-age-of-imperialism>>. Acesso em dezembro de 2011.
- FRANK, Andre Gunder. El desarrollo del subdesarrollo. Selecciones de Monthly Review en Castellano, Santiago do Chile, 1966.
- FURTADO, Celso. Ensaio sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro, Contraponto, 2008.
- GARCÍA-GUADILLA, María Pilar. Ciudadanía y autonomía en las organizaciones sociales bolivarianas: los Comités de Tierra Urbana como movimientos sociales. *Cuadernos del CENDES*, Caracas, n.66, septiembre-diciembre 2007, pp. 47-73.
- _____. Sociedad civil: institucionalización, fragmentación, autonomía, in ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (org). La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto. Caracas: Editora Nueva Sociedad, 2003.
- GARCÍA PONCE, Guillermo (entrevista a Agustín Blanco Muñoz). In: BLANCO MUÑOZ, Agustín. La lucha armada. Hablan 5 jefes. Caracas, UCV, 1980.
- GARRIDO, Alberto. La historia secreta de la revolución bolivariana. Caracas: Editorial Venezolana, 2000A.
- _____. La Revolución Bolivariana, de la guerrilla al militarismo. Revelaciones del Comandante Arias Cárdenas. Caracas: Producciones Karol, 2000B.

- GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da Pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre> Editora Tchê!, 1987.
- GERMANI, Gino. Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas. São Paulo, Mestre Jou, 1973.
- GERRATANA et al. Consejos obreros y democracia socialista. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, n.33, 1972.
- GIANASTACIO, V. O sufixo –ismo na história das gramáticas da língua portuguesa e sua produção lexical. In: Anais do I SIMELP – Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa.. São Paulo, FFLCH-USP, 2008. Disponível em: <<http://www.usp.br/gmhp/publ/GiaA1.pdf>>. Acesso em agosto de 2009.
- GIORDANI, Jorge. 2009. La transición venezolana al socialismo. Caracas, Vadell Hermanos, 2009.
- _____. La transición venezolana y la búsqueda de su propio camino. Caracas, Venezuela, 2007.
- GORENDER, Jacob. Entrevista. Porto Alegre: Folha da História, novembro de 1997, no. 11, p. 8.
- GORZ, André. Adeus ao proletariado. Para além do socialismo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- GOTT, Richard. A la sombra del libertador. Hugo Chávez y la transformación de Venezuela. Caracas, Imprenta Nacional, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.
- _____. El movimiento turinés de los consejos de fábrica. In: GERRATANA et al. Consejos obreros y democracia socialista. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, n.33, 1972.
- GUERRATANA et alli. Consejos obreros y democracia socialista. *Cuadernos Pasado y Presente* N. 33, 1972.
- GUERRERO, Modesto Emilio. Quién inventó a Chavez? Buenos Aires, Ediciones B, 2007.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. A crise de Poder no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- GUTIÉRREZ, Alejandro. Políticas macroeconómicas y sectoriales: impactos sobre el sistema agroalimentario nacional (1999-2003). In: TAYLHARDAT, Leonardo,

- CASTILLO, Ricardo, MORALES, Agustín. Globalización, integración económica y seguridad alimentaria. Caracas, Editorial Tropykos, 2005.
- HARNECKER, Marta. Hugo Chávez Frias. Un hombre un pueblo. Caracas, Asociación Civil Universitarios por la Equidad/Imprenta Nacional, 2002.
- HASSAN, Mostafa. Economic Growth and Employment Problems in Venezuela. Nova York, Praeger, 1975.
- HAWBWACHS , Maurice. A memória coletiva. São Paulo, Editorial Vértice, 1990.
- HAYEK, Fredrich von (1944). O caminho da servidão. EDIÇÕES 70, 2009.
- HARVEY, David. The new imperialism. Nova York, Oxford University Press, 2003.
- HELLINGER, Daniel. Nationalism, Globalization and Chavismo. Artigo preparado para o Encontro da Latin American Studies Association, Washington DC, September 2-8, 2001. Disponível em <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/HellingerDaniel.pdf>>. Acesso em outubro de 2008.
- IZARRA, William. En busca de la revolución. Venezuela, Producciones Karol, 2001.
- JAGUARIBE, Hélio. O Nacionalismo na atualidade brasileira. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.
- JONES, Bart. Hugo Chávez. Da origem simples ao ideário da Revolução Permanente. São Paulo, Editora Novo Conceito, 2008.
- KARL, Terry Lynn. Petróleo e pactos políticos: a transição para a democracia na Venezuela, p.297-329. In: O'DONNELL, G. e SCHMITTER, P. e WHITEHEAD, L. (orgs.).Transições do regime autoritário: América Latina. São Paulo, Vértice, 1988.
- KATZ, Claudio. Las disyuntivas de la izquierda em America Latina. Buenos Aires, Ediciones Luxemburg, 2008.
- _____. El porvenir del socialismo. Ed. Herramienta e Imago Mundi, Buenos Aires, 2004.
- LACLAU, Ernest. Política e Ideologia na Teoria Marxista. Capitalismo, fascismo e populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. Populismo não é um conceito pejorativo (entrevista). Folha de São Paulo, 7 de maio de 2006.
- _____. La razón populista. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires, 2007.
- LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques. A história nova. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

- LEBOWITZ, Michael. Build it now: Socialism for the twenty-first century. Links. International Journal of Socialist Renewal. Dossier No. 3. Disponível em <<http://www.links.org.au>>. Acesso em novembro de 2010.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In História e memória. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.
- LE BON, Gustave. Psicologia das multidões. Lisboa, Delraux, 1980.
- LÊNIN, Vladimir U. Obras Completas, 1985, v. 31.
- LIÑAREZ, Pedro Pablo. La lucha armada en Venezuela. Caracs, UBV, 2006.
- LOMBROSO, Cesare. O homem delinquente. Ricardo Lenz Editor, 2001.
- LOPES, Juarez Brandão. Sociedade industrial no Brasil. São Paulo, Difel, 1964.
- LÓPEZ MAYA, Margarita, GÓMEZ CALCANO, Luis e MAINGÓN, T. De Punto Fijo al Pacto Social: Desarrollo y Hegemonía en Venezuela: 1958-1985. Caracas, Fondo Editorial Acta Científica Venezolana, 1989.
- LÓPEZ MAYA, Margarita, LANDER, Luis. El socialismo rentista de Venezuela ante la caída de los precios petroleros internacionales. Caracas, Cuadernos del CENDES Año 26, N° 71, mayo-agosto 2009, pp. 66-87.
- 2005.
- _____. Del viernes negro al referendo revocatorio. Caracas. Alfa Grupo Editorial, 2005.
- _____. Movilización, institucionalidad y legitimidad en Venezuela. Caracas: Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales, 2003, vol. 9, n° 1 (ener.-abr.), pp. 211-226.
- _____. The Venezuelan Caracazo of 1989: Popular Protest and Institutional Weakness. Journal of Latin American Studies No. 35, pp. 117-137. Cambridge University Press. United Kingdom, 2003.
- _____. Lucha popular, democracia, neoliberalismo: protesta popular en America Latina en los años de ajuste. Caracas, Nueva Sociedad, 1999.
- LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo, n. 32, pp. 119-41, jun. 2012.
- LUCENA, Hector. Reestructuración productiva en Venezuela: balance laboral. In: DE LA GARZA, Enrique, NEFFA, Julio César (orgs.). Trabajo y modelos productivos en América Latina. Buenos Aires, CLACSO, 2010.

- _____. La crisis política en Venezuela: repercusiones y respuestas del movimiento sindical. In: DE LA GARZA, Enrique (org.). Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina. CLACSO, Buenos Aires, 2005.
- LUXEMBURGO, Rosa. Reforma o Revolución. In: Obras Escogidas. Bogotá, Editorial Pluma, Tomo I, 1976.
- MACHILLANDA, José. Cinismo político y golpe de Estado. Caracas, Italgráfica, 1993.
- _____. Poder político y poder militar en Venezuela. 1958-1986. 2ª ed. Caracas, Ediciones Centauro, 1988.
- MANDEL, Ernest. Conselhos Operários, consejo obrero, autogestión. Ediciones Era, 1974.
- MARCANO, Cristina e TYSZKA, Alberto Barrera. Hugo Chávez sem Uniforme. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 2004.
- MARINGONI, Gilberto. Venezuela que se inventa. Petróleo, poder e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2004.
- _____. A Revolução Venezuelana. Coleção Revoluções do Século 20. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- MARINI, Ruy Mauro (1973). Dialéctica de la dependencia. Cidade do México: Era, 1973.
- _____. El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile. Cidade do México, Era, 1976.
- _____. Las razones del neodesarrollismo. In: SADER, Emir. Antología de Ruy Mauro Marini. Petrópolis. Vozes, 2000.
- MARX, Karl. O 18 brumário de Luis Bonaparte. São Paulo, Boitempo, 2011.
- _____. O Capital. São Paulo, Abril Cultural, 1983-1984, 3 Vols.
- _____. Sobre a questão judaica. São Paulo, Boitempo, 2010.
- _____. A guerra civil na França. São Paulo, Boitempo, 2011.
- _____. El capital. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1962.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Manifiesto Comunista. São Paulo, Boitempo, 1998.
- MASPERO, Marcela. *Nos queda poco tiempo* (entrevista). El Viejo Topo, Barcelona, octubre 2008, n. 249.
- MAZA ZAVALA, Domingo. La economía de Venezuela contemporánea y sus proyecciones. In: MAZA ZAVALA et al. Venezuela. Crecimiento sin desarrollo. Cidade do México, UCV/Editorial Nuestro Tiempo, 1982.

- MEDÓFILO, Medina. Chávez y la globalización. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, 2001, vol. 7, n. 2, mayo-agosto, pp. 115-128.
- MENDES, Valdenésio. *Aduci. Democracia e participação. Os Conselhos Comunais na Venezuela*. Florianópolis, UFSC-Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2011. Tese de Doutorado.
- MENELEU NETO, José. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de Exército Industrial de Reserva. In: TEIXEIRA, Francisco, OLIVEIRA, Manfredo (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez/UECE, 1996.
- MÉSZÁROS, István. *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2007.
- _____. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2004.
- _____. *Para Além do Capital*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2002.
- _____. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social, ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.
- _____. *Marx: A Teoria da Alienação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- MILIBAND, Ralph, POULANTZAS, Nicos, LACLAU, Ernesto. *Debates sobre el Estado capitalista*. Buenos Aires, Ediciones Imago Mundi, 1991.
- MOMMER, Bernard: *Petróleo Global y Estado Nacional*. Caracas: Comala.com, 2003.
- _____. *Petroleo subversivo*. In: ELLNER, S. (org.).
- _____. *La Cuestión Petrolera*. Caracas: Tropicós, 2002.
- MONTILLA, J.J. *La inseguridad alimentaria en Venezuela*. In: TAYLHARDAT, Leonardo, CASTILLO, Ricardo, MORALES, Agustín. *Globalización, integración económica y seguridad alimentaria*. Caracas, Editorial Tropicós, 2005.
- MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MORAES FERREIRA, Marieta de. *História, tempo presente e história oral*. *Revista de História Topoi* nº 5. IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.
- NEGRI, Toni, HARTDT, Michael. *Império*. Bogotá, Ediciones Desde Abajo, 2001.
- NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, Nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.) . *O populismo e sua história. Debate e crítica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1. 380 p.

- NORA, Pierre. Entre memória e história. O problema dos lugares. *In* Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, Brasil, 1981.
- OSORIO, Jaime. El hiato entre Estado y aparato: capital, poder y comunidad. *Argumentos*, Cidade do México, Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco, vo.23, .64, septiembre-diciembre 2010, pp. 63-86.
- _____. El Estado en el centro de la mundialización. 2ª ed. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 2009.
- _____. Fundamentos da superexploração.....
- ORTA, Celio S. Los obstáculos al crecimiento autosostenido de la agricultura venezolana. In: MAZA ZAVALA et al. Venezuela. Crecimiento sin desarrollo. Cidade do México, UCV/Editorial Nuestro Tiempo, 1982.
- PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan./dez. 2004.
- PALMA, Gabriel. Four sources of “De-industrialization” and a new Concept of the “Dutch Disease”. In: OCAMPO, José Antonio (org.). Beyond reforms: structural dynamics and macroeconomic volatility. Standford, Standford University Press, 2005.
- PARKER, Dick. El desarrollo endógeno: ¿camino al socialismo del siglo XXI? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, 2007, v.13, n.2, mayo-agosto, pp. 59-85.
- _____. El chavismo: populismo radical y potencial revolucionario. Caracas: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 2001, vol.7, n.1 (ene.-abr.), pp.13-44.
- _____. Chávez y el chavismo: una aproximación. Caracas: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 2000, vol.6, n.1 (ene.-abr.), pp.71-80.
- PERELLI, Carina. Las fuerzas armadas latinoamericanas después de la guerra fría. *Nueva Sociedad*. Caracas, n.138, julio-agosto, pp. 80-95. julio-agosto, 1995.
- PÉREZ ALFONSO, Juan Pablo. *Hundiéndonos en el excremento del diablo*. 4ª ed. Caracas, Editorial Lisbona, 1975.
- PÉREZ BORGES, Stálin. *La reforma constitucional*. Disponível em <http://www.marxismo.org/?q=node/1207>. Acesso em janeiro de 2012.

- PESSANHA, Elina G. da Fonte e MOREL, Regina L. M. Classe trabalhadora e populismo. Reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro. In FERREIRA, Jorge (Org.) . O populismo e sua história. Debate e crítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, V1.
- PINO ITURRIETA, Elias. El Siglo XX venezolano conversado con Elias Pino Iturrieta. In: BAPTISTA, Asdrúbal (org). Venezuela Siglo XX. Visiones y testimonios. Caracas, Fundación Polar, 2000. Tomo 3.
- PIZARRO, Roberto e GARRETÓN, Manuel A. (org). Transición al socialismo y experiencia chilena. Santiago do Chile: Centro de estudios socioeconomicos (CESO) e Centro de estudios de la realidad nacional (CEREN), 1972.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol 5, no. 10, pp. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val do Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum. In: AMADO e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- POSTERNAK, Léo. Populismo no Brasil de 1945 a 1964: as interpretações da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo, do ISEB e do pensamento econômico liberal. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ, 2008.
- POULANTZAS, Nicos. Poder político y clases sociales en el Estado capitalista. Cidade do México, Siglo XXI, 1969.
- QUINTERO, Rodolfo. La antropología del petróleo. Cidade do México, Siglo XXI, 1972.
- _____. Historia del movimiento obrero em Venezuela. In: CASANOVA, Pablo González (org). Historia del movimiento obrero en América Latina, 1984.
- RABY, Diana. Democracia y revolución: América Latina y el socialismo hoy. Caracas, Monte Ávila, 2008.
- RAMOS, Sergio. Chile, una economía de transición? Santiago de Chile: Cuadernos Centro de Estudios Socio-economicos (CESO) de la Universidad de Chile, Editorial Prensa Latinoamericana, 1972.
- RAMOS ROLLÓN, María Luisa. De las protestas a las propuestas: identidad, acción y relevancia política del movimiento vecinal. Madri, Nueva Sociedad, 1995.

- REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In FERREIRA, Jorge (Org.) . O populismo e sua história. Debate e crítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, V.1.
- REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Caracas, Imprenta Nacional, 2000.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cidade e capitalismo periférico: em direção à experiência popular. Revista Margem Esquerda Nº 12, Nov 2008, p. 25-31. Boitempo Editorial. São Paulo.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Difel, 1996.
- RODRÍGUEZ, Simon. Obra Completa. Caracas. Ediciones de la Presidencia de la República. 2v, 2001.
- SÁEZ MERIDA, Simón. La Izquierda, la lucha y la Revolución Cubana. *Últimas Noticias*, Caracas, 29/08/1980, Suplemento Cultural, p.p. 34-5.
- _____. Movimiento vecinal y democracia: la sociedad contra el Estado-partido. *Revista SIC*, Caracas, Centro Gumilla, n.500, diciembre 1987, pp. 522-4.
- SALCEDO BASTARDO, José Luis. Historia Fundamental de Venezuela. Caracas, UCV, 1996.
- SAMBRANO, E. *Crónicas proletarias en la Revolución Bolivariana*. Disponível em <www.aporrea.org> . Acesso em março de 2008.
- SÁNCHEZ, Nelson (Harold). La Revolución Bolivariana arrancó con el frente militar de carrera (entrevista a Alberto Garrido). In: GARRIDO, Alberto. La historia secreta de la Revolución Bolivariana. Conversaciones con Harold, Puerta Aponte y Camilo. Mérida, Editorial Venezolana, 2000.
- SCHAPOSNIK, Eduardo. Democratización de las fuerzas armadas venezolanas. Caracas, ILPIS, 1985.
- SERENI, Emilio. La categoría de formación económico-social. In: LUPORINI, Cesare, SERENI, Emilio. El concepto de “formación económico-social”. Cuadernos de Pasado y Presente, Buenos Aires, n.39, 1973.
- SIMÃO, Aziz. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difel, 1966.
- SILVA, Fernando Teixeira da e COSTA, Hélio. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In FERREIRA, Jorge (Org.) . O populismo e sua história. Debate e crítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V.1.

- SILVA MICHELENA, Hector. Problemas de la ocupación en una economía petrolera. In: CORDOVA, Armando, SILVA MICHELENA, Hector. Aspectos teoricos del subdesarrollo. Caracas, UCV, 1977.
- SKURSKI, Julie. Forging the nation. Chicago, University of Chicago, 1985. Mimeo.
- SWEEZY, Paul et al. Teoría del proceso de transición. México, Cuadernos de Pasado y Presente, n.46. S/d.
- SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SIRINELLI, Jean F. "Idéologie, temps et histoire". In: Agnès Chauveau et Philippe Tétart. Questions à l'histoire des temps présents, Éd. Complexe, Paris, 1992
- SOTELO VALENCIA, Adrián. La reestructuración del mundo del trabajo: superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo. Cidade do México, Editorial Itaca, 2003.
- STOKKUM, Rebeca van. El barrio y su visión de las políticas públicas. Caracas, CENDES-UCV, 2008
- SUÁREZ FIGUEROA, Nancy (org.). Programas Políticos Venezolanos de la primera mitad del siglo XX. Caracas, Universidad Católica Andrés Bello, 1977, Tomo II.
- TERTULIAN, Nicolas. O conceito de ideologia na ontologia de Lukács. Revista Margem Esquerda, Ensaios Marxistas No. 11. Boitempo Editorial. São Paulo, 2008.
- TROTSKY, León. Escritos. Tomo X. Bogotá, Editorial Pluma, 1977. Disponível em <<http://www.ceip.org.ar/escritos/presentacion1.htm>>. Acesso em junho de 2009.
- TAYLHARDAT, Leonardo, CASTILLO, Ricardo, MORALES, Agustín. Globalización, integración económica y seguridad alimentaria. Caracas, Editorial Tropykos, 2005.
- UNITED NATIONS. UN-HABITAT. The challenge of slums: global report on human settlements 2003. Londres, Earthscan, 2003.
- USLAR PIETRI, Arthuro. Sembrar el petróleo. In: SUÁREZ FIGUEROA, Naudy. Ed. Programas Políticos Venezolanos de la primera mitad del siglo XX. Tomo II. Caracas, Universidad Católica Andrés Bello, 1977, p. 165.
- VEISMAN. Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. São Paulo: Revista Ensaio. Editora Ensaio, 1989. no. 17/18, pp 399-444.
- VEJA. *Nosso sócio é um desastre*. Edição n° 2137, 4 de novembro de 2009.
- VERA, Leonardo. Cambio estructural, desindustrialización y pérdidas de productividad: evidencia para Venezuela. Caracas, Cuadernos del CENDES Año 26, N° 71, mayo-agosto 2009, pp. 89-115.

- WILPERT, Gregory. Venezuela hacia el Socialismo del Siglo XXI. Caracas, Monte Ávila Editores, 2010.
- WINN, Peter. A Revolução Chilena. São Paulo, Unesp, 2009
- WOOD, Ellen. Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- WOODS, Alan. La revolución bolivariana. Un análisis marxista. Caracas, El Perro y la Rana, 2006.
- ZAGO, Ângela. La rebelión de los Ángeles. Caracas, Warp Ediciones, 1998.
- ZIEMS, Ángel. El gomecismo y la formación del ejército nacional. Caracas, Editorial Ateneo, 1979.
- ZIZEK, Slavoj. Against populism temptation. Disponível em www.lacan.com/zizpopulism.htm. Acesso em janeiro de 2011.

SITIOGRAFIA

www.aporrea.org

www.la-clase.info

www.venezuelanalysis.com

www.gobiernoenlínea.gob.ve

ANEXOS

ANEXO A

Imagem 1: Reconstrução facial em 3D de Simon Bolívar – Vista frontal.



FONTE: *Informe sobre la Reconstrucción Facial 3D de el Libertador Simón Bolívar*. Publicado pela Comisión Presidencial para la Planificación y Activación del Proceso de Investigación Científica e Histórica, Sobre los Acontecimientos Relacionados con el Fallecimiento de El Libertador Simón Bolívar y el traslado a la Nación de sus restos mortales. Caracas, julio de 2012.

ANEXO B

Tabela 1: Variaciones de la composición de la importación durante el proceso de sustitución (porcentajes)

Grupos Económicos	1940	1950	1958	1971
<i>Bienes Consumo</i>	65.7	33,8	31.0	26.4
Durables	(-)	4.2	16.5	15.0
No durables	(-)	28.6	14.5	11.4
<i>Bienes en proceso</i>	18.9	57.3	34.1	37.8
Matérias primas y auxiliares	(-)	20.9	18.1	34.3
Materiales de construcción	(-)	36.4	16.0	3.5
<i>Bienes de capital</i>	15.4	8.9	34.9	35.8
Médios de transporte	(-)	1.9	6.1	7.9
Máquinas e equipos	(-)	28.0	28.6	27.9

FONTE: MAZA ZAVALA (1980, p. 340).

ANEXO C

Mapa 1: Mapa Político da República Bolivariana da Venezuela

ANEXO D

Tabela 2
La Acumulación de Capital en Venezuela:
información estadística relevante 1936-2001
(Billones de Bolívars)

	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)	(J)	(K)	(L)	(M)
1936													
-	0,04	0,04	0,01	0,01	0,003	0,005	0,03	0,01	0,06	0,02	0,01	0,01	0,01
1950													
-	0,34	0,30	0,08	0,02	0,03	0,05	0,27	0,08	0,50	0,20	0,04	0,05	0,06
1970													
-	5,0	3,36	1,50	0,33	0,43	0,63	3,39	1,50	6,31	2,95	0,003	0,59	1,03
1990													
-	211,0	128,0	34,0	28,0	15,7	8,47	149,7	33,9	274,4	146,3	-12,4	9,2	47,8
1991													
-	216,4	131,8	35,5	28,4	16,2	9,2	153,4	35,5	281,3	149,5	-12,3	9,9	48,9
2001													
-													
1936													
-	216,4	131,8	35,5	28,4	16,2	9,2	153,4	35,5	281,3	149,5	-12,3	9,9	48,9
2001													

Notas:

(A) Excedente neto de explotación

(B) Remuneración del trabajo

(C) Renta petrolera

(D) Inversión en el sector petrolero

(E) Inversión privada (se excluye el gasto en viviendas)

(F) Inversión pública

(G) Excedente bruto de explotación disponible por los capitalistas no petroleros

(H) Renta petrolera

(I) Consumo privado. Esta cifra incluye el 80 por ciento del gasto en viviendas

(J) Consumo del excedente. Esta cifra resulta de deducir del total del consumo privado, que incluye el 80 del gasto en viviendas, el consumo de los asalariados, que es igual al monto de sus remuneraciones

(K) Diferencia entre el excedente disponible (columna G) más el consumo del capital fijo privado, menos los gastos de consumo de los capitalistas (columna J) y los gastos de inversión privada (columna E)

(L) Gasto en viviendas

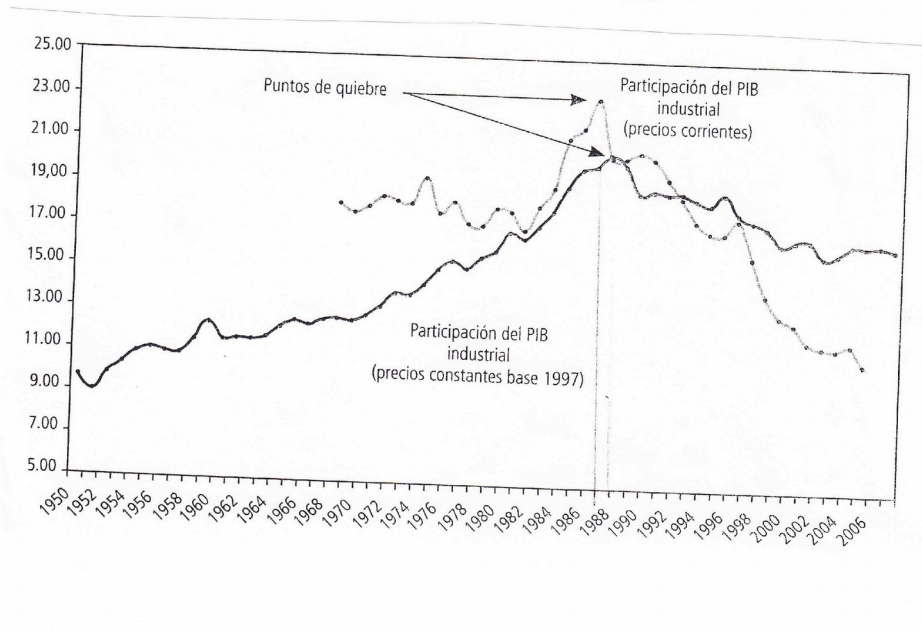
(M) Consumo de capital fijo

FONTE: BAPTISTA, 2006, p.203. Marcação da coluna K por C.F..

ANEXO E

Gráfico 1

Evolución de la participación del producto manufacturero en el PIB total (1950-2007)

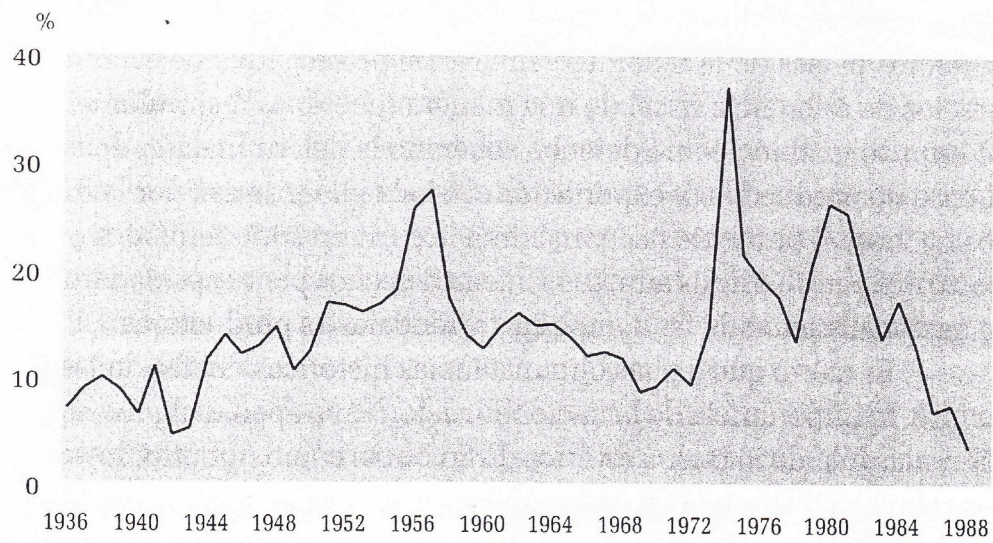


FONTE: VERA, 2009, p. 100.

ANEXO F

Gráfico 2

Renta petrolera y PIB: Venezuela, 1936-1988

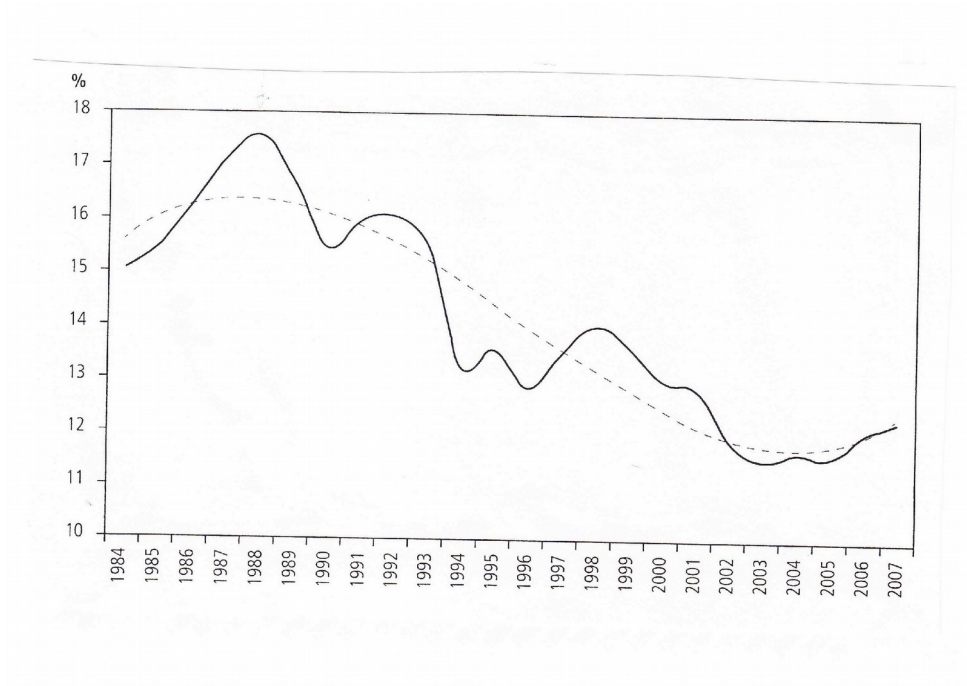


Fuentes: Baptista (1986, 1991, 1997a, 2001).

ANEXO G

Gráfico 3

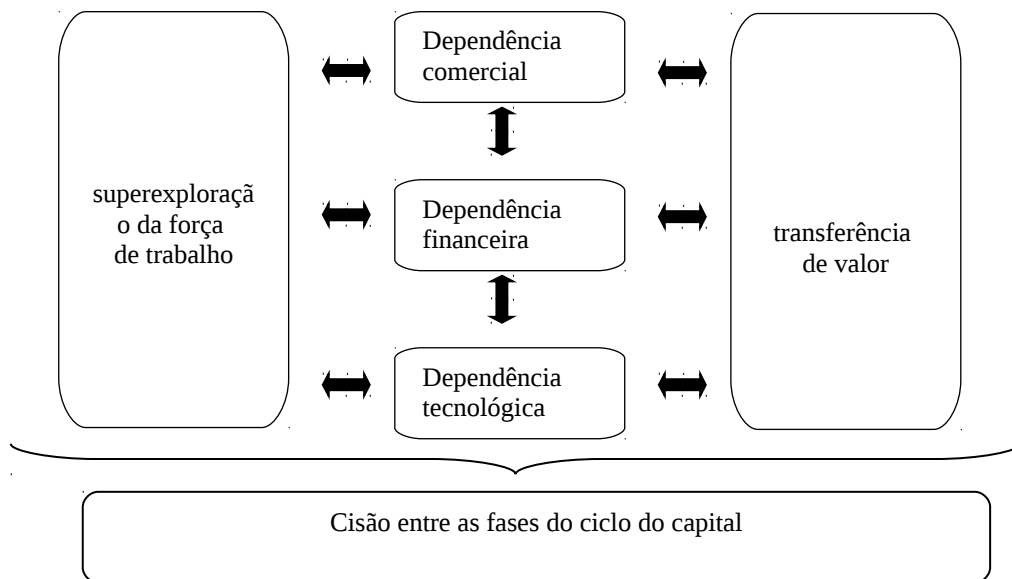
Participación del empleo en manufactura sobre el empleo total



FONTE: VERA, 2009, p. 99.

ANEXO H

Figura 1
Reprodução ampliada da dependência



FONTE: LUCE, 2011.

ANEXO I

Tabela 3
Venezuela
Estrutura da população ocupada urbana total por grupos ocupacionais (a)

Ano	Grupos ocupacionais								
	1	2	3	4	5	6	7,8,9	Σ 1,2,3,4,5	X
1981	12,1	4,9	14,5	14,3	14,7	3,5	35,9	60,5	0,0
1986	12,5	5,7	10,9	15,7	16,1	4,7	34,5	60,9	0,0
1990	14,8	4,3	11,9	16,1	16,0	5,1	31,8	63,1	0,1
1991	13,9	4,2	11,7	17,0	15,8	4,7	32,7	62,6	...
1992	14,2	4,1	12,2	17,1	15,2	4,3	32,9	62,8	...
1993	14,3	3,8	12,1	18,3	14,8	4,2	32,5	63,3	...
1994	14,2	3,4	11,3	17,8	15,4	5,7	32,2	62,1	0,0
1995	13,9	3,8	11,5	18,9	16,0	5,7	30,2	64,1	0,1
1996	14,3	4,8	9,8	19,4	15,6	5,7	30,3	63,9	0,0
1997	12,4	4,4	9,2	18,3	16,0	9,4	30,3	60,3	0,1
1998	11,7	3,3	8,9	19,1	16,8	10,0	30,2	59,8	0,0
1999	11,3	3,6	8,2	19,7	17,4	10,4	29,5	60,2	0,0
2000	11,0	3,1	7,9	19,5	17,8	10,8	29,7	59,3	0,1
2001	10,7	3,5	8,0	19,7	18,8	9,8	29,3	60,7	0,1
2002	10,7	2,4	7,4	20,7	19,7	10,3	28,6	60,9	0,2
2003	11,0	2,7	6,8	20,7	19,8	11,0	27,6	61,0	0,4
2004	11,5	3,4	6,5	20,3	19,8	10,5	27,8	61,5	0,2
2005	11,4	5,6	6,9	18,8	18,9	9,9	27,8	61,6	0,7
2006	12,4	3,8	6,9	18,5	19,3	9,1	29,4	60,9	0,6
2007	12,5	3,8	7,2	18,1	19,3	8,6	30,2	60,9	0,3
2008	12,8	3,7	7,3	17,9	19,5	8,3	30,0	61,2	0,4

Notas:

(a) Refere-se a população urbana ocupada com 15 anos de idade ou mais

(1) Profissionais, técnicos e trabalhadores assalariados

(2) Diretores e funcionários públicos superiores

(3) Pessoal administrativo e trabalhadores afins

(4) Comerciantes e vendedores

(5) Trabalhadores dos serviços

(6) Trabalhadores agrícolas e florestais, pescadores e caçadores

(7,8,9) Operários não agrícolas, condutores de máquinas e veículos de transporte e trabalhadores afins

(1,2,3,4,5) Soma dos grupos ocupacionais integrados por trabalhadores improdutivos (que não produzem novo valor)

(X) Trabalhadores que não podem ser classificados segundo a ocupação

FONTE: CEPALSTAT, <http://www.cepalestat.org> com adaptações.

ANEXO J

Tabela 4
Decrecimiento del empleo manufacturero

Año	Empleo industrial	Cambio (%)	PIB* manufactura millones	Cambio (%)
1950	115.803		5.023	
1960	149.874	29,33	16.131	221,14
1970	233.364	55,73	34.645	114,70
1980	462.303	98,10	68.394	97,41
1990	458.149	-0,9	78.975	15,47
2000	410.000	-10,50	80.000	1,29
2010	340.000**	-17,00	100.000**	25,00

FONTE: Elaboración com base em Encuesta Industrial. Conindustria, 2004. LUCENA, 2010, p. 382.

*Año base 1984.

** Estimados sobre la base de regresión

ANEXO K

Mapa 2: Caracas

ANEXO L

Tabela 5²⁵⁰

Natureza do protesto 1958-1999

Ano	Total	Convencional		Confrontacional		Violenta	
		Total	%	Total	%	Total	%
1958	358	230	64,3	95	26,5	33	9,2
1959	221	133	60,2	79	35,8	9	4,1
1961	211	132	62,6	55	26,1	24	11,4
1963	153	55	36,0	25	16,3	73	47,7
1970	353	22	6,2	268	75,9	63	17,9
1973	843	431	51,1	271	32,2	141	16,7
1983	163	148	90,8	8	4,9	7	4,3
1989	236	80	33,9	87	36,9	69	29,2
1998	168	77	45,8	68	40,5	23	13,7
1999	354	43	12,2	239	67,5	72	20,3

FONTE: LÓPEZ MAYA e LANDER (2006, p. 24), BDEBP.

²⁵⁰ A Base de Datos El Bravo Pueblo (BDEBP), FONTE dos dados da Tabela, é resultado de um levantamento realizado por pesquisadores da UCV com base em resenhas do jornal El Nacional desde 1944. A classificação da BDEBP considera *convencionais* aqueles protestos rotineiros, em geral legais e, se não são legais, não despertam temor ou angústia nos participantes. São *confrontacionais* aqueles que, sem a ocorrência de ataques físicos entre os oponentes ou danos a propriedades, geram sentimentos de temor e angústia nos participantes. Exemplo desta modalidade de protesto são fechamentos de vias, marchas sem autorização e greves de fome. E, finalmente, considera *violentas* as manifestações que deterioram propriedades ou causam danos à integridade física de pessoas participantes ou não do protesto.

ANEXO M

Tabela 6
Motivos do protesto (1958-1999)

Ano	Total	Socio-econômicos		Civis e políticos		Outros	
		Total	%	Total	%	Total	%
1958	385	193	50,1	178	46,2	14	3,6
1959	234	128	54,7	86	36,8	20	8,5
1961	207	134	64,7	64	30,9	9	4,3
1963	154	37	24,0	99	64,3	18	11,7
1970	403	292	72,5	104	25,8	7	1,7
1973	851	580	68,2	167	19,6	104	12,2
1983	163	134	82,2	27	16,6	2	1,2
1989	325	250	76,9	70	21,5	5	1,5
1998	182	142	78,0	33	18,1	7	3,8
1999	392	246	62,8	143	36,5	3	0,8

FONTE: LÓPEZ MAYA e LANDER (2005, p. 26) com base na Base Datos El Bravo Pueblo - BDEBP (UCV)

ANEXO N

Quadro 1

Divisões originárias do PCV

Ano	Organização originada	Lideranças de referência
1966	<i>Partido de la Revolución Venezolana (PRV)</i> . Em 1976 é criado o aparato legal <i>RUPTURA</i> . Mais adiante, o ex-guerrilheiro Carlos Lanz seguirá um caminho próprio e juntamente com outros militantes independentes criará o <i>Movimiento Desobediência Popular</i> Surgem, ainda, <i>Punto Cero</i> e <i>Movimiento de Salvación Nacional</i> , que logo entrarão em conflito com Bravo	Douglas Bravo e Argélia Malet
1971	<i>Movimiento al Socialismo (MAS)</i> <i>La Causa Radical (LCR)</i> . A partir de 2000, será transformado em <i>Pátria Para Todos (PPT)</i> <i>Vanguardia Comunista</i>	Teodoro Petkoff e Pompeyo Márquez Alfredo Maneiro Guillermo Garcia Ponce e Juan Vicente Cabezas)

FONTE: elaborado por CF com base em BLANCO MUÑOZ (1980), GARRIDO (200b) e LINARES (2006)

ANEXO O

Quadro 2:

Divisões originárias da esquerda da AD

Anos	Organização	Nova Organização	Lideres	Nova Organização
1960, 1970 e 1973	Em 6 de maio de 1960 surge o <i>Movimiento Izquierda Revolucionaria (MIR)</i>	Surge em 20 de janeiro de 1970 <i>Bandera Roja (BR)</i> Surge a <i>Organización Revolucionária (OR)</i>	Fernando Soto Rojas e Julio Escalona	Surge em 9 de novembro de 1973 a <i>Liga Socialista (LS)</i>

FONTE: elaborado por CF com base em BLANCO MUÑOZ (1980), GARRIDO (200b) e LINARES (2006).

ANEXO P

Quadro 3: Principais ações das FALN em 1963

FECHA	FUENTE	NOTICIA
17-01-63	El Nacional	Asalto armado. Robaron cinco obras maestras Pintura de la muestra "Cien años de la pintura francesa" exhibida en el Museo de Bellas Artes
07-02-63	EN	Incendiaron las oficinas de la...Cámara de Comercio Americana en Venezuela
13-02-63	EN	Terroristas dinamitaron tres puentes en carreteras de acceso a Barquisimeto Secuestrado el Buque Anzoátegui por las Fuerzas Armadas de Liberación Nacional (FALN)
12-03-63	EN	Sin controlar todavía incendio del oleoducto Ulé Azuay
19-02-63	EN	Asaltaron oficinas del "The Diner's club"
20-02-63	EN	Creada las Fuerzas Armadas de Liberación Nacional FALN
05-04-63	EN	Incendiado anoche un taller de mantenimiento del Ministerio del Interior
06-04-63	EN	Estalló una bomba de tiempo en la planta de Radio Tropical
08-04-63	EN	Incendiado otra vez el oleoducto Ulé-Amuay
10-04-63	EN	Hombres armados asaltaron depósitos de chiclets Adam's
10-04-63	EN	Nutrido tiroteo en Caracas. Patrulla de Guardia Nacional cayó anoche en una emboscada
19-04-63	EN	Moncada Vidal en Caracas declaró a la prensa
27-04-63	EN	Asaltada e incendiada fábrica de mecates
29-05-03	EN	20 presos políticos incomunicados en La Orchila
05-05-63	EN	Asaltaron y dieron fuego al almacén del IPSFA
06-06-63	EU	Asaltan e incendian Misión Militar de los EE.UU.
21-06-63	EU	Destruído depósito de Good Year en incendio provocado por terroristas
16-06-63	EN	Cuatro hombres asaltaron la casa del Consejero político de la Embajada de EE.UU Edward Thorndon Long
07-07-63	EN	Por segunda vez en menos de 15 días estalla oleoducto de Mene Grande
11-07-63	EU	Cinco hombres armados de ametralladoras asaltaron penal femenino de Los Teques y se llevaron tres reclusas políticas
02-08-63	EU	Ataque en Punto Fijo ayer de un grupo armado a la Comandancia de Tránsito (Muere Cruz Marval y Freddy Medina Polanco)
15-08-63	EU	¡Asesino! gritaron al diputado Carlos Andrés Pérez los familiares y amigos de sus víctimas
25-08-63	EN	Secuestrado Di Stefano genio del fútbol
30-08-63	EN	Secuestrado Di Stefano genio del fútbol
30-08-63	EN	Grupos armados asaltaron hospitales de Ciudad Bolívar y Maracay Asaltaron Comandancia General de la Aviación en centro Simón Bolívar

04-09-63	EN	Cinco hombres y una mujer asaltaron Comandancia General de la Aviación
17-09-63	EN	Molina Villegas, Fabricio Ojeda, Vega Castejón y seis más se fugaron de la Cárcel de Trujillo
20-09-63	EN	Grupo armado incendió los depósitos de pintura Depont
21-09-63	EN	Incendian tienda Adam's
30-09-63	EU	Seis hombres trajeados de militar asaltaron la sede de la Digeppol en Maracay y se llevaron armamento
30-09-63	EN	Asaltaron un tren con 100 pasajeros y asesinaron a 4 Guardias Nacionales. (Caso del Tren El Encanto)
13-10-63	EU	Asaltaron ayer la prefectura y las oficinas del telégrafo de Baruta
20-10-63	EU	Dieron fuego a Columbia Picture
26-10-63	EN	Dieron fuego a los depósitos de Good Year en Valencia
03-11-63	EN	Descubiertas armas enterradas en Paraguaná
06-11-63	EC	Huelga general de hambre iniciaron presos en todo el país
08-11-63	EU	Atacada por grupo armado la jefatura civil de San Juan
20-11-63	EN	Doce muertos y setenta heridos en sucesos de ayer en Caracas. Los sucesos fueron en El Guarataro, La Charneca, 23 de enero y La Vega
26-11-63	EN	Volados seis oleoductos y dos gasoductos cerca de Barcelona
27-11-63	EN	Regalos navideños: Enviaron bomba de tiempo a Leoni, Villalba, Caldera y Ramos Jiménez
28-11-63	EU	Sub-jefe de la Misión Militar de EE.UU secuestrado ayer por cuatro terroristas. (Coronel Jamek. Chenault)
29-11-63	EN	Secuestrado en vuelo un avión venezolano y devuelto ayer mismo desde Trinidad
30-11-63	EN	Traídos a Caracas los 6 secuestradores del avión desde Trinidad (Enrique Delfín Armas, Héctor Espinoza, Olivia Gómez, Leobaldo Salazar, Rodolfo Durán y Teófilo Rodríguez)
06-12-63	EU	Volaron con una bomba la puerta de la embajada de Trinidad y Tobago

FONTE: LIÑARES, 2006, p. 75-77

ANEXO Q

Quadro 4

Instrumentos da democracia direta na Venezuela

Instrumento da democracia representativa

Escolha de representantes por meio de partidos, de acordo com os princípios da nominalidade e proporcionalidade (art. 63)

Instrumentos da democracia direta

- ▶ *Referendo*: consultivo, aprovatório, derogatório, revocatório (art. 71 a 74).
- ▶ *Assembleia de cidadãos e cidadãs* (art. 70).
- ▶ *Participação na gestão pública*: no governo da área metropolitana (art. 18); provisão de segurança (art. 55); provisão de saúde (art. 83); seguros sociais (art. 86); na educação (art. 102); na gestão municipal (art. 168, 184); na transferência de serviços; nas propostas de investimentos ante Estados e municípios; na problemática da penitenciária.
- ▶ *Participação no estímulo da economia social*: cooperativas, caixas de poupança, participação de trabalhadores e comunidade na gestão de empresas públicas (art. 70).
- ▶ *Participação na integração e funcionamento dos órgãos do Poder Público*: participação obrigatória na vida política, civil e comunitária (art. 132); iniciativa na criação de bairros (art. 173); participação no Conselho Federal de governo (art. 185); iniciativa legislativa com projetos de leis (art. 204, 205); consulta da sociedade civil em assuntos de interesses dos Estados (art. 206); consulta a cidadãos sobre projetos de leis (art. 211); no sistema de justiça (art. 253); na seleção de juízes (art. 255); eleição de Magistrados do Tribunal Supremo de Justiça (art. 265); Comitê de postulações judiciais (art. 270); comitê de avaliação de postulações do Poder Cidadão (279); comitê de postulações do Poder Eleitoral (art. 294 e 295); manuseio da administração pública (art. 141); participação dos povos indígenas (art. 119, 123, 125).
- ▶ *Participação na defesa, reforma e criação constitucional*: colaborar no restabelecimento da vigência da Constituição (art. 333); iniciativa cidadã em matéria de emenda constitucional (art. 340, 341); a iniciativa cidadã em matéria de reforma constitucional (art. 342, 344); iniciativa para convocar a Assembleia Nacional Constituinte (art. 347); direito dever à desobediência civil (art. 350).

FONTE: MENDES, 2011, p. 151.

ANEXO R

Quadro 5

Percepção da democracia na IV e V República

IV República

- ▶ A democracia era um funil; as decisões eram tomadas em oficinas, longe do povo.
- ▶ Não distribuía recursos.
- ▶ A democracia era restrita. Democracia representativa. Pessoas alheias tomavam as decisões pelo povo.
- ▶ Tudo era feito a porta fechada. Não permitiam acesso ao poder.
- ▶ Não havia direito à participação.
- ▶ Os benefícios eram para os que comandavam.
- ▶ Os indígenas não eram levados em conta.
- ▶ Havia muita corrupção, tráfico de influências, assassinato de líderes da esquerda.
- ▶ Repartiam o dinheiro público entre eles e não chegava aos setores mais necessitados.
- ▶ A população era analfabeta dos assuntos políticos.
- ▶ A IV República estava fundamentada na democracia representativa.
- ▶ Antes a população esperava que o governo fizesse tudo.
- ▶ Antes não havia socialismo.
- ▶ Antes não havia participação, era um complô contra o povo.
- ▶ As decisões estavam restritas a poucas pessoas.
- ▶ Predominava a democracia representativa.
- ▶ As pessoas estavam cegas e pouco informadas.
- ▶ Só existia a representação e exclusão.
- ▶ Não havia democracia e reprimiam os estudantes.
- ▶ Não havia acesso à educação.
- ▶ Ditadura disfarçada de democracia.
- ▶ Havia engano e o povo estava submetido.
- ▶ Havia roubo; não havia democracia.
- ▶ Faziam o que dava na vontade deles.
- ▶ As pessoas não tinham direito a nada e não podiam elaborar projetos nas comunidades.
- ▶ Prevalcia o egoísmo.
- ▶ A participação era fictícia.
- ▶ Não havia participação e protagonismo e as pessoas eram levadas em conta somente em épocas de eleições.
- ▶ As decisões eram tomadas por pequenos grupos.

V República

- ▶ Democracia participativa. O povo participa nas decisões. Agora se governa para o povo.
- ▶ As pessoas estão participando mais.
- ▶ As comunidades se despertaram.
- ▶ Há liberdade.
- ▶ Se distribui os recursos.
- ▶ As comunidades podem gerir os recursos e controlá-los.
- ▶ Todos estão sabendo o que ocorre no país.
- ▶ Agora há mais participação cidadã.
- ▶ Aumentou um pouco mais a participação e o povo tem mais poder.
- ▶ Há democracia participativa e mais dinâmica, mais união entre governo e comunidade.
- ▶ Os indígenas tem mais poder.
- ▶ Atualmente quem governa é o povo.
- ▶ Agora existem os CC e se conseguiu êxitos na área de habitação e existe mais liberdade.
- ▶ Há participação dos movimentos sociais camponeses, sociais, estudantis, donas de casa.
- ▶ Entregou poderes aos CC.
- ▶ Se passou de um processo representativo a um processo participativo.
- ▶ Se toma em conta a opinião das pessoas. O povo não está enganado.
- ▶ O povo manuseia os recursos; se conhece mais os direitos e os deveres.
- ▶ Se participa mais da vida política da comunidade e o governo leva em conta as decisões da comunidade.
- ▶ Houve melhorias na economia. Agora se trabalha para construir um país.
- ▶ Agora o povo é protagonista.
- ▶ Mudou muita coisa na V República. Houve mudanças notórias: saúde, educação, cultura.
- ▶ As pessoas analfabetas saíram à luz.
- ▶ O poder agora é manejado pela comunidade.
- ▶ A democracia é participativa e protagonística.
- ▶ Há mais possibilidade de acessar os bens públicos. Se eliminou os mitos e lendas.
- ▶ Melhorou a saúde e criaram as missões.
- ▶ Agora se leva em conta as pessoas mais pobres.
- ▶ Se exerce o poder e chegam recursos ao povo. Há inclusão.
- ▶ Há mais transparência na execução dos recursos.
- ▶ Há mais contato direto com os órgãos governamentais.
- ▶ Há oportunidade de estudos.
- ▶ As pessoas participam mais, mesmo assim, continua existindo discriminações.
- ▶ Agora há educação, saúde, alimentação.
- ▶ Agora se toma o povo em conta e é partícipe do processo revolucionário.
- ▶ Agora existem os CC que impulsionam a participação política.
- ▶ Prevalece o Nós e a pluralidade.
- ▶ As pessoas tem mais direitos e se desenvolvem melhor.
- ▶ O povo é tomado em conta nas instituições.

FONTE: MENDES, 2011, p.241-2

ANEXO S

Quadro 6

Índice Laspeyres del volumen de la Producción de la Industria Manufacturera Privada (Base 1997=100)

	Indice General	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
2008	125,63	130,43	71,97	69,63	74,18	158,96	122,08	198,06	123,64	155,67	146,52	181,51	116,68	94,44	45,36	73,68	162,91
2007	125,93	125,29	74,81	61,19	66,20	150,99	107,01	188,92	125,39	160,38	140,78	201,88	123,77	89,47	48,34	81,98	150,45
2006	115,93	114,68	72,53	56,01	57,44	142,60	101,93	175,29	121,80	129,00	121,23	190,37	126,34	105,45	49,62	82,10	140,27
2005	105,29	102,39	69,71	53,06	62,94	150,00	92,49	161,81	117,64	101,70	108,30	180,39	109,07	83,74	40,32	74,19	121,60
2004	94,58	95,36	57,99	50,49	66,08	153,36	93,08	140,00	107,07	87,28	99,96	179,78	82,18	72,03	33,32	54,95	96,07
2003	73,40	88,08	39,37	30,70	31,79	76,20	81,11	96,32	75,81	66,73	80,99	147,21	67,32	42,48	30,49	24,99	62,00
2002	80,46	100,22	36,54	36,32	36,68	102,30	80,69	96,10	78,22	67,74	84,65	105,04	72,67	53,70	36,72	42,13	70,54
2001	96,83	107,40	50,07	79,86	60,72	98,56	86,27	104,17	96,55	90,51	96,69	150,33	99,23	86,20	46,33	71,12	109,00
2000	93,24	101,63	49,47	83,59	60,65	93,15	88,43	97,88	93,02	85,51	89,37	158,09	89,06	83,36	58,92	57,06	113,45
1999	87,58	96,32	46,86	80,47	66,20	92,17	87,01	94,26	93,67	67,60	88,59	142,49	75,07	72,89	65,55	52,82	101,09
1998	100,69	104,93	87,52	79,89	89,28	96,46	90,22	108,65	91,59	89,76	107,15	179,38	92,60	112,29	82,17	77,66	103,45
1997	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

1. Alimentos, bebidas y tabaco
2. Productos textiles
3. Prendas de vestir, adobo y teñido pieles
4. Curtido y adobo de cueros, talabartería y calzado
5. Madera, prod. de madera corcho y mat. trenzables
6. Papel y productos de papel
7. Edición e impresión y reproducción de grabaciones
8. Sustancias y productos quimicos
9. Productos de caucho y plastico
10. Productos minerales no metálicos
11. Metales comunes
12. Productos de metal
13. Maquiaria y equipo
14. Maquinaria y aparatos eléctricos
15. Vehículos automotores, remolques y semiremolques
16. Muebles industrias manufact. n c. p.

FONTE: CEPALSTAT, Industria Manufacturera Privada. Índice de Laspeyres del Volumen de la Producción (Base 1997=100). Com adaptações.